CIÊNCIA
Geográfica
ISSN 1413-7461
ANO XVIII - VOL. XVIII, Nº 1 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2014

Tempos e movimentos: uma breve digressão cultural dos carros de bois no território goiano

Editora Saraiva

associação dos geógrafos brasileiros
agb Seção Bauru

CIÊNCIA
Geográfica

Expediente

Revista **Ciência Geográfica**
Ensino - Pesquisa - Método
Ano XVIII - Vol. XVIII - **N.º 1** - Janeiro/Dezembro de 2014 - **ISSN 1413-7461**
Publicação anual voltada ao ensino, à pesquisa e método em Geografia e áreas afins.

Órgão oficial de divulgação da
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS:
Presidente Nacional: Prof. Dr. **Renato Emerson Nascimento dos Santos**
Diretor Seção Local Bauru: Prof. Ms. **Elian Alabi Lucci**

Editores:
Álvaro José de Souza (In Memoriam), Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Comitê Editorial:
Álvaro José de Souza (In Memoriam), Antônio Francisco Magnoni, Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Maria da Graça Mello Magnoni, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Revisores:
José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Maria da Graça Mello Magnoni e Wellington dos Santos Figueiredo.

Jornalista Responsável:
Antônio Francisco Magnoni - MTB - 19280

Conselho Editorial/*Editorial Board:*
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ) - Editor

Membros/*Members:*
Prof. Dr. Antônio Francisco Magnoni (UNESP/Bauru – SP)
Prof. Dr. Armen Mamigonian (USP/São Paulo – SP)
Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior (UNESP/Presidente Prudente - SP)
Prof. Dr. Cláudio Artur Mungói (Universidade Eduardo Mondlane - Maputo – Moçambique)
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon – PR)
Prof. Dr. Francisco Sierra Caballero (Universidade de Sevilla – Espanha)
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo – SP)
Prof. Dr. José Manuel Mateo Rodrigues (Universidade de Havana - Cuba)
Prof. Dr. José Misael Ferreira do Vale (UNESP/Bauru - SP)
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza – Lins – SP)
Prof. Dr. Luciano Fernandes Lourenço (Universidade de Coimbra – Portugal)
Profª Drª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP)
Profª Drª Nídia Nacib Pontuschka (USP/São Paulo – SP)
Profª Drª Nilza Aparecida Freres Stipp (UEL/Londrina – PR)

*** As opiniões expressadas pelos autores são de sua inteira responsabilidade.**

FILOSOFIA E OBJETIVOS DA REVISTA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

CIÊNCIA GEOGRÁFICA é a publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP, destinada a veicular a vida intelectual e acadêmica e a experiência profissional de geógrafos brasileiros no nível local, nacional e internacional.

Dentre seus objetivos estão:

1 - Estimular a produção científica dos sócios da entidade e da geografia brasileira;

2 - Divulgar a ciência brasileira em nível internacional e a ciência mundial no nível do Brasil;

3 - Estabelecer o entrelaçamento da pesquisa universitária com a sala de aula, vinculando em caráter permanente o Ensino Fundamental, Médio e Superior de Geografia.

Para tanto, suas páginas estão abertas para todas as idéias e tendências acadêmicas e científicas hoje em debate na Geografia e na Educação, visando sua divulgação e consolidação em sua pluralidade de riqueza. Em particular, estão abertas para todas as formas de ação que ponham a ciência geográfica brasileira junto aos que buscam a construção de um mundo justo e democrático.

Indexada em/*Indexed in/Abstract in:*
IBCIT (ISSN n.º 1413-7461)
Latindex - Sistema regional de informacion en linea para revistas cientificas de America Latina, el Caribe, España y Portugal:
http://www.latindex.unam.mx
GeoDados: Indexador de Geografia e Ciências Sociais -
http://www.geodados.uem.br/revistas.shtml

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP
CNPJ N.º 00.407.52/0001 - 00
Rua Bernardino de Campos, 14-67 – Vila Souto – Bauru – SP – CEP 17051-000
Fone: (14) 9711-1450
E-mails: agb@agbbauru.org.br
lourenco.junior@fatec.sp.gov.br
Site: http://www.agbbauru.org.br

Diagramação e Capa: Nilton A. Jr. - petruseditorial@gmail.com

SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES
Rua Henrique Schaumann, 270 - Cerqueira César
05413-909 - São Paulo - SP
Fone PABX: (11) 3613-3000 - Fax: (11) 3611-3308
Fale conosco por telefone: 0800-0117875
E-mail: atendprof@editorasaraiva.com.br
www.editorasaraiva.com.br

Ficha catalográfica elaborada por

DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - UNESP - Botucatu

Ciência Geográfica - Ensino - Pesquisa - Método
(Seção Bauru / Associação dos Geógrafos Brasileiros / Editora Saraiva) - Bauru / São Paulo - SP

Ano I - n.º 1 (1995)

Ano XVIII. Vol. XVIII – Nº 1 – Janeiro-Dezembro/2014

Anual

ISSN 1413-7461

1. Geografia - Periódicos - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Bauru / Editora Saraiva

CIÊNCIA
Geográfica
ISSN 1413-7461

ANO XVIII - VOL. XVIII, Nº 1 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2014

Sumário

Carta ao Leitor **3**

Artigos

Do espaço local ao espaço de relações: perfil e trajetória das formações espaciais modernas **5**
Ruy Moreira

O papel da geografia nas humanidades **11**
Elian Alabi Lucci

Desafios ambientales del siglo XXI. Ciudades sustentables **17**
José Mauro Palhares · Rosario Maldonado

Concepções de produção e transformação no espaço rural contemporâneo **29**
Celbo Antonio Ramos Fonseca Rosas

Pelas veredas do grande sertão: a contribuição da literatura de Guimarães Rosa para uma epistemologia do pensamento geográfico – notas introdutórias **39**
Wellington dos Santos Figueiredo

Conhecimento e poder compartilhado: alicerces das sociedades democráticas **49**
José Misael Ferreira do Vale

Tempos e movimentos: uma breve digressão cultural dos carros de bois no território goiano **60**
Romero Ribeiro Barbosa

Notas para uma discussão geográfica sobre arranjos produtivos locais **73**
Lucas Labigalini Fuini

Qualidade da água e turismo em bacias hidrográficas: o caso da microbacia do Rio Sucuri, Bonito-MS, Brasil **89**
Priscila Varges da Silva · Edson Luís Piroli · JoséEvelio Gutiérrez Hernández

Os rolês e outras práticas socioespaciais juvenis no lazer noturno em Marília **102**
Élvis Christian Madureira Ramos

Compostagem: por uma escola mais sustentável **116**
Lismaria Polato Francelin · Ana Tereza Cáceres Cortez

Comunicação rural no Estado de São Paulo: o papel da SAA na vida do produtor rural **131**
Antonio Francisco Magnoni · Rafaela Rosa de Melo

Mediação do CAPA entre comunidades quilombolas **139**
Tarcísio Vanderlinde

Problemas estruturais e agenda de ações para as regiões ultraperiféricas **154**
Paula Gabriele Sena dos Santos · Gutemberg de Vilhena Silva

Serviços de saúde privada na fronteira de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai) **164**
Rosana Keiko Dokko · Lisandra Pereira Lamoso

Geographic Science Magazine

YEARXVIII-VOL.XVIII,#1-TEACHING-RESEARCH-METHOD-JANUARY/DECEMBER-2014

Index

Letter to the reader **3**

Articles

Space place to relations of space: profile and career of space modernformations **5**
Ruy Moreira

The role of geography in humanities **11**
Elian Alabi Lucci

XXI century environmental challenges. Sustainable cities **17**
José Mauro Palhares · Rosario Maldonado

Conceptions of production and transformation in contemporary countryside **29**
Celbo Antonio Ramos Fonseca Rosas

By paths of great wilderness: the Guimarães Rosa literature contribution for thought epistemology geographic - introductory notes **39**
Wellington dos Santos Figueiredo

Knowledge and shared power: foundations of democratic societies **49**
José Misael Ferreira do Vale

Time and movement: a brief cultural tour of cars in the bois goiano territory **60**
Romero Ribeiro Barbosa

Notes for a geographic discussion about local productive arrangements **73**
Lucas Labigalini Fuini

Water quality and tourism in watersheds: the case of River Watershedsucuri, Bonito-MS, Brazil **89**
Priscila Varges da Silva · Edson Luís Piroli · JoséEvelio Gutiérrez Hernández

The "rolês" and other youth socio-spatial practices in the city of Marilia **102**
Élvis Christian Madureira Ramos

Composting: a more sustainable school **116**
Lismaria Polato Francelin · Ana Tereza Cáceres Cortez

Communication in rural State of São Paulo: the role of SAA in the life of farmers **131**
Antonio Francisco Magnoni · Rafaela Rosa de Melo

CAPA's mediation between quilombolas communities **139**
Tarcísio Vanderlinde

Structural Problems and the agenda of actions to the Outermost Regions **154**
Paula Gabriele Sena dos Santos · Gutemberg de Vilhena Silva

Private health services on the border of Ponta Porã (Brazil) and Pedro Juan Caballero (Paraguay) **164**
Rosana Keiko Dokko · Lisandra Pereira Lamoso

CARTA AO LEITOR

O mundo contemporâneo é atravessado por diversos signos socioambientais. Não é raro nos depararmos com um diálogo nada amistoso entre natureza e sociedade, bem como as contradições, desigualdades, guerras e fluxos migratórios que se fazem presentes no dia a dia de nosso planeta.

A Geografia, como ciência que estuda a organização socioambiental e seus reflexos antrópicos, tem importância singular na compreensão dos enredos que envolvem a sociedade.

Sendo ciência portadora de múltiplas análises, a Geografia tem em seu aporte intelectual um profundo leque de análises, condição sine qua non para se abastecer de conhecimento e, a partir deste, elaborar seus próprios conceitos acerca do mundo que nos envolve.

É nesta importante pluralidade o Comitê Editorial fornece a você, estimado leitor, mais uma edição da Revista Ciência Geográfica. Afinal, é preciso que seja feita uma articulação entre o pensar geograficamente e o agir geograficamente para a sociedade. Só assim será materializado nosso potencial como agentes interventores do espaço geográfico na sua complexidade.

Os Editores.

LETTER TO THE READER

The contemporary world is crossed by several social and environmental signs. It is not uncommon to come across a not friendly dialogue between nature and society, as well as the contradictions, inequalities, wars and migratory flows that are present in everyday life of our planet.

Geography as a science that studies the environmental organization and its anthropogenic reflexes, has unique importance in understanding the scenarios that involve society.

Being the bearer of multiple analyzes science, geography has in his intellectual contribution a deep range of analyzes, sine qua non condition for supply of knowledge and, from this, develop their own concepts about the world that surrounds us.

It is this plurality important the editorial board gives you, dear reader, another edition of Geographic Science Magazine. After all, it must be made a link between geographically thinking and acting geographically to society. Only then will materialize our potential as intervening agents of the geographic space in its complexity.

Editors

DO ESPAÇO LOCAL AO ESPAÇO DE RELAÇÕES: PERFIL E TRAJETÓRIA DAS FORMAÇÕES ESPACIAIS MODERNAS

SPACE PLACE TO RELATIONS OF SPACE: PROFILE AND CAREER OF SPACE MODERNFORMATIONS

Ruy Moreira[1]

RESUMO: Cada sociedade se identifica por sua forma geográfica de organização. Formação espacial é o nome que se dá a essa forma de organização na história moderna. Este texto é uma análise da formação espacial capitalista, sua constituição, mudançase tensões estruturais.

Palavras-chave: formação social; espaço; contlitos estruturais

ABSTRACT: Spacial formation is the geographical form of organization of social formations in modern time. This text analised the capitalista spacial formation in the time, its dinamics and estrutuctural changes in the past and present.

Key words: social formation; space; estructural problems

A peculiaridade da geografia mundial é o combinado de fragmentação política e unidade econômica. O Estado-nação é a base desse todo contraditório. E ponto de referência dos encaixes do plano global.

Cada Estado-nação é em si uma uniformidade político-econômico-cultural, ordenada por uma estratificação estrutural de classes sociais segundo a qual se move o todo numa forma rígida ou plástica, a depender do quadro de conjuntura.

A unidade estrutural unofragmentária de recorte territorial segundo o qual o Estado-nação se contextualiza ao tempo que se distingue como particularidade na totalidade do espaço-mundo é a formação espacial.

A NATUREZA E ESTATUTO GEOGRÁFICO DA FORMAÇÃO ESPACIAL

A unidade político-cultural – denominada identidade nacional – é o ponto distintivo dessa célula de encaixe geográfico da sociedade moderna. E seu melhor exemplo é o modo de constituição da formação espacial francesa.

Até a revolução de 1789, a França se assemelha a um agregado de cantões – os *pays* – cada cantão falando um dialeto e usando um padrão de pesos e medidas próprios. A constituição do Estado-nação vem na forma da unificação da língua num só padrão nacional, a imaterialidade da língua sedimentando a materialidade do território.

1 Professor visitante dos cursos de graduação e mestrado em Geografia da FFP-UERJ e do quadro permanente do programa de pós-graduação da UFF. E-mail: ruymoreira@uol.com.br

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

A uniformidade linguística assim constituída se reforça na uniformidade das regras e tributos do comércio, tomando por base a unificação do sistema de pesos e medidas. Nesse momento de constituição, domina a centralidade, o Estado impondo seus aparelhos institucionais de cima para baixo a uma sociedade de certo modo ainda imprecisa em sua estrutura de classes por obra do próprio modo convulsivo e revolucionário como esta sociedade se forma. O forte caráter camponês e burguês que desde o começo a impregna, explica essa trajetória aparentemente confusa e contraditória, o regramento da ordem burguesa vindo então a se impor como perfil e fundamento político-econômico da formação social nova, sua sociedade política e sua sociedade civil (Moore Jr, 1983).

Cedo essa relação político-cultural ganha maior refinamento, mas também ângulos de um caráter societário contraditório, quanto mais a formação espacial francesa cresce e se urbaniza. Dois passos-chave desse refinamento são a escola e a literatura do romantismo. A escola é o vetor de uniformização linguística por excelência. Unidades de escola são espalhadas pelo território nacional em construção, levando através do ensino fundamental a população a cultivar em todo o país em unificação um mesmo padrão de leitura, de cálculo e de escrita, criando cultural e materialmente um só sentimento unitário de espaço e tempo. A literatura do romance viceja nesse ambiente, consolidando pelo hábito a sintaxe que a escola está uniformizando. É assim que aquilo que a escola normaliza como objetividade de espaço nacional, a obra romanesca materializa como interioridade subjetiva, o romance fundando o nacional que a escola sistematiza num molde de concensualidade.

A tensão, entretanto, navega junto. A forte centralização que emana desse Estado-nação constituidor do nacional consensualizado pelas formas de manifestação da cultura entra em contradição com a diferencialidade espacial-pessoal que toda constituição cultural implica, o problema político da relação sociedade-Estado aparecendo com toda força. Questiona-se o valor de uma unidade uniforme de Estado que se imponha como unidade de sociedade que deva ser plural, a tensão então criada obrigando a ler-se o tema nos termos de uma relação sociedade política e sociedade civil instituída como uma organização comum-diversa do espaço vivido como norma.

É assim que os parâmetros do contratualismo que influenciaram a revolução vão saindo do plano do ideário para virar os termos da vida cotidiana, o lugar de centro de gravidade saindo do eixo de mando do Estado para o societário da sociedade orientada nos seus próprios organismos e demandas, a relação sociedade-Estado se estruturando sob o comando dela. Trata-se, antes, de fazer vingar a teoria do Estado como produto e servidor da sociedade em seu projeto convivial. E do público e do privado como elos coabitantes desse campo relacional maior no qual política é mais que Estado. E, assim, de arrumar-se o todo estrutural num quadro geral de entendimento em que sociedade política compreende o Estado, os organismos políticos e o próprio regime político reunidos como um sistema e sociedade civil a sociedade sobre essa base organizada. Não foi pacífico, entretanto, esse esquema de entendimento, a instituição dos conceitos envolvendo um entrechoque de espaço e contraespaço que o modo de implemento da revolução vitoriosa secundarizara (Moreira, 2012a).

A resultante dessa instituição é a relação de interação sociedade-espaço que desde então não para de fazer-se. O espaço da ordem se realinha para abrigar as demandas de contra-espaço, em particular a incorporação dos termos de um modo de organização social e política que torne a cidade um modo de vida urbano, o direito à cidade tornando-se um direito ao urbano cada vez mais pleno para os sujeitos de uma sociedade civil que se faz cada vez mais presente e organizada (Lefebvre, 1969 e 1999).

A estrutura societária que daí está brotando é a formação espacial moderna. A estrutura em que, mais que uma formação social ou uma formação socioeconômica, se define como o todo organizado no e através uma relação sociedade política-sociedade civil onde o público e o privado interagem numa troca reconfigurativa em que ora o público é o privado e ora o privado é o público e nessa dialética de re-posições põem e repõem seus conflitos de ordem societária.

A SOCIEDADE DE ESPAÇO LOCAL

Foi preciso, entretanto, avançar-se na ordem da escala, cada sociedade organizando-se numa relação de intercâmbio na qual a experimentação socioambiental de uma alcançasse o cotidiano de vida de outra, coevoluindo por sobre os localismos rumo a um só gênero humano (Vidal La Blache, 1954).

Esse processo conjumina e se acelera justamente na fase das formações espaciais modernas, quando o nível crescente das forças de produção e circulação, aprofundando a relação socioeconômica dos humens com seu meio e pondo os diferentes localismos numa relação de interação intensa, transforma os intercâmbios numa relação de troca permanente, tirando as sociedades de seus recíprocos isolamentos para arrumá-las numa forma de configuração de espaço de cunho mais e mais integrativo. Enquanto a fase da indústria não chega, a relação homem-natureza é um dado de enfática presença nas formas da organização do espaço, a atividade agropastoril marcando com seus elos socioeconômicos e simbólicos os traços da cultura em todas áreas. Com a indústria a relação homem-natureza passa a ser mediada pela escala da concentração técnica, a relação socioeconômica se modificando e transferindo os traços de forças suas produtivas para um modo de vida de clara centração na cultura técnica. As sociedades vão então diferenciar-se em sociedades de espaço organizado com dominante agrícola e sociedades de espaço organizado com dominante industrial, que a literatura dos anos 1950-1960 respectivamente irá designar de sociedades de socioeconomia subdesenvolvida e sociedades de socioeconomia subdesenvolvida, a cuja orla periférica distante vicejam ainda as sociedades da natureza sofrida (George, 1968 e 1969).

É nesta quadra de tempo que Estado-nação e formação espacial vão identificar-se, precisamente, a revolução francesa servindo de marco de passagem. O dado-chave é a natureza estrutural de suas formas político-culturais e suas ordens de estratificação social de classes. Mas é a diferença na forma do Estado o plano distintivo da formação espacial por excelência. O Estado-nação é um fenômeno histórico moderno. Antecedeo-o uma forma de Estado fortemente confundida com o marco cultural e territorial das civilizações. Cada grande recorte territorial da superfície terrestre distingue uma forma própria de civilização. O marco distintivo é o recorte de raiz territorial-ambiental das culturas que as identificam. Fala-se, assim, de uma civilização europeia, eslava, hindu, chinesa. O poder do localismo é aí evidente, homens e mulheres vivendo seus modos de vida num quadro de intercâmbio de experiências técnicas e existenciais fortemente restritas aos marcos de território das civilizações a que pertencem. As revoluções burguesas vão alterar esse perfil de ordenamento. Com elas nascem os marcos de estado-nacional, que dividem o mundo não mais em recortes de civilização, mas de países. É o que vimos com a revolução francesa. E o marco configurativo de espaço com que vai criar seu modo geográfico específico de organizar-se, como forma de sociedade moderna. São formas político-culturais de Estado que se distinguem, pois, pelas grafias espaciais de vida e de natureza de organização de suas formas de sociedade. E, assim, de formação espacial.

A formação espacial cuja diferenciação de níveis de conformação sócio-econômica virá como um produto do desigual desenvolvimento da indústria, marcando como dois momentos evolutivos distintos o perfil das sociedades modernas.

A SOCIEDADE DO ESPAÇO DE RELAÇÕES

Com a escala técnica da produção e circulação industrial vem um mundo de relações cada vez mais globais, passando-se, no dizer de George, da fase das sociedades de espaço local para a fase das sociedades do espaço de relações. E é essa evolução a fonte da arrumação das relações mundiais no quadro que opõe na escala do grande desenho o grafo do todo fragmentado do ponto de vista político-cultural e unitário do posto de vista econômico que recorta o mapa do mundo no traçado de formação espacial/país que hoje temos.

A geografia política e a geografia econômica aí se contraditam e se integram, ao mesmo tempo. Cada fração de formação espacial/país/Estado-nação é uma célula sociopolítica e uma unidade de totalidade econômica maior. Uma espécie de guarda e ultrapassagem da velha estrutura de localismos, transfigurada no advento da industrialização.

A lógica dessa estrutura mundial unitário-fragmentária é de um lado a necessidade de ação territorial do Estado como ente de regulação societária e de outro a necessidade de efetivação da circulação ampliada das trocas sem a qual a realização do valor não se efetua. Cada formação espacial é, assim, um combinado de autonomia e unicidade territorial nessa quadra de relação mundializada. E tem seu modo de diferença na forma como público e privado se enlaçam dentro dos embates da sociedade política e da sociedade política.

A referência é a forma como Estado e sociedade interagem no regime político instituindo segundo os elementos constituintes da revolução burguesa francesa, onde regra é a separação do Estado como espaço público e da sociedade como espaço privado. E onde o Estado atua como sociedade política – a sociedade estruturada nas regras de direitos e deveres dos indivíduos do ideário contratualista – e a sociedade como sociedade civil – a sociedade vista organizada por seus elementos sociopolíticos de representação – em suas relações recíprocas. Retrato vivo desse quadro de relação contrabalançada, a formação espacial é por isso mesmo sobredeterminadamente seu produto e elo cautelar – a sociedade produz o seu espaço ao tempo que pela produção deste é produzida – estruturando e regulando pela interação sociedade-espaço a relação societária que toda sociedade espacialmente organizada significa. Ali onde o bafejo da revolução burguesa, todavia, mal se avizinha, a regra é a relação tutelar, a regra que sujeita a sociedade ao domínio da tutela do Estado, a sociedade civil nunca vindo a se formar e o Estado muito menos a estruturar-se como uma sociedade política. A formação espacial reflete nesse caso em sua estrutura e modo de regulação a presença centralista de alto-a-baixo do Estado, estruturando e regulando a sociedade em vista e com fim da subsunção deste.

A FORMAÇÃO ESPACIAL

A formação espacial é, assim, hoje, o contraponto da mundialização. O ponto de recorte de onde as sociedades se ordenam na unidade de totalização. Porque onde as coisas de fato acontecem (Santos, 1977). Visualizada nos mapas como a forma com que os Estados saem da forma antiga de recorte de território da civilização para a moderna de países, as formações espaciais são, por isso mesmo, a forma particular de realização da universalidade dos modos de produção, exprimindo em sua sociabilidade a força com

que a organização geográfica determina a realidade concreta das sociedades na história. A tradução geográfica, pois, sem a qual as formações sociais (formas como as sociedades existem por seus modos de produção) não existem como realidade.

Do localismo ao espaço de relações são as formações espaciais o que desde o século XIII vemos evoluindo na divisão do mundo em países, levadas por seus confrontos estruturais de espaço e contraespaço a sobrepor os desejos autonomistas da sociedade civil face uma sociedade política sempre conducente a uma tendência tutelar do Estado sobre o todo societário. É o olhar para esta relação de estrutura e dinâmica o elemento que, no fundo, está por trás dos confrontos de desenvolvimento-subdesenvolvimento que eliminem as mazelas econômico-sociais e emparelhem as formações nacionais dos anos 1950-1960. E também do confronto mais amplo de capitalismo-socialismo que compõe o projeto de contexto societário global desse mesmo tempo. Visa-se, seja num plano de contraponto seja de outro, na verdade, institucionalizar pelo viés da solução socio-econômica a interioridade dos países na ossatura sociopolítica que conduza as relações humanas a resolver-se na conformidade de uma relação minimamente equânime de equalidade sociocultural. Por não bastar, sabe-se então, ordená-las na igualdade da economia se esta é reiteradamente negada por um vício político-cultural de estratificação de mando. A prevalência de uma sociedade civil de autogoverno é o pressuposto básico. Não foi o que ocorreu.

Cada país deve ser visto, antes, por isso mesmo, como uma formação social, um todo olhado pelos parâmetros de seu modo de produção orgânico, mas a partir das determinações sociopolíticas de relação sociedade-espaço que toda relação de modo de produção implica, quebrando-se e recriando-se permanentemente suas estruturas configurativas de espaço. A formação social vista, antes de tudo, amarrada e ordenada como uma formação espacial.

Um elemento-chave da formação espacial é a natureza estrutural da totalidade homem-meio, o quadro de relação que vai refazendo o parâmetro metabólico de geograficidade na medida mesma da ultrapassagem escalar do encaixe territorial-ambiental puro e simples do localismo. Da natureza da relação de trabalho à natureza do regime político, toda uma problemática de configuração espacial aí se coloca. O que explica o motivo porque o tema do desenvolvimento-subdesenvolvimento declina tão logo o dilema do capitalismo-socialismo se dissolve junto à dissolução da União soviética e o problema da crise ambiental/equação sustentável então se torna o tema ideológico por excelência dos debates (Moreira, 2012b).

Outro elemento-chave é o da natureza do modo de vida, um quadro de relação que vai, ao contrário, ganhando foros de problema típico de sociedades sem sociedade civil, revolvida quanto mais a humanidade, se mundializando, mais se urbaniza. É onde a redução do conceito de formação espacial à dimensão pura de uma formação socioeconômica reinvindica seus reparos, o problema de toda formação sendo o da equiparidade dos direitos sociais e civis à vida que desde o tempo da revolução francesa ganha foros de utopia, e que a urbanização reivindica como tema-chave da sociedade organizada em cidade, onde morar, construir, habitar significa, antes de tudo, ser-estar como um modo geossocial de vida urbano, o existir espacial no qual denúncias de subdesenvolvimento e proclamas de sustentabilidade virem coisas do passado (Silva, 1991; Lefebvre, 1969 e 2008).

REFERÊNCIAS

GEORGE, Pierre. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

_____. **Geografia social do mundo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro,

1969. Coleção Saber Atual
LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
MOREIRA, Ruy. A totalidade homem-meio. In: _____: **Geografia e práxis:** a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012a.
_____. O espaço e o contraespaço: tensões e conflitos da ordem espacial burguesa. In: _____: **Geografia e práxis:** a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012b.
MOORE Jr, Barrington. **As origens sociais da ditatura e da democracia:** senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Martins Fontes, 1983.
SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo: AGB, n. 54, 1977.
SILVA, Armando Correa da. **Geografia e lugar social.** São Paulo: Contexto, 1991.
VIDAL LA BLACHE, Paul. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

O PAPEL DA GEOGRAFIA NAS HUMANIDADES

THE ROLE OF GEOGRAPHY IN HUMANITIES

Elian Alabi Lucci[1]

RESUMO: Este artigo apresenta os motivos que conduzem a Geografia a desenvolver um papel muito importante nas Ciências Humanas nos dias que correm.

Palavras-chave: Geografia e Modernidade, Globalização Capitalista, Sociedade do Consumo.

ABSTRACT: This article presents the reasons leading to Geography to develop an important role in the Humanities these days.

Key words: Geography and Modernity, Capitalist Globalisation, Consumer Society.

Segundo Paul Claval, desde a origem dos tempos, todo ser humano é geógrafo. E o segue sendo ainda hoje.

Esta ciência é resultante das experiências renovadas e de procedimentos imaginados há muito pelos seres humanos para responder as necessidades de sua vida cotidiana, dar um sentido ás suas existências e compreender o que acontece para além dos horizontes que eles frequentam costumeiramente. Assim sendo, fica claro a necessidade da Geografia se relacionar cada vez mais com a Educação e, enfim com as humanidades. A razão disto pode ser explicada pelo que passamos a observar na Geografia Comportamental.

A Geografia Comportamental em nossos dias atuais é representada, sobretudo, pelo olhar (ver MEC - Ensino a Distância Educação do Olhar, volumes 1 e 2).

No campo da Educação, desde Comênio, as imagens aparecem como tendo potência educativa. Nos tempos atuais, elas não mais aparecem apenas como partícipes da criatividade e da eficiência das ações didáticas, mas também, sobretudo, tendo em si mesmas uma dimensão pedagógica, uma potência subjetivadora e de pensamento, como o afirmam autores tão díspares e tão próximos quanto Deleuze e Pasolini.

> *"No campo da Geografia, ao final dos anos 1970, Yves Lacoste escreveu que 'hoje em dia não há mais somente a geografia dos professores, mas também aquela que veiculam a televisão, o cinema, os cartazes, os jornais...' (1981, p. 231). Vertentes mais recentes, como a Geografia Cultural e a Geografia Humanística, passaram a tomar para si as imagens como fenômenos de interesse geográfico, partindo do princípio de que elas atuam fortemente na atual partilha do sensível, realizada também nas narrativas em imagens acerca do mundo no qual vivemos."*
>
> Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores.
> Wenceslau Machado de Oliveira Júnior Unicamp 2009.

1 Geógrafo e autor de livros didáticos pela Editora Saraiva. Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Bauru (SP). E-mail: elian.lucci@gmail.com

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

Quando o ser humano, desorientado como está, se coloca como a pessoa mais importante do espaço geográfico e passa a alterá-lo de forma desmedida, creio que a Ciência Geográfica em conexão principalmente com a Educação deve levar a Geografia a reflexões mais humanísticas.

Para isto, como diz o pensador Edgar Morin, precisamos de uma Pedagogia Holonômica, marcada pela transdisciplinaridade, na qual as outras ciências, num processo de interpenetração com a Ciência Geográfica, possam ajudar a reumanizar os seres humanos, que estão fora de eixo, colocando nosso planeta a beira de uma catástrofe representada hoje pela sexta onda de extinção em massa.

Vejamos as citações a seguir, que justificam nossa preocupação com o que o ser humano vem fazendo com nosso planeta e no processo de organização deste espaço de mais de 510 milhões de km².

CIENTISTAS ACREDITAM QUE ESTAMOS EM MEIO A UMA GRANDE ONDA DE EXTINÇÃO EM MASSA, ATÉ MAIS ACELERADA DO QUE O COLAPSO OCORRIDO QUANDO OS DINOSSAUROS DESAPARECERAM, HÁ CERCA DE 65 MILHÕES DE ANOS.

Set entre 10 biólogos acreditam que o mundo esteja hoje em meio a mais acelerada extinção em massa de seres vivos nos 4,5 bilhões de anos da história do planeta, de acordo com a pesquisa realizada pelo Museu Americano de História Natural e pela empresa de pesquisa Louis Harris.

Isto a torna até mais acelerada do que o colapso ocorrido quando os dinossauros desapareceram, há cerca de 65 milhões de anos. Diferentemente desta e de outra extinção em massa do passado pré-humano, a atual é causada pela atividade humana e não por fenômenos naturais, declaram os cientistas.

Os cientistas consultados classificam a perda da biodiversidade como um problema ambiental mais grave que a destruição da camada de ozônio, aquecimento global ou poluição e contaminação. A maioria (70 %) revelou acreditar que nos próximos 30 anos até um quinto de todas as espécies vivas hoje estará extinto, e um terço dos consultados considerou que metade das espécies da Terra estará morta no mesmo período.

Por: Ed Ayres. A mais acelerada extinção em massa da história da Terra. www.wwiuma.org.br/ext_emmassa.htm

PANORAMA AMBIENTAL ATUAL

> *"Passamos por anormalidade ambiental jamais presenciada pela humanidade acarretada pelo processo de poder adquirido pela espécie humana. Todos os atos que praticamos tem uma deliberação posterior em nossas práticas. Mas essas práticas já não se encaixam na ética herdada de nossos antepassados, ou seja, parece que não temos noção, diante do poder que adquirimos, das reais consequências de nossos atos, em suma, parece que estamos perdidos, sem um norte". (O Meio-Ambiente e o Ser Humano). Nelma L. de Almeida Castro*

E esta condição atual em que nos encontramos é sem dúvida nenhuma devida à falta de uma visão mais compartilhada do ser humano, sobretudo hoje também encantado com as novas tecnologias que o tornam mais frio ainda em relação a sobrevivência do planeta e da sociedade global.

E quem responde por este estado do planeta, não só do ponto de vista da questão ambiental e tecnológica, mas dos descontentamentos sociais, políticos e econômicos cujos estudos fazem parte do âmbito geográfico?

Na Figura 1 a seguir encontramos a resposta.

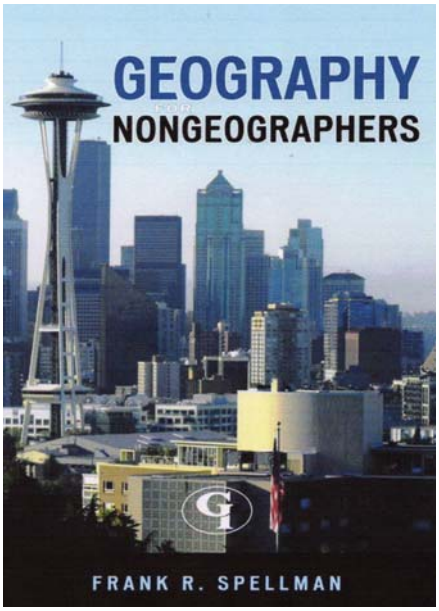
Figura 1

Fonte: www.umsabadoqualquer.com

É tal a importância da Geografia hoje, para se entender como este processo de Globalização, segundo David Harvey, vem mudando o estado do mundo e a vida da sociedade global e o equilíbrio do Meio- Ambiente, que já se encontram livros como o do exemplo abaixo. Livros escritos não apenas para geógrafos, mas, também para os leigos entenderem o papel da Geografia que lhes explica o que se passa hoje no mundo em todos os seus aspectos (Figura 2).

.

Figura 2



Fonte: Livro Geografia para Não Geógrafos

O utilitarismo, o consumismo e o hedonismo que marca o mundo atual e que veio no bojo do processo de Globalização e das revoluções que lhe dão suporte - tecnológica, dos meios de transportes e das comunicações - reforçam ainda mais a necessidade da in-

terpenetração da Geografia com as demais ciências de caráter mais humanístico, como a Antropologia, a Filosofia e a Sociologia.

Para reafirmar isto vejamos o que nos diz um pensador espanhol pesquisador da Universidade Autônoma de Barcelona, em artigo publicado em 2014, por uma importante revista voltada para a educação: *"A Globalização gera novos desafios para os sistemas educacionais e altera a capacidade dos estados e dos organismos sociais de responderem por meio de políticas educativas" (Antoni Verger).*

Para atender a esta exigência da integração da Geografia no campo das Humanidades, segue um resumo da obra que estávamos escrevendo eu e o consagrado professor Milton Santos, até o momento em que ele nos deixou, sob o título: A Globalização e o Poder dos "M's". Livro este escrito para deixar seus ensinamentos aos jovens e demonstrar a importância da Geografia, até para os não geógrafos (como se viu acima) entenderem como é o mundo em que vivemos hoje em seus paradoxos e desencontros, com o fim último da Geografia e do ser humano.

A GLOBALIZAÇÃO E O PODER DOS "M'S"

A partir dos anos 1990, o mundo passa a se estruturar em função de alguns poderes que em quase sua totalidade são representados pela letra "m". Isto se deve principalmente a presença de um novo processo que marca a sociedade global. Este processo como o caracteriza muito bem David Harvey e já citado acima se denomina Globalização em todas as suas variantes: econômica, cultural, artística, esportiva e hollyudiana.

O primeiro dos "ms" é o Mercado. Entende-se por mercado todas as relações de compra e venda seja ela entre pessoas, instituições ou países. O comércio internacional hoje é uma das atividades mais importantes de toda a história da humanidade.

Um exemplo do acima exposto é uma placa que se encontrava na entrada de um grande hiper-mercado em Portugal, e na qual constava "Se você não sabe o que quer entre que nós temos". Com esse exemplo conseguimos ver que há uma grande demanda criada pelo mercado. O mercado, por meio de outros M's que veremos a seguir, sabe impor novas condições de vida à sociedade, moldando-a conforme sua oferta.

O segundo grande M, que a partir da década de 1960, começa a mandar no planeta, é o M das empresas multinacionais ou transnacionais que desenvolvem seus produtos todos voltados para o mercado internacional.

Essas empresas, que eram em 1960, aproximadamente 3.000 chegam ao final dos anos 1990, com um número estrondoso de 60.000. São elas que comandam todo o processo econômico global a partir, entre outras coisas, da aplicação da relação custo-benefício. Com o processo de desterritorialização graças às três revoluções que sustentam a globalização (Meio de Transportes, Meios de Comunicação e Revolução Tecnológica) as fronteiras caem e a soberania dos países se vê ameaçada. O poder econômico das multinacionais passa por cima das fronteiras e do poder dos governantes abalando assim a própria base jurídica do Estado que é o território.

Para que as multinacionais conseguissem chegar ao poder de mando que elas têm hoje em toda a sociedade global elas dependem de vários ajudantes de ordens que começam pela letra M.

O primeiro desses poderes ou ajudantes de ordem é a Mídia. Esta, que era até bem pouco considerada o quarto poder, hoje praticamente se constitui como segundo poder. Podemos até dizer que ela faz – em linguagem futebolística – o meio de campo para a vitória das transnacionais. Pode-se ainda atribuir à mídia a denominação "braço armado"

do processo de globalização, tal a guerra que ela provoca, bombardeando nossas consciências que sempre precisamos de algo mais para nos inserir neste mundo que não é mais nem capitalista, nem socialista, mas materialista e hedonista.

A mídia criou um novo tipo de sociedade que um grande pensador francês, Guy Debord, denomina de "A Sociedade do Espetáculo". As eleições norte-americanas se transformam num verdadeiro espetáculo. A copa do mundo e as olimpíadas se tornam também na mão das multinacionais e da mídia em grandes espetáculos que sugerem um determinado modo de vida e a compra dos mais diversos tipos de produtos que preencham a cada dia novas necessidades que este M poderoso, da mídia, cria.

Depois do papel exercido pela mídia outro M poderoso – que com ela cria o grande complô representado pela palavra compra – é o Marketing.

A partir de 1960, graças a um homem de marketing, Teodoro Levit, o marketing ganha uma força monumental e cujo principal objetivo é "criar necessidades", ou melhor, ainda, vender aquilo que não queremos comprar. A própria atual fase do processo de Globalização começa com as considerações deste homem de marketing.

Esta quarta fase da globalização foi gestada a partir dos anos 1960, e vai se consolidar trinta anos depois nos anos 1990. Ela traz consigo uma nova sociedade denominada de "Sociedade da Informação", do Conhecimento ou Pós-industrial. Essa sociedade não é mais regida pelo sistema de produção Fordista Taylorista, mas pelo sistema Toyotista. O poder do marketing chegou a tal ponto na influência que ele exerce em nossas mentes que no final de 2009, Martin Lindstron, o teórico do neuromarketing aposta no estudo da mente para mudar a compreensão do consumo, do mercado e da economia.

O quarto M que alimenta a cadeia do consumo, que faz a alegria das multinacionais é a "marca". Tudo hoje, no mundo das compras, é regido pelas marcas, desde as fraldas de um recém-nascido até o desespero dos mais velhos em consumirem vitaminas e suplementos produzidos pelas grandes farmacêuticas multinacionais com o intuito de estender a vida humana no planeta.

Na Itália encontram-se mais de mil grandes agências de publicidade que ganham fortunas para transformar as vendas de produtos de caráter local e regional em grandes produtos ou grifes internacionais. Esse processo de transformação recebe o nome de "Naming", que começa quase sempre pela alteração do nome do produto que é vendido em caráter local para um nome mais aceitável em caráter global. Isto se deu com a marca de um dos bombons mais famosos do mundo Bacci (beijos) que antes do banho de "naming" chamava-se soco em língua portuguesa.

Com a globalização, o "Logo" das grandes empresas multinacionais vale mais do que todo seu ativo fixo, como por exemplo, a Coca-Cola, Nike, Xerox entre outras que tem seu logotipo mundialmente conhecido e valorizado, Uma criança de apenas 3 a 4 anos de idade hoje já identifica os produtos do McDonald`s. Bastando para isso apenas ver o logotipo desta rede mundial de fast-food que pelo marketing acaba despertando a sua vontade e necessidade de consumir tais produtos.

Outro M é a moda, que vem como consequência da marca que é trabalhada insistentemente pelos meios de comunicação que usam para grandes nomes da televisão, cinema e do esporte como referências do consumo de determinados produtos e marcas. Felizmente dentre os grandes estilistas que fazer a moda, começam a aparecer alguns mais criteriosos, como o jovem estilista que declarou em outubro de 2009, no jornal A Folha de São Paulo: "A sociedade de consumo chegou ao fim de certa lógica" e, vai mais além, ao dizer que "consumismo é o suicídio coletivo". Isto nos permite dizer, com certa esperança, que nem tudo está perdido.

Um M mais recente e que ganha proporções, sobretudo entre jovens, é o Messenger. O Messenger é um meio de comunicação e pode ser entendido como uma grande revolução nos meios de comunicação. Além de aproximar o mundo com conversas e relações sejam elas benéficas ou maléficas como amizades ou tormentas nas vidas alheias (Bullyng, Fraudes, Crime Virtual que normalmente vem junto com o crime organizado, entre outros). O Messenger é um meio de comunicação que tem sido muito utilizado para redução de custos, de tempos e saliva. Apesar de todos esses benefícios, tem trazido prejuízos para a gramática dos que o utilizam com a criação de abreviações irregulares e palavras inexistentes que empobrecem a gramática e a língua portuguesa em si.

No campo cultural, mais precisamente da musica (uma das formas de entretenimento mais disseminada na sociedade global), também temos um M regente: o Mp3. O Mp3 como formato de musica digital, revolucionou o mercado de players dando espaço a novas marcas e produtos que também foram influenciados pelo marketing e moda. Também revolucionou a venda de músicas, quando há alguns anos atrás se comprava cd's, hoje se compram Mp3's em lojas virtuais. Ai está um exemplo marcante do que se produz na sociedade Pós-industrial e que muda o conceito de trabalho, possibilitando oportunidades ao invés de uma busca por emprego fixo que era forma clássica de trabalho na sociedade industrial. Um exemplo disso é o que ocorre hoje na sociedade norte-americana, em que uma pessoa que vive até os 60 anos, muda em média oito vezes de emprego ou de ocupação.

Eis ai o mundo dos M's representado pela materialização cada vez maior da humanidade e que cria um fosso cada vez maior entre as pessoas colocando-as em dois compartimentos distintos: as que não têm das que têm e podem tudo e que vem levando a sociedade global a conflitos e modos de vida cada vez mais agressivos.

REFERÊNCIAS

DEBORD,Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto. 2003.
HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
LAUBIER, Patrick de. **Hacia una civilizacion del amor**. Madrid: Rialp, 1993.
LUCCI, Elian Alabi. **VideturLibro 13**: pedagogia do encontro, globalização e criatividade. Salamanca: Mandruvá, 2013.
POLO, Leonardo. **Quién es el hombre**. Madrid: Rialp. 1998.
RIBEIRO, Guilherme. Modernidade e espaço, pós-modernidade e mundo: a crise da Geografia em tempos de Globalização. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA, 10., 2008, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universidade de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu.geocrit/-xcol/154.htm>. Acesso em: 4 ago. 2014.
STORK, Ricardo Yepes. **Entender el mundo de hoy**. Madrid: Rialp, 1999.

DESAFIOS AMBIENTALES DEL SIGLO XXI. CIUDADES SUSTENTABLES

XXI CENTURY ENVIRONMENTAL CHALLENGES. SUSTAINABLE CITIES

José Mauro Palhares[1]
Rosario Maldonado[2]

RESUMEN: El presente trabajo aborda la temática de las ciudades sustentables en nuestro planeta. En varias de las ciudades persisten las preocupaciones de los ciudadanos por la ineficiente gestión urbana: la falta de seguridad, la ausencia de infraestructura de servicios básicos -particularmente la dotación de agua potable, alcantarillados, tratamiento de los desechos domésticos, los problemas de movilidad y transporte urbano, la escasez de espacios verdes públicos, plazas y áreas verdes que influyen en la calidad de vida y la seguridad ciudadana. Al considerar las problemáticas de las ciudades globales actuales, se remarca la factibilidad de concreción de un tipo de urbanización diferente, sostenible, y participativa como lo demuestran los ejemplos de ciudades verdes en distintas partes del mundo. Probablemente en un futuro no muy lejano, prosperaran en los distintos continentes este tipo de ciudades sustentables, varios países las consideran ya opciones validas y certeras ante el inevitable deterioro y degradación ambiental que se vive en las distintas urbes del mundo.

Palabras claves: Ciudades sustentables; gestión sostenible; concientización; participación

SUMARY: This paper addresses the issue of sustainable cities on our planet. In several citiesthere are continuing concerns of the citizens by inefficient urban management: the lack of security, lack of basic infrastructure services, particularly potable water, sewage, household waste management, mobility problems and urban transport, lack of public green spaces, squares and green areas that affect quality of life andsafety. In considering the problems of today's global cities, it highlights the feasibility ofrealization of a different type of urbanization, sustainable and participatory as the examples of green cities in different parts of the world. Probably not too distantfuture, will thrive in different continents such sustainable cities, several countries andoptions considered valid and accurate to the inevitable deterioration and environmental degradation that exists in the various cities in the world.

Key words: Sustainable Cities ; Sustainable management; awareness; participation

1 Mestre e Doutor em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP Campus Oiapoque. E-mail: jmpalhares@gmail.com
2 Educadora e Professora. Mestre em Geografia Urbana. Universidad Nacional de Mar del Plata; E-mail: rosariomaldo@yahoo.es

Artigo recebido em julho de 2014 e aceito para publicação em novembro de 2014.

INTRODUCCIÓN

"Para bien o para mal, el desarrollo de las sociedades contemporáneas depende principalmente de la gestión del crecimiento de nuestras ciudades. La ciudad se ha convertido en un campo de prueba del accionar de las instituciones políticas, del desempeño de las agencias gubernamentales y de la efectividad de los programas para terminar con la exclusión social, proteger y restaurar el medio ambiente y promover el desarrollo humano".

Las áreas urbanas se están constituyendo en un hábitat donde nuestras instituciones, en casi todos los casos, nos han dejado desatendidos, las pautas culturales y la planificación racional ha ido perdiendo terreno frente a la especulación inmobiliaria y las presiones del mercado, y donde los políticos no han sido capaces de fomentar la participación ciudadana para generar ciudades sostenibles donde prospere el bienestar colectivo.

En el mundo de hoy, la urbanización acelerada es la regla; se espera que para el 2030 los residentes urbanos ascenderán a 598.8 millones. Latinoamérica y el Caribe son las regiones más urbanizadas del planeta, donde la urbanización se caracteriza por concentrar habitantes y actividades económicas en pocas ciudades, en muchos casos, solo en la ciudad capital del país. Así, el área metropolitana de la ciudad de Panamá concentra el 66% de la población urbana de Panamá; San José, el 55% de Costa Rica; ciudad de Guatemala, el 53% de Guatemala; Santiago, el 41% de Chile; Lima, el 40% de Perú, y Buenos Aires, el 39% de Argentina. (Hernandez Gonzalez, 1999)

Para comprender esta nuevo tipo de ciudad, es necesario re conceptualizarla. La ciudad históricamente ha sido el centro hegemónico, núcleo concentrador de los poderes económicos, políticos, sociales, religiosos, militares y de mercado; actualmente la metamorfosis refuerza y consolida las fuerzas de este último: el mercado. Las ciudades se han convertido en espacio de compra-venta, de intercambio, enclave donde se moldea la producción, el consumo e intercambio de mercancías y servicios. La tecnología, la demanda de recursos y la presión creada de los actuales modos de producción y consumo han transformado la relación entre los seres humanos y el medio natural.

Entonces …. ¿Cómo crear ciudades sostenibles?. La construcción de la ciudad sostenible pasa por procurar que funcione como un ciclo completo de energías y materiales. La recuperación de la ciudad construida, modificada, rehabilitada por sus habitantes es una condición imprescindible para su sostenibilidad. Pacificar el tránsito en todos los planos y distancias resulta una labor prioritaria. Es necesario por tanto una organización de la ciudad, del espacio urbano, acorde con la posibilidad de percibir la totalidad o la mayor parte posible de personas, objetos, energías e información que la conforman. En este sentido, la ciudad tiene que ser abarcable. (Hernandez Gonzalez, 1999).

Las ciudades con potencial para aplicar eficazmente criterios de sostenibilidad son las economías de escala local, basadas en una mayor eficacia en el uso de los recursos renovables disponibles, con opciones técnicas de bajos efectos ambientales, y en densas redes de comunicación que faciliten la introducción de nuevas prácticas socio-productivas. Desde la planificación, hay que proponerse alcanzar una ciudad más compacta, con un urbanismo de calidad y una dotación de servicios públicos importantes, incluyendo una gran superficie de zonas verdes y corredores arbolados, con una gran potencialidad para conectarse con el campo. A ello habrá que sumarle la necesidad de crear una serie de espacios naturales periurbanos que enmarcan el ámbito urbano y funcionan como ecotono (espacio de transición) entre la ciudad y el territorio rural. Es lo que generalmente se denomina Anillo Verde.

La gran diversidad de los asuntos a considerar en la elaboración de políticas de desarrollo sostenible, convierten el desempeño de la participación ciudadana en una tarea de grandes proporciones. La tarea de diseñar un proceso de toma de decisiones moderno, transversal, transparente e informado representa un desafío en cuanto a su concepción lo cual requiere un enorme incremento de las capacidades locales para la democratización de las instituciones, públicas y privadas, y la toma de decisiones. (Lic Patricia Pintos, Arq Jorge Longo, Arq Diego Delucchi, Lic Agustina Pereira 2003)

Una ciudad sustentable hace referencia a una ciudad donde los logros alcanzados en el desarrollo social, económico y físico son perdurables; posee una oferta continua de los recursos naturales en los que basa su desarrollo (y los utiliza a un nivel de sustentabilidad); además mantiene una seguridad permanente frente a los riesgos ambientales que pueden amenazar su desarrollo (permitiendo sólo niveles de riesgos aceptables). (Ocampo, 1999). Muchas ciudades han tomado medidas para reducir los residuos, mejorar la calidad de su aire, potenciar la movilidad sostenible y ampliar sus zonas verdes, convirtiéndose en un verdadero ejemplo para el resto de las poblaciones surge así el concepto de *ciudades sustentables*.

En todas las ciudades verdes hay un común denominador: tanto sus instituciones como sus ciudadanos son conscientes de que priorizar criterios medioambientales en la vivienda, el transporte, la producción de bienes y servicios o la gestión de los residuos no sólo mejora la calidad de vida, sino que también permite hacer frente a los grandes desafíos ecológicos de la humanidad, como el cambio climático o los requerimientos de energía. Según William E. Rees, profesor de la Universidad de British Columbia, considera que deberían replantearse las ciudades contemporáneas siguiendo los siguientes patrones:

- M**ayor aprovechamiento de las viviendas**, de manera que se reduzca el consumo de suelo, infraestructuras y demás recursos.
- Opciones múltiples para **reducir, reutilizar y reciclar**, y una **población concienciada** que las asuma (Educacion ambiental)
- **Movilidad urbana libre de autos** mediante la inversión en infraestructuras que permitan un tránsito peatonal y en bicicleta, así como un **transporte público viable**.
- **Cogeneración de electricidad** para que los ciudadanos también puedan producir su propia energía, así como sistemas que permitan **transformar los residuos en energía**.
- Mejora de la calidad de vida de los ciudadanos mediante un **aire más limpio**, un **mayor acceso a los servicios** y una **mayor atención a la producción local**. En este sentido, Rees plantea que los nuevos diseños urbanos han de pensar las ciudades como completos ecosistemas más autosuficientes, una idea que se está llevando a cabo en las denominadas "ciudades de transición".

"Una ciudad sostenible es una ciudad que cuida y protege su medio ambiente, que energéticamente es más eficiente, comprometida con el uso responsable del agua, más limpia y que apuesta por la participación de su sociedad civil y la educación ambiental". El desafío de la sostenibilidad urbana es resolver los problemas que suceden dentro de las propias ciudades y los problemas causados por las mismas (Calvo Salazar, 2007)

CARA O CONTRACARA? LA INSOSTENIBILIDAD DE LAS CIUDADES GLOBALES

El inconmensurable consumo de recursos, no presenta las mismas características en unos lugares que en otros. Los países conocidos como desarrollados, participan con un veinte por ciento de la población mundial pero sin embargo consumen un ochenta por ciento de los recursos naturales. El actual sistema de ciudades resulta casi cuatro veces

más despilfarrador, contaminante e insostenible que el mundo rural y agrícola. El reparto de los recursos dista mucho es muy desigual: tanto entre `ricos' como entre `pobres', las ciudades consumen la mayor cantidad de recursos existentes, vale decir, se quedan con una mayor parte del pastel que el campo; además una parte de los recursos que el campo gasta no es en realidad para la subsistencia de los campesinos que allí viven, sino para la alimentación de los habitantes de las ciudades.

Según algunas estimaciones recientes, si se consiguiera transformar el sistema urbano de manera de reducir su consumo al nivel del medio rural, el consumo global de recursos de la humanidad podría disminuirse como poco a la mitad. En todo caso, queda claro que la insostenibilidad de la civilización posindustrial se encuentra íntimamente unida al desarrollo de las actuales conurbaciones. Dentro de ellas, el récord mundial de consumo y contaminación pertenece a las `ciudades globales': Los Ángeles, Nueva York, Tokio, Londres, París, etc.

¿Pero entonces es **sostenible** una ciudad como Nueva York?. La respuesta depende. Si el actual orden internacional se sostiene, Nueva York podrá seguir consumiendo fantásticas cantidades de recursos a la vez que, a través de una economía internacionalizada, la contaminación producida por su funcionamiento se manifestará muy lejos de la isla de Manhattan. Vista así, es una ciudad sostenible por la simple razón de tener el **poder político** necesario para sostenerse. Para que las `ciudades globales' se sostengan sin destruir el medio físico y biológico que las alberga, la condición necesaria es muy clara y precisa: las `ciudades globales' tendrán que impedir, que el resto del planeta alcance sus mismos volúmenes de consumo y usufructo de recursos, evitando la consecuente producción de contaminación generada.

El concepto de sostenibilidad que se considera aquí, es el que José Manuel **Naredo** (1996) ha denominado *sostenibilidad fuerte*: ¿puede extenderse el funcionamiento de Nueva York al planeta en su conjunto? vale decir el ritmo de consumo de una ciudad globalizada. Si en todas las ciudades del planeta se adoptara la fisiología de Nueva York u otras ciudades semejantes, las reservas de combustible tardarían agotarse unos cincuenta años. Sin embargo no estaríamos allí para verlo pues, mucho antes, la atmósfera se habría vuelto altamente contaminante para los animales superiores. *Por tanto, ninguna de las denominadas `ciudades globales' sirve como modelo sostenible para el conjunto de las ciudades del planeta. La sostenibilidad fuerte presupone, la equidad entre los miembros de la especie a consumir lo mismo al mismo ritmo y, en consecuencia, no sólo asegura la viabilidad ecológica y física, también sienta las bases, al menos las necesarias, para una convivencia pacífica y justa con nuestros semejantes.* (Calvo Salazar, 2008).

Al volver la mirada hacia el pasado: hubo ciudades insostenibles y sus vacías y románticas ruinas nos han permitido vislumbrar algo de su antiguo esplendor. También las hubo sostenibles, y muchas de ellas dan hoy cuerpo a los llamados `cascos históricos' de nuestras conurbaciones.

El transporte permite a las `ciudades globales' la explotación sin límite del resto de los ecosistemas y territorios, propiciando el crecimiento sostenido de aquel abismo entre `ricos' y `pobres'. Mientras que el árbol alcanza la sostenibilidad a través de su autosuficiencia en el territorio que habita, en la ciudad motorizada. Bajo esta luz es fácil entender la prisa de la civilización urbano-industrial por suprimir las fronteras para las mercancías y la moneda, y los obstáculos que encuentran las personas para atravesarlas.

Finalmente la construcción de la ciudad sostenible: La construcción de la ciudad sostenible pasa por recuperar el control del ciclo completo de energías y materiales que permiten nuestra existencia. Y para empezar debemos recuperar su percepción eliminando la lejanía. Calmar el tráfico en todos los planos y distancias resulta por tanto una labor

prioritaria. La recuperación de la ciudad construida, modificada, rehabilitada por sus ciudadanos es por tanto una condición imprescindible para su sostenibilidad. El ciudadano tiene que recuperar la posibilidad de dejar huella en la ciudad que habita, como pasó y pasa en algunas ciudades. Es necesario un tamaño de ciudad, de espacio urbano, acorde con la posibilidad de percibir la totalidad o la mayor parte posible de personas, objetos, energías, información que la forman. La ciudad tiene que ser abarcable apenas sin esfuerzo.

Para nuestras grandes metrópolis se ha sugerido y en ocasiones experimentado su troceo en barrios-ciudad, tal y como ha propuesto Agustín Hernández. Trozos de tamaño suficiente como para dar cabida a la complejidad de lo urbano y a su diversidad, pero no tan grandes que el ciudadano los desconozca. Trozos en los que la población pueda, para empezar, construir por sí misma su propia centralidad, su identidad colectiva. No se trata desde luego de construir fronteras arbitrarias: igual que fue posible construir la ciudad global mediante el diseño de redes de comunicación e ingentes inversiones en infraestructuras, es posible trocear la ciudad reformando sus sistemas de transporte: si las circunvalaciones y las autopistas nunca fueron expresión de un proyecto colectivo, su remodelación podría serlo.

Esto no es una utopía: hay ya experiencias de ciudades que iniciaron, su propia transformación: Curitiba en Brasil, Adelaida en Australia, Zurich, Vancouver y otras. A medida que la conciencia de nuestros problemas ha ido creciendo, a veces basta con una cierta masa crítica de personas informadas y alguna circunstancia favorable para que el proceso, al menos, comience.

Cada experiencia tiene sus propias particularidades, aciertos y fracasos, de manera que no tendría sentido aquí una exposición de recetas, trucos y reglas para la rehabilitación ecológica de la ciudad: lo que en unos sitios puede servir en otros puede fracasar. Lo único que las distingue a todas ellas es, precisam ente, ese afán por una nueva acción política democrática que permita reconstruir el alma colectiva de la ciudad.

Desde luego las conclusiones generales que pueden sacarse son dos: primera, la reducción del transporte por todas las razones apuntadas. Segunda: la recuperación de una agricultura sostenible. Este punto ofrece muchas ventajas, pero para la ciudad una en especial: para una agricultura sostenible volverá a necesitarse un montón de gente a pie de campo, lo que daría oportunidades significativas para recuperar el medio rural y su posición superior en el proceso productivo, a la vez que descongestionamos nuestras conurbaciones más grandes. La transformación de la agricultura y de la ciudad tiene que entenderse como caras de una misma moneda.

CASOS REPRESENTATIVOS DE CIUDADES SOSTENIBLES

Las ciudades actuales pueden trabajar en el camino de la sostenibilidad. En este sentido, cada vez son más las iniciativas a nivel urbano para la instalación de energías renovables y sistemas de eficiencia energética, gestión ecológica de los RSU, transporte sostenible, etc. Por su parte, el cambio climático también está promoviendo diversas iniciativas en varias ciudades del mundo.

Curitiba

En lo que se refiere a la sostenibilidad se hace mención a la interacción de tres factores, medioambiental, el social y el económico.

Curitiba, capital del Estado de Paraná, en Brasil, es una ciudad pionera en el desarrollo urbano sostenible. Con una población en torno a los 600.000 habitantes

en 1965 y cercana a los 2.000.000 en la actualidad, ha visto descender su índice de criminalidad, sus ciudadanos gozan de un comparativo mejor nivel de vida y ha frenado la contaminación. Las claves de este eco desarrollo urbano radican fundamentalmente en la voluntad política municipal, que se ha mantenido invariable desde 1971, a pesar de los diferentes signos políticos de los sucesivos gobiernos, y en abordar la problemática urbanística de una forma coherente y radical en cuestiones de principio.

Entre las cuestiones fundamentales es de destacar todo lo relativo al tráfico y el sistema de transporte. Se promovió la primacía del hombre sobre los automóviles estableciendo un inédito sistema de transporte masivo. Cuando la mayoría de las ciudades priorizaba la construcción de viaductos y de vías rápidas, Curitiba simplemente cerró el acceso a su área central –sustituyó los automóviles por macetas de flores, puestos de revistas y espacios de esparcimiento- y la devolvió a los peatones. Creó un sistema viario de ejes estructurantes para el desarrollo lineal de la ciudad evitando la congestión del área central, carriles exclusivos para el tráfico de autobuses que elevaron su velocidad promedio de 4/6 km/hora a 18/20 km/hora.

Se dispusieron líneas de mayor velocidad donde el embarque se efectúa en estaciones tubulares en las que los pasajeros quedan protegidos de la intemperie y con acceso a discapacitados. Un solo billete permite varios recorridos en diferentes líneas cambiando de autobús en estaciones de transferencia, que son equipadas con puestos de periódicos, teléfonos públicos y agencias de correos. Se trata de una "tarifa social" de un sistema de "caja única" de tal forma que los recorridos más cortos subsidian los recorridos más largos que generalmente corresponden a personas de escasos recursos que habitan en la periferia.

El sistema es operado por empresas privadas, bajo el estricto control del municipio, que establece los itinerarios y paga por kilómetro recorrido y no por pasajero transportado, evitando así el exceso de autobuses en los recorridos más rentables y la falta de ellos en los recorridos menos interesantes. Curitiba consume un 25% menos combustible que otras ciudades del mismo tamaño reduciendo significativamente la emisión de contaminantes ya que tres cuartas partes de la población trabajadora toman el autobús.

Se demuestra así que existen soluciones imaginativas y sencillas, y que seguiremos dependiendo de los autobuses por mucho tiempo, en contraposición a quienes proponen soluciones como los tranvías y los sistemas metropolitanos que por su coste son imposibles. Una red de metro puede costar en torno a 400 veces más cara que el sistema elegido en Curitiba.

Existe además una política de incentivos y medidas para solucionar la problemática urbana. La licencia de actividad comercial debe acompañarse de un estudio sobre el tráfico y necesidades de aparcamiento. Los propietarios de edificaciones en el centro histórico, que están sujetos a limitaciones de uso o conservación son compensados en otras zonas mediante transferencias de aprovechamiento. En ciertas zonas, los propietarios pueden edificar dos plantas más por encima del límite legal mediante el pago de una tasa o terrenos que luego se utiliza para financiar la vivienda social.

La política de incentivos pasa por facilitar la educación y la asistencia a la juventud, ofreciendo trabajos a tiempo parcial a escolares de familias de escasos recursos. La recogida de basuras pasa por "comprar basura" a la población de rentas bajas que ayuda a limpiar zonas donde no alcanza el sistema tradicional. Se cambian bolsas llenas de basura por bonos de autobús, paquetes de comida extra y cuadernos escolares para niños.

De una forma integral se aborda la problemática urbana a todos los niveles y desde todos los ámbitos del municipio. La vivienda social se relaciona con el aprendizaje de un oficio y se

diseña en su función; los viejos autobuses son reciclados y convertidos en academias móviles de enseñanza de oficios y bibliotecas; se reordenaron las actividades industriales, se multiplicaron por cien las zonas verdes; se crearon lagos artificiales para evitar inundaciones; se rehabilitaron y protegió el patrimonio histórico; se descentralizaron los servicios administrativos y públicos potenciando los barrios con bibliotecas, guarderías y centros de policía.

Curitiba abrió la primera Universidad Libre del Medio Ambiente, con la finalidad de promover la educación ambiental y difundir la práctica del desarrollo sostenible. Sus cursos están abiertos a todas las personas interesadas en aprender desde la más elemental técnica de poda de árboles hasta el estudio de la teoría del desarrollo sostenible.

Curitiba es considerada entre las cinco mejores ciudades latinoamericanas para invertir. Es el segundo mayor polo automovilístico de Brasil: Audi, Nissan, Renault, New Holand, Volvo y Fiat tienen plantas en la Ciudad Industrial de Curitiba. Es una de las ciudades más limpias y seguras del país, tiene el menor índice de analfabetismo y es la número uno en calidad de la educación. Todo un ejemplo a seguir por las demás ciudades de nuestro continente.

Se nota que la dirigencia política de Curitiba entendió la necesidad de vivir en un espacio de integración social de diferentes culturas, recibió muchas olas de inmigración: italianos, polacos, alemanes, españoles, portugueses, sirio-libaneses y hasta de japoneses. Es una ciudad cosmopolita y multifacética lleva con orgullo la bandera de ciudad verde digna de ser imitada.

Vancouver

Los centros de las ciudades de Norte de América no se consideran generalmente como emplazamientos adecuados para barrios habitables, llenos de vida y sostenibles. Los distritos al borde de los centros de negocios suelen ser áreas de transición con usos de industria ligera, autopistas, y viviendas de renta baja para los residentes más pobres de la ciudad. Para la mayoría de la gente, son lugares desagradables, intransitables e inseguros. Un ejemplo de transformación de este problema es la ciudad de Vancouver quien es pionera en la creación de barrios saludables en el centro de la ciudad para su creciente población. Allí se construyeron nuevos barrios de alta densidad que son precedente para las décadas venideras: barrios con diversidad social, que dependen mucho me nos de los coches, y cuentan con comercios y equipamientos comunes a los que se puede llegar caminando. Estos barrios servirán como modelos para la sostenibilidad urbana y social del hemisferio.

La ciudad está situada en la costa oeste de Canadá y es lugar de residencia de 1,6 millones de personas, cifra que se duplicará en los próximos 30-40 años. Vancouver se asienta en un valle agrícola rodeado por bellas montañas y el mar. En una región en crecimiento, es importante garantizar que la expansión urbana no disminuya el suelo agrícola, pero tampoco permitir un desarrollo urbano que destruya la calidad y belleza del mar y las montañas.

LA TRANSFORMACIÓN DE VANCOUVER:

"Los barrios marítimos de Vancouver, un modelo eficaz de sostenibilidad del medio ambiente"

El centro de Vancouver tiene actualmente 45.000 habitantes en una península que está rodeada de mar por dos lados, y el Parque Stanley (400 hectáreas) por un tercer lado. Los nuevos barrios marítimos adicionaran 20.000 personas, de las cuales 15.000 estarán

en el borde sur del centro de Vancouver (llamado False Creek North) y 5.000 en el borde norte del centro de la ciudad (llamado Coal Harbour). Estas líneas de frente marítimo fueron áreas industriales en origen.

El proceso de convertir estos terrenos industriales en nuevos barrios ha tenido lugar durante los últimos años, con la participación pública como elemento principal en cada paso. Se envían cartas informativas, y se organizan reuniones públicas para discutir la planificación en cada barrio. Muchas decisiones fundamentales que ha tomado el Ayuntamiento han estado directamente relacionadas con las ideas expresadas por los ciudadanos.

Uno de los factores claves de la sostenibilidad de los barrios de alta densidad del centro, es que son una alternativa de alojamiento viable frente a la vida en los suburbios unifamiliares. Esto, por lo tanto, ayuda a romper el patrón de dependencia del coche, y los largos viajes al trabajo comunes a prácticamente todas las ciudades norteamericanas, especialmente las de la zona oeste del continente.

Todas las viviendas de los nuevos barrios marítimos están localizadas a menos de 2 kilómetros del centro de la ciudad. Unos 20.000 habitantes poseerán 2.000 coches menos que si vivieran en los suburbios, los conductores usarán sus coches con menos frecuencia, lo que lleva a una reducción de unos 25 millones de viajes en coche por año. Las calles serán agradables, cómodas y adecuadas para peatones, los principales ejes comerciales y de transporte quedan cerca.

El paso de la planificación dominada por el coche a la orientada a los peatones reduce el consumo energético en transporte y la contaminación atmosférica por emisión de carburantes. El centro de la ciudad dentro de 30 años -denso, con 85,000 habitantes, pero muy agradable a causa de una cuidadosa planificación y diseño urbano-, es modelo para otras ciudades en busca de formas de acabar con el círculo de dependencia del coche.

El éxito de los nuevos barrios marítimos de Vancouver ha sido posible por el desarrollo de un proceso de cooperación y planificación en el que los técnicos municipales, promotores y consultores resolvieron los problemas juntos, implicó a todas las administraciones y que incluyó un debate público fundamental desde el comienzo y a lo largo de todo el proceso. La ciudad ha trabajado duro para garantizar un sistema justo y eficaz para alcanzar los objetivos públicos, como son: la construcción de proyectos de vivienda social con dinero del gobierno provincial, proporcionar parques y equipamientos comunitarios, conseguir de los propietarios de suelo una franja costera para uso público, crear un centro público de arte con artistas locales, etc. La cuestión más evidente resuelta en los nuevos barrios marítimos es cómo ofrecer alojamiento para personas con bajo nivel de ingresos. Un total de 2.300 viviendas sociales (o un 20%) se integran con las viviendas del mercado a medida que los barrios crecen.

Una segunda cuestión es el indudable efecto ambiental de densificar el centro de la ciudad. Añadir 20.000 nuevos habitantes dentro de distancias a pie al centro de la ciudad reducirá los viajes en coche. Caminar, bicicleta, transporte público y taxis se convertirán en opciones a considerar para estos residentes, adicionalmente traerán vida a las calles del centro de la ciudad, haciendo de él un lugar bullicioso y seguro.

Una tercera cuestión, es el agradable ambiente urbano que se ha creado dentro de los nuevos barrios costeros. Los densificados asentamientos se han diseñado cuidadosamente para maximizar la seguridad, las vistas, la iluminación natural, la arquitectura y las calles interesantes, y la intimidad para los residentes. Cuentan con todos los equipamientos comunitarios, incluyendo parques, colegios, centros de salud y centros sociales. La belleza y la paz de la orilla del mar están a un corto paseo para todos.

Una cuarta cuestión es la mejora del medio ambiente con la transformación del antiguo emplazamiento industrial, la contaminación del suelo ha sido un reto mayor. Todos los nuevos barrios han requerido amplios planes de rehabilitación. Donde la suciedad no ha sido eliminada, se ha aislado la contaminación y las aguas subterráneas se han recogido en colectores; con lo que la contaminación de las aguas de las costas próximas ha disminuido drásticamente. Han sido necesarios nuevos colectores que eliminen vertidos químicos accidentales habituales en el viejo sistema.

Los nuevos barrios marítimos son un modelo de sostenibilidad urbana y social para otras ciudades americanas, pues se han creado barrios agradables y llenos de vida, donde la diversidad y el diseño peatonal se entrelazan en el paisaje urbano.

Durante años, Vancouver, como la mayoría de las ciudades americanas, ha experimentado un rápido crecimiento en las urbanizaciones de los suburbios, siempre aumentando las distancias al centro de la ciudad. Con la mayoría de los empleos en el centro de la ciudad, esto ha supuesto más gente en coches durante más tiempo. El desarrollo de barrios de alta densidad para todas las rentas y una población variada, que incluye familias, supone una alternativa viable a la vida en suburbios. Los habitantes de estos nuevos barrios tendrán todos los servicios ubicados dentro de distancias a pie de sus casas. Además, caminar, la bicicleta y el transporte público a sus puestos de trabajo en el centro de la ciudad son alternativas viables.

El alojamiento de alta densidad es en sí mismo más rentable energéticamente que opciones de menor densidad. En uno de los mayores proyectos, la calefacción por distritos se ha empleado como un sistema energético rentable para calefacción. La fibra óptica, disponible para todas las unidades, aumenta la posibilidad de trabajar en casa. Equipos energéticos eficaces y todo lo necesario para el reciclaje en la vivienda, también han sido incorporados a los reglamentos y, como resultado, al nuevo proyecto.

La completa recuperación de los terrenos ha tenido lugar con su recalificación de industriales a residenciales. Se ha cortado el flujo de aguas subterráneas contaminadas que ensuciaba el agua de la costa, conjuntamente con la reforestación de los terrenos, ha reducido la cantidad de vertidos que entran en los colectores y ha aumentado la vegetación y la producción de oxígeno. Las mejoras en infraestructura han eliminado los viejos colectores mixtos y la posibilidad de vertidos accidentales de aguas fecales no depuradas en aguas puras adyacentes. Se ha puesto especial atención en el diseño de la línea de costa para garantizar que no haya pérdidas de especies en el hábitat marino. De hecho, con la mejora de la calidad del agua probablemente habrá un aumento de diversidad en el hábitat.

Muy a menudo se dice que Vancouver es una de las mejores ciudades del mundo para vivir, trabajar, visitar o invertir. También tiene una de las más pequeñas huellas de carbono de cualquier ciudad en América del Norte, es líder en la construcción verde, la planificación y la tecnología.

Vancouver esta a la vanguardia de todo en la lucha y conservación ambiental, pero por sobre todo de convertir a una ciudad en la mejor ciudad del mundo para vivir, no solo por la calidad de vida, seguridad sino por su bajo índice de contaminación ambiental y por ser la ciudad más verde del mundo en todos los aspectos de la vida diaria. Un ejemplo a seguir. En Vancouver se propusieron diez puntos a alcanzar como metas:

1. **Convertirse en la "meca" de las empresas "verdes",** creando una zona de desarrollo con bajo CO2 para atraer inversiones de empresas especializadas en energías renovables y tecnologías de eficiencia energética y baja producción de CO2, con el objetivo de crear **20000 puestos de trabajo.**

2. Eliminar la dependencia de los combustibles fósiles con una reducción de la emisión de gas del 33% desde los niveles de 2007. Ya se ha logrado, Vancouver produce casi 5 toneladas per capita que sólo consiguen algunas ciudades europeas.
3. Hacer de Vancouver el líder mundial del diseño y la construcción de edificios "verdes" y, para 2020, hacer que todas las nuevas construcciones de la ciudad sean neutras en CO2, al tiempo que se mejore la eficiencia de los edificios existentes en un 20%.
4. Animar a la movilidad no contaminante haciendo que el 50% de los residentes vayan caminando, en bicicleta o utilicen el transporte público para moverse por la ciudad. Ahora mismo, el transporte de este tipo se utiliza en el 37% de los viajes.
5. Reducir al 40% la cantidad de residuos sólidos per capita que se lleva a vertederos o es incinerado.
6. Dar a cada ciudadano acceso fácil a la naturaleza proveyendo de "incomparable acceso a espacios verdes", ampliando "el bosque urbano más espectacular del mundo en Stanley park" de manera que en el 2020 cualquier persona pudiese vivir a 5 minutos andando de un parque, playa o camino verde. Otros 150.000 árboles serán plantados en la ciudad en los próximos 10 años.
7. Reducir la huella ecológica de Vancouver al 33% con el objetivo de alcanzar la "huella ecológica de un planeta". Robertson afirmó que ahora mismo la ciudad posee un nivel de "cuatro planetas" en cuanto a consumo y residuos. El objetivo es reducir esta huella de 7 hectáreas a 1.8 hectáreas por persona.
8. Mantener los más altos estándares internacionales de agua potable pero reducir el consumo per cápita en un 33%.
9. Conseguir la mejor calidad de aire de cualquier ciudad de gran tamaño del mundo.
10. Convertirse en un líder global en sistemas de producción de comida urbana reduciendo en un 33% la huella ecológica de la producción de alimentos.

Helsinki

Helsinki, capital de Finlandia, trabaja a conciencia para proteger y mantener su singular medio natural. Las medidas que ha llevado a cabo para mejorar la interacción entre la naturaleza y los ciudadanos forman parte del desarrollo sostenible de la ciudad. Los valores naturales de Helsinki se consideran un importante factor que contribuye a la calidad de vida de sus habitantes. Helsinki tiene en cuenta las condiciones y oportunidades del medio natural en su planificación y fomenta la conservación de la naturaleza con la educación, formación y concienciación creciente como sus piedras angulares.

La estrategia de biodiversidad de Helsinki está enfocada al desarrollo de las zonas verdes de la ciudad y al aprovechamiento de los espacios públicos. Además de proteger el medio ambiente, las actividades realizadas en el marco de esta estrategia incrementan el contacto social y estimulan la utilización del espacio urbano, reforzando la conciencia de sus habitantes acerca de la identidad de su ciudad.

La estrategia queda así formulada y se aplica con la colaboración intensiva de varios departamentos de la administración local y en cooperación con organismos científicos y de investigación. La colaboración con organizaciones no gubernamentales, asociaciones vecinales y sociedades profesionales sirve para anclar la estrategia en la sociedad civil. Las acciones planificadas y las decisiones sobre zonas protegidas y zonas verdes, basadas en datos de inventarios científicos, crean una base sostenible para la protección del medio ambiente, que queda reforzada con la participación pública en actividades dirigidas hacia

la naturaleza. De este modo, los ciudadanos adquieren nuevos enfoques, que, en el mejor de los casos, crean un auténtico sentido de responsabilidad hacia el entorno común.

EN SÍNTESIS……

Los debates sobre como es la ciudad más funcional a los intereses de todos sus habitantes y al mismo tiempo resguardar cierto equilibrio ecológico y ambiental, están muy agitados en todo el mundo. La experiencia urbana de las últimas décadas fomentó un modelo de ciudad dispersa, donde la clase media acomodada "huía" a las periferias en busca de calidad de vida, mientras los desposeídos también huían hacia las periferia opuesta y marginal, en busca de tierra, devoradoras de naturaleza.

El mercado especulativo y la crisis social y económica de muchas ciudades, produjo ciudades insalubres y desiguales. Y como consecuencia, un éxodo de población hacia entornos menos hostiles o paradójicamente muy hostiles por su baja valuación, como áreas inundables e inestables en general.

Las vías y los medios de transporte y los servicios se encarecen debido a las mayores distancias y la insatisfacción social se incremento al mismo ritmo que los precios de la tierra que diezmaron las posibilidades de la propia clase media.

Una ciudad dispersa, es ineficiente por donde se la mire. Todo es más extenso y mantenerlo implica un costo adicional con respecto a una ciudad compacta. El avance de la ciudad sobre los ecosistemas naturales reduce la diversidad biológica y cambia verde por cemento. Una ciudad dispersa contribuye a la complejización del efecto invernadero porque consume más energía fósil y sustituye bosques, por superficies construidas que a su vez reflejan más calor a la atmósfera.

Es hora de pensar en ciudades sin barrios cerrados, mas construcciones en altura, sin necesariamente alcanzar la dimensión de torres, con medios masivos de transporte eficientes; con muchos espacios verdes públicos y privados; naturales, adecuados y hasta con chacras periurbanas que amortigüen el espacio entre las ciudades y los ecosistemas ribereños.

Para tener ciudades inteligentes, seguras, sostenibles, que propicien el desarrollo económico, la convivencia armoniosa y la calidad de vida, es imperioso superar el modelo de urbanismo desarrollista. Este modelo, no humanizado ni sostenible, es el que deja el diseño de la ciudad en manos de promotores y de políticos y burócratas inescrupulosos, y que fomenta el desarrollo de ciudades dormitorio carentes de equipamientos culturales, deportivos, áreas verdes, plazas, etc., y que desatiende necesidades imperiosas como la distribución del agua potable y el ordenamiento del transporte público.(De la Camara, 2002)

REFERENCIAS

ANDRÉ, Francisco J.; CERDÁ, Emilio. **Gestión de residuos sólidos urbanos:** análisis económico y políticas públicas**.** España, 2001.

CALVO SALAZAR, Manuel. Bases para una ciudad sostenible en Andalucía: la ciudad de las personas desde el territorio. **La Civdad Viva**, n.2, nov. 2008

_____. Sostenibilidad en el urbanismo: una propuesta. **La Civdad Viva**, set. 2007.

CIUDADES sustentables y gobierno local. **Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA)**, nov., 2000.

COMITÉ ECONÓMICO Y SOCIAL DE LA UE. Hacia una estrategia temática sobre el medio ambiente urbano. **La Civdad Viva**, Bruselas 2004.

DELACÁMARA, Gonzalo. El análisis económico y la sostenibilidad de los sistemas urbanos. **Ponencia de curso**: técnicas para el diseño de agendas 21 Locales. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2002.

ESTEVAN, Antonio. El nuevo desarrollismo ecológico. **Archipielago**, n. 33, p. 47-60. 1998

FIDALGO, Guillermo. Ciudades verdes: la idea de planificar bajo criterios ecológicos. **Tiempo Industrial:** periódico de la producción para el desarrollo de la Norpatagonia**.** Bahía Blanca, ano 3, n. 29, 2009. Disponível em: <http://uibb.org.ar/ti/ti-a03nro29.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

NAREDO, José Manuel. **Sobre los orígenes, el uso y el contenido del término sostenible.** 1996. Disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/cs/p2/a004.html>. Acesso em: jun. 1997.

OCAMPO, José Antonio. **Políticas e Instituciones para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile; CEPAL; 1999.

PINTOS, P.; LONGO, G.; DELUCCHI, D.; PEREIRA, A. **Planificación estratégica en tiempos de crisis.** s.l.: Desarrollo Humano e institucional en América Latina – DHIAL, 2003.

TALLER ECOLOGISTA; COMISIÓN DE ECOLOGÍA; H. CONSEJO MUCIPAL DE ROSARIO. Cuidades siglo XXI. JORNADAS LATINOAMERICANAS SOBRE CIUDADES SUSTENTABLES, 1., 1999, Rosario, Argentina. **Anais…** Rosario, Argentina, 1999.

CONCEPÇÕES DE PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO NO ESPAÇO RURAL CONTEMPORÂNEO[1]

CONCEPTIONS OF PRODUCTION AND TRANSFORMATION IN CONTEMPORARY COUNTRYSIDE

Celbo Antonio Ramos Fonseca Rosas [2]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo verificar indicações a respeito das alterações materiais e imateriais que permeiam o espaço rural brasileiro, através dos direcionamentos do padrão produtivo da agricultura brasileira, vinculadas à vertente do paradigma do capitalismo agrário, que determina as transformações no espaço rural. Tais mudanças podem ser observadas em todo território nacional, e expressas pelas diferentes demandas e diversidade contidas nesse espaço, que se intercomunicam com os espaços urbanos tanto na produção, como nas ideologias.

Palavras-chave: Relação campo-cidade; Espaço rural; Pluriatividade; Família rural; Políticas públicas

ABSTRACT: this article aims to verify particulars regarding the material and immaterial changes that permeate the Brazilian countryside, through the productive standard targeting Brazilian agriculture, linked to the aspect of the paradigm of agrarian capitalism, which determines the changes in rural areas. Such changes can be observed throughout the country, and expressed by the different demands and diversity contained in this space, that the urban spaces intercommunicating both in production and in ideologies.

Key words: Relationship field-city; Rural space; Pluriativity; Rural family; Public policy

INTRODUÇÃO

Quando se compara dois espaços contínuos, de influência mútua, deve-se levar em consideração que essa relação só pode ser considerada caso se analise fatores endógenos (formação cultural, memória, família etc), interligados com fatores exógenos (políticas rurais, clima, comercialização, preço do produto, solo, investimentos, entre outros). Dentre essas perspectivas de análise, compreender a relação entre o campo e a cidade nos remete a especificações analíticas, pautadas no contexto das necessidades mútuas existentes entre esses dois espaços, diante das transformações que ocorrem no espaço rural na atualidade.

1 Este artigo faz parte de discussões defendidas na Tese de doutorado intitulada "A (des)construção da relação campo-cidade no Extremo Noroeste Paulista", na Universidade Federal de Uberlândia.

2 Professor Doutor da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. Departamento de Geociências.
E-mail: celboantonio@uepg.br

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

Essa perspectiva analítica é apontada e proposta por Marsden (1990). Este autor analisa tais transformações na relação rural-urbano na Inglaterra e realiza críticas em relação às interpretações sobre a pluriatividade e o desenvolvimento rural pontual. Vale ressaltar que a realidade inglesa é diferenciada em relação à brasileira e até mesmo ao restante da Europa, principalmente da porção sul deste continente, no tocante às condições sociais, econômicas e naturais. A proposta é compreender o caminho teórico-metodológico apontado por Marsden (1990), e verificar apontamentos que poderão ser utilizados nas análises das realidades brasileiras.

FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS ÀS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL

Duas principais críticas são realizadas por Marsden, Whatmore e Munton (1987) sobre a incidência das perspectivas de Chayanov e Lênin no contexto da perspectiva do rural e do urbano. A primeira, ao realizar uma análise da pluriatividade no interior da família rural, contextualiza esta como uma categoria de análise separada de uma instância que recebe influências macro econômicas e sociais, uma vez que a pluriatividade é considerada uma atividade ligada à agricultura de base familiar, como estratégia de reprodução e desenvolvimento frente ao avanço do capitalismo no campo. Já na abordagem baseada em Lênin, as famílias rurais camponesas são um "obstáculo" no cerne do modo de produção capitalista, e estão fadadas ao desaparecimento, já que não haveria mais espaço para a reprodução e sobrevivência num espaço cercado pelo capital e especulação fundiária. Percebe-se, porém, que tal apontamento, na atualidade, não é regra.

Outra crítica arrolada pelos autores está relacionada ao dualismo na análise sobre a modernização e o subdesenvolvimento rural. De um lado, se encontram os Complexos Agroindustriais e os *Clusters* fundamentados por uma produção em larga escala, pautadas na monocultura voltada à exportação, com uma base técnica moderna, integrado ao capital que alicerça a formação desse campo.

Num outro patamar estão os produtores que não estão integrados ao capital, não conseguindo amplitude suficiente de mercado, além daqueles que estão submissos ao direcionamento da empresa capitalista, presos à comercialização e dependência com a indústria. Esta contraposição de ideias é generalizada e não contribui para uma análise dos problemas locais, considerando apenas aspectos de caráter macro na escala de análise.

Com base em discussões sobre as transformações ocorridas no continente europeu, Marsden, Whatmore e Munton (1987) propõem uma abordagem analítica que contemple as determinações internas da reprodução familiar, como resultante de fatores externos à família rural, no contexto do modo de produção capitalista, expressa num desenvolvimento desigual e combinado. Isso significa que os atributos desenvolvidos e criados no subjetivo e nas expressões culturais das famílias rurais são influenciados pelos fatores externos, como o comércio, o acesso às políticas públicas, as condições climáticas, entre outras.

Dessa forma, tal processo passa a ser analisado dentro da lógica da família rural, expressa nas decisões e dificuldades enfrentadas para sua reprodução. Para Smith (1988, p. 150), "[...] o desenvolvimento desigual, já se afirmou, é uma lei universal da história humana ou, de uma forma mais abstrata ainda, é a essência da contradição". Nesse sentido,

> A divisão mais profunda do trabalho, entre a agricultura e a indústria, é igualmente um fenômeno espacial. [...] não existe nada na natureza que estimule uma divisão entre agricultura e indústria, mas desde que esta divisão social apareça a diferenciação inerente à natureza determina quais atividades ocorrerão e onde ocorrerão. O mesmo princípio se aplica não tanto para a divisão geral entre agricultura e indústria, mas também para a subdivisão interna desses setores principais. A localização de diferentes setores agrícolas ocorre em relação a diferentes condições naturais e o mesmo é verdadeiro com relação a diferentes setores industriais, que são influenciados mais pela diferenciação localizacional na disponibilidade de matérias-primas e componentes acessórios. (SMITH, 1988, p. 151)

Porém, para se alcançar tal procedimento, com base na tese sobre o desenvolvimento desigual de Smith (1988), é construído por Marsden, Whatmore e Munton (1987) um plano pautado em escalas de análises sobre o rural, tentando unir aspectos de ordem interna e externa à família rural, além de uma interação entre essas ordens. As escalas são apontadas por Marsden, Whatmore e Munton (1987):
1) divisão regional do trabalho e capital; 2) desigual divisão setorial do trabalho e capital; 3) desenvolvimento desigual da organização interna das unidades de produção; e 4) diferente divisão do trabalho entre capitais agrícolas e outros capitais da cadeia alimentar.

Porém, a percepção que mais expressa o processo de penetração desigual do capital é a divisão local e regional do trabalho, representada pela primeira escala, pois a expressão da conjuntura ocorre em um lugar específico, como um nó dos desdobramentos do capital, sendo apregoada na dinâmica local e regional, revelando dimensões provenientes de aspectos gerais, e que por sua vez redirecionam decisões a serem tomadas no local e no interior das famílias rurais.

Fica claro que a aproximação e relação entre rural e urbano são mais evidentes em âmbito local e no máximo regional. Brose (2001) indica que, baseados num "enfoque horizontal", uma região possui uma cidade pólo que serve como prestadora de serviços às demais cidades circunvizinhas, concentrando também o fluxo de informações, produtos e recursos, e os municípios que se encontram ao entorno, possuem uma malha econômica mais frágil, e se tratando de pequenos municípios, a produção se encontra centrada no meio rural. Isso vale para pequenas e médias cidades, uma vez que em algumas regiões do país, o acesso a cidade médias e grandes é dificultado pela infraestrutura, além das distâncias e meios de locomoção.

Já num "contexto vertical", encontra-se aparentemente o mesmo modelo analisado horizontalmente, ou seja, tem-se um pequeno aglomerado urbano, que serve como prestador de serviços ao meio rural, concentrando a infraestrutura e os fluxos de informações, recursos e produtos em nível municipal. Isso significa que, para o capital em diversas escalas, a relação do rural com o urbano se intensificam, nos mais diferentes setores de análise, devido as necessidades provenientes dos espaços rurais, na maioria dos casos.

Baseados nessa argumentação, Ferreira (2005, p. 15) observa alguns pontos de aproximação entre o rural e o urbano

> [...] através do comércio, quando os produtores dirigem-se para a cidade com o objetivo de fazer compras e vender seus produtos; quando os filhos dos produtores rurais dirigem-se para a cidade com o objetivo de trabalhar, estudar, de se divertir; através da busca de assistência e serviços, quando a família agrícola ou pluriativa, como é o caso de muitas delas, vem à cidade em busca de assistência

> médica e hospitalar, educação, assistência técnica etc. Por outro lado, o citadino [...] busca no campo, principalmente, diversão através da freqüência em chácaras, pesque-pagues, hotéis-fazenda, restaurantes, festas religiosas, etc.

As relações entre os moradores do espaço rural com o urbano, e vice-versa, demonstram em nível local e regional, uma "sincronia conflituosa", expostas dialeticamente entre os diferentes grupos. Por outro lado, o processo de urbanização transcende a cidade e tende a substituir ou mesclar, em diversos níveis, o campo, compostos num plano de consumo de símbolos, imagens, e o modo de vida da cidade, com padrões urbanos (FERNANDES, 2001).

Acrescentado valores às linhas apresentadas, Marsden, Whatmore e Munton (1987) evidenciam ainda a escala temporal, demonstrando o tempo do capital em lugares diferentes, ratificando que elementos de caráter macro transformam diversas atividades em nível local, principalmente em setores rurais distintos. Essa dinâmica é diferenciada, evidentemente, entre as regiões do Brasil, uma vez que a multiplicidade de características diferenciam as análises em lugares distintos, como as regiões sudeste e nordeste do país.

ESCALAS TEMPORAIS NO ESPAÇO PRODUTIVO

Ainda de acordo com Marsden, Whatmore e Munton (1987), o tempo se constitui elemento importante, mas distinto nas escalas. Diferentemente do tempo do capital, o tempo do Estado e o tempo da família são representações decisivas para a análise do desenvolvimento territorial. A intervenção do Estado modifica decisivamente e agrava o desenvolvimento desigual na agricultura, tanto em escala produtiva quanto em escala regional e local, principalmente nos países europeus, já que a interferência do Estado em países como o Brasil se dá por ordem inversa, ou seja, pela falta de apoio e intervenção, ou direcionada para um segmento específico, dada a especificidade da modernização conservadora. Somente em meados da década de 1990 que as políticas públicas passaram a atender a agricultura de base familiar, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

No caso do Estado brasileiro, o tempo das decisões normalmente são mais lentos, principalmente quando os direcionamentos estão ligados aos interesses da classe trabalhadora. As decisões judiciais deixam tais ações ainda mais lentas, já que a ineficácia do sistema jurídico no Brasil amplia tal lentidão.

Já o tempo da família, organiza as relações internas à família rural, e são expressos no tempo geral, cujo significado está nas decisões e planejamentos da família, de acordo com as condições impostas pelo capital externo e pelas políticas estatais, levando em consideração também os aspectos ligados à cultura de tais famílias. A organização da produção também depende do contexto externo, e a decisão da produção está intimamente ligada aos fatores oriundos do comercio, preços e condições de produção.

Outro elemento fundamental que organiza o tempo da família é o tempo dos negócios, que faz com que a família esteja permanentemente buscando uma adaptação em relação às condicionantes externas, haja vista a constante tentativa do capital industrial e financeiro de penetração no meio rural, ou até mesmo buscar novas formas de produção. Porém, o tempo dos negócios dá um salto na rapidez e agilidade, quando se fundamenta os interesses do capital, e principalmente os evidenciados por bolsas de valores e grandes corporações multinacionais.

Por fim, o tempo do trabalho é parte do tempo da família, pois expressa a necessidade e as dificuldades em buscar seu sustento na produção agrícola e em sua permanência no campo. (MARSDEN, 1990).

Ao compreender a divisão do trabalho e do capital, sustentada pela integração dos setores temporais mencionados, o autor indica que o ponto de conjunção das intervenções estatal e do capital no espaço rural, ocorre a partir da unidade familiar, ou seja, é a partir da família rural, ao buscar sua reprodução, que pode se analisar o contexto mais amplo das forças externas à ela, pois a expressão do todo ocorre numa escala local. É necessário estabelecer uma complexa relação entre a lógica de funcionamento e organização da família rural, imbricada às relações provenientes de forças externas, da organização do espaço.

Numa leitura realizada por Cardoso (1998, p. 56) sobre as concepções de Marsden, considera que

> As relações com o capital externo – crescente dependência tecnológica, financeira e da relação com o mercado – impactam diretamente sobre a produção e a organização interna do negócio rural. As relações internas de produção – relações com o capital, o direito sobre a terra, o controle operacional do negócio e de trabalho – expressariam a própria racionalidade da unidade de produção familiar.

É nesse sentido que Marsden (1990) avança sua análise para uma proposta de sobreposição às abordagens dualistas de desenvolvimento capitalista no campo, enfatizando as relações internas das famílias rurais e sua inter-relação com os mercados, dando ênfase aos elementos expressos numa abordagem integrada no sentido cultural e materialista, considerando que muitas famílias analisadas em sua interpretação, integram o mercado através de produtos não-agrícolas, demonstrando a adaptação às condições impostas pelo meio.

Esta insistência é retomada novamente em Marsden (1990), numa perspectiva semelhante à de Lefebvre (1999) e Figueroa (1997), no qual as transformações que ocorrem nas áreas rurais possuem como ponto de partida a análise da família rural, considerando as correlações existentes entre esta e o mercado, e que vem se tornando cada vez mais impessoal, devido a escala de interações e interesses de ambos os lados, característicos de um modo de produção capitalista. Essas transformações estabelecidas modificam e são modificadas, primeiramente, pelas famílias rurais, que são a expressão das mudanças existentes no rural, produto e produção de tais mudanças.

CAPITALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O CONTRAPONTO AGROECOLÓGICO

As políticas agrícolas e os mercados trouxeram desestabilização e dificuldades na produção e comercialização dos produtos pelas famílias rurais. A reorganização e adaptação ao meio, transformando a realidade dos indivíduos componentes das famílias, acabaram por redefinir seus valores e suas atividades para a continuação e a sobrevivência do homem no meio rural, ou se fortalecer como camponês, ou até mesmo vender ou arrendar suas terras e migrar para as cidades.

Com base nas relações estabelecidas entre as famílias rurais e o mercado, Marsden (1992) lança a proposta de que o eixo de suas discussões, tomando como funda-

mento o processo de reprodução das famílias rurais, interna e externamente, toma sentido apenas no processo de "commoditização", cuja lógica está expressa no modelo denominado "treadmill".

Este é um modelo que possui como tendência a concentração de capitais nos negócios agrícolas e em todas as fases da cadeia produtiva. Isto leva a uma maior inserção do capital nas atividades agrícolas, fazendo com que os produtores individuais tenham a necessidade da acumulação de capitais para assegurar sua reprodução.

Esta análise toma corpo no contexto de uma reorganização do modo de produção capitalista no campo, pois traz novas funções baseadas nas *commodities*. Mesmo considerando que este processo é extremamente contraditório e segrega grande parte dos trabalhadores que buscam a sobrevivência no campo, é inegável tal aspecto, levando em consideração a crescente importância do capital intelectual no processo de globalização vigente, que transforma técnicas produtivas, na maioria das vezes, em favor do capital.

Na Europa, campo de análise de Marsden (1992), a "commoditização" acelera o movimento de capitais no campo, transformando novos valores, e oferecendo novas oportunidades a diversos segmentos produtivos antes excluídos do mercado, pois gera novas possibilidades de comercio. Porém, as famílias que se inserem neste contexto, se tornam dependentes do capital, interligadas diretamente aos interesses do mesmo. Esta é, muitas vezes, a única forma de permanência no campo, já que o não cumprimento dessa premissa leva o produtor a se expropriar de seu meio.

Dessa forma, expressos ainda na leitura de Lefebvre (1999) e Figueroa (1997), o processo de "commoditização" transforma e reformula as características das famílias rurais, tanto em seus aspectos internos de gestão de finanças, estrutura, responsabilidades, habilidades, como nas relações externas, como níveis de endividamento, gestão de negócios, relações interpessoais, comerciais, entre outros. Porém, cabe ressaltar que essa característica não é generalizante, pois ocorre em algumas regiões e setores produtivos.

A reestruturação familiar (interna) passa no entendimento de Marsden (1992), pelos condicionantes externos, que acabam direcionando as decisões familiares de todos os níveis apresentados, até mesmo de sua permanência na atividade e no espaço rural. As condições externas às famílias rurais podem servir como um estímulo ou desestímulo à continuidade da produção, pois as dificuldades produtivas, na comercialização e no preço de venda acabam muitas vezes, num imediatismo, por não querer mais dar continuidade à produção agrícola e até mesmo as não-agrícolas.

A leitura deste autor está engendrada no contexto da crise do modelo fordista de produção na Europa, levando a uma fase onde houve um retrocesso nas políticas produtivistas da agricultura, oferecendo espaço para a emergência de novas formas de exploração. Para que a família rural consiga sua permanência e sua sobrevivência, é necessário que haja uma flexibilização no trabalho, juntamente com uma vocação empresarial.

Mesmo quando não há tal vocação, existem possibilidades de auxílio de diversos órgãos que oferecem base para a formação e a abertura de uma empresa, ou pelo menos, a perspicácia de uma administração dos negócios familiares. Além desse aspecto, é necessário o acesso ao crédito, pois a dificuldade na produção de atividades no espaço rural, somente será ultrapassada através da junção desse caráter empreendedor e do acesso ao crédito, disponibilizado pelas políticas públicas, quando direcionadas a agricultura de base familiar.

De acordo com Marsden (1992), a pluriatividade é um produto final da interação entre as relações externas, tanto em âmbito local e regional, como as influências mais

abrangentes e o universo familiar, que depende das variações impostas pelo contexto para tomar suas decisões coerentemente.

Ainda para Marsden (1990) um dos aspectos relevantes a ser considerado na influência externa às famílias, é a reestruturação do sistema agroalimentar e os impactos causados no espaço rural. Esta é considerada e inserida num contexto capitalista, de produtos vinculados à exportação, na maioria dos casos.

De acordo com Rainelli (1996), a reestruturação do sistema agroalimentar possui como diretriz a diversificação de ofertas produtivas e/ou agregação de valores a produtos existentes, destinados a um mercado cada vez mais variado e amplo, angariando inovações organizacionais e de capitais no sistema agroindustrial, buscando vantagens competitivas através das inovações tecnológicas. Toda essa reestruturação traz diversos impactos sobre o rural, com a possibilidade de oferecer empregos em CAIs, fortalecer o mercado de um determinado produto, ou por outro lado, expropriar e dificultar a comercialização de produtores marginais, podendo levá-los, consequentemente, à expropriação e ao êxodo rural.

Outra vertente dessa mesma discussão é a produção agroecológica, que passa a ser muito mais do que simplesmente uma produção orgânica, para englobar mudanças paradigmáticas nas premissas produtivas do capitalismo agrário produtivista (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014), englobando uma forte questão social e alimentar no processo de construção de uma ideologia pautado no paradigma da questão agrária.

É nesse sentido que ocorrem inovações organizacionais empresariais para alcançar vantagens competitivas e busca de novos mercados, mesmo considerando que o viés desse direcionamento, ocorre com o setor produtivo ligado diretamente às famílias rurais, desprovidas de suficientes recursos financeiros para ampliar seus conhecimentos e, posteriormente, realizar investimentos econômicos na tentativa de consolidar um empreendimento no meio rural. A agroecologia é um desafio conceitual e prático no seio do capitalismo agrário, que deve ser construído com parcerias e aperfeiçoamento do mercado local e regional, principalmente.

O contexto atual tem marcado a criação de novos valores de uso, que agregando valores, surgem como novos valores de troca (MARSDEN, 1990). Porém, cabe ressaltar que o autor apenas indica a ocorrência de tais transformações, já que o valor mais importante atualmente são as ideias, o pensamento, pautado em equipamentos capazes de colocar esse conhecimento em prática, o que Santos (1999) denominou de meio técnico-científico -informacional, e que gerenciados da maneira como se encontra atualmente, é um grande vetor de desenvolvimento econômico e em contrapartida de desigualdade social, acentuando o acesso e o conhecimento a esses novos produtos e ao próprio conhecimento.

Portanto, de acordo com Marsden (1990), essa necessidade de busca por novos produtos rurais, está ligada diretamente a uma reestruturação do sistema agroalimentar. A pluriatividade nasce da relação direta entre o que é imposto pelo meio e suas implicações com o interior das famílias rurais, pois aquelas que não conseguem se inserir num contexto envolvido pelo capital, buscando fontes alternativas de recursos para novas relações com o mercado e até mesmo de sobrevivência, integrando o produto a ser comercializado, com a aceitação deste pelos clientes, buscando sempre condições mais propícias de produção (GEORGE, 1971). Toda essa relação está inserida num contexto no qual o capital se aglomera cada vez mais no campo, nas mãos de poucos produtores.

A análise da pluriatividade da família rural está baseada, portanto, numa interpretação e correlação com contexto externo, considerando os aspectos econômicos gerais e aqueles relacionados ao local e região, influenciando e interagindo com as decisões das

famílias rurais. Apesar de considerar as mudanças em nível macro e micro econômico, a economia local e regional é aquela que melhor expressa as transformações que ocorrem nas famílias rurais, pela realidade estar próxima dos agentes sociais.

O principal ponto de observação desse contexto são os impactos causados por essas mudanças no interior das famílias rurais, que na maioria das vezes, são frágeis economicamente e com parcos recursos financeiros e educacionais, dificultando na tentativa de se aventurar em novas atividades econômicas. Neste caso, a luta não é pela terra, diretamente, mas pela permanência nela através da produção agrícola e não agrícola.

Há uma tendência do capital se inserir no campo e buscar, através das agroindústrias, novas fontes de valorização de produtos com o mercado, agregando valor aos produtos de grande demanda e transformando-os, através de pesquisas, em produtos ricos em determinadas substâncias, sem colesterol e gordura, como também os produzidos de forma orgânica, para atender o mercado consumidor que se encontra cada vez mais exigente. Nesse caso, o agroecológico está voltado aos interesses do capital, e não da prática social, de produção e ideológica.

Porém, essa tendência à agroindustrialização e inserção de novas tecnologias no processo de produção, expropria diversos segmentos produtivos de suas terras e de suas produções, além de criar um falso paradigma que atribui o acesso à alimentação a produção agroindustrial.

A facilidade do arrendamento de terras para o capital, em detrimento à produção e utilização dessas pela própria família, é uma prática cada vez mais comum no Brasil, principalmente em decorrência da cultura canavieira. Mas vale resgatar que, com a emergência de um novo padrão de consumo, há uma abertura de espaço para produtos agroecológicos, e diversos outros provindos da produção familiar, refletindo um novo nicho de mercado que se expande em plena consolidação do capital no campo.

Isso fica mais claro quando se toma como exemplo o caso brasileiro, onde a alimentação básica das pessoas em geral é proveniente das famílias rurais, em âmbito local, e que os CAIs são responsáveis para acentuar a balança comercial de produtos exportáveis, e não para a segurança alimentar interna. É necessário, portanto, incentivar esse tipo de produção em detrimento à atividade sucroalcooleira.

A inserção das famílias rurais nesses novos padrões de consumo baseado em atividades empreendedoras familiares, não é tão simples. Para conseguir tal feito, a família rural deve ter uma perspectiva empreendedora aguçada e a percepção dessa oportunidade, organizando e flexibilizando seu trabalho, além de uma localização geográfica privilegiada, interagindo com boas condições de comercialização e mercado, bem como apoio externo condigno, que é o acesso ao crédito e políticas públicas direcionadas, e a profissionais capacitados para auxílio na implantação das novas técnicas de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tais pressupostos, nota-se a dificuldade de inserção das famílias rurais nesse novo contexto emergente, principalmente em países da América Latina (PEREZ CORREA, 2004). "El proceso de urbanización y concentración de la población, en grandes ciudades, en América Latina ha sido rápido, con poca planificación, y ha gerado muchas consecuencias negativas tanto para el mundo rural como para el urbano." (PEREZ CORREA, 2004, p. 51).

O mercado local e regional possui grande importância neste contexto de inserção das famílias rurais nas novas atividades relacionadas ao rural, pois a economia gerada e

oferecida nesta área acaba traçando diretrizes que condicionam a produção dessas famílias. De acordo com Smith (1988), essa relação é expressão tênue de um desenvolvimento desigual apregoado pelo modo de produção capitalista, no qual a proximidade com maiores centros urbanos pode fortalecer a comercialização dos produtos, das famílias expropriadas pelo capital especulativo e depredador que se estende no âmago das sociedades.

Na verdade, essas transformações são ocasionadas pela mudança de valores da sociedade de consumo urbano, que podem ter sido ocorridas por diversos motivos, que acaba ditando as diretrizes produtivas nas áreas de produção rural. Nesta perspectiva, surge um novo papel para o rural, que não fica preso somente à agricultura, mas para atividades que muitas vezes estão relacionadas à agricultura, como fabricação de doces, a preservação da natureza (muito difundido atualmente), inseridas num contexto onde o turismo ganha evidência para as necessidades do citadino, oriundas do atual cenário proveniente de um meio técnico-científico-informacional identificado por Santos (1999). O papel social possui agora um papel mais efetivo no espaço rural, pois representa um espaço de disputas territoriais constantes, tanto políticas quanto ideológicas.

A pluriatividade como foco de análise de transformação e adaptação das famílias rurais às condições impostas pelo meio é, para Carneiro (2003), um foco equivocado para se aproximar da realidade, pois é necessário considerar as condições de reprodução das famílias rurais e dos grupos sociais que recorrem à pluriatividade, já que para Marsden (1990), essa análise não é realizada. A pluriatividade é um resultado das transformações, e não um fenômeno que leva às transformações. Mesmo assim, destaca-se a relevância de tal perspectiva quando se consideram em diversas escalas e em lugares diferenciados, as condições das famílias rurais, agregando argumentos à análise proposta por Marsden (1992).

Dessa forma, a escala das mudanças só pode ocorrer quando se tem uma interação entre o estado das mudanças e o motivo de seus acontecimentos, pois depende do enfoque e do lugar a ser analisado.

REFERÊNCIAS

BROSE, Markus. Desenvolvimento rural: potencialidades em questão. In: ETGES, Virgínia E. (Org). **Desenvolvimento rural:** potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul -SC: EDUNISC, 2001. p. 11-17.

CARDOSO, Alessandra. Dicotomia rural-urbano, economia local e pluriatividade (em busca de um espaço para o rural). **Revista Economia Ensaios.** Uberlândia: EDUFU, v. 12/13, n. 2/1, jul/dez. 1998.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo – RJ). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, Renato. **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

FERNANDES, Beatriz L. O sentido da cidade no final do século XX. In: SPÓSITO, Maria Encarnação B. (Org). **Urbanidade e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente-SP: UNESP/GASPERR, 2001. p. 501-14.

FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford A.; GONÇALVES, Elienai C. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: Cultura acadêmica: Unesco, 2014 (Vozes do Campo).

FERREIRA, Darlene A. de. Do campo à cidade, da cidade ao campo – ruralidade e urbanidade em territórios contíguos: o caso de Araraquara – SP. In: ENCONTRO DE GRU-

POS DE PESQUISA, 1., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. CD-ROM.
FIGUEROA, A. Hacia un nuevo enfoque sobre el desarrollo rural em Amércia Latina. In: **Seminário internacional interrlación rural-urbana y desarrollo descentralizado.** México: FAO/ONU, 1997.
GEORGE, P. **Geografia do consumo.** São Paulo: Saber Atual, 1971.
LEFEBRE, Henry. **A revolução urbana.** 34. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
MARSDEN, Terry. Exploring a rural sociology for the fordist transition. **Sociology Ruralli**s. v. 32, n. 2/3, 1992.
_____. Towards the political economy of pluriactivity. **Journal of Rural Studies.** v. 6, n. 4, p. 375-82, 1990.
MARSDEN, T.; WHATMORE, S. J. & MUNTON, R, J, C. Enevem development and the restructuring process in British agriculture: a preliminary exploration. **Journal of Rural Studies.** v. 3, n. 4, p. 297-308, 1987.
PEREZ CORREA, Edelmira. Lo rural y el desarrollo em América Latina. In: RODRIGUES GONZÁLEZ, Román; PEREZ CORREA, Edelmira (Coord.). **Espacios y desarrollos rurales:** uma visión múltiple desde Europa y Latinoamérica. Oviedo: Ediciones Trea, 2004. p. 49-67.
RAINELLI, M. La firme multinationale dans las nouvelle économie industrielle internationale. **Economie Rurale.** DFER, n. 231, jan./fev. 1996.
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PELAS VEREDAS DO GRANDE SERTÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA DE GUIMARÃES ROSA PARA UMA EPISTEMOLOGIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO – NOTAS INTRODUTÓRIAS

BY PATHS OF GREAT WILDERNESS: THE GUIMARÃES ROSA LITERATURE CONTRIBUTION FOR THOUGHT EPISTEMOLOGY GEOGRAPHIC - INTRODUCTORY NOTES

Wellington dos Santos Figueiredo[1]

RESUMO: O presente artigo ilustra a profícua relação entre Geografia e Literatura, ao analisar a obra *Grande Sertão: Veredas* sob a luz do pensamento geográfico. Evidencia-se assim, que a Literatura é uma forma discursiva de geograficidade, bem como se comprova que a Geografia configura-se em uma modalidade de abordagem literária.

Palavras-chave: Geografia e Literatura; Pensamento Geográfico; Espaço e Romance; Guimarães Rosa; *Grande Sertão: Veredas*

ABSTRACT: This article illustrates the fruitful relationship between Geography and Literature, to analyze the work *Grande Sertão: Veredas* in the light of geographical thought. It is evident therefore that Literature is a discursive form of geographicity and shows up that geography sets in a form of literary approach.

Key words: Geography and Literature; Geographical Thought; Space and Romance; Guimarães Rosa; *Grande Sertão: Veredas*

> *"Fazer dialogar a geograficidade do romancista e a geograficidade do geógrafo pode ser assim um exercício dos mais estimulantes para a reflexão em Geografia. Uma troca de experiência de espaço tempo das mais ricas. Um cruzamento de olhares deliciosamente produtivo."*
>
> Ruy Moreira

> *"Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas."*
>
> Guimarães Rosa

1 Geógrafo e Pedagogo. Mestre em Comunicação Midiática (UNESP-Bauru). Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Bauru – SP. Membro do Comitê Editorial da Revista Ciência Geográfica. Professor da Escola Técnica Estadual "Astor de Mattos Carvalho", Cabrália Paulista - SP (Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" – CEETEPS). E-mail: wellington.figueiredo@uol.com.br

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014..

UM DIÁLOGO ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA

As relações entre Geografia e Literatura são íntimas e inextricáveis. Ao articularmos Geografia e Literatura, podemos extrair deste rico encontro, fecundas experiências de compreensão do mundo. A investigação das relações entre os textos literários (seus conteúdos e elementos) e os conceitos e categorias geográficas permite-nos descobrir a influência do espaço, na produção das obras e na forma de expressar ideias e representações sobre lugares e territórios, tanto por personagens quanto pelos leitores.

A Geografia, como ciência que estuda e interpreta a espacialidade, busca através do método científico, e de suas categorias específicas que se encontram no espaço: paisagem, região, lugar e território, formas para ler, conhecer e manipular a realidade do espaço seja em relação à paisagem natural ou a criada pelo homem. Fugindo de explicações simplistas e estereotipadas, a Geografia constrói uma visão integrada, holística, articulada dos componentes que integram e interagem no espaço. Dialeticamente, a construção acontece a partir da relação homem-mundo, isto é, o homem tem diante de si o mundo, logo este é revelado enquanto paisagem e, posteriormente, enquanto lugar do sujeito; assim, a construção do conhecimento passa, obrigatoriamente, pela relação dialética materialidade-subjetividade. A Geografia, portanto, é a construção racional e discursiva sobre a Terra e o mundo (VITTE, 2009). Construir conhecimento significa redescobrir o mundo por meio de novas interpretações das categorias analíticas, ou seja, o conhecimento capacita-nos a ir além dos símbolos pré-estabelecidos para recriá-los. Toda essa construção só é possível na categoria do espaço. A paisagem física e o espaço simbólico humano serão os pontos de partida para a construção da análise conjuntural. Afinal, "... é o espaço, e não o tempo, que esconde de nós as conseqüências" (BERGER *apud* SOJA, 1993, p. 116).

A Literatura converte-se em uma dessas interpretações das categorias analíticas da Geografia, pois se transforma em uma forma de compreensão espacial com suas especificidades de linguagens simbólicas, um local onde os personagens manifestam sua existência suas relações subjetivas materializadas. O espaço é a estrutura física e social da história. Segundo Massey (2008), o espaço é produto de inter-relações em diferentes escalas, bem como da vivência e possibilidade plural; assim, entendemos que o espaço é o dado integrador entre Geografia e a Literatura.

Na relação entre Geografia e Literatura, os textos literários apresentam-se como rico material a ser apreciado pelos geógrafos, pois eles evocam a alma dos lugares, no sentido regional, e o cotidiano das pessoas. É no espaço que as personagens materializam sua existência, produzem sua cultura, encarnam o seu ser. Contudo, as particularidades somente são reveladas num recorte espacial em escala regional através das experiências cotidianas do local.

> "O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência sociais." (SOJA, 1993, p. 101)

A narrativa literária dá sentido ao espaço e à história apresentada ao leitor, assim propicia-nos a percepção dos acontecimentos e lugares, servem ao conjunto da obra.

Só podemos entender texto e contexto numa interpretação dialética (CANDIDO, 2000), ou seja, a Geografia não deve explicar o homem pelo contexto ou o contexto pelo homem apenas, mas como ambos se articulam, como estão justapostos no espaço e como transformam esse espaço uma vez que este está em constante modificação (MASSEY, 2008).

Assim, na Literatura quando ocorre uma composição do entorno, caracterizando o cenário regionalmente (seja ele rural, urbano, natural...) e sendo o enredo do texto ficcional ou não, naturalmente ocorre a impregnação de componentes da cosmovisão do autor, escritor ou literato. Tal cosmovisão é resultado da articulação lugar, região e paisagem. Não há neutralidade possível nas obras literárias ou geográficas. As personagens vão expressar sentimentos, ideias, inspirações, juízo de valores, conceituações etc., embutidos na visão do mundo perpassada. É preciso sempre entender que a visão do mundo é uma dimensão política que impulsiona à prática social e, como tal, representa uma força histórica real e concreta.

EPISTEMOLOGIA GEOGRÁFICA E LITERATURA: A PERCEPÇÃO DE UMA "GEOGRAFIA ROSIANA"

A importância desta análise atrela-se ao desenvolvimento de novas perspectivas para compreendermos o mundo, visto que a Geografia, com suas categorias específicas, e a Literatura, enquanto veículo da revelação do mundo pela linguagem e pelo símbolo, interagem-se em diálogo profícuo e interdisciplinar. O presente artigo justifica-se pela tese que defendemos: a Geografia vai além do academicismo e entendê-la por outro viés é fundamental para irmos além do mundo que aí está.

Entendemos que a Literatura de Guimarães Rosa proporciona uma compreensão ampla da Geografia por meio de sua linguagem regional típica; assim, defendemos que existe uma Geografia da Linguagem e que a mesma tem capacidade revelativa de uma dada região.

A Geografia não é uma produção exclusiva de geógrafos e apenas para geógrafos. Mas um conhecimento que, cotidianamente, é transformado em uma "metageografia", uma vez que o espaço é um elemento comum a todos os grupos humanos e condição primeira para as manifestações sociais, configurando-se em uma entidade real. Para Moreira (2007), o espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da Geografia, constituindo-se em um elemento-chave para a compreensão desta ciência (CORRÊA, 1995).

Guimarães Rosa sempre manteve estreito laço com os estudos geográficos. Certa vez, em uma entrevista, ao se recordar de sua infância, confessou seu prazer em "estudar sozinho e brincar de geografia". Posteriormente, o fascínio pela Geografia seria materializado em suas funções no Itamaraty, onde ocuparia o cargo de diretor de Divisão de Fronteiras e representante do Ministério das Relações Exteriores junto ao Conselho Nacional de Geografia, do IBGE (Monteiro, 2006).

Em seu discurso de posse como sócio-titular da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sentenciou:

> "De inicio (*sic*), o amor da Geografia me veiu (*sic*) pelos caminhos da poesia – da imensa emoção poética que sobe da nossa terra e das suas belezas: dos campos, das matas, dos rios, das montanhas; capões e chapadões, alturas e planuras, ipuêiras e capoeiras, caatingas e restingas, montes e horizontes; do grande corpo, eterno, do Brasil. Tinha que procurar a Geografia, pois. Porque, «para mais amar e servir o Brasil, mistér (*sic*) se faz melhor conhecê-lo»; já que, mesmo para o embevecimento do puro contemplativo, pouco a pouco se impõe a necessidade de uma disciplina científica." (GUIMARÃES ROSA *apud* BEZERRA &HEIDEMANN, 2006, p. 16)

A Geografia é uma forma de relação no mundo (MOREIRA, 2002). O pensamento geográfico tem uma abrangência tal que unifica os mais variados discursos, com fundamentação não somente nas diversas concepções historicamente ligadas à Geografia, mas também, nas reflexões originadas de outros saberes, cujo sentido tenha relação com os conteúdos dos temas produzidos pela consciência do espaço. Isso implica, inclusive, numa abertura ao conhecimento tradicional-popular, porque faz parte também do acervo histórico produzido socialmente no contexto da formação cultural de uma sociedade ou de um grupo social. Estão assim, presentes em contextos discursivos, os mais diversificados, além dos estritamente ligados à Geografia, abrangendo desde a pesquisa científica ao texto jornalístico, passando pela Literatura, a ensaísta, o pensamento político...

> "A geografia, como sistema de pensamento e ciência, é produto de uma profunda reflexão filosófica que se desenvolve a partir de crises na história da humanidade, mas acima de tudo é o caminho de construir empiricamente respostas filosóficas e existenciais ao papel do homem como ser-no-mundo e que cujo ato transforma a Terra em Mundo, constrói o espaço e a espacialidade, fundamento ontológico do Ser, fundamento do Tempo." (VITTE, 2009, p. 09)

Para Sevcenko (1983), a Literatura

> "(...) não é uma ferramenta com que se engendrem idéias ou fantasias somente para a instrução ou deleite do público. É um ritual complexo que, se devidamente conduzido, tem o poder de construir e modelar simbolicamente o mundo, como os demiurgos da lenda grega o faziam.
>
> É nos livros dos romancistas, que melhor poderemos conhecer certas particularidades da flora e da fauna, e as características de determinados grupos étnicos." (SEVCENKO, 1983, p.233) – (Grifos nossos)

O fato de a Geografia buscar nos textos literatos fontes de interpretação e leitura sobre determinado espaço social ou natural, significa também, entre outros fatores, uma maneira instigante de estudo. Toda linguagem leva implícita uma interpretação do mundo e de certo modo contém juízos éticos e estéticos que exercem sua influência sobre a vida social, econômica e política. Entende-se, dessa forma, que o texto literário, como forma de linguagem, busca sempre interpretar o mundo (mesmo no sentido simbólico, ficcional e subjetivo) e apresenta, explicitado ou não, valores e ideias de grupos sociais.

A leitura geográfica das fontes literárias, mesmo ficcional, fornece-nos inúmeros exemplos, nos quais a ideia da espacialidade e a interação deste parâmetro com os fenômenos sociais, econômicos e culturais, conseguem demonstrar uma visão integral do espaço. (WERTHEIM, 2001)

> "A literatura por meio do romance – ficção, criação artística –, em sua proposta de nos dar uma visão particular do Mundo – o homem e seu ofício de viver –, tem que se revestir de uma estrutura espaço-temporal. Isso em qualquer tradição cultural, já que espaço-tempo são categorias *a priori*.
>
> '*Rien n'aura eu lieu que le lieu*', nos disse o poeta Mallarmé. Em verdade, toda uma trama, um enredo que se desenrola sobre uma cena, tudo que é narrado num romance, acontece ('tem lugar') num *continuum* espacial mais ou menos definido, e a participação do leitor – que não é totalmente passiva como na leitura jornalística – tende a identificá-la a uma realidade concreta, ou seja, 'geográfica'." (MONTEIRO, 2006, p. 60-61)

Para Hatoum (2008, p. 05) "Guimarães Rosa explorou como poucos a geografia de um lugar". Na obra de Guimarães Rosa, ao contrário da maioria de nossos escritores regionalistas, o sertão é visto e vivido de uma maneira subjetiva, profunda, e não apenas como uma paisagem a ser descrita, ou como uma série de costumes que parecem pitorescos. Sua visão resulta de um processo de integração total entre o autor e a temática. Dessa integração a linguagem é o reflexo principal. Para contar o sertão, Guimarães Rosa utiliza-se do idioma do próprio sertão, falado por Riobaldo em sua extensa narrativa. Mas como acontece com toda a literatura regional que ultrapassa a simples descrição para situar-se no plano da arte, ela adquire dimensões universais pelo vigor e beleza do texto. Nada mais natural: sendo o homem o tema de toda grande literatura, são os elementos básicos da condição humana que, em última análise, encontramos em *Grande Sertão: Veredas*, no que ela tem de mais fundamental: o amor, a morte, o sofrimento, o ódio, a alegria...

> "(...) o sr. Guimarães Rosa como que iluminou, de repente, todo o caminho feito pelos seus antecessores. (...) De Bernardo Guimarães a ele, passando por Afonso Arinos, Valdomiro Silveira, Monteiro Lobato, Amadeu de Queirós, Hugo de Carvalho Ramos, assistimos a *um longo movimento de tomada de consciência, através da exploração do meio humano e geográfico."* (CANDIDO *apud* CORPAS, 2007, p. 39) – (Grifos nossos)

O espaço romanesco (humanizado ou natural) é decididamente antropológico (BROSSEAU, 2007b).

> "Com isso fica claro que o romance (...) é uma forma literária que parece estar sempre se movendo quanto à consideração de seus valores. Dá a impressão de que, na sua estrutura na sua linguagem, nunca se torna definitivo o acabamento da realidade e seus sentidos, pois, a depender do tempo em que se lê, percebem-se novas configurações de textualidade. Pode-se dizer, então, que a forma romance se caracteriza por ser semanticamente incompleta, justamente porque imita a vida, que é, por definição, inacabada no seu curso, estando sempre por fazer-se, renovando-se a cada instante." (LIMA, 2009, p. 36)

Nos contos, crônicas, romances, poemas, nos mais variados textos criados, há sempre um universo interior e exterior de pessoas que vivem ou viveram num determinado tempo e espaço. Ler os textos escritos e as diversas linguagens inerentes ao ser humano é ampliar o nosso próprio mundo simbólico, é desenvolver nossa capacidade de se comunicar e criticar, enfim, é um ato contínuo de recriação e invenção. "Existe é homem humano. Travessia" (ROSA, 2006, p. 608).

> "Não que o ficcional, o imaginário, mítico, metafísico, nele mesmo, substitua o real. Mas é muito provável – como no caso de Guimarães Rosa – que isso venha 'iluminar' e ampliar a percepção do geográfico num poema mágico como o *Grande Sertão: Veredas*." (MONTEIRO, 2006, p. 61)

Na comunicação escrita, ao contrário, a informação - por não ser imediatamente percebida - precisa ser mais explícita, mais completa, para garantir a sua interpretação. Isso é o que acontece quando lemos um romance. O autor precisa apresentar as características dos lugares físico e social onde ocorrem os fatos - o ambiente, o espaço - e as características físicas e psíquicas das personagens, para que o leitor possa interpretar os fatos em uma dada direção.

> "O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. No lugar emerge a vida, posto que aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. Tem a dimensão da vida, por isso o ato de produção revela o sujeito." (CARLOS, 1996, p.116-117)

Falar do lugar hoje é resgatar a própria Geografia. Segundo Silva (1986), "o lugar não é apenas algo que objetivamente se dá, mas algo que é construído pelo sujeito no decorrer de sua experiência". Assim, "o lugar é algo que sugere alegria, ou solidão, ou nostalgia ou tensão". (SILVA, 1986, p.55). O sertão de Guimarães Rosa, apresentado por Riobaldo, é um lugar carregado de subjetividade, tornando-o universal. Guimarães Rosa não se prende ao conceito de lugar como apenas espaço físico ou geográfico despido de sentimentos, de cultura. A identidade de Riobaldo com o lugar, com o espaço vivido, norteia sua travessia pelo sertão, transformando-o no mundo. Do local ao global.

O mundo simbólico se amplia diariamente. A maior parte dos fenômenos, sejam de natureza política, econômica, social ou cultural, fazem parte de um registro contínuo do homem. Também a reinvenção da realidade por meio dos textos literários, que constroem uma nova linguagem, dá-nos a dimensão das emoções, sentimentos, críticas e vivências do homem, em sua contínua busca para o sentido de existência. A Geografia, assim como o sertão, está dentro de nós.

AS VEREDAS DA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA ESPACIAL

O texto literário está dentro das concepções do chamado pensamento geográfico, isto é, um discurso produzido pela consciência de espacialidade e deve ser considerado não como objetos, mas como sujeitos com os quais os geógrafos podem dialogar (BROSSEAU, 2007b).

Segundo Moreira (2004),

> "Normalmente se diz que para entendermos uma obra precisamos contextualizá-la no tempo. Mas não se fala em inseri-la no contexto do espaço. Habitualmente, o espaço fica abstraído da contextualização de uma obra. E, no entanto, a contextualização no tempo só é possível quando a contextualidade no espaço fica estabelecida. Porque não existe tempo fora do espaço, e espaço fora do tempo, uma vez que o real é o espaço temporal.
>
> (...)
>
> Quando se diz que é preciso contextualizar um romance no seu espaço-tempo, está se querendo dizer que é preciso que ele seja visto no âmbito da estrutura da sociedade concreta em que se desenrola a trama de vida de seus personagens.
>
> (...)
>
> ... o espaço é a própria estrutura real da história.
>
> (...)
>
> A literatura é uma forma discursiva de geograficidade. Nela, geograficidade é a trama da experimentação de espaço-tempo do personagem grafada na linguagem direta e imediata das significações." (MOREIRA, 2004, p. 187-193)

Temos que Guimarães Rosa é um dos mais importantes exemplos nacionais de autor que consegue ser, ao mesmo tempo, regional e universal. Embora o cenário de seus textos seja geralmente o sertão mineiro, seu domínio vocabular e as questões existenciais que levanta, conferem a sua obra uma densidade que atinge leitores de todo o planeta.

Em *Grande Sertão: Veredas*, o escritor mineiro expõe a força do lugar, o local e o universal se conjugando como nos atesta Moreira (2004)

> "... Grande Sertão: Veredas é a reflexão universalista do ser regionalizado. Os detalhes da flora, da fauna, das reentrâncias e recortes do meio são o dado do sensório que puxa o ser para a regionalidade e por essa via inscreve a concretude da sua universalidade. O sertão é tão mundo e o mundo é o mundo do homem: cada homem do mundo é um Riobaldo à sua maneira." (MOREIRA, 2004, p. 192)

Podemos encontrar na Literatura uma Geografia não compartimentada no espaço, trazendo as subjetividades-objetividades das relações dos objetos nesse espaço sem cair em reducionismo, tendo seu fim e, mesmo assim, dar sentido e coerência à cultura que envolve o local, dando uma conotação holística, ou seja, uma única narrativa. Resultando assim, um importante diálogo dentro do espaço sobre aspectos reais, narrativa coerente, experiência do lugar e sua formação.

Jogando luz sob o aforismo de Milton Santos de que: "O homem não vê o universo a partir do universo. O homem vê o universo a partir do próprio lugar", Guimarães Rosa deu uma nova roupagem ao regionalismo, tornando-o universal. Em *Grande Sertão: Veredas*, o escritor nos permite, através da descrição, alcançarmos o sentido do sertão, a construção do todo. A travessia que Guimarães Rosa faz através do caráter insólito e ambíguo do homem, tornando uma experiência individual (Riobaldo) em caráter universal - "o sertão é o mundo".

> "Cada lugar é, à sua maneira, o mundo. (...) Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.
>
> (...) Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente." (SANTOS, 1996, p. 252-273)

A narrativa vai ajudando a construir uma imagem do sertão. A linguagem geográfica ajuda a dar sentido à realidade. Temos a visão do todo, mas não o todo sem sentido, descolado da realidade e, sim, experimentado pela pessoa. Desta forma, a Geografia de Guimarães Rosa é fluída.

> "Dialeticamente a um só tempo regionalidade e universalidade, 'o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar'. É o espaço que 'está em toda parte' e 'é do tamanho do mundo'. O redor que é além. O além que é redor. A unidade que enraíza e une na transcendência a diversidade dos pedaços da paisagem do cerrado como espaço-mundo do jagunço." (MOREIRA, 2004, p. 192)

> "Na resenha com que saudou o lançamento de Grande Sertão: Veredas (Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, 06 out. 1956), Antonio Candido também assinala como 'característica fundamental' do livro comentado a

> '*transcendência do regional*'. Dez anos depois de seu primeiro contato com a prosa da Guimarães Rosa, o crítico reencontrou na história de Riobaldo o mesmo tipo de operação estética que observara nos contos de estréia do escritor: o inventivo 'aproveitamento literário do material observado na vida sertaneja' concorrendo para fazer do romance um dos '*raros momentos em que a nossa realidade particular brasileira se transforma em substância universal*'. Assim como fizera com Sagarana, rapidamente situa Grande Sertão: Veredas na tradição literária do país. Com sua visão historiográfica focada pelo prisma da *dialética local-universal*, identifica um movimento de aproximação e distanciamento com relação ao documentarismo arrogante da 'ficção regionalística', de um lado, e, de outro, o tom 'voluntariamente ingênuo' de obras modernistas como Macunaíma." (CORPAS, 2007, p. 40-41) – (Grifos nossos)

Revelar as categorias geográficas, dar vida à Geografia por meio da Literatura é buscar compreender o espaço-tempo como modo de ser do homem no mundo. Neste sentido, *Grande Sertão: Veredas* ilustra como uma obra literária pode nos guiar na produção de uma epistemologia geográfica, contribuindo aos estudos deste pensamento. Geograficidade é o "tão-ser" de um "ser-tão-especial" que com ele e por meio dele o geográfico se torna mundo, seja o recorte de sertão em que o homem estiver (MOREIRA, 2004). "O que (...) importa é compreender o sentido que as pessoas dão à sua existência" (CLAVAL, 2002, p. 37). O grau de universalismo que Guimarães Rosa atribuiu ao sertão é claramente explicitado pelo autor: "O sertão está em toda parte"; "O sertão é do tamanho do mundo". Claro está, portanto, o caráter metonímico desse espaço: a parte (sertão) é metonímia do todo (mundo e/ou vida). A Geografia, assim como o sertão, é do tamanho do mundo e está em toda a parte.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Marily da Cunha; HEIDEMANN, Dieter. Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta!. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 20, n. 58, p. 7-17. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/01.pdf>.

BOSI, Alfredo. Caminhos entre a literatura e a história. In: **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 19, n.55, p. 315-334. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/23.pdf>.

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Literatura, música e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007a, p. 17-77.

_____. O romance: outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Literatura, música e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007b, p. 79-121.

BUENO, Giselle Madureira**. A luzinha dividida:** violência e trauma em Grande Sertão: Veredas. São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006, 120 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira).

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, Iná Elias et al (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAVALCANTI, Luciano Marcos Dias. Regionalismo e transfiguração em *Grande Sertão:*

Veredas. **Ideação:** Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu. v. 8, n. 8, p. 71-80, jan./jun. 2006.
CLAVAL, Paul. **Geografia cultural**. Trad. Luíz F. Pimenta & Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.
_____. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais em geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba-PR: Ed. UFRP, 2002, p. 11-43.
CORPAS, Danielle dos Santos. **O jagunço somos nós***:* visões do Brasil na crítica de Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 2006. 270 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária).
CÔRREA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986.
_____. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias et al (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 15-47.
CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
_____. **Literatura, música e espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007a.
_____. **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
FERES, Anaximandro Lourenço Azevedo; SANTOS, Anderson Avelino. **A literatura desafia o direito:** Grande Sertão: Veredas: uma antecipação do problema sócio-político de segurança pública no Brasil. Disponível em: <http://conpedi.org/manaus/arquivos/anais/bh/anaximandro_lourenco_azevedo_feres3.pdf>.
FERREIRA DO VALE, José Misael. Geografia e poesia. **Ciência Geográfica**, ano XII, vol. XII, n.1, p. 4-12, jan./jun. 2007.
FILHO, Hélio de Mello. **Caso e romance**: gênero e sociedade em Grande Sertão: Veredas. São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2005, 162 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira).
MENEGHETTI FILHO, Ítalo. Por uma epistemologia do espaço ficcional em literatura: a geografia do afeto. Disponível em: <http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/garrafa7/4.html>.
GALVÃO, Walnice Nogueira. **Guimarães Rosa**. São Paulo: Publifolha, 2000.
HATOUM, Milton. **Caderno MAIS**!. Folha de São Paulo, 22 jun. 2008.
LIMA, Roberto Sarmento. Era no tempo do rei. In: _____. **Língua Portuguesa:** conhecimento prático. São Paulo: Escala, 2009, p. 34-38.
MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. O romance entre o espaço geográfico e o tempo histórico-social: das matrizes gilbertianas a outros avanços. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: trópico e história social, 1988, Recife. **Anais...** Disponível em: <http://www.tropicologia.org.br/CONFERENCIA/1988romance_espaco.html>.
_____. O espaço iluminado no tempo volteador *(Grande sertão: veredas)*. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 20, n. 58, p. 47-64. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/04.pdf>.
MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1983.
_____. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1988.
_____. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Hucitec-Annablume, 2002.
MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _____. **Geografia:** teoria e crítica: o saber posto em questã**o**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, pp.

33-63.
_____. Categorias, conceitos e princípios lógicos para (o ensino e método de) uma Geografia dialeticamente pensada. In: DO VALE, et al. (org.) José Misael Ferreira. **Escola Pública e Sociedade**. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002, pp. 194-203.
_____. Ser-tões: o universal e o regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa (Um ensaio sobre a geograficidade do espaço brasileiro). In: **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, ano X, v. X, n. 3, p. 186-194, set./dez. 2004.
_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?:** por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
_____. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
RONCARI, Luiz. **O Brasil de rosa:** o amor e o poder. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
_____. **Grande sertão:** veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço:** diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo; Unesp, 2002.
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
SEVCENZO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.
SILVA, Armando C. Fenomenologia e geografia. **Revista Orientação**. São Paulo: Departamento de Geografia/ USP. n. 7, p. 53-56. 1986.
SILVESTRE, Adélia. **As terceiras margens:** outros espaços na obra de João Guimarães Rosa. Disponível em: <http://www.lai.fu-berlin.de/disziplinen/brasilianistik/veranstaltungen/symposium_jgrosa/essaywettbewerb/Isabel_von_Holt_As_terceiras_margens.pdf>.
SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
SOUZA, Álvaro José de. **Geografia lingüística***:* liberdade e dominação. São Paulo: Contexto, 1990.
SPÓSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.
VILARINHOS, Maria Lúcia Ribeiro. Literatura, Território e Imaginário: a ausência da palavra sertão nos romances do Rio Grande do Sul. **Revista da ANPEGE,** São Paulo, v. 3, p. 87-93. 2007.
VITTE, Antonio Carlos (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
_____. A ciência geográfica: da descoberta da Terra às mutações do mundo. **Geografia**, São Paulo: Escala Educacional, n. 26, p. 8-9. 2009.
WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço:** de Dante à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CONHECIMENTO E PODER COMPARTILHADO: ALICERCES DAS SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

KNOWLEDGE AND SHARED POWER: FOUNDATIONS OF DEMOCRATIC SOCIETIES

José Misael Ferreira do Vale[1]

Lamento haver deixado sem resolver tantos problemas. Sempre me vejo obrigado a apresentar a mesma desculpa, mas o mundo é realmente desconcertante, e eu não tenho como remediá-lo.
Bertrand Russell

RESUMO: O texto trata de supervisão escolar. Foi apresentado no XXVIII Encontro Estadual APASE realizado em Campos do Jordão (SP) no período de 8 a 11 de abril de 2014. Valoriza a cultura letrada como centro do processo de escolarização e apresenta uma proposta de ação supervisora para o sistema de ensino público de São Paulo. Evidencia que a supervisão escolar tem seu lugar na rede de escolas quando atua com professores e diretores no sentido de garantir um ensino de qualidade intelectual, social, cultural, científico e moral para todos os estudantes matriculados nas escolas do ensino básico.

Palavras-chave: Supervisão Escolar; Sistema público de ensino; Programa de ação em supervisão; Qualidade e quantidade do ensino

ABSTRACT: The text speak on school supervision. Was presented at the XXVIII APASE State Meeting held in Campos de Jordão (SP) in the period 8-11 April 2014. Values the literate culture as the center of the educational process and proposes a supervisory action for the public school system of São Paulo. Evidence that school supervision has its place in the network of schools when acting with teachers and principals to ensure teaching quality intellectual, social, cultural, scientific and moral for all students enrolled in primary school.

Key words: School Supervision; Public school system; Action in supervision program; Quality and quantity of education

No final do século XIX e início do XX, o escritor Máximo Gorki, em um dos muitos contos de sua lavra, resultado de agudas observações da vida social de sua pátria, assim se expressava:

1 Professor Assistente Doutor aposentado da UNESP, campi de Marília e Bauru. Ex-Diretor da Faculdade de Ciências da UNESP, Campus de Bauru, no período de 1997-2001. Ex-Professor dos cursos de Pós-Graduação da UNESP de Marília e Bauru, ambos no Estado de São Paulo. E-mail: jmisaelvale@yahoo.com.br

Artigo recebido em abril de 2014 e aceito para publicação em setembro de 2014..

> Há pouco tempo em nossa fábrica um sujeito qualquer, pelo espaço de meia hora, arrasou a cultura; e, eu pensava: esse fulano quer provar que um tamanco tem mais valor do que uma bota. Que mestres! A estes é preciso puxar-lhes as orelhas... (In: *Vagabundo Original* – contos, pág. 110 a 116)

Gorki nos ensina que os objetos, as coisas materiais carregam consigo determinado valor para as pessoas. Diferentemente de muitos, Gorki sabe que os objetos materiais, como os manufaturados e as matérias primas, são percebidos com valores diferentes pelos seres humanos. Valoram-se as coisas e as ações humanas. Por meio de *juízos de valor* cremos que há objetos que valem mais do que outros em decorrência da "quantidade de tempo socialmente necessário" para sua confecção ou extração, a escassez do material, a procura intensa do objeto, a variedade de elementos agregados ao próprio objeto, o seu aspecto estético, a sua utilidade pessoal ou social, o custo da matéria-prima empregada na fabricação da coisa e assim por diante. Como lembra "o filósofo da práxis", qualquer **mercadoria,** ponto central do modo de produção capitalista burguesa, é, sempre, síntese, de *valor de uso*, isto é, objeto útil aos propósitos humanos e *valor de troca*, isto é, objeto que pode ser comercializado, isto é, coisa sujeita à compra e venda num mundo da produção e mercado no qual o ser humano é capaz, ao mesmo tempo, de produzir, para si e, também, para os outros.

No modo de produção capitalista burguesa objetos diferentes, como no caso, tamanco e botas, podem ter *valor de uso* aproximado, isto é, utilidade bastante semelhante, mas o *valor comercial de troca* poderá ser diferente.

Tudo estará na dependência da maior ou menor utilidade social e do valor de compra e venda da mercadoria. No modo de produção capitalista a tendência é transformar tudo em mercadoria e assalariar a todos ou a grande maioria das pessoas como obreiros, operários ou processadores. Por outro lado, o processo de industrialização é irreversível na sociedade contemporânea: produção gera mais produção como cultura gera mais cultura num mundo ávido por mais e mais tecnologia e bens materiais.

Os senhores do modo de produção burguesa dominante conseguem o controle e o domínio dos trabalhadores que atuam seja no plano da produção material ou produção não-material através do controle da produção e do controle salarial. Os dominadores sabem que o mundo de desempregados ou desocupados tende a levar o organismo social para a entropia (desorganização) do sistema e que uma produção sem mercado significa, no limite, a falência do negócio.

Os Educadores, que lidam com a produção e transmissão da realidade **não material,** (presente nas ideias, teorias, teoremas, conhecimento científico, equações, abstrações, pesquisas, fins e valores, cultura erudita, literária, histórica, artística etc.) precisam aguçar o espírito para julgar o valor dos conteúdos sócios culturais os quais precisam ser aprendidos e apreendidos pelos jovens. Nesse sentido, temos confiado nos autores de livros didáticos e nos órgãos técnicos do sistema escolar que arrolam os conteúdos programáticos dignos do ensino. O Educador precisa, ademais, ter o senso de medida para avaliar a **realidade cultural** e, assim, organizar os conteúdos programáticos de ensino. Por fim, Gorki valoriza a **cultura erudita**: espelho da capacidade laboriosa e criativa do ser humano.

A escola e os mestres vivem da cultura erudita, a cultura letrada que nos afasta da selvageria. O *processo civilizatório* distancia o ser humano do "estado de natureza", cuja lei maior é a luta descrita por HOBBES na qual todos lutam contra todos, "o homem lobo para o homem". Surge com HOBBES, seguido por ROUSSEAU, a ideia de contrato

social. Para evitar a guerra de todos contra todos, o ser humano se vê obrigado a criar instituições sociais, como o Estado, uma forma de proteção àqueles que abdicaram de parte de sua liberdade original. Assim, viabilizam-se a convivência social e o processo civilizatório na sociedade moderna.

A escola, como instituição social, é importante fator civilizatório. Se o trabalho escolar tivesse como único foco a transmissão da cultura popular não haveria necessidade de professores e escolas. O povo educaria o povo diretamente. A escola surgiu justamente como necessidade de levar a todos a cultura letrada, a cultura centrada no conhecimento científico, no saber sistematizado, construído ao longo de séculos de estudos, pesquisas e reflexões. Os conhecimentos científico, tecnológico, literário, histórico, geográfico, ético, estético, musical, físico, social, técnico-informático, etc. foram incluídos gradativamente nos currículos escolares ao longo da história humana. Na Idade Média, por exemplo, o ***trívio,*** três caminhos (gramática, retórica e dialética) e o ***quadrívio,*** quatro caminhos (aritmética, geometria, astronomia e música) eram componentes culturais importantes na formação do clero e da aristocracia. A grande massa popular ficava a parte de qualquer instrução. Eis, enfim, uma possível análise e interpretação à margem do texto de Gorki.

Gorki sabia do que estava a dizer: nascido em meio à pobreza extrema, filho de proletários, desde os cinco anos colocado na força de trabalho para "ganhar o pão" de cada dia, conviveu com os mais diversos atores sociais de sua terra, adquiriu vasta experiência da vida social sob o domínio czarista. Diante de tanta miséria e de vidas dilaceradas, mais tarde, após aprender a ler, por volta dos doze anos, com o cozinheiro de um barco no mar da Crimeia, adotou o pseudônimo Gorki, que significa "amargo", em russo, que diz, muito bem, do grau de suas vivências.

Nesta oportunidade não desejo e, nem quero ressaltar aspectos da produção literária de Gorki, mas apenas chamar a atenção para o fato de o escritor ter colocado, em evidência, **a importância da cultura letrada** para o seu país, em luta contra as difíceis condições materiais e existenciais no interior da Rússia, no final do século XIX e começo do século XX sob poder tirânico. A vida social terrível se entrelaçava, naquela situação histórica, com o poder político altamente autoritário que o romance *A Mãe* de Gorki evidencia ao leitor.

O conceito de cultura em Gorki está afastado de todo caráter aristocrático e contemplativo inerente ao conceito clássico de formação individual, resultado de esforço próprio em busca de refinamento e afastamento intencional das atividades manuais próprias de escravos e operários imersos na prática social do dia-a-dia.

O modo de produção escravagista, como se sabe, atravessou séculos, assumindo diferentes feições com o passar dos tempos, até o advento do capitalismo fabril manufatureiro que criou, por assim dizer, a figura do operário ou trabalhador moderno submetido à supervisão cerrada do proprietário dos meios de produção. No final do século XIX mulheres e crianças trabalhavam em fábrica de tecidos por mais de 10 horas por dia. O trabalho masculino era, ainda, mais extenso. O trabalho que fora visto por vários pensadores como "a essência do ser humano", redentor da humanidade, fora apropriado pelo patrão-proprietário surgindo novas relações de produção no interior da vida social. A rigor toda produção, no modo de produção burguês, é produção para o capital que, ao final e ao cabo, domina os meios de produção.

É necessário entender que no modo de produção burguês, a liberdade e a criatividade do antigo artesão foram substituídas pelo trabalho dirigido, pela obrigação de eficiência e padrões de produção. A administração industrial dos séculos XIX e XX criou e implantou, com Taylor, a "sala de planejamento" ou o "escritório de projetos", marcas da modernidade,

como registrei em outro texto, conseguindo retirar do trabalhador artesão o domínio sobre o seu ofício. O trabalhador na modernidade não cria o automóvel, mas o monta com peças feitas por outros trabalhadores em outras fábricas bem diferentes das grandes montadoras. O automóvel foi, na verdade, concebido longe do operário não proprietário. O trabalhador ocupa, agora, um espaço que não é seu, mas do patrão, e, como assalariado fica preso a contratos nos quais vende sua força de trabalho. A rotina de trabalho é determinada pelo planejamento externo ao trabalhador. Em suma, o trabalho, pensado como essência do ser humano, subordinado a fins e valores humanos, começa por perder espaço como fator de resgate do processo de humanização. Ao contrário de libertar, o trabalho, parte importante da cultura humana, no novo modo de produção, cerceia o ser humano restringindo-lhe o espaço para a cultura. O "tempo livre" se reduz e, agora, é absorvido, quase integralmente, pelo empreendimento exterior ao sujeito o qual absorve, na modernidade, a mente e o coração, o tempo e o espaço do trabalhador. Pesquisas têm revelado que no Brasil das grandes capitais, pouco "tempo livre" sobra para o trabalhador das fábricas. Após 44 horas semanais de trabalho em fábricas mais o tempo necessário para chegar ao local de trabalho não sobra "tempo livre" para as atividades culturais. O sonho de Bertrand RUSSELL e dos socialistas está longe de se realizar. Vale observar que o professor, conjuntamente com os artistas, são os intelectuais que ainda guardam algum espaço de liberdade para o exercício da profissão dentro da sociedade burguesa.

Hoje, os trabalhadores das camadas populares exigem creches ou berçários, porque os pais das crianças precisam trabalhar em tempo integral. Exigem creches não porque a creche seja instituição fundamental para que se evite o embotamento da inteligência infantil e detenha a barbárie no espaço social. Cobram esse direito e esse bem social em decorrência de necessidade de sobrevivência econômica dos próprios pais. Estou convencido de que muito da criminalidade existente hoje teria sido evitada se todos os pequeninos tivessem a oportunidade de sociabilidade e aprendizagem nos anos iniciais de vida social. A creche, bem conduzida social e pedagogicamente, ajudaria a criar a personalidade de base intelectual, social e moral das crianças tão necessária em tempos tenebrosos. Em outros termos, a quantidade teria qualidade de vida intelectual, social e moral capaz de inibir, pela educação, a emergência de muitos atos ilícitos de adultos deixados, desde tenra idade, ao abandono, como foi o caso de Gorki.

Cabe, porém, evitar o idealismo pedagógico dos que acreditam que a Educação tudo pode. Não, a Educação não é todo-poderosa, mas prática social importante, não a única certamente, na estruturação da vida em sociedade. A vida social rica e justa será, sempre, a interação de muitas práticas sociais articuladas em função de ***fins e valores*** comuns aos seres humanos. Uma coisa parece-me evidente: a escolarização bem conduzida é estratégia humana para evitar o embrutecimento e a barbárie coletiva. A escola é essencial ao processo de humanização, apesar de a miséria social reduzir as expectativas de vida de milhões. Enquanto a sociedade não compartilhar o desenvolvimento econômico, social e cultural com a totalidade das pessoas a escola terá dificuldades no desempenho de sua nobre missão. Eis, **o aspecto político da educação democrática** quando se tenta preservar valores importantes como vida plena em sociedade, cultura e conhecimento para todos, igualdade social de direitos, justiça social, solidariedade, fraternidade e outros valores atualmente reconhecidos na prática social.

Parece-me, de todo conveniente, que, antes de tudo, se evidencie as relações entre os aspectos de quantidade e qualidade da educação. O par dialético, quantidade-qualidade envolve considerações políticas e sociais da maior relevância. Na perspectiva de análise

cartesiana a quantidade é categoria distinta da qualidade e deve cada uma ser analisada de *per si,* seguindo a distinção básica de Descartes entre substância ou *res extensa (coisa extensa)* e substância ou *res cogitans (coisa pensante)*, a separação entre matéria e espírito, entre o cogito, a substância pensante e a realidade geométrica, extensa do mundo. Entendo que a quantidade e a qualidade formam **par dialético**, isto é, uma ***síntese compreensiva***, já que uma vez ressaltada a quantidade, o contraponto, a qualidade, estará automaticamente posta e vice-versa. Paulo FREIRE percebeu, por exemplo, que ensino se vincula dialeticamente à aprendizagem, do mesmo modo que a qualidade do ensino se articula à formação do professor.

Edgar MORIN viu claramente que os paradigmas lineares, cuja origem remota se percebe no *Discurso do Método* de DESCARTES, se confundem com a crise da Educação. Os paradigmas lineares são fragmentários e visceralmente dualísticos ou dicotômicos a ponto de criarem dogmas como homem-natureza, matéria-espírito, sujeito-objeto, causa-efeito, sentimento-razão, etc. Edgar MORIN está consciente de que é urgente "civilizar as teorias", ou seja, torná-las abertas, complexas, autocríticas, reflexivas, aptas à autorreforma e dialógicas em relação a outras teorias uma vez que "o todo está de certo modo incluído na parte que, por sua vez, está inclusa no todo".

A Educação e, em especial, a escolar, somente será convenientemente analisada quando percebida como **síntese dialética** entre a *quantidade* (por exemplo, número de estudantes atendidos pelo sistema escolar) e a *qualidade* (isto é, a relevância cultural, social, intelectual e moral do ensino e da educação oferecidos à totalidade dos estudantes). O discurso da qualidade desligado das considerações quantitativas geralmente desemboca numa qualidade para poucos. Uma escola privada que se apresenta como a melhor, como a TV alardeia ultimamente, com dependências ultramodernas, com laboratórios de primeira, com o melhor corpo docente do país, com o melhor material didático, com o melhor currículo será, certamente, uma escola custosa ou, no mínimo seletiva, uma escola para poucos dentro do modo de produção vigente voltado para a diferença e não para a igualdade. Cobrará custosa mensalidade de seus alunos ou estabelecerá padrões rígidos de entrada. Será certamente uma escola para privilegiados, uma escola pouco democrática porque naturalmente seletiva que não terá condições de disseminar o conhecimento sistematizado para milhões de estudantes do país. Antonio GRAMSCI viu bem: "A política da qualidade quase sempre determina o seu oposto: uma quantidade desqualificada." (*Maquiavel, a política e o estado moderno*, pág. 403).

Para que a qualidade não desqualifique a quantidade, no âmbito da escola, é fundamental que a ação educativa se centralize na figura do professor e do estudante, que tenha, enfim, o foco de atenção dirigido para as escolas. Todas as ações devem estar dirigidas ao mestre que atua na sala de aula educando e instruindo os escolares. Assim, entendo que uma educação escolar de qualidade começa a se estruturar de fato quando a Administração e a Supervisão Escolares e demais setores do sistema se colocam na perspectiva do professor e do estudante, **ao organizar material e intelectualmente o espaço de ensino e aprendizagem de todas as escolas do país para atender a todos os aprendizes.**

Desde a década de 60 do século passado, a formação profissional do professor foi colocada na mão da iniciativa privada, mais especificamente na mão do proprietário de escolas. Hoje mais ou menos 70% dos docentes que atuam na escola pública têm origem na escola particular. As universidades e faculdades públicas, infelizmente, não tiveram fôlego para enfrentar o desafio da formação profissional do professor. O estado brasileiro deixou de lado uma tarefa primordial, essencialmente política, dirigida à

formação profissional do professor. Ao perceber que "o ensino não vai bem" o Estado se vê obrigado a criar cursos de capacitação, cursos de "reciclagem" e assemelhados para socorrer a escola e os docentes em aspectos que deveriam ter sido resolvidos nos anos iniciais de formação. É o problema da formação permanece presente nos dias atuais. A Educação a Distância (EaD) tem sido acionada para diminuir a defasagem na formação docentes ao se articular aspectos presenciais aos midiáticos na relação dialética entre professor e estudante.

Mui acertadamente a APASE definiu, no começo deste ano, o **Plano de Ação do Sindicato** com a indicação dos objetivos gerais e específicos a serem concretizados no decurso do ano de 2014. A análise dos objetivos colimados demonstra que as preocupações do Sindicato são *preocupações qualitativas* de tal modo que ouso dizer que a **qualidade** é seriamente postulada como ponto de convergência para todos os associados. Ao lado dos objetivos qualitativos estão as metas quantitativas: aumento de 20% no quadro de filiados do Sindicato, ampliação de 20% na participação dos Supervisores de Ensino na gestão e ações do sindicato além dos aspectos de melhoria de salário da categoria e das condições de trabalho. Nesse sentido, o Sindicato procura criar forças internas para evitar os processos entrópicos na organização mediante a arregimentação de novas forças sociais. Nada de errado em tudo isso, pois o sindicato quer que a ação organizacional seja compartilhada por todos os supervisores de ensino do Estado.

Entendo, desde o ano de 1956, quando iniciei os trabalhos docentes como professor primário, que o inspetor escolar, hoje supervisor de ensino, teria como alvo de sua ação a preocupação com **a qualidade social do ensino**. Para este que vos fala, supervisão significa luta para que o ensino seja de qualidade social, intelectual, cultural e moral. Lembro-me, ainda, da figura do professor Benedito Caldeira, inspetor e depois delegado de ensino, preocupado com a qualidade do ensino falando da importância do processo de alfabetização na formação escolar do estudante da antiga escola primária. Entendo, desde há muito tempo, que o supervisor carrega consigo longa experiência sobre o ensino e seus problemas. Destarte, tomo a liberdade para falar um pouco sobre a **qualidade social do ensino**, ponto central da ação supervisora. O ensino qualitativo é o ensino baseado:

a) em conteúdos programáticos intelectual e socialmente relevantes;
b) em altos níveis de compreensão, significação e explicação dos conteúdos programáticos;
c) no entendimento que ensino não poderá ser conduzido longe do contexto ou da realidade social efetiva;
d) em conteúdos e métodos vivos e diversificados;
e) em ensino reflexivo e historicamente crítico.

Falar em qualidade de ensino é, entretanto, pensar a qualidade para a quantidade, isto é, para todos os estudantes em idade escolar bem como atender aquelas pessoas que abandonaram a escola ou não tiveram a oportunidade da escolarização em época apropriada. É atender o aluno renitente e o reprovado. É dar oportunidade aos alunos com necessidade especial. É atender as crianças desde tenra idade em creches de primeira classe. É levar a sério a educação infantil. É atender a comunidade e deixar bem claro a que veio a escola.

O erro mais comum que se nota no discurso educativo é a *fala abstrata* sobre a *qualidade* sem o contraponto da *quantidade*, isto é, sem referência ao atendimento de qualidade para a massa de estudantes, mais de cinquenta milhões no Brasil, favorecidos pela escola pública na percentagem de 83% do total de matriculados na educação básica.

Atender a quantidade já é um aspecto da qualidade de ensino. Mas, não basta

parar nesse nível de realização. Sabe-se que o atendimento do estudante em escolas de alto padrão está a significar, em termos percentuais, hoje, no máximo 10% da população estudantil do país. O atendimento parcial da população estudantil brasileira de nível básico é, na verdade, criar milhões de desqualificados; é impor a desigualdade com a criação de subletrados aumentando as distâncias sociais entre as pessoas por meio de instrução deficiente. Eis, o lado perverso da educação medíocre que vigora em muitos pontos da nação. Somente com uma prática política democrática, justa, honesta e baseada, efetivamente, numa *escala de valores* posta coletivamente, mediante pressão, pela sociedade civil à sociedade política, será possível a conscientização do poder no sentido da necessidade de transformação da realidade perversa que vigora no país, não apenas no âmbito da prática educativa. Todos sabem da existência de escolas no Brasil que, do ponto e vista material e educacional, envergonham a nação.

Nos dias de hoje a tendência predominante é a *sociedade política* decidir "pelo alto" tomando medidas que não levam ao questionamento do seu próprio poder. Mediante a estratégia da "conciliação pelo alto" as elites contornam os problemas sociais e acalmam as massas trabalhadoras com medidas pontuais. Cabe, como disse anteriormente, à *sociedade civil* estabelecer uma escala de prioridades decidida coletivamente e lutar para que o poder sinta a relevância social das necessidades sociais. As prioridades colimadas socialmente deveriam ser *políticas do estado brasileiro* antes de serem políticas de governo. A *definição coletiva de fins e valores* é, também, importante componente da ação política e educativa voltada para a criação de um "coletivo instruído", como pensa Mario A. MANACORDA, pensador e pedagogo italiano em sua *História da Educação*.

A Supervisão Escolar é a parte da educação pública ligada ao poder estadual e, ao mesmo tempo, articulada à base do sistema: direção escolar, professores, estudantes e comunidade como explicita a Resolução SE 52, de 14 de agosto de 2013. . Nesse sentido, a Supervisão Escolar é mediadora entre a superestrutura de poder e os níveis infraestruturais da ação prática educativa.

Porque sei do valor da Supervisão Escolar para o sistema de ensino de São Paulo proporei, ousadamente, um *programa de ação* para os supervisores que me ouvem neste Encontro. Bem sei que se trata de uma sugestão sujeita a críticas e recusas. Mesmo assim, peço licença para dizê-la.

A sugestão de *programa de ação* que proponho tem como ponto de partida a crença de que o escopo da Supervisão Escolar é, como disse repetidamente, a luta pela qualidade social de ensino. Essa crença tem como pressupostos: 1.°) o fato de os supervisores terem formação científica, pedagógica e cultural de qualidade e que serão capazes, se assim decidirem, de levarem avante o projeto e 2.°) as necessidades evidentes de melhoria da educação básica no país e no Estado de São Paulo.

Todos que me ouvem passaram por todos os níveis de ensino e foram formados em diversas áreas do conhecimento humano. Os Supervisores de Ensino formam um **coletivo de intelectuais** que não pode ficar preso unicamente em atividades para a mantença do sistema. **É preciso que a Supervisão Escolar aja diretamente no plano da qualidade de ensino e fuja do discurso da qualidade abstrata, desvinculado da prática educativa**. Para tanto, é preciso que o Supervisor de Ensino atinja efetivamente a escola unindo esforços com diretores, professores, estudantes e comunidade, com a colaboração e apoio dos Dirigentes de Ensino. Eis as premissas do programa de ação que defendo:

1.ª premissa – Cada supervisor (a) que me ouve foi formado numa área do conhecimento humano; temos neste auditório, supervisores que dominam cada um de *per si* o conhecimento matemático, geográfico, histórico, biológico, físico, químico,

artístico, linguístico, literário, musical, conhecimento em educação física, conhecimento pedagógico e de língua portuguesa bem como outros componentes curriculares que a enumeração não conseguiu cobrir. Há neste espaço um "coletivo instruído" enorme, com potencial real, para a transformação do ensino público. ***Basta ter vontade política de compartilhar o conhecimento com os outros engajados no mesmo sistema para que o sonho de uma escola de qualidade se concretize. É preciso não esquecer que "o sonho de muitos é o começo da realidade".***

2.ª premissa - Cada supervisor (a), de área mencionada, formará com os professores da mesma área de conhecimento, *um coletivo qualitativo por área de conhecimento*. Assim, o (a) supervisor (a) formado (a) em história formará, com os professores de história da rede sob sua área de jurisdição, a Equipe de História. De igual modo, os demais supervisores formarão equipes por área de conhecimento. Assim, saberes distintos terão equipes distintas. Essa fragmentação decorrente da complexidade cultural contemporânea será necessária para facilitar a comunicação entre os integrantes das equipes formadas.

3.ª premissa – Cada equipe zelará para que cada conteúdo programático definido coletivamente seja enriquecido e transmitido com a ajuda de *métodos vivos* que resgatem o saber acumulado pelas gerações passadas e os novos avanços do conhecimento humano. O patrimônio cultural da humanidade cria, por assim dizer, a humanidade das novas gerações. Não devemos esquecer a observação de um filósofo existencialista ao afirmar que ninguém "escolhe onde nascer" e quando aparecemos no mundo já "encontramos a realidade social organizada" (Sartre). Em outros termos, quando nascemos, somos lançados numa dada "circunstância" (Ortega y Gasset) e, aos poucos, tornamo-nos produtos dela, com a capacidade, entretanto, de mudar as mesmas circunstâncias ao se criarem novas realidades culturais. Não há, portanto, fatalismo ou destino imutável. A transformação do social será sempre possível de tal modo que o mundo social e histórico nunca será fechado por nenhum determinismo. Sempre haverá a possibilidade de transformação como nos ensina a grande História. Nascemos numa circunstância, mas somos capazes de transformá-la. Quase sempre o desejo de mudança estrutural é demorado e fruto de gerações e mais gerações.

4.ª premissa – Há no ensino a tensão constante entre o conhecimento passado e o conhecimento novo ou ainda em elaboração. Essa dinâmica precisa ser bem entendida, pois muito do conhecimento atual só foi possível mediante conhecimentos passados que desbravaram a realidade desafiadora. É preciso entender, como o Filósofo da Práxis, que:

> Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (In: O 18 brumário, pág. 17)

O filósofo sabe que as gerações mortas oprimem o cérebro dos vivos. O educador sabe que o ensino tem muito de conservador quando reforça intencionalmente as mentes jovens para o reconhecimento da cultura como legado de antepassados e que deve ser objeto de conhecimento em cada área do saber. Há necessidade, portanto, de *compartilhar o conhecimento* gerado pela Humanidade com o objetivo de criar um cidadão instruído e educado para a vida social. Como afirmava DURKHEIM "a educação é ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram preparadas para a vida

social". (In: Educação e sociedade, pág. 41). Ora, o conhecimento, o poder e a cultura em geral precisam ser compartilhados como condição *sine qua non* para a transformação e desenvolvimento social. Lembre-se que a Educação forma para o mediato. A boa formação intelectual e moral de agora, imediata, poderá ser útil num futuro incerto quando o sujeito educado poderá participar efetivamente em várias práticas sociais, inclusive a política, e, assim, criar nova realidade econômico-social e cultural com base no conhecimento adquirido na escola e na prática social geral. É interessante entender, ademais, que para criticar a escola e preciso passar por ela.

5.ª premissa – No processo de apropriação da cultura passada e presente um instrumento surge como fundamental e indispensável: ***o domínio da língua escrita e falada***, meio sem o qual não se avança no conhecimento. O domínio da língua materna é condição necessária para a apropriação do conhecimento e da cultura. Os supervisores com formação pedagógica, literária e sociológica poderão realizar imenso trabalho em alfabetização e posterior incentivo à leitura e uso da palavra. Alguém já disse que somos a língua que falamos, isto é, pensamos com os padrões linguísticos que encontramos no meio social ao chegarmos ao mundo. O domínio da língua pátria se revela, em decorrência, como a base essencial de todo o ensino posterior a ponto de merecer estudos e pesquisas além de ações efetivas, presenciais, nas escolas. Ler e escrever são maneiras de reagir com ideias, com pensamentos, ao simbolismo gráfico, diante da realidade concreta do mundo. Aprender a ler e a escrever são momentos do processo dialético de assimilar e interpretar com pensamentos os sinais gráficos que compõem o código linguístico. Isso será possível a todos os estudantes que adentram a escola porque todos dominam a linguagem oral ao se reunirem em sala de aula. Há, entretanto, alunos renitentes, isto é, reprovados mais de três vezes, que exigem tratamento específico, em classes de no máximo 20 alunos. Trabalho, no meu entendimento, para professores especializados.

O programa de ação que sugeri anteriormente tem como base o trabalho de extensão universitária que realizei, como Professor de Filosofia da Educação, durante um ano letivo com professores da Escola Estadual "Professor Antonio Xavier de Mendonça", nos idos de 1980, em língua pátria e matemática para estudantes das primeiras séries do ensino fundamental.

O programa de ação que proponho necessita, em suma, de planejamento prévio, com anuência prévia do Sindicato e dos Supervisores de Ensino a fim de serem estabelecidas as bases coletivas da ação, o envolvimento das escolas e professores, o apoio da administração regional e adoção de outras medidas necessárias ao sucesso da ação, como a postura dialógica entre participantes. Aprendi que a formação das pessoas é tarefa complexa que passa, nos tempos modernos, pela escola, escola que precisa ser revigorada pelo trabalho pedagógico coletivo. Ao evidenciar a importância de sua intervenção no processo de ensino e aprendizagem a Supervisão de Ensino ganhará em importância estratégica no âmbito do poder constituído. Atuando nesse diapasão, penso que a Supervisão de Ensino participará efetivamente das decisões superiores do sistema de ensino estadual.

Para concluir esta fala, neste importante evento, devo tecer algumas considerações finais:

a) Na falta da escola (mesmo deficiente), a sociedade cairia, em pouco tempo, na barbárie. Os tempos atuais necessitam de uma escola revigorada e de qualidade intelectual, social, científica e moral capaz de envolver os estudantes "na cultura acumulada historicamente", como diz o professor Saviani. O fulcro dessa escola reside na figura do professor, hoje, tão desamparado e isolado na sua atividade. Qualquer programa

voltado para a recuperação da escola não poderá descartar a possibilidade de realizar uma parceria com os docentes e diretores de escola. Daí, fazer sentido a participação dos Supervisores de Ensino em um **programa de ação** realizado, em serviço, com os docentes de diferentes áreas do conhecimento. Só a união de esforços dos Educadores salvará a escola da derrocada.

b) A ação de melhoria da Educação no Estado e no Brasil é tarefa renhida "que aos fracos abate e aos fortes só pode exaltar" com dizia o poeta patrício. A miséria é a grande adversária da Educação. A expropriação econômica gera, por tabela, a expropriação cultural e educacional. Mas, os Educadores com consciência política terão de evitar o fazimento de "uma escola pobre para o pobre". A qualidade social do ensino é o caminho coletivo para minimizar os efeitos deletérios da pobreza econômica e social nos sistemas de ensino. Será preciso insistir no processo de ensino que leve a cultura letrada, erudita aos jovens das novas gerações. Nesse sentido, parece-me de todo conveniente, lutar pelo cumprimento da Lei de n.° 12.244/2010 que diz que até 2020 todas as instituições de ensino, públicas e privadas, deverão ter bibliotecas nas escolas. O Censo Escolar, basta lembrar, registrou que apenas 33,7% das escolas do país têm biblioteca.

c) As desigualdades sociais do contexto que atingem os estudantes e a escola colocam "desafios éticos e técnicos" para o processo educativo de transmissão e apropriação do conhecimento sistematizado e científico indispensável para que cada estudante esteja munido dos instrumentos intelectuais e práticos necessários para a participação nas oportunidades geradas no contexto da vida social. Como diz, de forma exemplar, a APASE, uma escola sintonizada com a prática social e política humana significa ao fim e ao cabo "compartilhar conhecimento e poder em cada escola e entre as escolas" numa sociedade democrática que necessita compartilhar, também, o conhecimento e o poder de alto abaixo na prática coletiva. Por fim, a teoria de Vigotsky, decorrente da filosofia da práxis, nos ensina que a cultura é parte integrante do ser humano, uma vez que o desenvolvimento das pessoas não é processo passivo e muito menos separado da vida cultural inerente a todo modo de produção. O desenvolvimento mental da criança caminha passo a passo com o desenvolvimento intelectual inseparável do desenvolvimento linguístico e cultural da pessoa. Chegamos, pois, ao fim desta fala, nesta tarde.

Cumprimentos aos presentes e obrigado a todos que me honraram com o beneplácito da atenção.

REFERÊNCIAS

CRANSTON, Maurice. **Sartre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**, 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FERREIRA DO VALE, José Misael. Teoria da educação e currículo escolar. In: _____. **Formação continuada e as dimensões do currículo**. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 2013.

_____. O inquérito de 1926: espelho de uma fase de transição. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru (SP): ano XVII, v. XVII, n. 1, jan./dez., 2013. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br>. Acesso em:

_____. Uma aposta no professor. In: **Educação de jovens e adultos-UNESP**: Alfasol: contextos e práticas. Bauru (SP): Canal6, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São

Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.
GORKI, Máximo. **Vagabundo original:** contos. São Paulo: Livraria Exposição do Livro, 1964.
_____. **Os mais brilhantes contos**. São Paulo: Edições de Ouro, s/d.
GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
MANACORDA, Mário Alighiero. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
MARIAS, J. Ortega y Gasset: circunstancia y vocación. **Revista de Occidente**. Madrid, 1960.
MARX, K. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
_____. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
MORIN, Edgar. **O método**. Lisboa: Europa-América, 1977.
PADOVANI, Humberto et al. **História da filosofia**. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
VIGOSTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TEMPOS E MOVIMENTOS: UMA BREVE DIGRESSÃO CULTURAL DOS CARROS DE BOIS NO TERRITÓRIO GOIANO

TIME AND MOVEMENT: A BRIEF CULTURAL TOUR OF CARS IN THE BOIS GOIANO TERRITORY

Romero Ribeiro Barbosa[1]

RESUMO: O objeto deste estudo surgiu das minhas experiências pessoais, inicialmente, na infância pura de menino roceiro, lidando, quase que diariamente, com a carpina de roça, a limpa de Rêgo d'água, a "bateção" de pasto e, sobretudo, como ajudante de carreiro (candieiro). Inicialmente, fizemos uma leitura da incursão dos carros de bois no território goiano, considerando suas funcionalidades rurais; no transporte de cargas e de pessoas, mais notadamente entre os séculos XVIII e XX. Para tanto, julgamos pertinente uma ligeira abordagem da cultura, uma vez que é a partir dela (da cultura) que o estudo em questão (carro de bois) será amparado e terá ressonância. Pois, conforme Claval (2001) e Almeida (2005), é pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular. Ela – a cultura – é uma constatação de que o espaço moderno ao negar a tradição, provoca a sua (re) existência numa convergência de conflitos, no mesmo tempo e espaço. E nesse contexto de (re) existência cultural está o exemplo da presença dos carros de bois no território goiano, numa via interpretativa de seus tempos e seus movimentos.

Palavras-chave: digressão cultural; carros de bois; território goiano

ABSTRACT: The object of this study arose from my personal experiences, initially in pure childhood roceiro boy, dealing almost daily with the carpenter of the fields, the clean water Rego, the "banging" of pasture and especially as helper path (Candieiro). Initially, we did a reading of the incursion of oxcarts in Goiás, considering its rural features; to transport cargo and people, most notably between the eighteenth and twentieth centuries. For both, we deem relevant slight culture approach, since it is from (the culture) that the study in question (bullock cart) and will be supported resonance. For, as Claval (2001) and Almeida (2005), is the culture that people interact with nature, and mediate with the world and build a particular way of life. She - the culture - is a realization that the modern space to deny the tradition, causes the (re) convergence of existence in a conflict in the same time and space. And in this context of (re) cultural existence is an example of the presence of ox-carts in Goiás, in an interpretative way of their times and their movements.

Key words: cultural tour; oxcarts; Goiás

1 É Geógrafo e pós-graduado em História do Brasil e História de Goiás. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Prof. de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, associado a AGB/Goiânia desde 1997.
E-mail: sjlromeroribeiro@yahoo.com.br

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

INTRODUÇÃO

O tema que se desenvolve, neste estudo, surgiu das minhas experiências pessoais, inicialmente, na infância pura de menino roceiro, lidando, quase que diariamente, com a carpina de roça, a limpa de Rêgo d'água, a "bateção" de pasto e, sobretudo, como ajudante de carreiro (candieiro). Entre um intervalo e outro das atividades rurais, dava "diponta" no rio e, já no final da tarde, munido de embornal e pequenas pedras, saia para "caçar" passarinho. Mas isto está docemente guardado no baú da minha história, provando que as faces culturais dos sujeitos estão diretamente conectadas com o acervo das experiências que possuíram noutros tempos quando eram também outros movimentos.

Para as erudições teóricas ou do pragmatismo acadêmico, busca-se-a uma análise geográfica contida na geografia cultural, junto à investigação, também, de postulados na história de Goiás, na Sociologia, na Literatura Regional, na Antropologia, dentre outros.

Nesse sentido, estrutura-se as seções da seguinte maneira: a primeira encadeia uma leitura da incursão dos carros de bois no território goiano, considerando suas funcionalidades rurais; no transporte de cargas e de pessoas, mais notadamente entre os séculos XVIII e XX.

Na segunda, julgou-se pertinente uma ligeira abordagem do entendimento de cultura, uma vez que é a partir dela (da cultura) que o estudo em questão (carro de bois) será amparado e terá ressonância. Pois, conforme Claval (2001) e Almeida (2005), é pela cultura que as populações interagem com a natureza, fazem a sua mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular. Dessa forma, analisar as trajetórias dos tempos e dos movimentos dos carros de bois, em Goiás, é identificar traços culturais de uma sociedade no seu tempo e espaço. Mesmo que falar de identidade cultural, mediante um mundo cada vez mais cindido pela globalização atual, não seja uma tarefa fácil.

Na última seção, procedeu-se a uma discussão, retomando a história funcional dos carros de bois, para, em seguida, abordar o papel desempenhado por eles no período moderno. Por meio dessa leitura, constatou-se que os carros de bois prestam-se, nesse período atual, aos interesses dos decoradores, dos políticos, dos meios de comunicação, dos olhares curiosos dos turistas que os vêem muito mais como espetáculo, ao torná-lo um objeto da mercantilização cultural. Nesse sentido, procurou-se discutir que o espaço moderno "nega" a tradição, uma vez que os carros de bois, de importância para os transportes em Goiás, prestam-se, atualmente, como propiciadores de espetáculo. Mas, por outro lado, ele tem espaço, ainda que reduzido, nas atividades rurais. Mas, seu papel está muito bem guardado na memória coletiva de muitos sujeitos, em Goiás, principalmente nas romarias que ocorrem nos municípios goianos de Trindade e Mossâmedes.

Os resultados alcançados foram possíveis dentro das condições objetivas desejadas, uma vez que, como já afirmado, discutir identidade cultural em uma sociedade padronizada pela globalização, constitui-se como missão difícil, porém desafiadora. Enfrentá-la foi "belo-belíssimo".

OS CARROS DE BOIS NAS LIDAS DIÁRIAS: ECONOMIA, COMUNICAÇÃO E LAZER

Desde a sua efetiva colonização nas primeiras décadas do século XVIII – de modo mais específico com a exploração aurífera, iniciada em 1725 – o território goiano padecia das dificuldades de transportes e comunicação. Sua localização geográfica na plenitude

do Planalto central brasileiro, distante dos grandes centros mais urbanizados, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, são as justificativas comentadas pela historiografia goiana. As primeiras formas de acessibilidade ao território goiano estiveram – em grande parte durante a história colonial no espaço goiano – condicionadas à utilização de canoas e muares (tropeiros), conforme analisou Barbosa (2003 e 2007).

Por conta da dimensão territorial do Estado, das distâncias entre os poucos municípios goianos da época e de outras opções de transportes mais modernos, os carros de bois passaram a ser a "saída" para outros limites geográficos. Distante dos "roncos" dos veículos motorizados, os únicos a palmilhar o sertão goiano era o barulho dos carros de bois.

Ramos (1984), observador da vida social do sertanejo goiano no século XIX, destacou que as marcas no território goiano eram comprovadas pelos carris profundos deixados à passagem pela roda ferrada dos pesados carros de bois. De acordo com Nogueira (2003), os carreiros, juntamente com os tropeiros, foram os grandes promotores da Marcha para o oeste, nos séculos XVIII e XIX. Para Borges (2000), os carros de bois e as tropas eram os meios de transportes disponíveis em Goiás, ambos com capacidade de carga limitada por volume. Já no início do século XX com o desenvolvimento do transporte ferroviário e rodoviário em Goiás, mesmo favorecendo as comunicações apenas na parte sul e central do Estado de Goiás, a funcionalidade dos carros de bois resistiu, por muito tempo, no contexto rural goiano. Nesse sentido, conforme Borges (2000, p.54),

> o trem de ferro e o carro de bois, bem como as tropas de burros, formavam um sistema modal de transporte responsável pela circulação de mercadorias e pelo incremento das transações comerciais no Estado.

Era comum nos terminais ferroviários e nas estradas boiadeiras, o apito do trem ser confundido com a manhosa cantiga dos carros de bois.

Ao analisar a história dos carros de bois no território goiano, nota-se que eram muitas as suas funcionalidades. Deus (2000, p. 147), destaca que os carros de boi,

> juntamente com os muares, eram os responsáveis pelo transporte e para a comercialização e a distribuição dos produtos rurais goianos, além de atender a região de artigos indispensáveis.

E ainda, conforme destaca DEUS (2000), o trabalho dos carros de bois da primeira metade do século XIX, quando não se limitava ao transporte microrregional de produtos da lavoura no interior da província, competia com as tropas na condução do sal. Conforme a autora, diante da crescente criação de gado e da conseqüente procura cada vez mais intensa pelo sal, de alto custo, as tropas (também de alto custo) foram substituídas pelos carros de bois em tal transporte. Por esse motivo, as estradas por onde transitavam os carros de bois ficaram conhecidas como "estadas salineiras".

Os carros de bois exerceram importante utilidade no trabalho interno das fazendas, quer puxando milho, mandioca, lenha, feijão em rama ou cereais em saca ou para realizar mudanças, além do transporte de animais de médio e pequeno porte, como suínos e galináceos. Contudo, é importante acrescentar que o trabalho executado pelos tropeiros diante do baixo custo do frete cobrados pelos carreiros, não desaparece rapidamente do território goiano. Aos tropeiros, na segunda metade do século XIX, reservaram-se os fretes nobres e caros, e artigos luxuosos, ou, "as últimas novidades da corte", como era preconizado naquele tempo (Ibdem, p. 148).

A participação dos carros de bois na história de Goiás não ficou restrita à movimentação de cargas. Ele serviu ao transporte de passageiros, tanto para o atendimento de doentes quanto para o lazer de famílias. Nos casos de lazer, afirma Deus, (2000, p.151),

> transportava as famílias de carreiros-proprietários e também as famílias amigas. As viagens de lazer eram freqüentes, geralmente se dirigiam a passeios de visitas de uma família a outra ou a festas profano-religiosas com a participação de carros de bois [assunto que abordaremos no final deste estudo], como a festa de Trindade.

Os carros de bois era, na observação de Nogueira (2003), o "*trailer*" dos velhos tempos, antes de o País se "embriagar" com as rodovias.

A construção dessas rodovias e a ampliação dos trilhos de ferro, somados ao avanço da fronteira agrícola e a mercantilização da produção agrária exigiam meios de transportes mais rápidos e eficientes que reduzissem o tempo entre os espaços econômicos e o custo da circulação. Dessa forma, apesar da "lenta evolução técnica do caminhão e da precariedade das estradas, o transporte à tração animal fora logo substituído pelos veículos motorizados nos percursos de longa distância", recorda Borges (2000, p. 55).

É possível, contudo, perceber que, com o advento do caminhão e do trem de ferro, ocorre uma acirrada disputa entre estes veículos motorizados e aqueles velhos carros de tração animal pelo domínio das estradas do sertão goiano.

De fato, estruturado com rodas ferradas em gume muito cortante, os carros de bois causavam grandes estragos e destruía as já precárias rodovias. Por esse motivo, empresários do ramo pressionavam as autoridades goianas para que criassem Decretos que proibissem o trânsito daquele tradicional meio de transporte nas principais vias expressas do território goiano. Após muitas exigências por parte daqueles manifestantes [comerciantes, fazendeiros, mascates entre outros] que optaram pelos veículos motorizados para condução de produtos e pessoas – dentro e fora do Estado de Goiás – um Decreto Federal foi discutido e aprovado na Assembléia Legislativa goiana. Deus (2000, p.154), comenta esse fato ao dizer que o então Governador do Estado de Goiás, Eugênio Jardim, fez o pronunciamento do Decreto no dia 13 de Maio de 1922, que constava que:

> o recente Decreto do governo federal que subvenciona os estados que construírem e conservaram estradas, impõe a exclusão dos chamados carros de bois que por elas não poderão transitar.

FRANÇA (1985) observa também que os carros de bois, de eixo fixo e "ferrado" em gume muito cortante, era ainda o principal veículo de transporte em Goiás, nas primeiras décadas do século XX. Pode se imaginar, todavia, que os carros de bois por ser construídos de estruturas de ferro e madeira e este ao tocarem ao solo, causavam imenso dano nos caminhos goianos, até então, carentes de pavimentação asfáltica.

A partir daquele momento da aprovação do Decreto, a circulação dos carros de bois em muitas lidas rurais e urbanas passa a ser um problema a ser resolvido com o cumprimento daquilo que foi estabelecido por lei. Nesse caso, os carros de bois foram impedidos de exercer suas atividades tanto de cargas como no transportes de passageiros, pelas estradas goianas, como também além de suas fronteiras.

Mas, como observa França (1985, p. 37), "os proprietários que conseguiam um volume de produtos, que compensasse os fretes carreiros, passaram a exportar para os centros

comerciais servidos pela estrada de ferro". França (Ibden) lembra que para compreender as distinções entres os carreiros[2], é importante, para aquele período temporal, dividi-los em duas categorias: o carreiro empregado e o carreiro autônomo. Este último atuava como empreiteiro de transportes a frete, tanto às viagens de porta como as de longo curso. Esse carreiro não obtinha vínculo empregatício e possuía, geralmente, uma pequena propriedade, uma vez que tinha que dispor de pastagens para a boiada dos carros nos intervalos das viagens. A segunda categoria – o carreiro empregado – possuía vinculo empregatício; era o trabalhador rural para atividade específica. Seu trabalho consistia nas viagens de porta, ou seja, aqueles com trajeto curto. O trabalho do carreiro empregado era o de transportar bens ora dentro dos limites da propriedade, entre as lavouras e a sede, ora entre esta e o núcleo urbano mais próximo. O transporte crescente de gêneros agrícolas, até o ponto de embarque pela ferrovia, ampliou progressivamente o mercado para a exploração do frete carreiro. Contudo, essa atividade permitia ao carreiro complementar as rendas advindas da exploração do solo de seu sítio. Paradoxalmente, em termos econômicos, nas duas primeiras décadas do século XX, os carros de bois passaram a ser incapazes de competir com os carros e trens motorizados em preços e fretes, e, sobretudo, no desempenho da velocidade com que se locomoviam. As viagens tornaram-se cada vez menos freqüentes. A estrada – rodovia – passa a ser uma exclusividade de uso dos automóveis.

Mas, por outro lado, como instrumento de trabalho econômico e eficaz, os carros de bois tiveram importante papel na fase de formação urbana de muitas cidades, não só em Goiás como em muitas regiões do País (DEUS, 2000). O crescimento das cidades reunia pessoas que chegavam por meio dos mais diversificados meios: a pé, de caminhão, de carros de bois, de automóveis e de jardineiras[3]**.** Nas palavras de França (2008), eles foram os verdadeiros vetores de comunicação no sertão goiano.

Em Goiás, o processo de crescimento dos núcleos urbanos ocorreu especialmente durante a segunda metade do século XIX e na primeira do século XX, a exemplo da construção da sede administrativa do governo goiano, hoje, Goiânia, a capital do Estado.

Deus (2000, p. 154), lembra que:

> quando foram construir a sede administrativa do governo em Goiânia, na década de 1930, lá estavam os carreiros, arrastando pedra, abrindo valas, erguendo paredes, fazendo comissão de frente com seus bois, trazendo, contraditoriamente, o progresso para Goiás.

Noutros momentos, os carreiros eram chamados para desatolar os caminhões, seus rivais, nas estradas goianas, tornadas um verdadeiro lamaçal.

Embora hoje eles tenham se tornados figuras quase lendárias, os carros de bois (re) surgem para provar suas (re) existências nos tempos ditos modernos.

A (RE) SIGNIFICAÇÃO DA CULTURA E SUAS (RE) EXISTÊNCIAS NOS TEMPOS MODERNOS: A PRESENÇA DOS CARROS DE BOIS.

Discorrer acerca dos significados dos aspectos culturais e suas (re) existências num mundo moderno enviesado pelas ações globalitárias não é tarefa fácil. Presenciamos o surgimento de (re) invenções culturais tipificadas do modelo econômico vigente onde a cultura mesmo sendo, em alguns momentos, refratária do mercado, não tem como negá-lo. Mesmo assim, concordamos com Hall (1997) quando afirma parecer improvável que a

globalização simplesmente vá destruir as identidades nacionais. Para Barbosa (2007), as sociedades, além da organização do trabalho, da elaboração de instrumentos de produção, do modo que cultivam a terra, a definição dos códigos lingüísticos, a operação lúdica, os jogos, o contato com a natureza e a criação de novos padrões societários, envolvem a cultura como categoria da identidade humana. Nesse sentido, é *mister* concordar com Costa (2004) de que sem a cultura, o homem se tornaria o mais desprotegido dos animais.

Sobre esse assunto, Almeida (2008) entende que a cultura é uma rede tecida pelas sociedades, carregada de significados múltiplos que só podem ser decifrados quando inseridos em seu próprio devir histórico e social. Talvez seja por isso que a mesma autora, noutro momento (2007), vai afirmar que a identidade adquire feições de resistências.

Por esses motivos, torna-se importante uma análise da cultura, considerando as trajetórias socioespaciais dos carros de bois e suas contribuições para pensar em um tempo no território goiano, quando eles desempenharam importantes papeis na economia, na socialização e na identidade da sociedade sertaneja.

Os carros de bois se apresentam como instrumentos bastante rústicos e, se bem analisado, pode ser considerado uma verdadeira obra de engenharia ou de arte, aonde a simetria e noções de cálculos são perfeitamente observadas. Muito embora apresentando denominações diferentes entre as diversas regiões do Brasil, os carros de bois em Goiás são compostos basicamente de três partes: o par de rodas [também chamadas de rodeiro], o eixo e a mesa. A matéria-prima para se construir tal instrumento é basicamente a madeira e o ferro. As cangas e os cambões são os acessórios que atrelam os bois. O touro para compor os carros deve ser castrado, pois, assim, torna-se manso e submisso ao trabalho de carga [mercadorias e pessoas].

Nesse raciocínio, relembrar a saga dos carros de bois é, como foi abordado por GÓMEZ (2007, p.123),

> trinchar um diálogo com su pasado para conservar, em médio de estructuras novedosas, parte de su legado cultural, resignificando su identidad, la cual entendemos aqui como el conjunto de normas y su percepción, apropriación, defensa y perpetuación por parte de los miembros de La comunidad.

É necessário, todavia, perceber que, como tem dito Chaveiro (2005), a modernização apesar de ser avassaladora e hegemônica não erradicou a cultura; e que essa, embora resistindo, não se impõe. Mesmo não portando as mesmas funcionalidades que obtivera em tempos idos, os carros de bois são utensílios presentes na vida, na história e, sobretudo, na memória coletiva do povo goiano.

Em algumas regiões rurais goianas, ele ainda é muito útil nas atividades de pequenos proprietários, inclusive enquanto medida volumétrica do milho, por exemplo. A expressão "um carro de milho" [ou uma "carrada de milho"], conforme expressão de Bernardes (1986) é um padrão, por sinal, que insiste em permanecer até hoje nos meios rurais de Goiás.

Na literatura goiana, os carros de bois enredam as histórias dos romances, dos causos e das crônicas vazados em uma linguagem pitoresca, em sintonia com a vida rural de seus personagens. Em *Jurubatuba*, de Carmo Bernardes (1997, p. 12), eleva-se o dialeto roceiro à categoria artística de língua literária. Em uma dessas linguagens, está um trecho desses acontecimentos com a marca histórica dos carros de bois e seus condutores:

> Já quase saindo na divisa da mata com o campo, ajudei um carreiro encarretar uma tora no carretão. Os bois treitavam, e ele xingando muito e perdendo a paciência com os bois (...) carreiro é uma classe de gente cruel para xingar e eu, sabendo disto, calei minha boca.

Em *Quarto Crescente: Relembranças* (1986, p. 41), o mesmo autor não deixa ofuscar de sua memória os momentos em que se deu a sua peregrinação para o Estado de Goiás, indo diretamente para o meio rural, na lida com os carros de bois: "retomo o relato interrompido, trago à lembrança a nossa peregrinação, a tropinha magra e cansada, a minha infância pura de menino roceiro já na idade de candieiro de bois".

Na música popular de Goiás, também se ouve as histórias contando as marcas que os carros de bois deixaram nas estradas do sertão. No pequeno trecho da música "Poeira", interpretada por Nilton Rabello: "... O carro de boi lá vai, gemendo lá no estradão, suas grandes rodas fazendo profundas marcas no chão, vai levantando poeira, poeira vermelha, poeira do meu sertão..." há a exaltação deste veículo.

Mas, os carros de bois estão presentes na vida contemporânea do povo goiano também. È fato de que "com a globalização e o estreitamento das distâncias transformando uma realidade estratégica com conseqüências econômicas incalculáveis", conforme expressou Vírilio (1997), o tempo dos carros de bois é a negação do presente. A velocidade com que as ações urgem no território faz com que determinados objetos se tornem paradoxos da realidade. Assim é o tempo dos jegues, da carroça, da charrete, do trem de ferro, do cavalo, da bicicleta, entre outras maneiras de mobilidades que auxiliaram a sociedade goiana na circulação socioeconômica em outro momento de sua história. No tempo da pressa, como já afirmado, eles estariam, por assim dizer, ultrapassados – mas não extirpados da história, da memória e, portanto, das resistências culturais da goianidade sertaneja. Eles – os carros de bois – estão expostos, como objetos de contemplação e decoração [e até mesmo como objeto exótico para muitos] na porta das entradas de alguns restaurantes que oferecem aos seus visitantes comidas típicas feitas em fogão à lenha. Ainda como objeto de decoração, esses carros podem ser encontrados em jardins de mansões de pessoas que talvez nunca viram um carro de bois na sua verdadeira acepção. Em alguns restaurantes rurais, hotéis-fazenda, fazenda-hotéis e pousadas, os carros de bois prestam-se como mesas para a disposição dos recipientes [panelas, pratos, vidros e latas de condimentos, tigelas para sobremesas etc.] que portam os alimentos para o café da manhã, almoço ou jantar.

Nas festas de tradição religiosa [Trindade e Mossâmedes, a título de exemplo], os carros de bois estão presentes, mesmo que a religião também possa vir a ser espetáculo, divertimento, visão e exterioridade, conforme acrescentou Almeida (2008). Naturalmente, isso ocorre muito mais em uma condição de instrumento que possibilite encandear interesses de diversos seguimentos sociais: políticos, turistas, emissoras de comunicação, públicos sagrados e profanos.

Mas não podemos deixar de acrescentar que, para o carreiro "tradicional", sua presença na romaria conduzindo seu carro de bois, tem um significado muito especial, porque porta-se como referência simbólica ou testemunho dos tempos do que a simples exposição nas romarias. Talvez, para ele, o momento de sua exposição juntamente com seu carro de bois, seria uma maneira de demonstrar sua resistência cultural muitas das vezes transmitida de muitas gerações.

OLIVEIRA (2005), ao analisar a presença dos carros de bois na festa do Divino Espírito Santo, no Município goiano de Mossâmedes, deparou com outras funcionalidades

dos carros de bois. Os carros de bois são também o meio de transporte utilizado para conduzir as famílias até o santuário.

Por outro lado, esse público que despende seu olhar em direção ao espetáculo buscado na presença dos carros de bois é influenciado pelo momento atual de uma sociedade consumista. Nas palavras de Bourdieu (2002), *Il est, évidemment, influencé par qui se passe autour d'elles comme symbole du refus d'une societé consumériste et superficielle*[4]. Noutras palavras, trata-se de *La prduction d'une image que Le sujet elabore em utilisant sés facultes cognitives*[5], segundo observação de Mannoni (1998).

E, em muitos casos, os objetos simbólicos – como no caso dos carros de bois nas romarias - são mais lembrados enquanto mercadoria no templo dos espetáculos, do que uma tentativa de resgate para uso como nos tempos idos. Mesmo por que são vistos como a contradição dos tempos modernos embalados pela velocidade dos acontecimentos novos e dos novos objetos.

E ainda, ao analisar os aspectos culturais – fixando nos carros de bois – de um determinado território, sociedade, grupo ou lugar é importante lembrar o que afirmaram Claval (2002, p.37) e BARBOSA (2008, p. 204), "o que importa é compreender o sentido que as pessoas dão à sua existência". Nesse sentido, retorna-se a Claval (2007, p. 149): "todos os fatos geográficos são de natureza cultural".

O que se pode concluir com esta afirmação é que as técnicas de produção, de transportes e os hábitos pertencem à esfera da cultura. Os carros de bois, portanto, se incluem no plano cultural [seja material ou imaterial] do espaço e, por conseguinte da sociedade goiana.

Mesmo que nos tempos modernos o espaço venha a negar essa tradição, ela tende sempre a (re) existir. Mesmo que na vanguarda de propiciadores de espetáculos, características que os carros de bois ganharam destaque nos tempos atuais.

O ESPAÇO MODERNO "NEGA" A TRADIÇÃO: UTILITÁRIOS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX, ESTANDARDIZAÇÃO DE ESPETÁCULO NO SÉCULO XXI.

Na denominada "geografia andante", no dizer de Martins (1997), o território brasileiro é a marca de um país ávido pela conquista do espaço (BARBOSA, 2007). Aventureiras e arriscadas foram as expedições rumo ao interior do país. O território que se formava e toda sua natureza seria afetada pela empresa colonizadora portuguesa. Uma nova etapa na história econômica do país passa a existir gradativamente com o estabelecimento da economia aurífera.

Fundamentado no trabalho escravo e, no lombo dos eqüinos, o transporte da produção, primeiros descobertos auríferos ocorreram às margens dos córregos e rios do Estado de Minas Gerais (Palacin, 1995). Os híbridos era a única opção para o enfrentamento dos espaços dentro e fora do território goiano. Tanto para o transporte de pessoas e gêneros alimentícios, como também dos resultados adquiridos com a exploração aurífera. Vale lembrar que a mobilidade social no território goiano em função da mineração se estende até a segunda metade do século XVIII, e, gradativamente, o espaço goiano dá lugar ao surgimento da agropecuária, especialmente nos séculos XIX e XX, conforme constatou Barbosa (2007). Começa a aparecer a chamada "Fazenda Goiana". Assim, com uma economia extensiva, os cavalos, os muares e os carros de bois consolidaram sua importância às atividades do sertão.

Uma grande leva de migrantes mineiros e nordestinos se dirige para o sertão goiano, no século XIX, na expectativa de plantar roça e criar gado. Suas incursões e atividades cotidianas no espaço rural goiano estavam articuladas, direta e indiretamente, à presença dos carros de bois. França (2008), ao realizar pesquisa acerca das trajetórias socioespaciais dos carreiros em Goiás, lembra que com todas as dificuldades de transporte daquele período e o alto custo das tropas, não se tinha alternativa a não ser pela utilização dos carros de bois. Assim, segundo Nogueira (2003), os carros de bois são introduzidos em Goiás a partir do ano de 1800, apesar de alguns estudos, a exemplo de França (1985) e França (2008), já apontarem com certa antecedência as atividades rurais e urbanas com a ação dos carros de bois. Inclusive, como fora constatado por aquela autora, muitos dos produtos comercializados em Goiás, eram transportados por carros de bois, além de servirem também como transporte de pessoas e pertences domésticos.

A partir do século XIX as funcionalidades dos carros de bois ganham novos sentidos, com o início das festas de Romaria em Goiás. Para Nogueira (2003), em 1830, época do começo da romaria, ele é introduzido no sistema de transporte da época. França (1985, p. 150), analisando a história econômica da Região do antigo Mato Grosso de Goiás, afirma que, naquela região de Goiás "fixara-se grande número de mineiros provenientes da região do triângulo mineiro que desenvolveram a agricultura e a pecuária e fora com os seus carros de bois à festa de Trindade".

Nas pesquisas elaboradas por França (2008), acerca da Romaria do Divino Pai Eterno, no ano de 2008, foi constatado o quantitativo de 344 carros de bois, provenientes de 58 municípios goianos. Foi comprovado também que os municípios que mais se destacaram com a presença dos carros de bois na romaria foram: Damolândia, 38; Anicuns, 27; Ouro verde, 27 e Mossâmedes com 24 carros presentes na romaria. Nessa última romaria de Trindade (2014) aquele número obteve um acréscimo de mais de 10%, conforme nos informou o secretário de cultura daquele município. Foram cerca de 380 carros de bois presentes na romaria do Divino Pai Eterno.

Sobre a romaria do Divino Pai Eterno, de Trindade, Coelho (2003) afirma que a festa se iniciou na primeira semana do mês de julho, ano de 1840, a partir do instante em que foi encontrado um medalhão de barro contendo a Santíssima Trindade. Considerada uma das mais representativas festas do catolicismo popular no Brasil, nela há os que pagam promessas, os que comercializam os que têm a tradição de desfilar com os carros de bois e os que procuram se divertir. Nessa festa há o tradicional encontro de carros de bois de vários municípios goianos, vizinhos da cidade de Trindade: Americano do Brasil, Anicuns, Povoado de Capelinha, Itaberaí, Sanclerlândia, Mossâmedes, Damolândia, dentre outras.

A manifestação popular do desfile dos carros de bois também acontece no município de Mossâmedes, situada na mesorregião do Centro Goiano, distante a 145 Km da capital, Goiânia. Naquele município, a romaria do Divino Espírito Santo, realizada na segunda quinzena do mês de agosto, teve início com a presença dos carros de bois. A romaria de Mossâmedes teve início no ano de 1991, coordenada por um antigo morador e proprietário rural chamado Antônio Horácio Amorim, mais conhecido como "seu" Tota, como foi constatado na pesquisa feita por Oliveira (2005). Os romeiros saem de suas regiões em direção à fazenda Conceição, a 7 km de Mossâmedes, onde o proprietário é o senhor José Barbosa. Ali, os carreiros permanecem até a sexta-feira do último final de semana do mês de agosto, quando saem em peregrinação da fazenda Conceição até a cidade de Mossâmedes, para o tradicional desfile dos carros de bois (Oliveira, 2003).

A fazenda é o local em que se realiza o tradicional "pouso dos carreiros", onde todos se agrupam, sentam, cantam, dançam, comem e contam suas lembranças de famílias de quem herdaram essa tradição. Durante o percurso dos carreiros em direção a cidade Mossâmedes, muitas músicas que retratam a história desses sujeitos e seus carros de bois, são entoadas. A música de autoria de Walter José, antigo carreiro, tem esta vertente:

> Levantei cedo e juntei a boiada,
> A fé no peito e os pés no chão,
> Meu velho carro cantou na estrada,
> E o pó vermelho levantou no chão,
> Num passo lento saiu a jornada,
> Pra romaria do meu coração...

Por esses motivos, é importante perceber como as tradições resistem em espaços de tempos diferentes. Os carros de bois, hoje, são pouco utilizados se comparados ao seu uso entre os séculos XVIII e XX, por meio das diversas funcionalidades que exerciam. No entanto, eles permanecem enfrentando as negações dos espaços modernos, a exemplo do ocorrido no território goiano.

Desse modo, constatou-se que os carros de bois, de meio de transporte mais acessível do sertão goiano entre os séculos XVIII e XX, chegam, na última década do século XX, aos olhos dos expectadores, como um símbolo-troféu pitoresco, recuperado dos arquivos da história, em um maravilhoso "museu mambembe", nas expressões de Deus (2000, p. 160). Os anos noventa reinventaram o costume da locomoção em carros de bois à festa de Trindade, em plena realidade cibernética, não como necessidade ou alternativa para o transporte, ao contrário, mas no sentido de reinterpretação, que se apóia em uma conjuntura favorável.

O resultado de tudo isso é que a Romaria dos carreiros da Fé é também a Romaria do Espetáculo, assim como aconteceu com outros eventos tradicionais de Goiás, como o Ralli de jegues de Turvânia, o *Jeep cross* de Sanclerlândia, as Cavalhadas de Pirenópolis, a Procissão do Fogaréu, na cidade de Goiás, dentre outras que foram, conforme sintetiza Deus (2000), reduzidas à sua dimensão de espetáculo, a que se assiste sem participar.

A presença dos carros de bois nas romarias goianas ao mesmo tempo em que promove a apresentação simbólica da cultura de uma determinada época, de uma determinada sociedade demonstrando seu valor cultural herdado de outras gerações, promove também contradições em tempos de globalização.

Nesse sentido, o espaço moderno e a tradição convergem em uma arena de conflitos, em um encontro antagônico de um "Goiás Novo" e de um "Goiás Velho", conforme analisou França (2008). Nesse caso, apesar das (re) existências culturais, a exemplo dos carros de bois, o espaço moderno, cada vez mais, tende a negar a tradição. Contudo, pode-se admitir, conforme leitura de Chaveiro (2005, p. 61),

> de que o que ocorre não é apenas uma mercantilização da tradição cultural, mas o testemunho de que o mundo ruidoso gera um sentimento de cansaço, elaborando a antinomia como solução.

A tradição e funcionalidade dos carros de bois passam a ser a solução escorregadia que passou, mas é lembrada embora sem o suor e os calos das mãos que "ferraram" os bois e comandam "veículos" mais apressados na urbe atual.

Talvez fosse melhor sintetizar, como disse Olanda (2001), que o que está em voga nesses tempos de (prag) matismo capitalista, é a determinação do fazer apressado em detrimento do fazer pensado. Mas, por outro lado, negar a presença da tradição - como no caso dos carros de bois - é tentar provocar uma ruptura cultural na história da sociedade goiana, como expressou Rosa (1974, p. 167) de que "o tempo amainou, mas não destruiu".

PARA NÃO CONCLUIR...

O que se pôde concluir com esse estudo acerca da cultura dos carros de bois em Goiás, é que, apesar da globalização e seus *ethos* de modernizador e, sobretudo, mercantilizador, não se pode negar a (re) existências culturais dos sujeitos nele assentados. Nesse território, há uma trama de relações entre as formas espaciais e as relações entre sujeitos que podem ser extirpados da história pessoal. Pois, conforme Saquet (2007, p. 114), o território é um lugar substantivado por relações ou territorialidades e é constituído histórica e geograficamente. Para aquele autor, o território "significa economia, cultura, política e natureza", ou, como é entendido por Haesbart (2004), como um conceito demasiadamente amplo dotado de uma visão polissêmica visível na geografia.

A leitura que foi procedida acerca dos carros de bois em Goiás estimula uma reflexão que, mesmo com a modernidade do território, onde, conforme Nogueira (2003), o endividamento é a norma, e ultrapassam os limites mais elementares da razão. Os elementos culturais do território goiano não devem existir apenas como objetos materiais e simbólicos propiciadores de espetáculos para determinados segmentos sociais. Ela – a cultura – é uma constatação de que o espaço moderno ao negar a tradição, provoca a sua (re) existência numa convergência de conflitos, no mesmo tempo e espaço. Dessa forma, Chaveiro (2008) afirma que a disputa cultural, econômica e simbólica pelo sertão goiano é correlata ao modo, por exemplo, que o território goiano se insere no atual mundo. Essa inserção veloz, diretiva e economicista, faz com que haja, no campo da cultura - e de outras manifestações – uma rica hibridagem, convergência, ações de conflitos, na observação daquele autor.

Nesse mesmo raciocínio está o ponto de vista de Hall (1997, p.83), quando tece reflexões importantes acerca de globalização e seus impactos nas culturas locais. Para ele "a identidade e a diferença estão inextricavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, sendo que uma nunca anula completamente a outra". Talvez, por esse motivo, estamos diante daquilo que se pode denominar de "homens produzidos", ou "identidades partilhadas", utilizando as expressões do próprio autor (1997).

Com o passar dos tempos e a chegada da modernidade em Goiás, os carros de bois ainda se fazem presentes em algumas propriedades goianas. De maneira mais quantitativa, eles estão presentes também nos encontros das festas das Romarias do Divino Pai eterno, em Trindade, e Mossâmedes, na Romaria do Divino Espírito Santo. O diferencial, portanto, no seu aparecimento nas duas Romarias se deve ao fato de que, dessa feita, é sinônimo de penitência, uma vez que meios mais confortáveis de se locomover à festa já estão disponíveis para a população goiana (França, 2008).

Portanto, mesmo que o espaço moderno negue a tradição simbólica dissertada nesse estudo, pela participação dos carros de bois, e suas marcas na história do território goiano entre os séculos XVIII e XX (e depois, no século XXI), eles tenderão a (re) existir, retomando as (re) significações culturais presentes nos tempos modernos desse território.

Analisar a história cultural de Goiás, por meio da tradição dos carros de bois é, como bem define TELLES (2005), reconhecer que o goiano vive na cidade com um carro

de boi cantando na memória. Acredita, pois, na panela cheia, mesmo quando a refeição se resume em abobrinha e quiabo.

NOTAS

2- Aqueles que comandavam os carros e os bois, conhecidos também como "candieiros".
3- Muito semelhante aos modelos de ônibus atuais, mas que transportavam as cargas sob o teto, do lado externo do veículo.
4- Ele é, evidentemente, influenciado por que se passa em volta deles como símbolo da recusa de uma sociedade consumista e superficial.
5- A produção de uma imagem que o sujeito elabora, utilizando suas faculdades cognitivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Fronteiras de visões de mundo e de identidade territoriais: o território plural do Norte Goiano-Brasil. In: CRUZ, B. N.; URIBE, M. (Coord.). **Nuevas migraciones y mobilidades:** nuevos territórios. Colômbia: Centro Editorial Universidad de Caldasa, 2007.

_____. Manifestações culturais: uma abordagem geográfica para a valorização e gestão patrimonial das paisagens culturais. **Projeto de Pesquisa**, IESA/UFG, 2008.

_____. Fronteira, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE**. Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 103-114 2005.

BARBOSA, Romero Ribeiro. Os caminhos de Goiás: das primeiras expedições às potencialidades turísticas atuais. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 8., 2003, Goiás. **Anais...** Goiás, 2003b. Cd Room.

_____. **Rali de jegues de Turvânia–GO:** a refuncionalização da paisagem para o lazer e turismo no Mato-Grosso Goiano. 2007, Dissertação (Mestrado em Geografia), Goiânia, UFG, 2007.

_____. **Antigas tradições e novas temporalidades:** as (re) existências culturais festivas nos municípios da antiga região do Mato Grosso Goiano. 2008, Projeto de Tese (Doutorado). IESA/UFG, 2008.

BERNARDES, Carmo. **Quarto crescente (relembranças)**. 2. ed. Goiânia: UFG, 1986.

_____. **Jurubatuba.** Goiânia: UFG, 1997. 284 p. (Coleção Belamor, 1).

BORGES, Barsanulfo Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional:** 1930-1960**.** Goiânia: UFG, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Entretien avec Pierre Bourdieu**. Revista Flux News.** n. 27, dez./fev. 2001/2002.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Traços, linhas e matriz para a compreensão de um Goiás profundo. In: _____. **A captura do território Goiano e a sua múltipla dimensão socioespacial**. Catalão: Modelo, 2005.

CLAVAL, Paul. A contribuição Francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 224p.

_____. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 11-43.

CLAVAL, Paul; COELHO, Tito Oliveira. **O comércio varejista periódico no tempo-**

espaço da festa do Divino Pai Eterno em Trindade. 2003, p. 145. Dissertação (Mestrado em Geografia). Goiânia: IESA/UFG, 2003.
DEUS, Maria Socorro de. **Romeiros de Goiás:** a Romaria de Trindade no século XX. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 2000.
FRANÇA, Maria de Souza. **Terra, trabalho e história:** a expansão agrícola no "Mato Grosso" de Goiás**:** 1930–1955. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 1985.
FRANÇA, Rames Divino. **As trajetórias socioespaciais dos carreiros da fé da Romaria do Divino Pai Eterno, em Trindade – Goiás**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Goiânia, IESA/UFG, 2008.
GÓMEZ, Lina Marcela González. Migración indígena, patrones sociales y resignificación cultural entre los indígenas sikuani Del Medio Rio Guaviare, Colombia, 1958–2001. In: CRUZ, B. N.; URIBE, M. (Coord.). **Nuevas migraciones y mobilidades... nuevos territórios**. Colômbia: Centro Editorial Universidad de Caldas, 2007.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de janeiro: DP&A, 1997.
HAESBBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
MANNONI, Pierre. **Les représentations sociales**. 2. ed. *França:* Presses Universitaires de France, 1998.
MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213 p.
NOGUEIRA, Wilson Cavalcanti. **Mestre carreiro.** 2. ed. Goiânia: {s.n}, 2003. 170 p.
OLANDA, Elson Rodrigues. **A formação territorial de Mossâmedes–GO:** da Aldeia de São José aos novos limites municipais. 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia). Goiânia. IESA/UFG, 2001.
OLIVEIRA, Rozângela Aparecida de. **O rural e o urbano na festa do Divino Espírito Santo, na cidade de Mossâmedes–GO.** 2003, TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual de Goiás, UEG. Cidade de Goiás, 2003.
_____. Turismo religioso na cidade de Mossâmades–GO: caminhada e esperança. In: ENCONTRO ESTADUAL DE TURISMO, 3. 2005, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2005. Cd Rom.
PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'ana. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: UCG, 1995.
RAMOS, Hugo de Carvalho. **Tropas e boiadas**. Goiânia: Cultura Goiana, 1984.
ROSA, Joaquim. **Por esse Goiás afora**. Goiânia: Cultura Goiana, 1974.
SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.
TELES, José Mendonça**. Crônicas de Goiânia**. Goiânia: Kelps, 2005.

NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO GEOGRÁFICA SOBRE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

NOTES FOR A GEOGRAPHIC DISCUSSION ABOUT LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS

Lucas Labigalini Fuini[1]

RESUMO: O presente artigo tem a finalidade de produzir uma análise da temática dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) com base no repertório analítico da Geografia econômica. Os APLs designam um conceito explicativo e instrumento de desenvolvimento regional e local utilizado no Brasil, desde início dos anos 2000, em políticas públicas para aglomerações industriais. Desse modo, seguindo um panorama teórico-empírico, exploraremos alguns elementos que consideramos fundamentais na constituição dessas aglomerações produtivas e que são comuns à análise sobre a relação entre território e economia, demonstrando que o conceito é, simultaneamente, projeto e realidade heterogêneos.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais; Aglomerações econômicas; Vantagens competitivas; Economias periféricas; Território brasileiro.

ABSTRACT: This article is intended to produce a thematic analysis of Local Productive Arrangements (APLs) based on the analytical repertoire of economic geography. APLs designate an explanatory concept and instrument of regional and local development used in Brazil since the early 2000s, in public policy for industrial agglomerations. Thus, following a theoretical background, we explore some elements that we consider essential in the formation of clusters that are common to the analysis on the relationship between territory and economy, demonstrating that the concept is both heterogeneous project and reality.

Key words: Local Productive Arrangements; Agglomerations economic; Competitive advantages; Peripheral economies; Brazilian territory.

1. INTRODUÇÃO

Seguindo a linha de raciocínio de pensadores da Geografia econômica, em diferentes horizontes teóricos, iniciamos esse artigo considerando os seguintes postulados:
1º.) Andrade (1973) afirma que a Geografia econômica é um dos enfoques geográficos de entendimento da organização espacial, com o olhar mais específico sobre as influências da produção, circulação e consumo dos produtos na organização do espaço e na elaboração das paisagens;

1 Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Univ. Estadual Paulista/UNESP, Campus de Ourinhos. Foi coordenador de projeto regular da FAPESP (2011/20203-8) e é membro dos grupos de pesquisa CNPq sobre "Processos e Dinâmicas Territoriais" e "Estruturas de governança e desenvolvimento territorial". Endereço: Avenida Vitalina Marcusso, 1500, Campus universitário, Cep: 19910-206, Ourinhos/SP. Email: lucasfuini@ourinhos.unesp.br.

Artigo recebido em agosto de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

2º.) Benko (1996) destaca que a economia mundial emergente, em fins dos anos de 1980 e início dos 1990, é considerada como um "mosaico de regiões produtivas especializadas, com processos complexos de crescimento localizados e dependentes de outras regiões" (p. 68). Trata-se de um contexto de desenvolvimento regional marcado pela simultaneidade de ocorrência de reaglomerações de produção ao lado da crescente globalização dos fluxos econômicos;
3º.) Santos; Silveira (2010) reconhecem que no período atual funda-se uma nova divisão territorial do trabalho, baseada nos seguintes elementos: progressos da ciência e técnica e circulação acelerada das informações; ocupação de áreas periféricas para o capitalismo e remodelação de áreas já ocupadas; aumento da especialização do trabalho nos lugares. Assim, a construção de especializações (*industriais, comerciais e de serviços*) leva à segmentação e fragmentação territorial, pois ao mesmo tempo em que se alargam os contextos para a circulação entre pontos do território, "as regiões perdem o comando sobre o que nelas acontece" (p. 105-106);
4º.) Martin (1996) propõe o advento de uma Geografia econômica multidimensional, relacionando o processo econômico com a configuração do desenvolvimento desigual. Essa nova postura considera os níveis da microeconomia de indivíduos e empresas, a macroeconomia do Estado-nação, a economia do capital e finanças transnacionais, e a economia global e mundial, aparecendo como variáveis parcialmente independentes e complementares uma das outras.

> A geografia econômica (...) deve procurar conceitualizar as conexões entre esses níveis, e como e por que sua interação e importância relativa variam de lugar e lugar e modela as diferenças entre diferentes regiões e localidades, como, em outras palavras, o significado de eventos econômicos varia com a escala geográfica, e como esta última, ela própria um artefato socioeconômico, é feita e refeita (MARTIN, 1996, p. 56-57).

Nesse contexto e panorama explicativo, o advento da abordagem sobre Arranjos Produtivos Locais (APL), no cenário das políticas públicas e da análise científica no Brasil, desde fins dos anos 1990 e início dos 2000, nos coloca um quadro de experiências e teorizações suficiente para situá-lo como tema de exploração da Geografia econômica. Como veremos nesse artigo, APLs são expressões de uma realidade econômica em mutação que se mostram como modalidades de organização espacial, apresentando muitos dos elementos acima expostos, como:
a) A produção, circulação e consumo associados à localização das atividades econômicas; especializações produtivas como parte de redes e cadeias de valor nacionais e globais decorrentes da divisão territorial do trabalho;
b) São percebidos pela reaglomeração de atividades econômicas e pelo quadro de desigualdades do desenvolvimento e fragmentação de territórios;
c) Sua análise envolve a perspectiva multiescalar e multidimensional, a partir das diferentes experiências de regiões e localidades com o processo econômico vigente.

Esse estudo compreende uma sistematização geral daquilo que entendemos como fundamental para se compreender o significado de um Arranjo Produtivo Local como tema de interesse da geografia econômica em seu avanço teórico mais recente. Desse modo, no plano metodológico, seccionamos o texto da seguinte maneira: iniciando com uma abordagem sobre o conceito e suas principais influências teóricas; em um segundo nível, tratando dos fatores ou elementos constituintes de arranjos que a literatura especializada já

identificou e cujo repertório remete às abordagens clássicas e contemporâneas da geografia econômica; um terceiro nível, a ressaltar as limitações e fragilidades da ferramenta como conceito explicativo e instrumento de política de desenvolvimento; e em última instância, buscando reconhecer os diferentes níveis de entendimentos acerca da temática, denotando sua heterogeneidade e abertura a diferentes tipos de postulados teóricos.

2. SOBRE O CONCEITO

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) são compreendidos, duplamente, pela teorização sobre aglomerações produtivas territorializadas e como ferramentas de políticas públicas de estímulo aos pequenos negócios e ao desenvolvimento regional e local. Assim, iniciamos essa análise com dois conceitos amplamente utilizados na abordagem sobre APLs. O primeiro, mais atrelado ao discurso acadêmico, é o da Redesist, formada por um grupo de pesquisadores de várias partes do Brasil e articulados pelos professores José Eduardo Cassiolato e Helena Lastres, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esse grupo define APLs como sendo:

> Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com um foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 5).

Outra concepção é utilizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, entidade responsável pela política para APLs no Estado, junto de outras entidades, como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). A Secretaria define os APL como sendo

> (...) concentrações de empresas que atuam em atividades similares ou relacionadas, que, sob uma estrutura de governança comum, cooperam entre si e com outras entidades públicas e privadas (FIESP/MDIC, 2007).

Da conjunção das duas definições, retiramos elementos comuns que devem ser observados na aplicação do conceito em determinados casos de aglomerações territoriais de produção: a) *Aglomeração/concentração geográfica de empresas* de um mesmo segmento da atividade econômica (atividades similares); b) *Relação com serviços especializados*: na estruturação dos Arranjos, identificando-se a constituição de parcerias para contratação e/ou uso de serviços determinados, como escolas técnicas, universidades, laboratórios consultorias, finanças, apoio a pequenas empresas etc.; c) *Existência de entidades públicas e privadas representativas* na aglomeração: presença de associações patronais, sindicatos de trabalhadores e repartições da administração pública local e estadual no arranjo e observância do tipo de ação para a produção regional (se estabelecem ou não parcerias com outras entidades mediante projetos); d) *Vínculos e*

aspectos da governança: compreensão do grau de interação e cooperação entre empresas e a estrutura de liderança e gestão do projeto político do APL, caracterizando as relações de poder e perfil das lideranças locais.

A discussão que fundamenta a abordagem é a de aglomeração de empresas. As aglomerações de empresas atendem a diversos outros conceitos criados e modelos historicamente e associados, em maior ou menor grau, às políticas públicas. Na definição de Storper; Harrison (1994), uma aglomeração territorial de empresas corresponde a

> Um conjunto de unidades de produção reunidas em um território bem delimitado, como a cidade ou a região. Estes conglomerados territoriais encontram-se muitas vezes, mas não necessariamente, virados para um mesmo setor de atividades, e podem ser constituídos, quer por um conjunto de unidades funcionalmente independentes entre si, quer por unidades pertencentes a um único e mesmo sistema *input-output* (atividades que concorrem para a produção de um bem comercializável), e, por conseguinte, estreitamente interdependentes. Neste último caso, a divisão social do trabalho é localizada (p. 143).

Porter (1999) desenvolveu, por sua vez, a ideia de aglomerado, ou *cluster*, ressaltando o papel da localização nas estratégias competitivas. Um aglomerado seria uma nova forma de pensar as políticas econômicas nacionais, estaduais e urbanas, atribuindo novos papéis às empresas, governos e instituições que se esforçam para aumentar a competitividade, buscando relacionar competição com a influência da localização das unidades de negócios na economia global. Portanto, um aglomerado é

> (...) um agrupamento geograficamente concentrado de empresas interrelacionadas e instituições correlatas em uma determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou Estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos (STORPER; HARRISON, 1994, p. 211-212).

Os aglomerados, segundo Porter (1999), assumem diversas formas, dependendo de sua profundidade e sofisticação, mas a maioria inclui: empresas de produtos ou serviços finais, fornecedores de insumos especializados, componentes, equipamentos e serviços, instituições financeiras e empresas em setores correlatos. Alguns aglomerados também podem incluir empresas em setores a jusante (distribuidoras), fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infraestrutura especializada, instituições governamentais e outras (de treinamento especializado, educação, informação, pesquisa, suporte técnico e agências de normatização). Os órgãos governamentais com influência significativa sobre o aglomerado seriam uma de suas partes integrantes, além das associações comerciais e outras entidades associativas do setor privado.

Segundo Storper; Harrison (1994) existem dois tipos de aglomerações territoriais que refletem, em diferentes dosagens, as economias externas de escala e variedade e a divisão social do trabalho: a) redes de produção aglomeradas sem grandes unidades; e b) as redes de produção aglomeradas com grandes unidades. Nelas, "o papel desempenhado pela economia de uma região na rede de produção em que se encontra inserida determina sua capacidade de ação" (STORPER; WALKER, 1989, apud STORPER; HARRISON, 1994, p. 176).

Além do antecedente teórico e histórico dos *clusters*/aglomerados, identificados em localizações produtivas nos Estados Unidos e Itália, a abordagem brasileira dos APLs

reconhece como outras possíveis matrizes dos APL (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004), as seguintes concepções:

Centros industriais (CI): São grandes e diversificadas aglomerações industriais onde as grandes empresas costumam ter importante papel, não havendo fortes sinergias e relações entre elas. Exemplos: região do ABC paulista e regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Porto Alegre;

Polos de crescimento e de desenvolvimento (PD): essa concepção subsidiou teoricamente no Brasil, em consórcio com a teoria estruturalista do desenvolvimento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), as políticas de incentivo à rápida industrialização de centros menos desenvolvidos por meio da atração de grandes empresas de segmentos industriais mecânico-metalúrgicos e de eletrônica, contando com a oferta de incentivos fiscais, infra-estrutura de circulação, serviços, externalidades urbanas, mão-de-obra especializada e mercados consumidores. Segundo a concepção de François Perroux (1903-1987), um polo de desenvolvimento tem uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto (*input-output*) e forma um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes. O polo de crescimento pode vir a tornar-se um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir a produção e o emprego no meio em que está inserido (MANZAGOL, 1985). Exemplos: Polo petroquímico de Camaçari/BA; polo petroquímico de Paulínia/SP; Zona Franca de Manaus.

Complexos industriais (CoI): trata-se de um conjunto de atividades que ocorrem em uma dada localidade e pertencem a um grupo ou subsistema de atividades que estão sujeitas a importantes relações de produção, comercialização e tecnologias. Estão associados a políticas governamentais dos anos 1970, de estímulo à competitividade em determinadas cadeias industriais, como a petroquímica e automobilística. Em muitos casos, estiveram conjugados em abordagens complementares à teoria dos polos de desenvolvimento. Exemplo: parque automobilístico da Fiat em Betim/MG.

Distritos industriais (DI): segundo Benko (1996) é uma entidade socioterritorial que se caracteriza pela presença ativa de uma comunidade humana e conjunto de empresas em um espaço geográfico e histórico, aproximando a comunidade e as empresas. Na concepção de Alfred Marshall, e de teóricos italianos filiados à sua linha de pensamento (Becatini, Bagnasco, Garofoli, Sforzi), o DI se destaca pelas economias externas e de escala localizadas (divisão do trabalho, acesso a amenidades, serviços especializados, tecnologia e infraestrutura), que são reforçadas por transações e relações de parceria atreladas ao conhecimento e à confiança. Nesse contexto, se insere também uma "atmosfera industrial" de formação e acúmulo de competências no DI, fruto de um processo histórico-cultural de desenvolvimento industrial e de funcionamento do mercado local de trabalho;

Tecnopolos (TP): consagrado pelo caso bem-sucedido da concentração de indústrias de alta tecnologia do Vale do Silício, um tecnopolo é definido como um centro marcado por atividades de alta tecnologia. Trata-se também de realizações utilizadas por cidades cujas estratégias de desenvolvimento econômico se apóiam na valorização de seu potencial universitário e de pesquisa, com expectativas de industrialização novas por iniciativas de empresas de alta tecnologia criadas no local ou para lá atraídas. Em

suma, é um agrupamento de organizações de pesquisas e de negócios que se ligam ao desenvolvimento científico, englobando um processo de conjunto, da etapa do laboratório à comercialização do produto. Reúne, fisicamente, um conjunto de empresas médias e pequenas, com escritórios, laboratórios e unidades de fabricação, em um sistema relacional com universidades e institutos de pesquisa técnica, públicos e privados. Exemplos: Centro aeronáutico de S. José dos Campos; Centro tecnológico Campinas - UNICAMP.

Em todas as concepções que constituem este tronco comum com a ideia de APL, aparecem os efeitos de economias de aglomeração e da polarização exercidos por certas aglomerações localizadas em centros urbanos com capacidade indutora. Desde enfoques mais abrangentes, como os centros e complexos industriais, até enfoques mais restritivos, como o dos distritos industriais (micro e pequenas empresas) e os tecnopolos (inovação tecnológica), todos manifestam em suas territorialidades o desenho e mapa da Geografia econômica atual e, como são polos industriais concentradores de fatores aglomerativos, exercem também influência sobre a cenário de desigualdades socioterritoriais, podendo agravá-las (conforme as regiões ganhadoras seja aquelas já dotadas de externalidades econômicas e um quadro organizacional e institucional maduro) ou mitigá-las, quando incentivam a desconcentração e a reaglomeração em novas fronteiras econômico-territoriais ainda com proximidades institucionais incipientes.

3. SOBRE OS ELEMENTOS CONSTITUINTES

Alguns aspectos são fundamentais, segundo a literatura especializada, para definir os APL. Considerando as diversas experiências analisadas por uma ampla gama de pesquisadores, nos anos 1990 e 2000, aparecem, dentre outros possíveis, os seguintes elementos: *territorialização da produção; especialização territorial produtiva; economias externas, vantagens competitivas locacionais; inovação* e *cooperação.*

A relação entre território e produção é explorada por Cocco; Urani, et al (2002). Os autores colocam que em formas de organização produtiva de pequenas e médias empresas, o território atua como integrador dos diferentes aspectos da produção, sendo um fator de integração versátil. Em modelos de DIs e APLs, o contexto territorial favorece a construção de redes materiais e cognitivas capazes de internalizar as inovações tecnológicas em processos de aprendizagem produtiva localizados, estimulando também a cooperação entre agentes econômicos e sociais. "Afinal, o espaço de produção, ao deixar a fábrica e passar a se referenciar na cidade, ganha uma conotação pública antes inexistente" (COCCO; URANI, et al, 2002, p. 22).

As economias externas, ou externalidades, podem ser definidas como os benefícios coletivos que as empresas auferem em função de sua localização relativa, independente de qualquer operação econômico-comercial (MANZAGOL, 1985). Manzagol (1985) subdivide as externalidades econômicas em outras duas categorias:

a) *Economias de localização*, que resultam da aglomeração de atividades similares ou vinculadas em um espaço restrito. Essas economias de localização são definidas pelos seguintes aspectos: 1) *especialização e complementaridade* (aparecimento de empresas complementares em regiões com concentrações de empresas do mesmo segmento de produção); 2) *ligações interindustriais verticais* (etapas do processo produtivo), *horizontais* (conjunto produtivo que abastece uma indústria) e *diagonais* (atividades que atendem à diversas indústrias não vinculadas) que vinculam as empresas em uma cadeia de complementaridade muito benéfica; 3) *surgimento de serviços especializados*; 4) *vantagens do meio industrial pela especialização local*, com qualidade/notoriedade da produção, mão-de-obra qualificada e contexto propício à inovação;

b) *Economias de urbanização* que beneficiam toda indústria que se instala em uma cidade importante, pois os estabelecimentos terão acesso à infraestrutura de energia/água/transportes/habitação/alojamentos, variedade de serviços especializados; amplo mercado e economias de escala, além da multiplicidade de contatos/interações;
c) *Deseconomias externas* associadas aos aspectos negativos gerados pela concentração produtiva, com aumento nos custos de produção (Exemplo: elevação dos preços dos terrenos, congestionamentos, poluição).

Podemos também adicionar nessa análise o termo *"economia de variedade"*, trabalhado por Benko (1996). Tal abordagem explora a relação entre padrões tecnológicos e firmas que se voltam à perspectiva de "multiprodutos".

> A condição de existência das economias de variedade consiste no fato de que uma mesma firma, produzindo de maneira conjunta dois produtos, está à altura de fabricá-los a um custo menor que duas firmas separadas que produzam cada um dos seus produtos (BENKO, 1996, p. 231).

As diferentes intensidades de especialização produtiva dos arranjos é também aspecto marcante na perspectiva do conceito e de sua aplicação prática, pois aparece como uma das condições primeiras para o reconhecimento de uma região produtiva como expoente em seu segmento de atividade. Ao mesmo tempo, essas especializações podem ser vistas como vantajosas na competição inter-regional, na perspectiva de que se tem um saber local ancorado em territórios específicos e que não se podem reproduzir facilmente em outros territórios (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Em contrapartida, podem indicar também fragilidade econômica de uma localidade face a pequena diversificação de atividades disseminadas pelo território, além da alienação desses territórios subordinados à lógica global que impõe, por meio da divisão territorial do trabalho e pela ação do grande capital transnacional, o que e como produzir nos lugares.

> É o império, no lugar, de um saber fazer ancorado em um dado arranjo de objetos destinados à produção. Isso vem talvez nos mostrar o lado mais ativo da mencionada divisão territorial do trabalho. (...) O relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de insumo e produtos acabados, a existência de maquinário, a informação especializada e convergente, a presença de força de trabalho treinada, a força de interesses e reivindicações surgidas de um trabalho comum constituem, as condições técnicas e sociais que determinam as especializações territoriais. São os fatores técnico-sociais de localização no período contemporâneo (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 136).

Muitas das vantagens que micro e pequenas empresas podem acessar estão vinculadas às oportunidades criadas em relações institucionais definidoras de sistemas produtivos locais, ou seja, sistemas de organização e planejamento que dirigem as formas de abordagem quanto ao acesso às informações, mobilidade social, oferta de mão-de-obra e cooperação empresarial. As vantagens citadas como externalidades podem ser criadas, mobilizadas e mantidas em contextos territoriais locais de arranjos sistemas produtivos de micro, pequenas e médias empresas (COSTA, 2001; PIRES; FUINI, et al, 2011).

As vantagens competitivas locacionais, ou competitividade territorial (Fuini, 2008), em aglomerados e APLs, decorrem, segundo Porter (1999), de três grandes aspectos: aumento da produtividade das empresas ou setores componentes; fortalecimento

da capacidade de inovação devido à elevação da produtividade; estímulo à formação de novas empresas, que reforçam a inovação e ampliam o aglomerado. Em suma, as fontes das vantagens competitivas da localização seriam: (a) contexto para estratégia e rivalidade da empresa (investimentos, aprimoramento, competição na localidade); (b) condições de fatores/insumos (recursos humanos/naturais/capital e infra-estruturas física/administrativa/informação/científica e tecnológica); (c) setores correlatos e de apoio (fornecedores, setores correlatos competitivos); (d) condições de demanda (clientes locais sofisticados, exigentes e que antecipam as tendências). Santos; Diniz; Barbosa (2004) exploram as vantagens competitivas locacionais estáticas (terras agrícolas, logística de transportes, reservas minerais acessíveis, mão de obra barata, incentivos fiscais) e retroalimentáveis (externalidades setoriais e multissetoriais e economias de escala e escopo). As externalidades setoriais/multissetoriais estão associadas aos ganhos de logística e acesso a serviços especializados.

> As principais capacidades competitivas locacionais dos APLs mais desenvolvidos são relacionadas basicamente com um ambiente local mais propício para a difusão de conhecimento, a facilidade de acesso a ativos e serviços complementares, ou especialmente propício à cooperação multilateral entre as firmas, instituições e poder público (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 33).

O termo inovação tem sido também colocado como um dos fatores fundamentais do sucesso de alguns APLs. Segundo Cassiolato; Lastres (2003), a inovação e o conhecimento colocam-se de forma crescente como elementos centrais da dinâmica e crescimento das nações, regiões e setores, no contexto das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação). A inovação, do ponto de vista tecnológico, refere-se às mudanças nos processos produtivos e produtos através da inserção de novos equipamentos, novas formas de gestão e organização da Quase integral vertical/QIV nas propriedades e estilo dos produtos.

A inovação, do ponto de vista social, decorre das novas práticas implementadas no sistema produtivo atreladas às inovações produtivas, estabelecendo mudanças na organização interna e externa das fábricas, nas formas de gestão e governança setor-território dos aglomerados, nas estratégias de seleção e recrutamento da mão-de-obra, no regime social atrelado ao salariado, na divisão social do trabalho. Nesse sentido, o aprendizado se revela fundamental nesse novo paradigma computacional, pois se baseia na acumulação de competências na rede interempresarial.

A relação entre espaço e inovação permitiu que surgissem dois conceitos que relacionam as aglomerações produtivas ao aprendizado tecnológico: (a) Os *meios inovadores* (BENKO, 1996), que são conjuntos territorializados dotados de redes inovadoras que se desenvolvem pela aprendizagem e externalidades específicas da inovação; (b) *Sistemas produtivos e inovativos locais* (CASSIOLATO; LASTRES, 2003), são os arranjos produtivos em que as interações e vínculos resultam em cooperação e aprendizagem, com capacidade de incrementar a capacidade inovativa endógena e a competitividade local.

A cooperação nos APLs expressa as diferentes formas de colaboração e parceria entre empresas e instituições nos territórios locais. A cooperação assume diferentes formatos. Sengenberger; Pike (2002) nos trazem os seguintes aspectos da cooperação: subcontratação e divisão de encomendas, colaboração/parceria entre diferentes empresas que trabalham em fases distintas do ciclo de produção, colaboração para capacitação de mão-de-obra, desenvolvimento de relações de confiança entre firmas, empregadores e trabalhadores mediante a troca de informações.

Benko (1996) coloca o termo 'convenções' como fundamento das estratégias de cooperação. Uma convenção é um sistema de expectativas recíprocas sobre as competências e os comportamentos, um mecanismo institucional que permite a melhor alocação de recursos raros e a partilha mais eficaz de elementos comuns para os participantes de uma convenção.

Santos; Diniz; Barbosa (2004) distinguem, em APLs, dois tipos de cooperação:

> *a*) a cooperação coordenada por uma instituição representativa de associação coletiva com autonomia decisória; e *b*) a cooperação caracterizada pela colaboração feita para solucionar objetivos específicos, limitados e sem autonomia decisória, independentemente da negociação e do objetivo predefinido das partes. Chama-se aqui o primeiro tipo de cooperação multilateral, o que pode ser exemplificado por um sindicato, uma associação de produtores, uma cooperativa de crédito, um consórcio de exportação, um centro de tecnologia ou um centro de treinamento de mão-de-obra de gestão coletiva ou de associações. O segundo tipo chama-se de cooperação bilateral e pode ser exemplificado como relações formais ou informais de troca de conhecimento, compra de tecnologia, *joint ventures*, desenvolvimento conjunto e relações de longo prazo cliente/ fornecedor (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 157-158).

O tema dos APLs já foi objeto de diversos estudos que identificaram centenas de aglomerações produtivas espalhadas pelo Brasil, em diversos segmentos de atividade, tanto na indústria quanto nos segmentos agropecuários e de serviços. Esse diagnóstico existente balizou a institucionalização do tema na agenda do planejamento público governamental. No ano de 2004 foi criando um grupo de trabalho sobre APLs no nível governamental, garantindo a inclusão do tema nos planos plurianuais do governo federal para os períodos de 2004 a 2007 e 2008 a 2011. Esse grupo é composto por instituições de pesquisa, universidades, ministérios, bancos públicos e privados e secretarias estaduais.

A partir de então se inicia um processo de descentralização das ferramentas de planejamento e financiamento de APLs para os níveis estaduais, que iniciam a execução de programas específicos de fomento e apoio através de parcerias, no plano nacional, com o Sebrae, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Federações industriais, e no plano internacional, com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a Câmara de Comércio da Itália. O Plano plurianual do governo federal atual (2012-2015) expõe a relevância do tema dentre seus objetivos para a "política de desenvolvimento produtivo" e melhoria de "processos e produtos e as iniciativas coletivas, com vistas à desconcentração da produção no país".

4. SOBRE AS LIMITAÇÕES

Das possíveis fragilidades do modelo de desenvolvimento regional/local em APLs, Cassiolato; Lastres (2003) apontam que as abordagens atreladas a modelos, como os APLs, se tomadas do ponto de vista de enfoques e políticas uniformes, podem ignorar a existência de disparidades econômicas e das diversidades nas matrizes sociopolíticas e históricas, sem contar que os elementos para mobilização de aranjos atendem a diferentes conjuntos de demandas que levam a caminhos diferentes de desenvolvimento.

Na abordagem do modelo italiano de MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas) e seus sistemas territoriais, base da teoria dos APLs, Caccia (2002) explora as transformações recentes que colocaram em tese a dita coesão social dos mercados e a uniformidade do

modelo. Assim, pode-se observar, dentre as experiências recentes do nordeste italiano e diante da globalização dos mercados, movimentos de descentralização e desconcentração industrial, reaparecimento de formas de organização do trabalho pré-fordistas.

Mais especificamente quanto ao elemento 'trabalho', o Caccia (2002), destaca o risco de emergência de formas de trabalho precários e desqualificados em aglomerações produtivas territoriais,

> (...) em particular aquele organizado pelas associações que fornecem à empresa manufatureira serviços de baixo nível e aquele trabalho individual desregulado que tem sido definido como 'trabalho autônomo de primeira geração'. Esse setor envolve também sujeitos sociais jovens. A esta categoria se acrescenta aquela do trabalho imigrante (CACCIA, 2002, p. 249).

Outra ordem de problemas ocorre em APLs localizados em espaços industriais periféricos ou subdesenvolvidos, chamados de 'sistemas industriais periféricos'. Esses sistemas se inserem em ambientes externos instáveis e voláteis, com existência precária da rede de serviços complexos necessários à reprodução e alimentação de uma indústria moderna. Além disso, nesse cenário, a confiança em contratos futuros é abalada, dificultando a cooperação entre atores e instituições governamentais e não-governamentais, estimulando a integração vertical como forma de reduzir os custos de transação.

Fala-se também da excessiva concentração industrial em determinados polos e as dificuldades de se desaglomerar atividades econômicas complementares e criar um mercado de trabalho dinâmico, devido ao fato de que boa parte do entorno dos núcleos urbanos são de subsistência (SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002).

> (...) a inserção de arranjos produtivos em ambientes periféricos dificulta o desenvolvimento dos elementos necessários à realização da eficiência e do aprendizado coletivos. Em tais ambientes, os agentes desejariam especificar todas as contingências em contratos, o que elevaria os custos de negociação dos contratos entre atores e da interação face-a-face (SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002, p. 171).

Explorando também a questão da aplicação de modelos de desenvolvimento local externos à realidade brasileira, como o dos distritos industriais italianos (uma das matrizes teóricas geradoras do conceito de APL), Cocco, et. al (2002) evidenciam os seguintes aspectos que desafiam a tarefa de reaplicar modelos construídos em determinadas nações para outros contextos nacionais e subnacionais.

a) Os estudos sobre o modelo da Terceira Itália privilegiam certos aspectos (socioculturais, históricos e institucionais) produtores de identidades especificamente regionais que seriam difíceis de serem transplantados em outras áreas;

b) Associação rígida dos trabalhos sobre MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas) economias periféricas com o modelo italiano, buscando similaridades e diferenças entre aglomerações setoriais de regiões em diferentes níveis de desenvolvimento, reduzem as possibilidades de intervenção para os propósitos do desenvolvimento local em regiões desfavorecidas;

c) O modelo explicativo sobre a evolução dos distritos industriais, ao ressaltar o caráter espontâneo de sua formação e sucesso competitivo, não apresenta espaços de intervenção de poderes públicos em regiões onde as atividades produtivas são difusas e marginais (quanto à inovação, gestão e inserção em mercados), onde não existam, portanto, "*clusters* setoriais minimamente consolidados, como ocorre geralmente nas periferias das

metrópoles brasileiras ou em inúmeros pequenos municípios do interior do país" (Cocco; Urani et al., 2002, p. 18-19).

Santos (1996) e Santos; Silveira (2010), ressaltam, no entanto, que a competitividade aparece, na atualidade, como uma ideologia à serviço do dinheiro hegemônico que circula pelo globo, levando à exacerbação da busca pela produtividade espacial no sentido de maximizar a obtenção de vantagens de custos entre lugares, criando uma espécie de guerra global entre lugares para atrair investimentos mediante as vantagens naturais, físicas (de infraestrutura) e normativas para instalação. Este cenário pode conduzir à fragmentação do território (em regiões que mandam e outras que obedecem, em espaços luminosos e espaços opacos) e acarreta um custo social significativo às regiões que aderem à essa guerra pela competitividade territorial.

5. SOBRE OS NÍVEIS DE DIFERENCIAÇÃO

Podemos tratar da heterogeneidade entre os APLs em abordagens de cunho tipológico e qualitativo, considerando critérios variados, envolvendo elementos de predominância que se combinam na maioria das abordagens. Explorando-se a literatura especializada e sistematizando-se algumas classificações gerais que trazem a preocupação de se refletir sobre a necessidade de se criar conceitos e quadros analíticos, é possível apresentar um quadro razoavelmente equilibrado sobre os aspectos universais do tema, respeitando-se as particularidades locais e regionais dos sistemas e arranjos produtivos.
1 – Informais; organizados; inovativos (MYTELKA, FARINELLI, 2000):
a) *APLs informais* são caracterizados pela baixa existência de lideranças, predomínio de micro e pequenas empresas, baixos níveis de confiança interna, cooperação e tecnologia, algumas *linkages*, alta competição, pouco ou nenhuma exportação e novos produtos; b) *APLs organizados* são definidos pela existência média de lideranças, com micro, pequenas e médias empresas, alguma capacidade inovativa e *linkages*, alta confiança interna e competição, alguma cooperação e lançamento de novos produtos e nível médio nas exportações; c) *APLs inovativos* são definidos pela alta presença de lideranças, com micro/pequenas/média e grandes empresas, com inovação contínua, alta confiança interna, cooperação e nível de exportações, nível tecnológico médio, bem como a competição, com difusão de *linkages* e contínuo lançamentos de novos produtos.

2 - Consolidados; em desenvolvimento e embrionários (Rede Paulista de APLs- Secretaria de Desenvolvimento/Sebrae/Fiesp e Redesist):
a) *APLs consolidados*: importantes para o desenvolvimento local ou para o setor em que estão inseridos, com governança local consolidada; b) *APLs em desenvolvimento***:** importantes para o desenvolvimento local ou possuem participação expressiva no setor industrial em que estão inseridos, mas ainda não têm uma governança consolidada; c) *APLs embrionários*: concentrações de empresas com pouca representatividade para o setor industrial, mas com potencial para o desenvolvimento da economia local, sem governança consolidada.

3 - Diversificação conforme o tipo de Aglomeração (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004)*:*
a) *Aglomeração setorial* de tamanho relativamente grande, com importante presença de médias ou pequenas empresas; b) *Aglomerado de subunidades de criação ou firmas* com enfoque criativo de forma geral ou que exercem atividades de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento;

c) *Aglomerado de firmas ou subunidades que necessitam da proximidade cliente/ fornecedor* para facilitar o desenvolvimento conjunto, a troca de conhecimentos ou a readequação às condições de fornecimento; d) *Aglomerado de empresas que se beneficiam da imagem mercadológica regional*; e) *Cooperação institucionalizada com forte apoio de entidades governamentais*, que oferecem serviços complementares importantes ou capazes de induzir a reação do APL a ameaças ou oportunidades.

4 – *Pela combinação dos processos de reorganização industrial, desconcentração e reconcentração territorial* (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988)
a) Áreas produtivas especializadas: são aglomerações de formação recente que estabelecem poucas relações com a formação social preexistente. São monossetoriais, voltadas à exportação, com ligações frágeis entre as firmas, vigorando contratos de trabalho do tipo flexível; *b) Sistemas produtivos locais:* são monossetoriais e voltados à demanda exterior, apresentando especialização intra-setorial das firmas (que podem ser do local ou externas) e uma quase-integração vertical local entre as firmas (interdependências na cadeia produtiva), com oferta local de qualificação profissional; *c) Áreas sistemas:* se configura em uma rede integrada territorialmente e diversificada, (multissetorial) com empresas especializadas e contratantes e permeada por relações profissionais de qualificação e cooperação no interior das firmas, além das parcerias entre firmas, sindicatos, universidades e administrações locais (*consenso social*). O saber social é difundido de forma organizada e planejada, com elos entre o sistema bancário regional, o sistema industrial e a sociedade civil (famílias, escolas, produtores agrícolas), apresentando instrumentos de promoção social via educação e engajamento.

5 – Pelo nível de especificação dos recursos das aglomerações territoriais (COLLETIS; GILLY, PECQUEUR, et al, 1999)*:*
a) A *aglomeração* consiste na concentração espacial de atividades, favorecendo a redução dos preços pelo acesso a fatores de localização, incentivados ou não politicamente (incentivos fiscais, infraestrutura); b) A *especialização* é um processo de desenvolvimento baseado na estrutura organizacional do tecido econômico formado por empresas e produtos, possibilitando a formação de externalidades tecnológicas e de complementaridades através da acumulação de conhecimentos no contato de empresas com instituições de formação e pesquisa; c) A *especificação*, uma situação de maior aprofundamento, se realiza pela elaboração de um modo de coordenação ou governança entre os agentes econômicos e que define e produz o território, envolvendo recursos, competências, estratégias coletivas e um contexto territorial. Cria-se, portanto, nesse contexto econômico e institucional, condições únicas de produção (PECQUEUR, et. al., 2001; PIRES, 2007).

6 – Pela governança e hierarquia do sistema produtivo (STORPER; HARRISON, 1994):
a) Anel sem núcleo nem hierarquia: tem como características a ausência de empresa líder permanente, ou direção alternada de acordo com projetos, não apresentando hierarquia; b) *Anel-núcleo, com empresa coordenadora* e alguma hierarquia: esta última ocupa uma posição dominante, é o agente motor do sistema produtivo, mas não pode sobreviver sozinha, nem condicionar a existência de outras empresas no sistema, existindo certa hierarquia; c) *Anel-núcleo com empresa líder e hierarquia considerável*: esta última é largamente independente de seus fornecedores e subcontratados periféricos, o que lhe dá a possibilidade de determinar a sua periferia, em consequência, a empresa líder condiciona a existência de seus parceiros. É o caso de poder assimétrico e hierarquia considerável.

Tais configurações se associam a dois tipos de redes produtivas: *Redes aglomeradas sem grandes unidades* e *redes aglomeradas com algumas grandes unidades*.

7 – Pelas estratégias de reestruturação industrial (SENGENBERGER; PIKE, 2002):
a) *Estratégias ou opções de "via superior" em espaços de distritos/arranjos*: é definida pela busca da competitividade através de mão de obra de baixo custo e do trabalho sem regulamentação. Associa automaticamente o corte de custos com aumento de produtividade, maiores lucros e criação de novos empregos, sendo que as instituições e normas regulamentadoras da concorrência são vistas como empecilhos que devem ser retirados ou colocados em nível mínimo; b) *Estratégias ou opções de "via inferior" em espaços de distritos/arranjos*: baseia em maior nível de inovação e eficiência, buscando atrelar ganhos econômicos com melhorias salariais e das condições sociais (preservação de direitos trabalhistas e padrões de proteção social). Depende de formas de organização mais eficientes e democráticas e da mobilização e utilização da mão de obra, propiciando um melhor aproveitamento da tecnologia no seu encontro com os saberes locais.

8 – Pela especialização produtiva e divisão territorial do trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2010):
a) Circuitos espaciais da produção: correspondem às diferentes repartições e especializações de atividades entre lugares (*divisão territorial do trabalho*) definidas pela circulação de bens e produtos envolvendo áreas não necessariamente contíguas em termos espaciais. Nessas áreas ocorrem também solidariedades entre elementos novos e herdados, através de específicas combinações técnicas e sociais do trabalho; *b) Círculos de cooperação:* são definidos pelos fluxos não necessariamente materiais (capitais, informações, mensagens, ordens) que caracterizam a inteligência do capital a reunir empresas e lugares separados pelo processo direto de produção. São constituídos por empresas, instituições e indivíduos no uso diferenciado que fazem do território.

Nestes esquemas teóricos de compreensão, expõe-se visões tanto evolutivas, quanto funcionalistas, normativas e dialéticas da realidade territorial, e todos elas manifestam uma preocupação comum: a realidade socioespacial posta é marcada pela heterogeneidade e pelo descompasso entre regiões e localidades produtivas, podendo incentivar, com isso, o fortalecimentos de complementaridades nas cadeias produtivas territorializadas ou, ao contrário, aprofundar o afastamento e desnível do desenvolvimento entre regiões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo tratou de um conceito que se tornou ferramenta e abordagem de desenvolvimento regional e local no Brasil nos últimos anos: os Arranjos Produtivos Locais, os APLs. O objetivo deste estudo foi sistematizar parte do quadro teórico disponível sobre o tema e tentar identificar nesse universo de elucubrações de matizes econômicas, sociais e geográficas variadas, alguns elementos gerais de sistematização. Esses elementos aparecem como definidores de um conjunto amplo de variáveis, portanto, auxiliam no entendimento sobre a constituição e dinâmica desses arranjos produtivos contemporâneos, situando-os de forma adequada como temática de estudo da Geografia econômica.

Posto isso, trabalhamos com cinco eixos principais de análise: do conceito, dos elementos formadores, das limitações e fragilidades da abordagem e dos níveis de diferenciação evolutivos e organizacionais acerca da temática.

Quanto ao conceito, grupos de pesquisa e instituições de fomento trazem um extenso quadro de definições possíveis, chegando a um consenso mínimo que APLs designam concentrações geográficas de empresas especializadas e que apresentam algum nível de vinculação e interdependência, sendo que esse conjunto de critérios encontram-se em situações reais dispersas por diversas regiões do território brasileiro, em segmentos da indústria de transformação, extrativista, agronegócio e serviços.

Quanto aos elementos formadores, são destacados os fatores de cunho espacial que interferem na dinâmica produtiva e organizacional das empresas (*vantagens competitivas*), sobretudo das pequenas, como as economias de localização e externalidades, que em leitura mais ampla, podem também ser entendidas como os aspectos culturais e institucionais, portanto qualitativos, que facilitam os negócios locais e a constituição de acordos de governança.

Quanto aos aspectos limitantes, ressaltam-se as dificuldades do transplante de categorias estrangeiras, como a de distritos industriais da Terceira Itália, para contextos de economias periféricas ou marginais, com dificuldades de acesso a recursos, infraestruturas e debilidades institucionais, além das fragilidades financeiras, técnicas e políticas nos níveis locais para efetivar autonomamente um modelo de desenvolvimento em território brasileiro, país com um histórico de profundas e perenes desigualdades regionais

Quanto às diferenciações e classificações possíveis sobre a temática ora abordada, configura-se um quadro bastante heterogêneo de propostas que representam esforços em extrair das realidades de produções locais e regionais certo número de variáveis-chave que pudessem ser encontradas em outras territorialidades produtivas e servissem como referência analítica e política para melhor entender e aplicar a ideia de APLs, buscando atender aos seguintes objetivos condizentes à sua proposta: a) pensar sobre as especializações produtivas territorializadas no quadro da globalização econômica e da concomitância de regiões produtivas desigualmente desenvolvidas; b) propor ferramentas de intervenção para fortalecer cadeias produtivas de pequenas e médias empresas associadas às suas bases territoriais locais e regionais de aglomeração, pensando no dinamismo nacional através de seu potencial em criar e manter negócios e empregos; c) fortalecer as opções de via superior (flexibilidade ofensiva) do capitalismo, com valorização dos trabalhadores por meio de políticas salariais e de qualificação que levem a competitividade da produção no/do território à outros patamares.

Neste sentido, os APLs, como experiência de desenvolvimento industrial, foram muito atrelados (e, por vezes, de maneira equivocada) à uma agenda ou programa neoliberal para o país, no entanto, a realidade das atividades e seu arcabouço cultural e histórico territorialmente manifestados são formações de grande riqueza e complexidade que necessitam de apoio público para sua sobrevivência e progresso em contexto de aglomeração pequenas empresas geradoras de um significativa parcela dos postos de trabalho deste país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Geografia econômica.** SP: Atlas, 1973.

BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano: Uma noção socioeconômica. In: Benko, G.; Lipietz, A (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes***:* Os novos paradigmas da Geografia Econômica**.** Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 45-58.

BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: Cocco, G.; Urani, A.; & Galvão, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: O caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, p. 45-58, 2ª. Edição.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRANDÃO, C. A.; COSTA, E. J. M. da; ALVES, M. A. da S. Construir o espaço supralocal de articulação sócio-produtiva e das estratégias de desenvolvimento: Os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (org.), **Economia Regional e Urbana:** Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CACCIA, G. Modelos empresariais e figuras do trabalho no nordeste da Itália. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: O caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, p. 239-252, 2ª. Edição.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em Arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E.; MACIEL, M.L. (orgs), **Pequena empresa:** cooperação e desenvolvimento local, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P.; PEREIRA DA SILVA, M. C. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália. Questões para a realidade brasileira. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos:** O caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A/Sebrae, 2002, 2ª. Edição.

COLLETIS, G., GILLY, J. P., PECQUEUR, B., et. al. Construction territoriale et Dynamiques productives. **Revue Sciences de la Societé,** n. 48, outubro de 1999.

COSTA, M. L. Pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: Conceitos e experiências. In: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (org.), **Competitividade e desenvolvimento:** Atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001, p. 109-126.

DALLABRIDA, VALDIR R.; BECKER, DINIZAR F. Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 2, Ijuí/RS, p. 73-98, jul./dezembro de 2003.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (Fiesp); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdicex). **Manual de Atuação em Arranjos Produtivos Locais - APLs**. São Paulo/Brasília, Decomtec/Dmpme, 2007.

FUINI, L. L. **A Relação entre Competitividade e Território no Circuito das Malhas do Sul de Minas**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2007, 189 f.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e debates**, n. 25, 1988.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: Difel, 1985.

MARTIN, R. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G., **Geografia humana:** sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MYTELKA, L.; FARINELLI, F. Local clusters, innovation and susteined competitiveness. In: CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M., **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, dezembro de 2000.

PIRES, E. L. S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: Diversidades e regulação. **Interações-Revista Internacional de Desenvolvimento local**, Campo Grande/MS, UCDB, v.8, n. 2, setembro de 2007.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. **Governança territorial:** Conceito, fatos e modalidades. Rio Claro: Unesp-IGCE-Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.

PORTER, M. **Competição:** Estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 1999.
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e Sociedade no início do século XXI. 13ª. edição, Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2010.
SANTOS, F.; CROCCO, M.; & LEMOS, M. B. **Arranjos e sistemas produtivos locais em espaços industriais periféricos**: Estudo comparativo de dois casos brasileiros. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.
SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do BNDES**, v.11, n. 22, p. 151-179, 2004.
SENGENBERGER, W.; PIKE, F. Distritos industriais e recuperação econômica local: Questões de pesquisa e de política. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P., **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos:** O caso da Terceira Itália. 2ª. Edição, Rio de Janeiro, DP&A/Sebrae, 2002, p. 101-146.
STORPER, M.*;* HARRISON, B. Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional: As mudanças de estrutura dos Sistemas Produtivos Industriais e seus novos modos de Governância nos anos 90. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes:** Os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 171-188.

QUALIDADE DA ÁGUA E TURISMO EM BACIAS HIDRÓGRAFICAS: O CASO DA MICROBACIA DO RIO SUCURI, BONITO-MS, BRASIL[1]

WATER QUALITY AND TOURISM IN WATERSHEDS: THE CASE OF RIVER WATERSHEDSUCURI, BONITO-MS, BRAZIL

Priscila Varges da Silva [2]
Edson Luís Piroli [3]
José Evelio Gutiérrez Hernández [4]

RESUMO: Este artigo apresenta análises e estudos relacionados à importância da avaliação da qualidade da água em bacias hidrográficas cujos rios são usados para atividades turísticas. A área estudada foi a microbacia do rio Sucuri, afluente da bacia hidrográfica do rio Formoso, localizado no município de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. Verificou-se nas análises realizadas que o rio Sucuri possui águas de boa qualidade. Mas, observou-se também que a microbacia onde está localizado é utilizada para agricultura e pecuária e que as atividades turísticas de contato direto com a água são realizadas diariamente, o que requer a adoção de sistema de monitoramento contínuo visando evitar danos aos turistas e consequentemente à economia do município caso haja mudança brusca na qualidade da água.

Palavras-chave: Recursos hídricos. Qualidade das águas. Destino turístico. Bacia hidrográfica. Qualidade ambiental.

ABSTRACT: This paper presents analysis and studies related to the importance of evaluation water quality in watersheds whose rivers are used for tourist activities. The area studied was the watershed Sucuri river, a tributary of the basin Formoso River, located in the city of Bonito, Mato Grosso do Sul, Brazil. It was found in the analyzes that the river Sucuri has good water quality. But also noted it is that the watershed where it is located is used for agriculture and livestock, and touristics activities of direct contact with water are performed daily which requires the adoption of continuous monitoring system in order to avoid damage to tourists and consequently the city's economy if there is sudden change in water quality.

1 Trabalho desenvolvido com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior via Projeto nº 153/12 do Programa CAPES/MES/CUBA.

2 Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Câmpus de Bonito. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Presidente Prudente. E-mail: prisilvatur@yahoo.com.br

3 Professor Adjunto, Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Presidente Prudente e do Curso de Geografia da UNESP de Ourinhos. E-mail: piroli@ourinhos.unesp.br

4 Professor Doutor do curso de Geografia da Universidade de La Habana, Cuba. E-mail: joseevelio@geo.uh.cu

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

Key words: Water resources; Water quality; Tourist destination; Watershed. Environmental quality.

INTRODUÇÃO

A qualidade das águas é um importante indicador da qualidade ambiental em uma bacia hidrográfica e se configura como um fator de potencialidade ou restrição para o desenvolvimento de determinadas atividades produtivas e de serviços. Entre as que podem ser destacadas, está a atividade turística, que assim como outras, pode depender diretamente da água e por consequência, de uma bacia hidrográfica. Nestes casos, a qualidade da água pode ser um dos fatores limitantes para o turismo realizado em áreas naturais. No caso de Bonito, onde a microbacia do rio Sucuri está localizada, a maioria das atividades turísticas são desenvolvidas em corpos hídricos, assim como a maioria dos atrativos turísticos está diretamente relacionado com água e, por conta disso, dependem de sua qualidade.

A qualidade da água é dependente das atividades realizadas na área da bacia, fechando um ciclo onde a natureza fornece a matéria prima para as atividades socioeconômicas e estas, dependentes dos recursos naturais, precisam preserva-los a fim de se manterem indefinidamente. Para que haja esta manutenção é necessário que o ambiente seja avaliado continuamente tanto no que se refere às suas potencialidades quanto no tocante às suas fragilidades. Assim, o conhecimento da área onde ocorrem as atividades turísticas e outras a ela relacionadas é de suma importância para sua conservação.

No caso de Bonito, as atividades turísticas utilizam a natureza como matéria-prima e elemento de atração dos visitantes. E, dos recursos naturais utilizados, os recursos hídricos são os que mais se destacam. Mas, para que o turismo aconteça, a água deve apresentar características estéticas que exerçam poder de atração e de satisfação do turista, bem como características qualitativas compatíveis com as normas e leis vigentes.

Para que este conjunto de aspectos seja atendido e para que a diversidade de práticas possíveis de turismo de aventura e ecoturismo sejam perpetuadas a água precisa ser mantida em condições ideais. Assim, é importante trabalhar com o planejamento turístico considerando seu manejo e gestão integrados à dinâmica da bacia hidrográfica à qual o corpo d´água utilizado está inserido.

As bacias hidrográficas em seus diferentes níveis (bacia, sub-bacia e microbacia) passaram a ser utilizadas como unidades de estudo e planejamento nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1997, quando a Lei 9.433 foi promulgada e definiu a bacia hidrográfica como "a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos". São escolhidas também em função da facilidade de análise da interação da paisagem visível do meio biofísico, que engloba os subsistemas natural e construído, com os agentes sócio-organizacionais, e com os subsistemas socioeconômico e produtivo, que modelam a paisagem ao longo da história e nela deixam suas marcas.

Isto torna as bacias hidrográficas sistemas geográficos complexos considerados como as melhores unidades geossistêmicas para desenvolver o planejamento e a gestão ambiental e territorial, incluindo o turismo. Piroli (2013) afirma que

> a unidade ideal para o trabalho com recursos naturais é a bacia hidrográfica, uma vez que esta é definida pela própria natureza a partir dos processos físicos e químicos que moldam o relevo e condicionam as relações entre os componentes

> bióticos e abióticos existentes na área. O elo entre estes componentes é a água que ao precipitar sobre este espaço é direcionada para regiões determinadas pelo seu ciclo, formando os córregos e rios que escorrem superficialmente ou infiltra nos depósitos subterrâneos, alimentando os aquíferos ou as nascentes que manterão os cursos de água nos períodos entre as precipitações (PIROLI, 2013, p. 21).

Em relação à gestão hídrica, Espíndola (2000) diz que o uso da bacia hidrográfica como unidade de planejamento nas investigações e no gerenciamento dos recursos hídricos originou-se da percepção de que os ecossistemas aquáticos são essencialmente abertos, trocam energia e matéria entre si e com os ecossistemas terrestres adjacentes, e sofrem alterações de diferentes tipos em virtude dos usos da terra e das atividades antropogênicas neles desenvolvidas.

Assim, a bacia hidrográfica deve ser considerada a unidade de estudo e planejamento ideal ao se pensar na questão da qualidade ambiental e na sustentabilidade da atividade turística, quando desenvolvida em áreas naturais.

A bacia do rio Formoso, localizada no estado do Mato Grosso do Sul, abrange área de 1.349,05 km², tendo suas principais nascentes na Serra da Bodoquena e a sua foz no rio Miranda, constitui um sistema hidrológico peculiar, associado com rochas calcárias e dolomíticas, que formam rios superficiais e subterrâneos, sumidouros de água e ressurgências.

A bacia do rio Formoso é a principal do município de Bonito, comportando a maior parte dos seus atrativos turísticos.

Neste trabalho, a análise foi centrada na microbacia do rio Sucuri, que se caracteriza por apresentar rochas predominantemente calcárias, vegetação de Mata Atlântica, com incrustações de Cerrado e tem como atividades econômicas predominantes a agricultura e a pecuária, juntamente com o turismo.

No turismo realizado no rio Sucuri, o turista está em contato direto com a água, sendo necessário que as normas e parâmetros relativos à qualidade desta água sejam observados. No Brasil estas normas e parâmetros são estabelecidos pelo CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e restringem o uso dos recursos hídricos de acordo com seu estado físico-químico e biológico. E, para que as condições da água sejam mantidas dentro do recomendado é necessário que haja o monitoramento contínuo do estado dos corpos d'água.

A qualidade das águas depende das condições naturais de funcionamento dos sistemas hídricos e das ações humanas realizadas na bacia hidrográfica. Este artigo apresenta os resultados de análises de água realizadas na microbacia do rio Sucuri, buscando destacar a importância da análise e do monitoramento da água para os gestores públicos e empresários que atuam no setor, possibilitando-lhes a implantação de ações que melhorem a balneabilidade das águas e a qualidade da atividade turística na área de estudo, bem como em outras áreas com características similares.

QUALIDADE DA ÁGUA E SEU VÍNCULO COM ATIVIDADES TURÍSTICAS

A água é um recurso natural cada vez mais escasso, contaminado e limitado, devendo ser, portanto, objeto de preocupação, já que constitui fonte essencial da vida e do desenvolvimento da sociedade. Problemas de qualidade e quantidade tornam-se cada vez maiores e mais complexos, daí a relevância de se estudar os recursos hídricos.

A água pura, praticamente, não existe na natureza. De um modo geral, ela contém elementos que podem ser considerados impurezas, já que alteram sua composição básica,

mas que são característicos da dinâmica do ecossistema em que o canal está inserido. Essas "impurezas" podem estar presentes em maior ou menor quantidade, dependendo da sua procedência e dos usos que se faz da água e do solo na bacia hidrográfica onde se encontram.

A água é um recurso importante, pelas suas possibilidades de utilização e pelo equilíbrio do sistema ambiental que proporciona, sendo um ótimo indicador ambiental para diversas variáveis. As águas dos cursos que drenam uma bacia hidrográfica apresentam características físico-químicas próprias, que são determinadas por componentes naturais da paisagem e por características ambientais da área, que refletem as atividades de uso da terra desenvolvidas na bacia hidrográfica.

A ideia de pureza da água é relativa, já que cada corpo fluvial tem uma composição característica de acordo com as lito-facies e paisagens onde está inserido, distinto de outros em maior ou menor grau. Mas outros componentes físico-quimicos e biológicos são adicionados posteriormente a estas águas provenientes das atividades antrópicas desenvolvidas na área da bacia sendo considerados impurezas.

A qualidade das águas é avaliada a partir de suas características físicas, químicas e biológicas. Essas características são diferentes em cada corpo d'água, pois são resultado de diversas condições, tendo que considerar então na sua análise, as influências do ecossistema em que este está inserido e as ações antrópicas ali exercidas.

Segundo Mota (1995, p.5) os aspectos estéticos da água estão relacionados, principalmente, com suas características físicas. Estas características físicas se associam às propriedades organolépticas (sensoriais), temperatura, turbidez, odor, cor, sabor e condutividade elétrica. Todas elas são apreciadas pelos diferentes órgãos sensoriais. Também, precisamente por isso, todos tem incidência direta na aparência estética e no gosto, e, portanto, na percepção das pessoas vinculadas às atividades turísticas e recreativas. As principais propriedades da água são

a. Temperatura que é uma propriedade física básica que está em correspondência com as condições climáticas locais e com a procedência da água (superficial, subterrânea, origem termal, magmática, etc). Influencia nos processos químicos básicos, como dissolução química, reações químicas, dissolução de gases, etc. Se é alta proporciona proliferação bacteriana, incluída a de tipo patogênica. Neste caso também o efeito bactericida do cloro é maior, vinculado a atividade de tratamento, quando este se pratica.
b. Cor: resulta da existência, na água, de substâncias em solução. Esta característica é acentuada quando da presença de matéria orgânica, de minerais como ferro e o manganês, ou despejos coloridos contidos em esgotos industriais na água.
c. Turbidez: causada pela presença de materiais em suspensão na água, tais como partículas insolúveis de solo, matéria orgânica e organismos microscópicos.
d. Sabor e odor: resultam da presença de alguns compostos químicos na água (ex: sais dissolvidos, produzindo sabor salino; alguns gases, resultando em maus odores) ou de substâncias como a matéria orgânica em decomposição, ou ainda, de algas. Assim, essas impurezas estão, quase sempre, associadas às impurezas químicas ou biológicas da água.
e. Condutividade elétrica: é dada pela condutividade iônica que os sólidos dissolvidos na água proporcionam, especialmente os sais. É diretamente proporcional à concentração de sais contida na água.
f. Mota (1995) informa ainda que as impurezas físicas podem influenciar nos usos a serem dados para a água, tornando-a imprópria para o consumo humano. Podem influenciar no aspecto estético, manchar roupas, causar problemas ao organismo humano (dependendo dos compostos químicos presentes), e ainda influenciar na penetração dos raios

solares e consequentemente na fotossíntese, causando problemas ecológicos ao meio aquático. Este aspecto também impede a efetividade do processo de autodepuração aeróbico, uma vez que os raios solares ao não conseguirem penetrar em profundidade, não proporcionam energia aos micro-organismos que intervém neste processo hidro-ambiental que combate de maneira espontânea a contaminação das águas.

Mota (1995) destaca como as principais características e parâmetros químicos da agua a dureza, salinidade, ferro e manganês, alcalinidade, compostos de nitrogênio, cloretos, fluoretos, compostos tóxicos, matéria orgânica, oxigênio dissolvido (OD), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), demanda química de oxigênio (DQO), Fenóis, detergentes, pesticidas e substâncias radioativas.

As características biológicas da água estão normalmente relacionadas aos coliformes fecais ou termotolerantes. Contudo os ensaios para sua determinação são caros e morosos. Atualmente existem equipamentos modernos (digitais em sua maioria) que medem alguns outros parâmetros que podem ser adequados para o monitoramento da água para o uso turístico, além de apresentarem a vantagem da rapidez e da facilidade na aquisição de dados. Esses equipamentos normalmente medem oxigênio dissolvido (OD), condutividade elétrica (CE), potencial hidrogeniônico (pH), turbidez, potencial redox ou de óxido-redução (ORP), sólidos totais dissolvidos (TDS), salinidade e temperatura da água. Nesta perspectiva, atualmente, muitos pesquisadores estão utilizando para monitoramentos de qualidade de água, o oxigênio dissolvido – OD, como parâmetro principal, porém para a avaliação da potabilidade, o parâmetro bacteriológico é fundamental.

O oxigênio dissolvido (OD) juntamente com os outros parâmetros que os equipamentos modernos possibilitam medir, podem ser utilizados como parâmetro para a balneabilidade. Mas, no caso da quantidade de OD indicar problemas no corpo d'água monitorado, estudos mais detalhados devem ser realizados para buscar dados mais específicos, principalmente de coliformes fecais ou totais.

A determinação de coliformes é recomendável para avaliar a qualidade biológica da água, uma vez que é um parâmetro viável de se obter e muito eficaz, devido a que os coliformes convivem com micro-organismos patogênicos, proliferando rapidamente, de modo que a concentração elevada é indicativa da existência de contaminação biológica.

Esses parâmetros, principalmente os físico-químicos, devem ser analisados a partir da caracterização do ecossistema que está sendo monitorado, isso porque existe uma relação complexa entre esses parâmetros que só pode ser compreendida a partir das informações do ecossistema, como por exemplo, os parâmetros que indicam contaminação biológica, como OD baixo, DBO alta e concentração elevada de coliformes, entre outros, estão diretamente relacionados com fontes contaminantes, especialmente de tipo orgânico, vinculados a resíduos urbanos, pecuários ou industriais, por que guardam alta relação com estes fatores.

A literatura especializada coloca que a qualidade da água está sujeita ao tipo de uso para o qual será destinada devido ao fato de que cada uso exige uma qualidade diferente, que é definida em função de certos parâmetros estabelecidos e certos limites máximos que as águas podem ter. Estes limites, quando estabelecidos por organismos oficiais, são chamados de padrões de qualidade. Assim quando se estabelecem níveis de qualidade e contaminação, como por exemplo: pouco contaminadas, medianamente contaminadas, muito contaminadas e outras categorias similares, também se estabelecem, em função do nível de contaminação existente, as atividades permitidas ou não recomendadas.

Em uma bacia hidrográfica, a qualidade da água depende das condições naturais, pois esta sofre interferência do carreamento natural de partículas do solo após eventos de chuva e dissolução de íons de rocha, além da interferência antrópica, que afeta a qualidade das águas através do lançamento de efluentes domésticos, industriais e insumos agrícolas (VON SPERLING, 1996)

O uso e a cobertura da Terra pelas diversas formas de apropriação do espaço, também influenciam na dinâmica da paisagem e, desta forma, refletem diretamente na dinâmica dos recursos hídricos, assim como da vegetação e da fauna.

A qualidade das águas é, em consequência disso, um indicador da qualidade ambiental, e se torna um fator de potencialidade ou restrição de desenvolvimento de determinadas atividades produtivas, sociais e comunitárias. Assim, a qualidade da água de um canal depende das atividades que se desenvolvem na bacia a montante ou em suas margens, estando relacionada com o uso que se faz da terra principalmente nas áreas de cabeceira e nas margens dos corpos d´água.

A resolução CONAMA N°357 dispõe sobre a classificação dos corpos de água e define as diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Esse enquadramento dos corpos de água é importante para determinar o tipo de uso propício para cada categoria.

Os sítios turísticos vinculados às águas, especialmente de contato direto, requerem o estabelecimento de redes de controle ou monitoramento, para a realização de análises periódicas de determinados indicadores de qualidade e contaminação. O contato direto por natação, flutuação, banho, etc, submete os turistas ao perigo de contrair micro-organismos e bactérias patogênicas, tanto ao ingerir pequenas quantidades de água como pelo contato direto com estas pelas mucosas do corpo humano, já que existe uma gama grande de enfermidades causadas por diversos agentes patogênicos presentes nas águas (enfermidades hídricas). Entre elas se podem citar: enfermidades diarreicas ou gastroenterites, febre tifóide ou paratifóide, desinterias bacilar e amebiana, hepatite infecciosa, parasitismo intestinal, leptospirose, infecções na pele, ouvidos, garganta, mucosas dos olhos, nariz, e outras muitas (LA FUENTE, 1980).

MATERIAIS E MÉTODOS

O município de Bonito está localizado no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na Microrregião Geográfica denominada Bodoquena. Sua extensão territorial é de 4.934 quilômetros quadrados, o que corresponde, aproximadamente, a 1,40% da área total do Estado.

Em relação aos aspectos físicos e naturais, a microrregião se destaca por estar inserida no contexto do planalto da Bodoquena, um planalto escarpado a oeste, no sentido da Planície do Pantanal e suavemente inclinado a leste, numa zona de transição para a planície de inundação do Rio Miranda. O planalto apresenta feição alongada no sentido norte-sul, com cerca de 300 km de comprimento e largura variando de 20 a 50 km (FUNDAÇÂO NEOTROPICA DO BRASIL, 2002).

A bacia do rio Formoso é a principal bacia hidrográfica do município de Bonito, com área total de 1.349,05 km²; A mesma pode ser observada na Figura 1. O rio Sucuri é um afluente localizado na porção Sudoeste da bacia do rio Formoso (destacado na Figura 1 pelo círculo vermelho), que abrange uma pequena microbacia, mas que apresenta volume de água considerável, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 1 – Bacia hidrográfica do rio Formoso e microbacia do rio Sucuri (destacada pelo círculo vermelho).

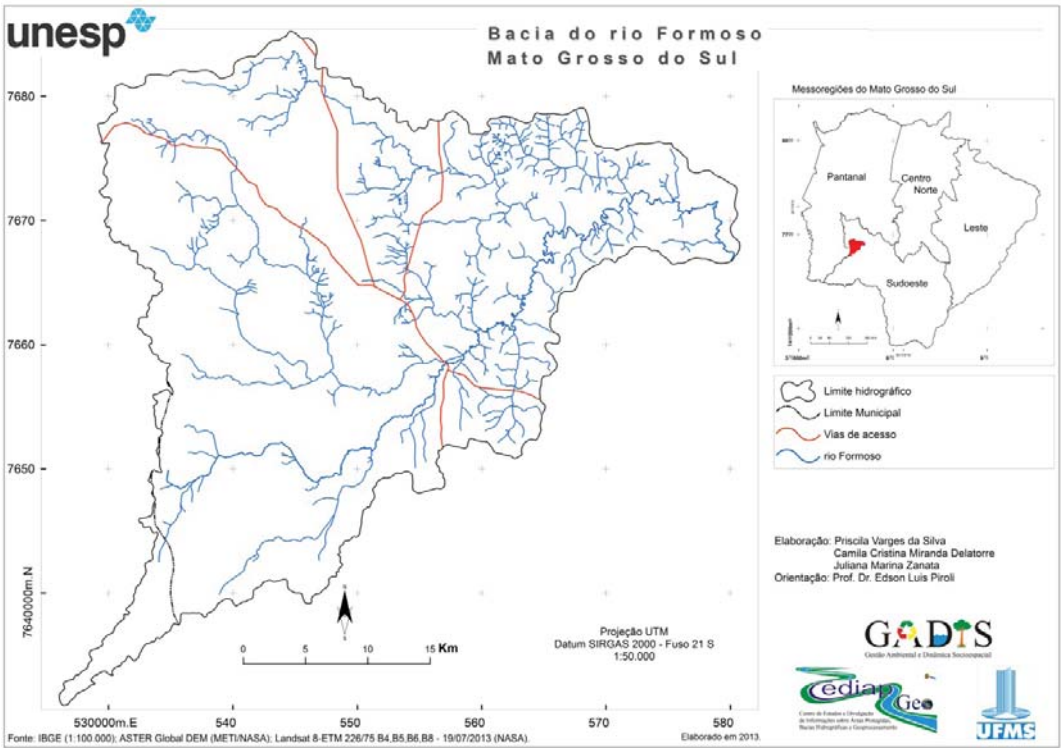


Figura 2 – Prática da atividade turística de flutuação no rio Sucuri, permitida pelo grande volume de água do mesmo.

O desenvolvimento geomorfológico associado a este terreno calcário é conhecido como carste ou fenômeno cárstico, e se caracteriza pela dissolução das rochas calcárias expostas e a conseqüente formação de feições diferenciadas de relevo. Destacam-se as cavernas, abismos, dolinas, condutos subterrâneos, sumidouros e ressurgências, além de ressurgências ou olhos d'água (ALMEIDA, 2005; BOGGIANI, 1999).

Como se trata de uma região cárstica, de afloramento de águas subterrâneas moderadamente mineralizadas, sua hidrogeologia está diretamente ligada à concentração dos elementos físico-químicos presentes em suas águas superficiais.

As evidências geológicas indicam que a deposição de tufas nesta região ocorre como consequência da surgência de água subterrânea supersaturada em carbonato de cálcio, e é favorecida na Serra da Bodoquena pela predominância de águas autogênicas, quase não havendo áreas de captação alogênicas significativas. As poucas áreas de captação alogênica, situadas principalmente na borda oeste do Planalto da Bodoquena, percorrem um longo trecho nos calcários se enriquecendo, assim, de carbonatos em solução. Isto permite o enriquecimento da água subterrânea em carbonato de cálcio, que, através de inúmeras nascentes, alimenta os rios de superfície onde as tufas são depositadas. Estes rios transportam e depositam baixas quantidades de sedimentos siliciclásticos, e o pouco que entra em suspensão logo é depositado pela precipitação do carbonato. Esta característica torna a água dos rios muito límpida, o que favorece a atividade biológica e, consequentemente, a precipitação de carbonato.

O rio Formoso e seus afluentes apresentam rara beleza cênica, em razão das águas cristalinas e da diversidade e quantidade de peixes. Esta característica é verificada tanto na região das cabeceiras, onde suas águas apresentam-se com nula ou baixíssima turbidez, como na região de planície, próxima ao Rio Miranda, onde desemboca na sua margem esquerda (BOGGIANI et al., 1999).

O trabalho de avaliação e diagnóstico da qualidade da água requereu a realização prévia, no mês de setembro de 2013, da coleta e análise de água em vários pontos dos dois atrativos turísticos localizados no rio Sucuri, com o intuito de conhecer o estado da água. Os parâmetros utilizados para classificar a qualidade da água neste trabalho foram oxigênio dissolvido (OD), condutividade elétrica (CE), potencial hidrogeniônico (pH), turbidez, potencial redox ou de óxido-redução (ORP), sólidos totais dissolvidos (TDS), salinidade, e temperaturas da água e do ar. Para a mensuração dos parâmetros e avaliação da qualidade das águas superficiais da área estudada, foi utilizado equipamento Horiba U50.

Para a classificação e análise das limitações de uso das águas superficiais da bacia do rio Formoso foram utilizadas as classes de enquadramento expressas pelas Resoluções 357/2005 e 430/2011 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), adaptadas por Pinto et al. (2009), conforme mostrado no Quadro 1.

Quadro 1: Limites dos parâmetros analisados para enquadramento nas classes das águas doces no Brasil.

Classes	Principais Usos	Limites para o Enquadramento
Especial	Consumo humano com desinfecção; Preservação de equilíbrio natural das comunidades aquáticas; Preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral.	Nas águas de classe especial deverão ser mantidas as condições naturais do corpo de água. OD + 10,0 mg/l pH 6,0 a 9,0 Turbidez até 20 NTU Condutividade Elétrica até 50 um TDS 100 a 200 mg/L ORP – 300 mV
I	Consumo humano, após tratamento simplificado; Proteção das comunidades aquáticas; Recreação de contato primário (natação, esqui aquático e mergulho) Resolução CONAMA n. 274, de 2000; Irrigação de hortaliças que são consumidas cruas e de frutas que se desenvolvam rentes ao solo e que sejam ingeridas sem remoção de películas e à proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas.	OD 10 a 6 mg/l pH 6,0 a 9,0 Turbidez 20 até 40 NTU Condutividade Elétrica 50 até 75 um TDS 200 a 300 mg/L ORP 300 a 400 mV
II	Abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional, proteção das comunidades aquáticas, recreação de contato primário, tais como natação, esqui aquático e mergulho, Resolução CONAMA n. 274, de 2000, irrigação de hortaliças, plantas frutíferas e de parques, jardins, campos de esporte e lazer, com os quais o público possa vir a ter contato direto, aquicultura e atividade de pesca.	OD 6 a 5 mg/l pH 6,0 a 9,0 Turbidez 40 até 70 NTU Condutividade Elétrica 75 até 100 um TDS 300 a 400 mg/L ORP 400 a 500 mV
III	Abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado, irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras, pesca amadora, recreação de contato secundário e dessedentação de animais.	OD 5 a 4 mg/l pH 6,0 a 9,0 Turbidez 70 até 100 NTU Condutividade Elétrica 100 até 150 um TDS 400 a 500 mg/L ORP 500 a 600 mV
IV	Navegação e harmonia paisagística	OD - 4 mg/l pH 6,0 a 9,0 Turbidez acima de 100 NTU Condutividade Elétrica +150 um TDS +500 mg/L ORP + 600 mV

Adaptado de Pinto *et. al*. (2009) e da Resolução nº. 357/05 do CONAMA.

O levantamento foi realizado nos dois atrativos localizados na microbacia do rio Sucuri, Barra do Sucuri e Rio Sucuri Ecoturismo, conforme demostrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Atrativos Turísticos da microbacia do rio Sucuri.

	Atrativos	Atividade principal	Rio
1	Barra do Sucuri	Flutuação	Sucuri
2	Rio Sucuri Ecoturismo	Flutuação	Sucuri

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na coleta e análise da água dos passeios de flutuação no rio Sucuri foram encontrados os dados apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Qualidade das águas superficiais do atrativo Barra do Sucuri, Bonito/MS.

Microbacia hidrográfica do rio Sucuri						
Atrativo - Barra do Sucuri						
	Ponto 1	Ponto 2	Ponto 3	Ponto 4	Ponto 5	Ponto 6
Horário	10:30	10:45	11:00	11:30	12:00	12:05
PH	5,08	5,62	5,92	5,78	7,91	7,32
O. D. (mg/l)	6,33	8,59	5,38	6,86	6,53	5,14
C.E. (ums)	490	484	492	482	401	483
Turbidez (NTU)	0,0	0,2	0,0	0,4	2,2	1,1
Temperatura do ar	27.56	28.08	28.1	30.41	30.15	30.15
Temperatura da agua	26.17	26.28	26.79	27.10	25.74	25.84
O. R. P. (mV)	316	297	291	311	175	483
T. D. S. (mg/L)	380	317	319	313	260	315
Salinidade (%)	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Velocidade (m/s)	0,3	1,0	3,1	1,0	9,2	6,5
Latitude (S)	21°15' 51.4"	21°15' 51.2"	21°15' 37.3"	21°15' 29.3"	21°15' 35.9"	21°15' 35.4"
Longitude (W)	56°33' 12.3"	56°33' 04.6"	56°33' 01.1"	56°32' 55.8"	56°33' 01.6"	56°33' 00.6"

Tabela 2 - Qualidade das águas superficiais do atrativo Rio Sucuri Ecoturismo, Bonito/MS.

Microbacia hidrográfica do rio Sucuri						
Atrativo - Rio Sucuri Ecoturismo						
	Ponto 1	Ponto 2	Ponto 3	Ponto 4	Ponto 5	Ponto 6
Horário	09:50	10:10	10:20	10:30	10:45	11:00
PH	4,25	4,65	4,50	5,08	5,62	5,92
O. D. (mg/l)	8,60	8,76	8,35	6,33	8,59	5,38
C.E. (ums)	513	481	489	490	484	492
Turbidez (NTU)	2,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0
Temperatura do ar	26.92	27.63	27.18	27.56	28.08	28.1
Temperatura da água	26.06	25.80	26.74	26.17	26.28	26.79
O. R. P. (mV)	319	309	345	316	297	291
T. D. S. (mg/L)	328	313	319	380	317	319
Salinidade (%)	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Velocidade (m/s)	0,2	0,1	3,5	0,3	1,0	3,1
Latitude (S)	21°15' 59.9"	21°15' 56.4"	21°15' 57.8"	21°15' 51.4"	21°15' 51.2"	21°15' 37.3"
Longitude (W)	56°33' 35.1"	56°33' 30.9"	56°33' 30.6"	56°33' 12.3"	56°33' 04.6"	56°33' 01.1"

A partir dos dados apresentados nas Tabelas 1 e 2, se pode observar que a turbidez é muito baixa ou nula na maioria dos locais de coleta. Isto indica que transparência da água do rio Sucuri é quase total. Isto ocorre devido ao fato de que suas nascentes afloram águas subterrâneas que interagiram com rochas calcárias muito puras da formação Xaraiés. Estas rochas podem conter óxido de cálcio e carbonato de cálcio ($CaCO_3$). Além disso, a ação conjunta da água e do CO_2, que dá origem ao ácido carbônico (H_2CO_3), diminui o pH da água, dissolvendo os minerais solúveis presentes no calcário, fazendo com que floculem e decantem no fundo do canal fluvial, proporcionando baixíssima turbidez.

As águas mais ácidas, ou seja, com os pH mais baixos ocorrem nas nascentes do rio Sucuri, que se encontram próximas à extração da mineradora Xaraiés, que explora micrítos inconsolidados, de alta pureza, em seu estado puverolento, da formação Xaraiés, em lavra a céu aberto, através da retirada da cobertura vegetal, aragem e remoção do material. Os valores observados nestes locais, para a data da amostragem, variam entre 4,25, associados às áreas de afloramento de águas subterrâneas, e 5,92 registrado próximo à confluência do rio Sucuri com o Formoso. Observou-se também que os valores de pH aumentaram à medida em que os pontos de coleta adentraram o rio Formoso e se afastaram da foz do rio Sucuri. Como o limite para restrições de uso no que se refere ao pH, de acordo com a resolução CONAMA, posiciona-se entre 6,0 a 9,0, as águas do rio Sucuri apresentam limitações de uso, podendo provocar corrosões em tubulações e caixas de água, e para o ser humano, podem gerar a acidose, ou o excesso de acidez nos tecidos do corpo, que é uma das causas fundamentais de algumas doenças, como as artríticas e reumáticas. Nos casos de diabetes, úlceras, hipertensão arterial, câncer e problemas cardíacos, há um desequilíbrio do pH no organismo tendendo este para a acidez. As águas com maior pH, quando ingeridas em grande quantidade (que não é o caso no local) podem provocar cálculos renais.

A condutividade elétrica observada foi elevada, devido à alta concentração de sólidos dissolvidos, propiciando apesar do baixo potencial redox, reações químicas, sobretudo entre o carbonato de cálcio e o gás carbônico, dissolvendo os minerais solúveis presentes no calcário, fazendo com que floculem e se acumulem no fundo do canal fluvial, proporcionando a baixíssima turbidez. Quando na presença de maiores teores de cálcio, a decantação forma grânulos um pouco mais grosseiros, que ao interagir com a luz solar, refletem a luz, dando à água a tonalidade azulada característica de alguns pontos do rio Sucuri, que é muito atrativa turisticamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades turísticas vinculadas às águas, como o turismo de natureza e o ecoturismo, requerem estudos elaborados no contexto das bacias hidrográficas, uma vez que estas representam sistemas hidrológicos e geográficos (geossistemas) que regem o funcionamento e os processos de tais unidades, muitas vezes antropizadas (geossistemas complexos), e em função de que o cenário geográfico é por excelência usado para a avaliação e diagnóstico hidrológico e ambiental, e ainda para o planejamento territorial o que também deve ser feito em locais com enfoque no turismo. Isto significa que a bacia hidrográfica pode ser considerada como a mais importante unidade de estudo e planejamento ao se pensar na questão da qualidade ambiental e sustentabilidade da atividade turística, quando desenvolvida em áreas naturais.

Desta forma, não se pode pensar na avaliação da sustentabilidade do turismo se não for avaliado o estado hidrológico e a sustentabilidade ambiental da bacia onde é desenvolvido, nos casos onde a atividade turística coexiste com outras atividades produtivas que podem gerar impactos nas águas naturais. Para buscar a sustentabilidade ambiental é fundamental conhecer o geossistema, visando planejar as atividades de forma a manter o equilíbrio entre todas as atividades existentes na bacia, desde o ponto de vista ambiental, especialmente o equilíbrio hidro-ambiental, sobretudo no caso de bacias com vocação turística ligada às águas.

Os sítios turísticos vinculados às águas, especialmente aqueles em que ocorre o contato direto, requerem ter estabelecida uma rede de controle e monitoramento para

análise periódica das mesmas, através de um grupo selecionado de indicadores de qualidade e de contaminação, como os apontados neste trabalho, além de nitrato, fosfato, DBO, e a determinação de *Bacillus Coli* (principalmente fecal).

No caso do município de Bonito, devido à qualidade de suas águas e à preferencia dos turistas pelos seus atrativos, além do grande número de trabalhadores e atividades econômicas associadas ao turismo, há a necessidade de cuidados e exigências no monitoramento e na avaliação ainda maiores. Esta condição deve ser bem entendida por todos: ambientalistas, funcionários públicos especialmente os vinculados ao turismo, proprietários dos atrativos, e pessoal do governo. Todos estes agentes devem não somente compreender claramente esta necessidade, mas também apoia-la, com o propósito de dar maior solidez à gestão turística, garantindo a qualidade dos serviços prestados.

De modo geral, a partir das análises efetuadas com os nove parâmetros usados neste trabalho, a qualidade das águas dos atrativos turísticos do rio Sucuri, pode ser classificada como muito boa. Mas deve-se destacar que para maior segurança no diagnóstico há a necessidade de efetuar um conjunto adicional de medições dos parâmetros anteriormente mencionados. Por outro lado, é preciso considerar que a situação pode mudar se houver incremento na criação de gado ou utilização de agroquímicos na área e se isto acontecer, pode requerer a implantação de um sistema de monitoramento sistemático, uma vez que a área de estudo está localizada em um meio cárstico, e que as águas apresentam maior risco de contaminação porque a condutividade hídrica e o fluxo subterrâneo que ingressa ao rio são altos.

O estudo elaborado trouxe uma diretriz para entender o problema e apontar a necessidade deste tipo de diagnostico e de enfoque de pesquisas, que é extensível a outras áreas. Desta forma, recomenda-se a elaboração de mais estudos com este direcionamento devido à importância turística da área, bem como a ampliação do mesmo para todas as microbacias componentes do rio Formoso, utilizadas em atividades turísticas dada a importância econômica crescente desta atividade para o município de Bonito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. **Política de desenvolvimento e estruturação do espaço regional da área da Bodoquena em Mato Grosso da Sul**. 2005. 393f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2005.

BOGGIANI, Paulo César**.** Por que bonito é bonito? In: SCREMIN-DIAS, Edna; POTT, Vali Joana. et al. (Org.). **Nos jardins submersos da Bodoquena**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, p. 11-23, 1999.

BOGGIANI. P. C. & CLEMENTE, J. - A questão do licenciamento ambiental de empreendimentos turísticos no Planalto da Bodoquena - Mato Grasso do Sul - Dourados/ MS. **Revista de Geografia**, UFMS, AGB-Dourados, n.9, p.24-32, 1999.

BRASIL. **Lei Federal 9.433** de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. **Resolução CONAMA 357** de 17 de março de 2005**.** Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Brasília, 2005.

BRASIL. **Resolução CONAMA 430** de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Brasília, 2011.

ESPÍNDOLA, E.L.G., SILVA, J.S.V., MARINELLI, C.E., ABDON, M.M. **A bacia hidrográfica do Córrego Monjolinho**. São Carlos: RiMa, 2000.

FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL. **Plano de ecodesenvolvimento do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Campo Grande, 2002.

LA FUENTE, J. C. **Química del agua**. Madrid, España: Editorial Blume, 1980.

MOTA, S. **Preservação e conservação de recursos hídricos**. Rio de Janeiro: ABES, 1995.

PINTO, A. L.; OLIVEIRA, G. H.; PEREIRA, G. A. Avaliação da eficiência da utilização do oxigênio dissolvido como principal indicador da qualidade das águas superficiais da Bacia do Córrego Bom Jardim, Brasilândia/MS. In: SEMINÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARAÍBA DO SUL: RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS SERVIÇOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE, 2. 2009, Taubaté. **Anais...** Taubaté: IPABHI, 2009. p. 553-560.

PIROLI, E.L. **Geoprocessamento aplicado ao estudo do uso da terra das áreas de preservação permanente dos corpos d´água da bacia hidrográfica do rio Pardo**. 2013. 150 p. Tese (Livre Docência). Universidade Estadual Paulista, Ourinhos, 2013

VON SPERLING, N. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG,1996.

OS ROLÊS E OUTRAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS JUVENIS NO LAZER NOTURNO EM MARÍLIA

THE "ROLÊS" AND OTHER YOUTH SOCIO-SPATIAL PRACTICES IN THE CITY OF MARILIA

Élvis Christian Madureira Ramos[1]

RESUMO: Como se transformaram as paisagens do lazer noturno de uma cidade média ao longo de algumas gerações, no caso de Marília. Os grupos juvenis e suas diferenças socioculturais vistas a partir das formas de sociabilidade e territorialidades na cidade. E como se articularam essas mudanças de paisagem e composição sociocultural juvenil ao longo dos processos e das mudanças no tecido urbano da própria cidade.

Palavras-chave: Culturas juvenis; Cidades Médias; Socioespacialidade; Territorialidade; Lazer Noturno

ABSTRACT: As the night landscapes of leisure of the intermediate city has changed over a few generations, in the case of city Marilia. Youth groups and their socio-cultural differences seen from the forms of sociability and territoriality in the city. And was as articulated these landscape changes and socio-cultural composition of young people along the processes and changes in the urban fabric of the city.

Key words: Youth cultures; Intermediate City; Sociospatiality; Territoriality; Night-time Leisure

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa[1] visa mostrar alguns resultados derivados de descrições e entrevistas sobre a paisagem do lazer noturno de Marília. Concentrei maior atenção em analisar a recontextualização da área central em termos de lazer noturno no passado e na atualidade, uma vez que o lazer tivera e ainda tem sua maior centralidade no centro principal desta cidade. Aponto alguns resultados de pesquisa sobre as práticas espaciais de lazer de jovens que moravam na periferia pobre, como dos jovens que viviam em melhor condição de acessibilidade espacial e renda.

É um trabalho orientado na perspectiva geracional, pois visa compor as paisagens de lazer noturno dos jovens dos anos de 1970 até 1990 em suas identificações culturais e ações sócio-territoriais. Como eram as suas práticas e formas de viver a experiência da juventude, quanto ao uso de tempo livre, e em que condições poderia se falar em autonomia e/ou restrições socioespaciais para estes jovens no contexto do lazer noturno.

1 Professor Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. Doutorando pela UNESP/PP, bolsista da FAPESP e membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP. E-mail: solelvis@gmail.com

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

Vale dizer que esta pesquisa se insere no rol das pesquisas conduzidas pelo GASPERR (Grupo de Pesquisa, Produção do Espaço e Redefinições Regionais) cujos estudos vêm analisando as mudanças econômicas e estruturais relacionadas às cidades médias[2], tanto no âmbito intraurbano como da rede urbana. Este estudo complementa aqueles estudos urbanos na medida que tenta articular o entendimento das mudanças estruturais da cidade[3] na longa duração, em paralelo com as práticas socioespaciais dos sujeitos. Neste caso, as práticas analisadas estão direcionadas para territorialidade e sociabilidade de jovens na cidade ao longo de gerações, identificando alguns segmentos e grupos que compuseram estas gerações. Também será privilegiado um determinado tempo geográfico[4], que são as cenas que compuseram a paisagem do lazer noturno, há assim, um esforço em entretecer dois planos, o plano do tecido urbano e o plano que é tecido pelas relações sociais.

No sentido da problemática, o que está em jogo aqui é tentar descrever como diferentes segmentos juvenis em termos de renda e localização, ao longo das últimas décadas e no presente momento, experimentam o lazer noturno no âmbito de suas práticas socioespaciais. Como eram as alternativas de lazer, o que tinham que enfrentar para experienciar o lazer, o que mudou na cidade e na paisagem de lazer noturno ao longo das últimas décadas, assim como, o que não mudou, portanto, tento encontrar as continuidades e descontinuidades inerentes aos movimentos e as cenas de lazer destes períodos.

METODOLOGIA

Para iluminar o aspecto espacial sobre o lazer noturno na cidade de Marília em décadas anteriores, busquei minimizar a rigidez daquele trabalho de elencar fatos, numa ordem linear através de registros, como de jornais ou outras fontes institucionais, o que daria como resultado uma historicidade fortemente factual. Por outro lado, busquei nesse trabalho retratar a paisagem urbana do lazer, sobretudo noturno, reunindo as representações e narrativas dos próprios atores sociais que vivenciaram e compuseram eles próprios as cenas desses lazeres, quanto aos espaços e as sociabilidades. Há decerto vantagens e desvantagens com uso deste método. Por exemplo, uma desvantagem é lidar as vezes com o desbotamento da memória que se torna maior conforme se alarga a distância entre citadino e as suas experiências vivenciadas no passado. Mas a vantagem para os estudos geográficos é que se pode ter um tipo de enredo espaço-temporal, que ao mesmo tempo incorpora detalhes objetivos e impressões subjetivas vivenciadas. Onde se pode compor uma paisagem mais impressionista do lazer noturno, onde não apenas é possível saber dos lugares, mas como eles refletiam impressões e que sentimentos despertavam. Há um cuidado que não se pode deixar de considerar aqui, diz respeito ao fato de que os citadinos, que contam seus relatos, não são contadores de histórias neutros, mas sujeitos situados sempre numa determinada condição socioeconômica e cultural, daí também o cuidado em distinguir os vieses, que muitas vezes se escondem entre uma pausa, ou nas escolhas das palavras. Portanto, há o trabalho de não só ler, mas também decodificar os relatos, afinal, sempre deve se ter também em conta que vivências pessoais num mesmo período não significam que decorrem das mesmas práticas espaciais e visões sobre a cidade. Mas esse trabalho de decodificação não visa silenciar para estas obliquidades do relato, pois como sugere Geertz (1989), a descrição não busca apenas os fatos, mas busca entender as estruturas conceituais, os significados das práticas, por isso, coisas como posturas ideológicas, representações e diferenças culturais em relação ao outro, ou outros grupos e segmentos sociais constituem um universo de valores e sistemas éticos

que ajudam a encontrar o sentido da próprias escolhas e práticas socioespaciais, talvez, mais ainda, saber como os diferentes se enxergam.

O LAZER NOTURNO DA ÁREA CENTRAL EM MARÍLIA NO PASSADO

Para entender a paisagem cultural relacionada ao lazer na cidade de Marília, foco nas práticas festivas e de lazer. Para Dumazedier (1994) a festa, geralmente, ora é compreendida como um momento de celebração e ora de transgressão. Nessa mesma linha, estudando o conteúdo das festas dos jovens ligados mais especificamente às gangues juvenis, Diógenes (1998) entende a festa como o momento do tempo livre em que se dá a possibilidade dos excessos. Por esse ângulo, isso sugere que a festa tanto é um momento de práticas sociais e espaciais que reforçam o *ethos* de uma comunidade ou do grupo, como poderia ser vista, a partir de certos comportamentos e práticas uma provocação às regras comumente aceitas, e que fariam parte dos referencias e códigos que se formaram e sedimentaram-se ao longo de gerações. Neste argumento, seria importante uma ressalva, já que nem todos os jovens de uma geração, vão buscar os excessos, deve-se ter em mente que se está falando de grupos e segmentos juvenis variados que embora tenham uma conexão geracional[5], podem encontrar nas práticas festivas espaços para tencionar com a normalidade, e as vezes se conformar a elas.

Porém, parece interessante explorar sejam os "excessos" ou a "conformação", não apenas como contraponto a uma determinada ordem ética ou submissão a elas, mas como estas práticas socioespaciais podem ser consubstanciadas pela espontaneidade do grupo, movidas pela necessidade do distanciamento de controles sociais. O que abre a oportunidade de visualizarmos a dinâmica mais autônoma destes sujeitos, em suas próprias ações, ainda que não isoladas e independentes do mundo em que vivem, mas que são orientadas por outras regras e jogos internos. Portanto, o foco nas festas e espaços de sociabilidade juvenil tem relevância aqui, no sentido de entender aspectos da identidade cultural dos jovens na cidade, assim como se dão estas diferenças[6] na cidade, ou ainda, como elas se distinguem na cidade. Procurei não ficar apenas retido ao que tipo de sinais, intenções e práticas das gerações e grupos poderiam ser identificadas como de resistência e confrontação às outras gerações ou situações de classe. O que é importante e válido, claro. Mas também atentar para as suas socioespacialidades e como a cidade se alterou com elas, ou vice-versa.

No caso dos jovens de Marília nos anos de 1960, a maior parte dos lazeres noturnos estava ligada à festas e eventos bastante regulados no centro tradicional da cidade, que era a única área central na época. A cidade tinha um forte perfil monocêntrico, confinando na área central, um centro de comércio e prestação de serviços e durante a noite, uma centralidade de lazer com movimentos e aglomerações significativa de automóveis e pessoas. Já nas áreas pericentrais havia bairros pobres reconhecidos pelas casas de madeira e cortiços, mas também casas de alvenaria, esta última um indicativo mais claro da melhor condição econômica da família.

Quanto à vida noturna, pode-se dizer que os excessos eram possíveis na noite, mas era certo dizer também que os jovens da classe média da cidade tinham poucas escolhas, o que não quer dizer que era uma cena pobre em divertimento. Os bailes e festas eram frequentes, mas também eram atividades de lazer igualmente frequentada por adultos. Claro, havia outras opções de consumo de espaço e de produtos na noite, como sorveterias, cinemas, docerias e cafeterias. Já para os mais boêmios, assim como, aos que eram dados às pândegas e a vida profissional notívaga a noite poderia se estender um pouco mais, onde os jogos da noite incluíam carteado, sinuca e até alguma licenciosidade para prazeres bem mais sensuais e libidinosos.

Entre os anos de 1960 e até nos anos 1980, as maiores festas na noite frequentadas por jovens eram realizadas nos clubes da cidade. O clube tinha dupla importância, primeiro como espaço de recreação e segundo como espaço para os jovens se socializarem com outros jovens, um ambiente seguro, onde podiam exercitar os corpos, brincar, compartilhar mensagens e códigos da sua classe social. A visibilidade social para estes jovens se fazia, portanto, nos clubes e no centro da cidade.

Neste período empresas ou produtores de eventos não eram ainda fortemente profissionalizados e influentes nas organizações das festas. Bailes e eventos relacionados a cantores e bandas musicais de projeção nacional ou regional dependiam quase que exclusivamente das iniciativas dos dirigentes de clubes de recreação e poliesportivos. Em Marília, os clubes mais importantes eram o "Yara Clube' (esse desde os anos 60 reunia jovens do centro tradicional, oriundos de uma classe média; "Marília Tênis Clube" que atendia mais a classe alta e, mais tarde, já no período dos anos 70 e 80, o "Clube dos Bancários", instalado na zona sul da cidade, o que era no período, para muitos moradores, um lugar distante[7], este clube tinha um diferencial a mais, pois reunia em suas festas organizadas, jovens de diferentes partes da cidade e perfis socioeconômicos, já para população mais pobre e negra da cidade, o "Clube do Alfaiates" era o *point noturno*[8] importante para dançar e se divertir, em pleno centro da cidade. Deve-se destacar que os círculos de amizades da maioria dos jovens no período eram constituídos de amigos de vizinhança e/ou amigos formados na escola que regularmente também viviam no espaço comum dos clubes. Para os jovens pobres a rua era o espaço público para a socialização, com diversas brincadeiras e encontros. Como veremos adiante, a diversão noturna não estava apenas no centro, havia tanto para os jovens pobres, como para os jovens da classe média, uma alternativa sempre interessante nos fins de semana que eram as famosas "brincadeiras dançantes" nos bairros.

Por volta de 1970, a população mariliense contava com mais de 70 mil habitantes, e os locais para diversão festiva para os jovens, em termos de lazer noturno, ao que parece, já não estavam tão reduzidos à área central. Embora o monopólio de grandes eventos constituísse quase uma exclusividade dos clubes, era fato que outros espaços também faziam parte de um circuito de lazer noturno de muitos jovens na cidade, como os cinemas, bares noturnos e até bordéis. Nesse período de transição entre final de 1960 e início dos anos de 1970, o circuito de lazer na noite geralmente começava pela prática do *footing* num trecho central da Avenida Sampaio Vidal, importante avenida na formação do núcleo comercial e histórico da cidade e onde se localiza ainda hoje a sede do poder municipal. Particularmente o *fotting* era uma forma de encontro socioespacial muito comum entre os jovens nas cidades do interior, era o momento central para a paquera, oportunidade para os jogos da sedução, a linguagem corporal era explorada através das trocas de olhares, da roupa, das posturas e de outras expressões comportamentais, como mostrar cigarros no bolso, que para os jovens eram símbolos de ousadia e distinção. Depois do *footing*, os jovens iam para o cinema e para algum clube da cidade, que era outro momento importante no lazer dos jovens. Na cidade existia nesse período várias salas de cinema, inclusive a cidade era conhecida pelos famosos "festivais de cinema"[9]. Como na foto abaixo, um dos mais populares cinemas da cidade, "Cine Marília", eram bastante frequentados, incluindo jovens pobres como das classes mais de maior renda.

Figura 1 – Cine Marília área central da cidade e sua popularidade

Fonte: Acervo fotográfico de José Duca Rocha, ex-morador da cidade de Marília

O "ir ao cinema" para os jovens eram um momento de abertura às coisas novas, ao contato com o externo, com as novidades de outros centros urbanos, com a moda, com comportamentos estranhos a suas cotidianidades. Ora um deslumbramento, ora um choque cultural, o significado do cinema para muitos jovens não estava resumido apenas ao passatempo dos filmes, mas a uma oportunidade para conhecer o mundo através das grandes telas, como também o espaço do cinema era em si, um mediador de encontros e descobertas, como mostram alguns depoimentos[10] de citadinos que viveram aquela geração.

> LRR - "Naqueles dias andei estarrecido; Vi a Leila Diniz de maiô de duas peças e ...pasmem! Fumando!"
>
> AJ - "Na minha adolescência o mais famoso era o Cine São Luiz, depois veio o Pedutti, no Cine Marília passava filmes japoneses...mas um pouco mais nova adorava a sorveteria que havia ao lado do Cine Marília, foi lá que descobri chantilly rsrsrs"
>
> IBA - "frequentei muito esta sala de espera, depois da sessão de cinema tomar alguma coisa no Cine Bar e jogar conversa fora com os amigos. Quanta recordação!"

Em termos de espaço público e externo, ir na Avenida Sampaio tinha, entre outros sentidos, o de ser visto e ver quem queria ser visto. E, claro, buscar aproximações interpessoais e aproveitar o tempo livre com um conteúdo lúdico. O que não deixa de ser um jogo, jogo de aparências e de hedonismo ao mesmo tempo. Ou seja, estar no espaço e ser no espaço constituía-se de várias ações cotidianas integradas que tinham por finalidade dar maior visibilidade a si mesmo. Os jovens levam muito em consideração estar visível ao público, pois a diversão também era chamar a atenção e estar aberto a diversas outras oportunidades, como de reforçar ou formar amizades, aproximar de uma turma, paquerar, atualizar as fofocas, conhecer as novidades e inovações em curso da sua geração.

Os jovens da periferia da época eram também visíveis na área central, mas isso não significava pertencimento e mobilidade a todos os espaços no centro tradicional da cidade.

Havia mesmo até um certa estigmatização e que começava pela própria representação espacial do local onde habitavam. Num dos bairros mais pobres e, ao mesmo tempo, populares da periferia de Marília, o chamado "Morro do Querosene", a representação comum que se fazia era de um lugar "barra pesada", imaginário que, não diferentemente, estendia-se aos próprios jovens do morro. Uma vez ou outra, quando os jovens do morro desciam para o *footing* noturno, podiam ocorrer desentendimentos com os jovens do centro. Pequenas rusgas, mas que já denunciavam diferenças de natureza social e espacial e também socioterritorial. Isto é, além das diferenças de classe social e de morarem em diferentes áreas da cidade e terem diferentes experiências espaciais – com a distância, mobilidade e serviços públicos - também tinham mutuamente diferentes visões sobre um e outro. Diferenças essas que ganhavam mais tangibilidade no espaço, na presença face a face.

Porém, esta segmentação juvenil não deve ser vista dentro de uma dicotomia bem encaixada. Vale dizer que havia outras assimetrias que se originavam dos estilos de consumo e das variações no estrato social. Por exemplo, segundo um dos citadinos da área central e da classe média, ele mesmo não gostava muito de estar junto com os "playboys" ou "riquinhos", já que as conversas não convergiam sobre os mesmos assuntos, além de não poder usufruir dos mesmos hábitos de consumo e diversão.

Os núcleos de lazer noturno onde se davam a convergência de jovens na noite, foram se ampliando na cidade e escapando um pouco também do controle dos adultos e autoridades. Ainda no começo dos anos de 1970, foi destaque o "Bar Karango", local que se tornou de forte atração de jovens tanto da cidade, como de cidades próximas, exercendo uma centralidade de lazer importante. Ao contrário dos clubes e locais públicos onde os olhares e o efeito panóptico dos adultos eram mais constantes, estes bares forneciam duas coisas importantes, que era a oferta de bebidas e um espaço de encontro integralmente frequentado por jovens, onde a música e os grupos musicais tinham a mesma conexão geracional. Abaixo destaco dois relatos[11] que mostram a importância desses espaços na sociabilidade juvenil, em torno do "Bar Karango":

> CTU – "...era perto do Tênis Clube, a gente "matava aula" e ia lá..."
>
> SAA – " (...) nos reuníamos lá [Bar Karango] para conversar e paquerar...era muito gostoso...eu tinha um grande grupo de amigos que nos encontrávamos lá, perto da 18 horas e lá pelas onze já estávamos de volta pra casa..."

No primeiro comentário, "matar a aula" era se deslocar por espaços onde os ritmos e conteúdos eram antagônicos, de um espaço controlado e disciplinado, para um espaço de fuga, de autonomia, onde se podia realmente estar à vontade. No segundo comentário, o bar usado como um microespaço de encontro, do convívio com amigos e de um território livre à paqueração. Neste período, outros bares similares e próximos eram *points* ou espaços de fuga para os jovens mais ousados, como o "Mamute"; "Bar Marrocos", "Shalako", todos frequentados por jovens, e alguns já funcionando até altas horas da madrugada.

O núcleo principal de lazer da noite não divergia muito em termos de localização do centro comercial tradicional da cidade até o final dos anos de 1970. Mas, daí em diante pode-se acompanhar um processo de desconcentração e das áreas de lazer noturno, que não deixa de acompanhar também a desconcentração de investimentos e empreendimentos imobiliários, tanto residenciais como comerciais fora daquele núcleo tradicional da cidade. Há com isso uma ampliação da área central, e claro, uma expansão comercial e consequentemente dos espaços de consumo na cidade.

Também passa a se desenvolver uma cena noturna mais diversificada em termos de afluência de grupos jovens, agora com a presença de universitários, que passam a compor esse cenário depois da criação da faculdade de medicina e enfermagem da cidade, em 1967. As casas noturnas, bares e pizzarias de maior sofisticação e badalação começam a se fixar na Avenida Rio Branco, é ali que os jovens se tornarão mais presentes na noite, e onde o passeios e *point noturno* de lazer vão se fixar, nesta avenida é famoso o *point* da pizzaria "515". Além disso, vai se formando no final dos anos de 1970 um núcleo de lazer noturno no centro-leste da cidade e que hoje ainda se mantém em torno do "Bar Chaplin".

Os jovens pobres da periferia mariliense também passam a frequentar a Avenida Rio Branco, embora com uma prática espacial mais diferenciada, enquanto os jovens da classe média tinham acesso maior aos bares e outros estabelecimentos de lazer na noite, os jovens pobres estavam presentes na avenida, mas deambulando a pé, ou constituindo aglomerações em frente a alguns destes estabelecimentos. Porém, nesse período de transição dos anos 70 e 80, a maior convergência de jovens pobres para encontro com amigos e namoro era a Praça São Bento, localizada no centro-leste e algumas quadras do centro tradicional, aqui uma das explicações para essa escolha, talvez derive da proximidade com o terminal de transporte coletivo, cujos horários de funcionamento acabavam por definir o tempo de fruição do lazer na noite para estes jovens.

Neste período de transição já se percebe que além de novos espaços de lazer juvenil estarem se diversificando na cidade, vai também se formando uma segmentação e territorialidade juvenil mais diversificada, assim é possível distinguir os discotequeiros, roqueiros, punks, jovens da periferia e outros. É o momento dos microespaços das discotecas, onde os jovens encontram a oportunidades de experimentar múltiplas experiências sensoriais e dançantes. Algumas discotecas se destacaram neste período, como a "Mamuth", "The Zoo" e a casa noturna "Dancing Ways"[12], todas se inspirando em nomes e decorações das discotecas dos grandes centros urbanos. Também se massifica as "músicas de bolso" ou seja, o uso de fitas k-7, a portabilidade para ouvir e compartilhar músicas torna-se uma febre entre os jovens. Também a cidade recebe diversos músicos de projeção nacional e até aqueles ligados a cultura alternativa, como Moraes Moreira[13], e que se enamora da cidade, compondo até uma música, que aqui segue um pequeno trecho:

> "Amor e liberdade
> A cidade é uma moça
> Também não tem idade
> É o espírito a força
> Da mocidade (...) "

A cidade está naquele momento, em que a televisão e as rádios estão bem massificados e arraigados no cotidiano dos citadinos, cuja programação está submetida as realidades estéticas e culturais de centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. São mensagens, músicas, moda costura, ídolos cujas referências que chegam na cidade, vão ter impacto e refletir em diversas formas de expressividade corporal entre os jovens, por exemplo, o uso das calças "*Us Top*" um jeans que desbota, substituindo as antigas calças rancheiras, as meninas passam a vestir calças de cós baixo, sapatos plataforma ou tamancos. Já nas danças grande parte dos jovens querem dominar e ensaiar os inúmeros "passinhos de dança" para desfilar nas discotecas, as meninas e meninos mais românticos não ficavam de fora, com as "músicas lentas" vinha a oportunidade de ficar "coladinho", onde espaços e corpos se estreitavam no limite.

Deve-se deixar claro que o processo de formação de núcleos de lazer em Marília não surge de forma totalmente espontânea, mas acompanha o próprio ritmo de expansão do tecido urbano, sobretudo através dos investimentos do setor imobiliário e dos agentes econômicos internos da própria cidade que direcionam investimentos para espaços com forte potencialidade de capitalização. Merece atenção neste caso, a zona Leste, em torno da Avenida das Esmeraldas que até início dos anos de 1980 era quase um vazio urbano, em termos de habitação, não era em termos de espaço de diversão para muitos jovens, ainda que as ruas fossem de terra batida, ali nas tardes de fins de semana, muitos jovens da cidade como de fora dela, realizavam encontros festivos e rachas de motocicletas, assim como outras acrobacias radicais. Um espaço de fuga, para os excessos e ao mesmo tempo um espaço territorializado pela juventude, sobretudo dos universitários e da classe média.

Porém na segunda metade dos anos de 1980, essa mesma região da cidade passa a receber empreendimentos ligados a construção de moradias de alto padrão em condomínios fechados e na avenida surgem estabelecimentos comerciais de perfil voltado aos consumidores de renda elevada. O setor público também investe em melhorias do equipamento urbano, com destaque para a construção de uma pista de *cooper*, que acaba servindo a múltiplas práticas espaciais recreativas. Esta região da cidade vai se transformar numa área de forte convergência de consumidores e usuários do espaço público, uma centralidade que ganhará mais força, com a implantação do primeiro *shopping center* da cidade, o Esmeralda Shopping já nos anos de 1990.

A frequentação juvenil na Avenida das Esmeraldas, não declina, com esse processo de expansão e sofisticação habitacional e terciária, ao contrário aumenta, com jovens que vão passear de carro ou pé na avenida a noite. Gradualmente os jovens que antes tinham maior presença na Avenida Rio Branco, vão se deslocando em termos de busca de ostentação e diversão no novo corredor terciário. O que era fonte de aglomeração e territorialidade juvenil na Avenida Rio Branco, agora se desloca no final dos anos de 1980 para Avenida das Esmeraldas, que vai assim se transformando no núcleo de lazer noturno principal da cidade. Ali ocorrendo eventos produzidos e divulgados pelos próprios jovens, nas noites de final de semana. Com toda a avenida ocupada pela presença juvenil nas noites, muitos em grupos de colegas, outros percorrendo a pista de *cooper*, outros tantos passeando de carro e motocicletas. Ali se encontravam, na noite, tanto jovens da área central, como da periferia.

O circuito juvenil noturno já nesse período dos anos de 1980 tornara-se mais amplo e mais diversificado, englobando a Avenida Rio Branco, Avenidas das Esmeraldas, Praça São Bento, entorno do Bar Chaplin e começo da Avenida da Saudade. Esta última territorializada por grande quantidade de jovens universitários, oriundos da região oeste da cidade onde passou a se instalar o campus da UNESP e universidades privadas. Por outro lado, o centro principal que foi em décadas o espaço por excelência do lazer noturno, vai se tornando opaco e decresce fortemente em frequentação juvenil. As casas noturnas, bares e as festas mais badaladas estão agora espalhados em outros núcleos de lazer da cidade. Mas aqui cabe uma ressalva importante, pois ali ainda no centro principal se encontrava um reduto de forte aglomeração e festividade juvenil, uma centralidade da música Black, na Avenida São Luís, com destaque para a casa noturna "Scala" que era famosa pelos "bailes do Palinha", atraindo jovens dos bairros pobres da cidade, que vinham por transporte coletivo ou a pé, para curtir as sensações e as novidades relacionadas a cultura negra em termos de música e outras estéticas. Aproveito para apresentar uma parte do relato de um citadino[14] que frequentou aquele espaço:

> "O baile tocava Soul Music, James Brown e outros. O pessoal dançando cada um do seu jeito, entrava a música romântica, aquele último funk e globo começava a rodar. Então já focávamos na "mina" que estava olhando (...) O rap começou na minha vida em 1987, eu morava no "arraial"[Morro do Querosene] recentemente, e tinha uns bailes Black, que tocava muito funk e James Brown. Era muito legal tinha o pessoal do "moletom", do "terninho" e "sapatinho". Pessoal vinha no "busão", as tribos eram meia separadas, mas tudo sem confusão, pensa no pessoal do funk colocando aquele "breyzinho" tinha o pessoal do moletom, mas tudo na paz. Na Avenida Rio Branco, ficavam andando os "playboyzinhos" na "515". Era um "Black total" as mulheres davam um trato nos cabelos. Quem era do "blazer" e funk arrastado vestia uns sapatinhos com sininhos, moleques com os moletons da Adidas. Quem não tinha dinheiro para comprar "All Star", então o "Le cheval " salvou"

O relato acima, mostra as diferenças entre os "da periferia" e os "playboyzinhos", não apenas pela condição de renda, mas pela diferença cultural e espacial. Mas também diferenças de gosto, atitudes e estéticas entre os frequentadores da mesma casa noturna. O que traz a questão do foco nos microespaços e das culturas juvenis, um espaço único coexistindo as vezes, diferentes culturas juvenis, mas através de sub-reptícias formas de negociação. O relato também indica a continuidade de um lazer noturno segmentado em termos de grupos juvenis como também territorializado em diferentes espaços da cidade. Ainda que existissem, espaços de frequentação digamos mais mistos e badalados, como na Avenida Rio Branco, ou mesmo Avenida das Esmeraldas[15], ainda assim, havia espaços cujas identificações culturais e sociais eram bem demarcadas, distintas e até divergentes.

A NOVA RECONTEXTUALIZAÇÃO DO LAZER NOTURNO NA ÁREA CENTRAL

No início dos anos de 1990, há forte impulso no setor imobiliário e terciário da cidade, que se refletirá no lazer noturno, decorrente da explosão de jovens universitários na cidade, momento em que a cidade já conta com duas universidades, uma faculdade de medicina, assim como o hospital universitário. É um período de aumento de oferta de cursos universitários, principalmente nas áreas de ciências agrárias, que se reflete no grande fluxo de estudantes de várias cidades do interior de São Paulo, como também de outros estados. A necessidade de abrigar milhares de estudantes implicará na verticalização habitacional da zona oeste, para dar conta de uma demanda crescente de estudantes. Juntamente com esse processo, que age na expansão do tecido urbano, a indústria do lazer cresce na cidade, refletindo em maiores ofertas de espaços de consumo, visando atender também esta demanda crescente de jovens que buscam a diversão noturna, o que resulta no surgimento de bares, casas de *show* e maior número de eventos e festas que se implantam na área central e na porção oeste da cidade[16], onde se concentra maior número da população universitária. Estabelece-se uma paisagem de lazer[17] orientada para diferentes segmentos sociais e compondo um processo de descentralização terciária na área central, com novos corredores comerciais. Em relação ao lazer noturno, multiplicam-se os núcleos de lazer e estabelecimentos ligados à noite, nessa área.

Os núcleos de lazer noturno da Avenida Rio Branco e da Avenida das Esmeraldas ganham maiores aglomerações de jovens que vêm das áreas periféricas, da área central e agora contam com a presença dos universitários, o que não deixa de produzir alguns

desentendimentos, já que os citadinos locais nem sempre vão conviver em harmonia com os universitários. Por outro lado, muitos bares da área central passam a ter forte aglomeração de jovens universitários, muitos deles fortalecendo, por exemplo, o núcleo de lazer noturno em torno do Bar Chaplin, no centro-leste da cidade. Eles passam também a constituir público para grandes *shows* de música na cidade, e reacendem a demanda para festas como de rodeios e *shows* sertanejo e forró. As festas de repúblicas de estudantes vão fazer parte do programa de lazer de muitos jovens da cidade, algumas destas festas se concentrando não apenas nos fins de semana, como no meio de semana. Já se percebe neste período, o crescimento demográfico[18] e multifuncional da cidade, com o incremento dos setores do comércio, saúde e educação. São mudanças que se associam os segmentos juvenis e formas de sociabilidade juvenil cada vez mais plurais, e que vão fomentar a vida noturna nos diversos núcleos de lazer noturno, há por assim dizer, uma geografia da noite multifacetada e com maiores fluxos que as décadas anteriores, mais trânsito (automóveis, motocicletas e transporte coletivo), mais pessoas, mais demandas de segurança pública, e sobretudo, um circuito comercial e consumista significativamente produtivo.

A cidade, ainda durante os anos de 1990 vai receber grandes investimentos no setor habitacional seja popular como empreendimentos residenciais para os setores de maiores poderes aquisitivos, o que implica uma dispersão espacial, combinada com formas de exclusão e segregação socioespacial. Muitos dos bairros populares serão instalados nos extremos da zona norte e sul da cidade, distanciando-se muito da área central. Por sua vez, os investimentos privados na construção de condomínios fechados e prédios residenciais para os citadinos de maior poder aquisitivo também cresce, mas são mais favorecidos pela menor distância da área central e de mais fácil acesso. Outro influxo está nos investimentos de grandes redes de lojas varejistas, franquias de alimentação, supermercados que vão se instalar na área central. Tal influxo não deixará de ter impacto no lazer noturno, são postos de combustível com serviços de conveniência, *fast food* e bares com diferentes perfis de atendimento que vão ajudar a compor a geografia noturna da cidade. A área central se consolida como uma centralidade polinucleada, com conexões comerciais e culturais internas e interurbanas.

Eventos e festas com artistas de projeção nacional vêm a cidade, nos clubes e arenas universitárias. Neste período, o grande patrocinador de grandes eventos é a Universidade de Marília, regida por uma administração privada, os estudantes realizam grandes festas, como rodeios, e shows nos finais e meio de semana. Torna-se conhecido na região da Marília e mesmo fora dela, a festa "Todo Torto", com milhares de jovens da cidade e da região, com várias atrações musicais e realizados na própria Universidade. Muitas destas festas universitárias começavam a partir das iniciativas individuais ou de amigos e que mais tarde acabaram se tornando um negócio lucrativo, como sugere este relato abaixo:

> Na faculdade, no curso de administração da UNIMAR, havia uma necessidade de confraternizar (...) a gente fazia as famosas vaquinhas e para fazer um churrasquinho, lá na UNIMAR era no Búfalo ou nos quiosques lá embaixo. Pegava a quantia de cada um e comprava e organizava. Comprava carne e tinha um amigo que tinha caminhonete com o som, o que acontecia, a gente organizava, levava as mesas e o pessoal contribuía com o dinheiro. Começamos ver que mesmo organizando, além de sobrar bebidas, sobrar carne, sobrava um pouquinho de dinheiro e principalmente a mulherada. E com a mulherada você ficava em destaque. Dava visibilidade. Tinha cobrança, "quando vai ser o próximo". E aí começou a encorpar, até os professores da

> faculdade, porque a faculdade tem essa parte, começou como uma brincadeira né, e o negócio foi encorpando, o pessoal começou a ir e foi tendo uma cobrança, começou com uma confraternização de sala e nessa organização já sobrava além de carne e cerveja um dinheirinho, pois você não sabe ao certo, você pede 20 reais para cada um, uns consomem menos e outros consomem mais, mas na época era sempre com sobra, além de sobrar, tinha o prestígio, com o pessoal uma visibilidade com as meninas, na época da faculdade (...)[19]

Acompanhando o relato, pode-se saber que as festas universitárias eram muito populares entre os universitários, sobretudo, porque, muitos podiam praticar os excessos longe dos olhos dos pais, a maior parte dos estudantes vinham de outras cidades do interior e mesmo da região centro-oeste do país. E o investimento para torná-las efetivas era questão de acertos entre os próprios estudantes, os "comes e bebes" da festa, geralmente era mais regulada, por mais "bebes" já que a cerveja e destilados, etilicamente dava vazão ao lúbrico, quanto aos eventuais enlaces corporais e amorosos, como para a farra desenfreada, não raramente estendida até o Sol raiar.

Os investimentos incrementam a área central, cujo conteúdo cultural de massa se fortalece ligando-se a uma globalidade, já que suas formas e conteúdo se conectam com as tendências culturais e estéticas dos grandes centros e metrópoles. Este processo se intensifica atualmente com as boates, que se instalam na Avenida Sampaio Vidal, apresentando a mesma sofisticação externa e interna das boates dos grandes centros. Os eventos e festas são agora mais profissionalizados, envolvendo grandes empresas fornecedoras de bebidas, divulgação que se estende através das redes sociais, passando pelos grandes meios de comunicação. A periferia da cidade também incorpora grandes investimentos, como o novo Shopping Marília e até universidades novas, que se localizam na área periférica da cidade. No nível dos sujeitos sociais, a maior permeabilidade transcultural e transterritorial[20] via novas tecnologias que os jovens dispõem atualmente também permitem que estes possam se identificar com as modas e interagir com signos e símbolos de culturas juvenis de outros centros urbanos.

No âmbito do lazer noturno, o que vem se observando até este estágio da pesquisa, é que a área central da cidade conta com maior número e diversidade de contextos espaciais onde se concentra a juventude boêmia da cidade em comparação com décadas anteriores. A continuidade está ainda na segmentação jovem por conta da renda e distância espacial, já que os jovens da periferia pobre continuam tendo uma inserção parcial nas áreas centrais, embora haja outras formas de mobilidade, que ajudam esses jovens a estarem mais visíveis na cidade, como uso de motocicletas e automóveis, porém a descontinuidade está na variedade de estilos culturais e a territorialidade múltipla que passam a compor a geografia da noite em Marília. Uma maior mobilidade que significa poder, e como diferentes grupos sociais podem exercer seus recursos e influência[21], os rôles dos jovens da periferia na área central tensionam com as visões bem encaixadinhas de que cada um deve estar no seu lugar, ou das tentativas de ocultações dos grupos sociais mais pobres e afastados espacialmente.

Isso quer dizer que embora os jovens com melhor poder aquisitivo possam realizar circuitos de lazer em diferentes escalas da cidade e ter mais acesso a essa diversidade de núcleos de diversão, os jovens mais pobres também vem compondo os circuitos na noite, ao desenvolver uma territorialidade múltipla, ou seja, visitarem e estarem em diferentes locais na noite, seja nos *shopping centers*, postos de conveniência, avenidas, bares. Outra descontinuidade é a multiplicidade de espaços de lazer noturno ligados a diferentes estilos

musicais, como rock, sertanejo, samba. Também o surgimento de casas noturnas que atendem diferentes públicos jovens em termos de preferências socioculturais, tal como uma boate GLS, instalada no núcleo de lazer universitário.

CONCLUSÃO

O que considero importante destacar é que as cidades médias, como o caso de Marília explorado aqui, estão sujeitas tanto às alterações do tecido urbano, como também as de ordem social, no que implica as práticas socioespaciais e territoriais de grupos da cidade, ao descrever algumas destas práticas entre os grupos jovens da cidade, parece claro que a vida noturna, que estes grupos conferem em alguns espaços da cidade, reforçam e mesmo proporcionam a exploração diferenciadas nas centralidades da cidade. Suas sociabilidades e territorialidades vão constituir o cerne do consumo da indústria do lazer noturno e de vida social quanto a uma geografia da noite.

A própria indústria do lazer noturno se diversificou e se ampliou na cidade: mais festas, eventos e novos contextos espaciais, que foram sendo territorializados pelos jovens, tanto nos espaços públicos como privados, como nos *shopping centers* e algumas avenidas da cidade. Na medida em que área central se expandiu, também novos núcleos de lazer noturno passaram a constituir espaços de encontro juvenil e polos de consumo. O que equivale também a dizer que a oferta de consumo durante a noite passou a constituir uma dimensão econômica significativa na cidade, em complemento ao circuito econômico e comercial que vigora durante o dia. Por outro lado, isso está acompanhado da diversificação dos grupos e formas de sociabilidade juvenil que cresceu nas últimas décadas em conexão e absorção das tendências estéticas e culturais de outros centros urbanos. Por último, a paisagem de lazer noturno juvenil tem como continuidade ao longo das últimas décadas, um processo de segmentação não apenas de práticas e estilos culturais que se diferenciam, mas que se territorializam ora coexistindo em espaços comuns, ora se territorializando em espaços que os distinguem tanto pelo perfil cultural como socioeconômico, porém uma descontinuidade é a visibilidade maior dos jovens da periferia pobre nas áreas centrais, através de um maior poder de mobilidade.

NOTAS

1 Este trabalho está baseado numa apresentação no Congresso Brasileiro de Geografia em 2014, com o título "Práticas socioespaciais juvenis no lazer noturno em Cidades Médias", porém aqui amplio com outras considerações de ordem descritiva e analítica. Este trabalho também é parte de minha pesquisa de doutorado que está em andamento, cujo objetivo central é entender como os jovens pobres da periferia das cidades de Bauru e Marília realizam seu lazer noturno, como se territorializam e vêm desenvolvendo suas formas de sociabilidade na noite.

2 Uso o termo cidade média com referência nos estudos de vários autores e nas próprias pesquisas do GASPERR, que buscam compreender as mudanças estruturais e econômicas dessas cidades, em articulação com aquelas que acontecem nas redes urbanas.

3 Acentuamos a reestruturação da cidade, mas não se ignora sua relação com as reestruturações na escala interurbana. Enquanto a primeira destaca as transformações internas da cidade no nível socioespacial e estrutural, a segunda privilegia a rede urbana e as lógicas econômicas que também vão induzir recontextualizações na escala intraurbana.

4 Me aproprio deste conceito a partir de Martins (2007, p.41) para quem o "tempo

geográfico" constituiria a "síntese dos ritmos que compõe o equilíbrio\desequilíbrio de um momento", portanto, a duração da noite é a síntese dos vários ritmos e da vida presente nas festas, nos acontecimentos nas ruas, no agito dos bares e restaurantes, nas aglomerações nos cinemas, etc., e que perfazem juntos a noturnidade.

5 Weller (2010) destaca que esse conceito surge em Mannheim, e tem ligação com a "unidade geracional", ou seja, os jovens podem viver uma época diante dos mesmos problemas e crises, mas podem reagir diferencialmente, explorar diferentes potencialidades, e assim desenvolver também diferentes estilos e comportamentos, então embora tenham uma conexão geracional, nem sempre forma uma unidade digamos coesa.

6 Para Pais (2003) de fato a juventude tende a valorizar os extremos, mas ela aponta também inovações e diferenciações e a auto-realização.

7 Essa percepção de distância física está muito entrelaçada a contextos espaciais e temporais específicos, nesse caso estamos falando de um período onde grande parte da população andava a pé ou de bicicleta e não de uma sociedade urbana massificada por veículos motorizados, como é atualmente, além disso, o Clube estava numa área de inicial dispersão urbana.

8 Conceito nativo, ou seja, oriundo das práticas dos próprios sujeitos, neste caso dos jovens, relaciona-se ao lugar onde frequentam e reconhecem como um espaço de encontro e diversão na cidade. Bares ou locais similares que funcionam como espaços onde os jovens se aglomeram. Podendo servir como ponto de referência num núcleo de lazer noturno, onde existem outros estabelecimentos no entorno.

9 Os Festivais de Cinema em Marília, tinham forte glamour na cidade e região, inclusive tendo a presença de artistas importantes no cenário do cinema da época com Anselmo Duarte, como mais tarde da televisão, como Reginaldo Faria.

10 Comentários extraídos do "Grupo Memória de Marília" na rede social e virtual do Facebook. As letras maiúsculas são as iniciais dos nomes dos comentadores.

11 Comentários extraídos do Grupo Memória de Marília através da rede social e virtual do Facebook.

12 Nome claramente derivado da discoteca "Dancing Days", uma construção ficcional e icônica da teledramaturgia brasileira, cuja nome da novela é homônima.

13 Uma grande contribuição sobre essas particularidades da cena juvenil da cidade se dá pelas informações da historiadora Wilza Aurora Matos Teixeira, também membro da Comissão Organizadora de Registros Históricos da cidade de Marília.

14 RK é um citadino hoje com 43 anos e músico de uma pioneira banda de rap da região de Marília, desde os anos 90.

15 O que também é relativo, o que entra no foco dos microespaços, pois mesmos estes núcleos de lazer noturno, eram mistos no sentido da presença de diferentes segmentos juvenis, mas não necessariamente que tinha os mesmos acessos ao consumo ou estavam juntos nas mesmas esquinas, ou nos mesmo bares.

16 Essa porção da cidade tem uma vida diurna ligada as funções estudantis, porém, durante o dia, o movimento nas ruas é mais parado e com pouca oferta de outros serviços terciários a essa população juvenil, que recorre aos estabelecimentos de outros corredores terciários.

17 Quando falamos em paisagem, o que queremos salientar é a dimensão do imediato, mas não reduzido apenas a descrição empírico-sensível das formas da cidade, mas vai além, como uma soma dos momentos que é o resultado de forças e processos realizados pela sociedade, o que resultam de tempos acumulados.

18 A cidade conta com aproximadamente 160 mil habitantes. Fonte: Seade 2010.

19 WBMI- Citadino que veio estudar em Marília nos anos de 1990, vindo do Mato Grosso do Sul, hoje é empresário da noite, como produtor de eventos na região de Marília.
20 Esse fenômeno vem sendo estudado por Turra Neto (2012) que entende que para a transterritorialidade ocorrer torna-se necessário que as condições materiais e técnicas ocorram, ou seja, o espaço tem que ter aberturas para o exterior e contar com iniciativas da indústria cultural.
21 Aqui me coloco em consonância com a ideia de geometria do poder de Massey (2000) que poderia ser entendida como se dão de forma desiguais as estratégias socioespaciais dos diferentes grupos sociais, e de como se posicionam diante dos outros grupos no e pelo espaço.

REFERÊNCIAS

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e movimento hip-hop. São Paulo: Annablume, 1998.
DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. Trad. Luiz Octávio de Lima Camargo. Colab. Marília Ansarah. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1994.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro : LTC, 1989.
PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da moeda, 2003.
WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**. [online]. v. 25, n.2, p. 205-224, 2010.
MARTINS, E. R. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do Ser. **GEOUSP:** Espaço e Tempo, São Paulo, n. 21, p. 33-51, 2007.
MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 177-186.
TEIXEIRA, W. A. M. **Show de bola! Conheça a gíria falada nas ruas de Marília... e então bicho, vamos nessa?** Disponível em: <http://jornalismoatodahora.com.br/show-de-bola-conheca-a-giria-falada-nas-ruas-de-marilia-e-entao-bicho-vamos-nessa> Acesso em: 3 jul. 2013.
TURRA NETO, N. Juventudes e territórios na cidade. In: PASSOS, M. M.; CUNHA, L.; JACINTO, R. **As novas geografias dos países de língua portuguesa:** paisagens, territórios e políticas no Brasil e Portugal. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p 425-433.

COMPOSTAGEM: POR UMA ESCOLA MAIS SUSTENTÁVEL[1]

COMPOSTING: A MORE SUSTAINABLE SCHOOL

Lismaria Polato Francelin[2]
Ana Tereza Cáceres Cortez[3]

RESUMO: O artigo apresenta o projeto experimental de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Orgânicos através do processo de compostagem caseira por minhocultura, implantado em uma escola pública de tempo integral, envolvendo alunos do Ensino Fundamental na disciplina de Geografia, subsidiada pela Educação Ambiental, promovendo a sensibilização e a reflexão sobre a importância da destinação adequada dos resíduos sólidos orgânicos domiciliares e seu reaproveitamento na produção de composto orgânico sólido e líquido para emprego como adubo natural em jardins e hortas caseiras.

Palavras-chave: Vermicompostagem; Educação Ambiental. Ensino de Geografia; Gerenciamento de Resíduos; Sustentabilidade

ABSTRACT: The article presents the Organic Solid Waste Management experimental project through the Home Vermicomposting process, deployed in a full-time public school, involving basic education students at Geography classes subsidize by Environmental Education, promoting the sensibilization and reflexion about the importance of the right destination of organic home solid waste, and its reuse in the production of an organic liquid and solid compounds to be used as natural manure in gardens in houses vegetable gardens.

Key words: Vermicomposting; Environmental Education; Teaching Geography; Waste Management; Sustainability

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável ganhou destaque com a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. Desde então, esse tema tem sido muito discutido em nível global, entretanto, não tem havido consenso

1 Artigo elaborado a partir de resultados parciais da tese de doutoramento em andamento, a ser defendida em março de 2015.

2 Mestre em Ensino de Ciências (UNESP/Bauru). Doutoranda em Geografia (UNESP/Rio Claro). Professora de Geografia da Educação Básica na Rede Pública do Estado de São Paulo. Possui Especialização Lato Sensu em Gestão Ambiental (UFSCAR/São Carlos). E-mail: lismaria.fran@yahoo.com.br

3 Professora Adjunta do Departamento de Geografia (UNESP/Rio Claro). Mestre em Geografia (UNESP/Rio Claro). Doutora em Ciências (USP/São Paulo). Pós Doutorado pela Universidade de Lisboa. Livre Docente em Geografia (UNESP/Rio Claro). atcortez@rc.unesp.br

Artigo recebido em julho de 2014 e aceito para publicação em novembro de 2014.

sobre as responsabilidades com a degradação ambiental, pois os discursos versam em posições contrárias quando o assunto é controlar e punir aqueles que desrespeitam a capacidade limite dos biossistemas, principalmente os mais ameaçados. De um lado, os discursos ambientalistas, embasados em conhecimentos científicos, procuram denunciar e coibir ações que contribuem ainda mais com a degradação ambiental, e por outro lado, persistem os discursos políticos neoliberais, pautados no desenvolvimento econômico sem precedentes (Leff, 2011). Percebe-se também que, grande parte da sociedade atual, assiste inerte a esses acontecimentos, talvez por ignorância ou ganância.

Em tempos de globalização, os hábitos consumistas e o desperdício são inerentes ao desenvolvimento econômico, uma vez que o lema é produzir, consumir e descartar, sem ao menos refletir sobre seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. Enquanto milhões de pessoas consomem e desperdiçam, outras tantas sobrevivem em condições insalubres e marginalizadas, vivendo no submundo, desigual e desumano. Na ganância de produzir, consumir e descartar, os recursos naturais são subtraídos de seus ambientes naturais, acumulando uma dívida impagável para as futuras gerações.

Entretanto, apesar dos discursos neoliberais (Leff, 2011) utilizando o desenvolvimento sustentável como *merchandising*, ações efetivas estão ocorrendo para mitigar a degradação ambiental, graças às iniciativas de instituições acadêmicas e científicas, de Organizações Não Governamentais (ONGs), ou até mesmo através de políticas públicas, ainda tímidas em muitos países. Tais iniciativas, buscam implementar alternativas viáveis para que o desenvolvimento sustentável ocorra, procurando respeitar a capacidade de suporte dos biossistemas e considerando a necessidade de controle dos bens naturais e do seu uso racional. Ainda muito distante, porém, está em garantir qualidade de vida a todos os povos igualmente, pois somente assim o desenvolvimento sustentável será plenamente estabelecido.

POPULAÇÃO E AS CIDADES

Segundo estimativas da ONU - Organização das Nações Unidas, a população mundial atingirá 8,1 bilhões de pessoas em 2015 e 9,6 bilhões em 2050. Dados do *Relatório sobre a Situação da População Mundial*, publicado em 2011 pelo Fundo da População das Nações Unidas, cerca de 50% da população mundial moravam nas cidades em 2010, e a estimativa é de que até 2030 aproximadamente 60% passem a viver nas áreas urbanas (UNFPA, 2011), implicando diretamente nas questões socioambientais. Cidades Sustentáveis foi um dos temas discutidos durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizado em 2012 na cidade do Rio de Janeiro (Rio+20), cujo documento final do encontro, denominado *O futuro que queremos*, aponta como um dos três grandes desafios para este milênio. Entre os problemas ambientais urbanos, tratam-se da geração, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos, situações essas mais graves nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como é o caso das cidades brasileiras.

Aproximadamente 84% da população brasileira residem nas cidades, o equivalente a cerca de 161 milhões de pessoas (IBGE, 2010), cuja demanda vem acarretando sérios problemas socioambientais, entre eles a enorme geração de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), que oferecem riscos à saúde da população e impactos ao meio ambiente quando dispostos inadequadamente. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA revelam que em 2008 foram coletados diariamente no Brasil 183,5 mil toneladas de RSU, sendo que 90% desses resíduos foram destinados para disposição final em aterros sanitários,

aterros controlados e lixões; e apenas 10% do total seguiram para alguns destinos, entre eles, compostagem, incineração, unidades de triagem e reciclagem, vazadouros e áreas alagadas, ou mesmo a outros destinos. Os resíduos urbanos coletados no Brasil possuem elevado percentual de matéria orgânica, que por não serem coletados separadamente, acabam não sendo destinados ao tratamento específico, no caso a compostagem. Das 94.335,1 t/dia de resíduos orgânicos coletados no Brasil, somente 1.509 t/dia (1,6%) são encaminhados para as usinas de compostagem (IPEA, 2012).

O governo Federal promulgou a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, responsabilizando gestores públicos e geradores pela adequada gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, entre eles os Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD) e/ou públicos. Com a nova lei, os gestores municipais são obrigados a encerrarem os lixões e implantarem aterros sanitários ou regularizarem os já existentes, porém, tais procedimentos surtirão efeito somente se essas medidas estiverem atreladas a outras iniciativas, como a coleta seletiva para reciclagem, além do reaproveitamento dos resíduos orgânicos para compostagem. Tanto os gestores públicos quanto a sociedade civil são corresponsáveis pela geração, gestão e gerenciamento dos RSU. Somente com ações conjuntas, apoiadas por iniciativas educacionais, será possível tornar as cidades mais sustentáveis (BRASIL, 2010).

A GERAÇÃO DE RSU EM BAURU

O município de Bauru está localizado na região central do Estado de São Paulo, e segundo dados do último Censo a população em 2010 totalizava 343.937 habitantes, sendo 98,3% (338.184) residentes na área urbana e 1,7% (5.753) na área rural, saltando em 2013 para 362.062 habitantes, conforme estimativas do IBGE (2013). O volume na geração dos Resíduos Sólidos Domiciliares – RSU vem crescendo proporcionalmente ao aumento do número de habitantes e tem preocupado gestores públicos e ambientalistas. O município conta com o serviço de coleta desses resíduos, realizado pela Empresa de Desenvolvimento Urbano de Bauru – EMDURB, através do sistema "porta a porta", transportando-os posteriormente ao Aterro Sanitário Municipal, distante quinze quilômetros do centro da cidade, onde é realizado o tratamento e destinação final dos mesmos. O volume de Resíduos Sólidos Domiciliares – RSD coletado pela EMDURB, tanto na área urbana como nas propriedades rurais (sítios e chácaras), no entorno da cidade e destinado ao Aterro Sanitário Municipal em 2013, foi de 104.967,14 toneladas, uma média de 8.747,26 t./mês. O estudo gravimétrico referente ao total dos RSU coletados em Bauru classificou-os como sendo 37,27% de matéria orgânica, 33,77% de resíduos recicláveis e 28,96 de outros resíduos (eletrônicos, infectantes, Resíduos de Serviços de Saúde - RSS e diversos). A média por habitante de 0,850 Kg/hab./dia, do total de RSU coletados em Bauru (BAURU, 2014), pode ser comparada a outras regiões do país, estando abaixo da média dos municípios da Região Sudeste que é de 1,255 Kg/hab./dia e próximo a 0,838 da Região Sul (ABRELP, 2012). Conforme dados apresentados, 37,27% dos RSU são constituídos de matéria orgânica, que poderiam ser tratados em sistemas de compostagens, reduzindo assim, a destinação final no Aterro Sanitário Municipal, cuja operação encontra-se em sua capacidade limite, porém não há iniciativa por parte do poder público municipal e privado para esse tipo de tratamento.

Na literatura existem inúmeras pesquisas utilizando diferentes técnicas de compostagem, tanto para a geração de energia, como para a produção de composto orgânico. O interesse pelos sistemas de compostagens ainda é incipiente no Brasil,

embora haja iniciativas ainda tímidas nas áreas rurais entre os pequenos produtores, principalmente os que buscam a agricultura orgânica, diante da procura dos consumidores por fontes de alimentos livres de agrotóxicos. O húmus, derivado da compostagem de matéria orgânica, além de ser rico em nutrientes quando disposto no solo, pode controlar o PH (acidez e alcalinidade) e a toxidez causada por certos elementos como ferro, alumínio e manganês (Fiori, 2004). Outro subproduto gerado a partir da compostagem é o chorume (biofertilizante líquido), livre de patogênicos pode ser utilizado para pulverização e irrigação, contribuindo para a nutrição das plantas e também no controle de pragas.

Diante de tal alternativa para a destinação final dos resíduos orgânicos domiciliares, uma opção, seria incentivar a compostagem caseira dos resíduos gerados no preparo dos alimentos, através de ações educativas que favoreçam a construção dos conhecimentos, buscando maior integração entre os saberes científicos e os saberes escolares, iniciando tais ações nos espaços escolares viabilizando a divulgação do conhecimento e de práticas sustentáveis, pois consideramos que a chave para a sustentabilidade é o domínio do conhecimento.

COMPOSTAGEM

O composto orgânico pode derivar-se de inúmeros materiais orgânicos, como restos de alimentos, estercos de animais, restos de folhas e galhos de árvores; resíduos industriais, assim como o lodo gerado pelos sistemas de tratamentos de água e esgoto domiciliares ou industriais (Fiori, 2004). É importante ressaltar que para cada tipo de composto orgânico requer-se um sistema de tratamento específico, no qual garanta eficiência e menor impacto ao meio ambiente.

O sistema de compostagem por minhocultura, conhecida também por vermicompostagem, é uma opção para tratamento dos resíduos orgânicos domiciliares, no qual resulta da decomposição de resíduos orgânicos que utiliza minhocas para a produção de húmus, popularmente chamado de "húmus de minhoca". As minhocas utilizam como alimento os resíduos orgânicos, que ao passar pelo aparelho digestivo e com o auxílio das bactérias transforma-os em composto orgânico (CETESB, 1987).

O sistema de caixas sobrepostas está entre as técnicas mais conhecidas, indicado para destinação dos resíduos orgânicos domiciliares gerados por uma pessoa ou até mesmo por uma família inteira. Esse sistema pode ser implantado em residências ou apartamentos, pois requer equipamentos simples e de baixo custo, necessitando apenas de um pequeno espaço ventilado e protegido da chuva; não atrai insetos e não causa mau cheiro. São necessárias três caixas de mesmo tamanho com tampa, uma para coleta de chorume e duas caixas digestoras, nas quais são destinados os resíduos orgânicos previamente picados. Aconselha-se destinar nesse sistema, apenas resíduos gerados durante o preparo de alimentos, como talos de verduras e cascas de legumes; recomenda-se não introduzir na composteira restos de alimentos prontos, como carnes e alimentos cozidos que podem causar mau cheiro; e restos de frutas cítricas, pois podem atrair insetos.

As minhocas da espécie Vermelha da Califórnia (*Eisenia foetida*) são as mais indicadas, pois ao serem incorporadas ao sistema auxiliam na decomposição da matéria orgânica através do aparelho digestivo, juntamente com os microrganismos, como bactérias, fungos, protozoários entre outros, que em condições apropriadas de umidade, temperaturas e aeração agem sobre o material a ser decomposto. O húmus de minhoca (composto orgânico sólido) e o chorume (composto orgânico líquido) são subprodutos derivados desse sistema, ambos ricos em macro e micronutrientes essenciais para a nutrição das plantas, e microrganismos que agem na correção dos solos (Fiori, 2004).

No caso dos resíduos sólidos orgânicos domiciliares, o sistema de compostagem caseira é o mais indicado, cujo objetivo é reaproveitar os resíduos gerados no preparo de alimentos para a produção de composto orgânico sólido e líquido, podendo ser utilizados como adubo orgânico em hortas e jardins. Por ser considerado excelente adubo natural, o composto orgânico traz múltiplos benefícios quando introduzido no solo ou utilizado para pulverização em plantas. E por serem livres de patogênicos, esses subprodutos têm sido empregados satisfatoriamente na produção de alimentos orgânicos, substituindo fertilizantes químicos largamente utilizados na agricultura moderna.

A SUSTENTABILIDADE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Um importante aliado da sustentabilidade, seja em nível local ou global, é o processo educativo, cujo papel é promover a difusão dos conhecimentos, princípios e valores essenciais para garantir a compreensão das questões ambientais da atualidade (Leff, 2011). A Educação Ambiental em conjunto com outras áreas do conhecimento tem muito a contribuir para assegurar a sustentabilidade em todas as dimensões e nas diversas necessidades locais, pois através de uma abordagem crítica e reflexiva pode conduzir a ações transformadoras da realidade. (Pelicione; Philippi Jr., 2005).

Quando o assunto é sustentabilidade, é comum pensar em grandes ações com intuito de promover transformações significativas no meio ambiente. Entretanto, ações grandiosas requerem envolvimento a nível macro, no qual as chances de transformações são menores, comparadas as ações que são pensadas e executadas a níveis locais. O lema ambientalista "*pensar globalmente e agir localmente*" poderá gerar um efeito positivo mais imediato, principalmente quando há engajamento e predisposição dos sujeitos envolvidos nas questões ambientais locais.

Para que ocorram transformações significativas da realidade envolvendo práticas sustentáveis, é necessário buscar maior integração entre a Educação Ambiental e as diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma maior interação entre os saberes científicos e os saberes escolares. *"Para a aprendizagem significativa, pode-se pensar como os diferentes saberes interagem para a produção de outro saber (...)"* (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p. 114). Os conhecimentos científicos necessitam receber um tratamento diferenciado nos espaços formais e não formais, principalmente quando direcionado à Educação Básica. Nestes casos, para promover a aprendizagem significativa, é fundamental que certos conceitos científicos sejam reformulados em conceitos menos complexos, sem perder é claro, a cientificidade, para que os alunos da educação básica possam melhor compreendê-los (Perrenoud, 1999; Leff, 2011).

Quando o tema é Meio Ambiente, o saber ambiental perpassa os conteúdos curriculares e disciplinares, perfazendo a interação dos saberes científicos aos saberes escolares.

> O saber ambiental é, pois, gerado num processo de conscientização, de produção teórica e de pesquisa científica. O processo educativo permite repensar e reelaborar o saber, na medida em que se transformam as práticas pedagógicas correntes de (...) assimilação do saber preestabelecido e fixado em conteúdos curriculares e nas práticas de ensino (LEFF, 2011, p. 152).

A Educação Ambiental é inerente ao processo educativo e está fortemente atrelada aos saberes ambientais enquanto pré-requisito para construção da responsabilidade

ambiental, valor este essencial para as ações sustentáveis. Apesar das fragmentações dos conteúdos nos currículos escolares, cabe aos docentes, tanto na educação básica como no ensino superior, conduzir o processo educativo interdisciplinar, favorecendo a formação de valores e a compreensão dos saberes ambientais, bem como estimular a reflexão e a análise crítica da realidade. Fazenda (1991) ressalta que a interdisciplinaridade é um grande desafio a ser superado, um ideal a ser alcançado, pois é preciso transpor alguns obstáculos como os de ordem material, psicocultural, metodológica e a formação deficiente dos educadores.

Temos observado que, embora haja obstáculos para promover a interdisciplinaridade no âmbito escolar, há iniciativas louváveis por parte de docentes mais engajados, que buscam promover a transversalidade em seus componentes curriculares, como em projetos pedagógicos através de estratégias e métodos de trabalhos multidisciplinares, cujos resultados são satisfatórios, sem que haja a necessidade de envolver todos os segmentos de uma mesma unidade escolar ou de docentes de outras disciplinas do currículo.

ENSINO DE GEOGRAFIA E A TRANSVERSALIDADE

A transversalidade abre a possibilidade para que as diferentes áreas do conhecimento possam dialogar sem perder suas especificidades, até mesmo no universo escolar. No Brasil, os temas transversais foram introduzidos no âmbito educacional na década de noventa através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), incluindo temas como meio ambiente, saúde e sexualidade *"(...) que deveriam perpassar por todas as disciplinas do currículo mediante diferentes práticas pedagógicas"* (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p. 126). Neste sentido, o Ensino de Geografia, fundamentado na ciência geográfica no qual emerge de um conjunto de saberes científicos que se completam com outras ciências, traz, em suas práticas pedagógicas, um rol diversificado de atividades teóricas e práticas, sejam elas em espaços formais ou não formais, favorecendo a aprendizagem significativa de temas voltados, principalmente, ao meio ambiente, uma vez que esse é seu objeto de estudos. O enfoque geográfico ao meio ambiente ultrapassa os limites das relações físicas e biológicas, uma vez que estas estão intrinsecamente atreladas às relações humanas envolvidas em seus aspectos sociais e culturais. Diante deste cenário de diversidade de saberes, o Ensino de Geografia se beneficia da transversalidade quando consegue atrelar os conteúdos disciplinares específicos do seu componente curricular com aos de outras disciplinas escolares.

As discussões sobre o meio ambiente no cenário mundial ganhou proporções maiores nas últimas décadas, uma vez que as transformações promovidas pelas ações humanas têm agravado os desequilíbrios biossistêmicos. O conjunto de ações para mitigar as consequências de tais transformações em ambientes naturais ou humanizados devem ser propostas, em primeiro nível, nos espaços de educação formal e não formal, submetendo o conhecimento como meta para alcançar o entendimento e a compreensão dos problemas relacionados ao meio ambiente que, diretamente ou indiretamente, atingem a toda a sociedade. O processo educativo é a chave para entender a dinâmica das relações socioambientais, pois somente através do conhecimento é possível compreender tais relações, a fim de favorecer uma reflexão crítica da realidade e de mudanças de atitudes. Assim, ao trabalhar a transversalidade com o tema meio ambiente, o Ensino de Geografia terá assumido seu papel na educação básica, contribuindo para a formação de jovens cidadãos conscientes de seu papel enquanto parte do biossistema global.

A seguir apresentaremos o projeto experimental e interdisciplinar de pré-iniciação científica, desenvolvido em uma escola pública estadual na disciplina de Geografia

subsidiada pela Educação Ambiental, a partir do tema transversal Meio Ambiente, proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

OBJETIVO

Após constatar significativa quantidade de resíduos sólidos orgânicos gerados durante o preparo das refeições servidas diariamente aos alunos de uma escola pública de tempo integral da cidade de Bauru, implantamos o projeto experimental de pré-iniciação científica com o objetivo de promover o gerenciamento desses resíduos adequando o armazenamento, tratamento e destinação final dos mesmos, a sensibilização e a reflexão sobre a importância da sua destinação adequada, bem como o seu reaproveitamento para a produção de compostos orgânicos sólidos (húmus de minhoca) e líquidos (chorume) livres de patogênicos, para emprego em jardins e hortas caseiras.

Do ponto de vista pedagógico, buscamos investigar qual o grau de importância da pré-iniciação científica no processo de construção do conhecimento e na compreensão de conceitos, relacionados ao tratamento e destinação final dos resíduos sólidos orgânicos domiciliares, pelos sujeitos envolvidos, através do ensino por projeto.

MÉTODO E PROCEDIMENTOS

Tal projeto foi realizado no período de abril de 2012 a outubro de 2013, envolvendo vinte e oito alunos de uma turma do oitavo ano do Ensino Fundamental – Ciclo II da referida escola, sob a orientação da professora-pesquisadora e docente de Geografia.

Sem perder seu caráter científico, a pesquisa aqui apresentada fundamentou-se em uma abordagem qualitativa sob o olhar fenomenológico, na qual foi sendo construída mediante a relação professor-pesquisador e seus alunos, assumindo uma parceria na construção do conhecimento diante do fenômeno observado e o objeto de estudo. A professora-pesquisadora e seus alunos foram os corresponsáveis pela implantação e monitoramento diário do sistema de compostagem caseira por minhocultura, denominado vermicompostagem. Este sistema foi escolhido, pois oferece baixo custo financeiro e requer conhecimento técnico simplificado.

Em meados do mês de maio de 2012, durante duas aulas de Geografia em uma turma do Oitavo Ano do Ensino Fundamental, iniciamos uma discussão com os alunos sobre o lixo gerado na escola, pois o assunto era pertinente à Proposta Curricular do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008), no segundo e no terceiro bimestres. O conteúdo "Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável", permeado ao tema transversal "Meio Ambiente", permitiu tal discussão a partir de alguns questionamentos: Qual é a quantidade de lixo gerado na escola diariamente? Para qual local da cidade esse lixo é destinado para tratamento? Há desperdício de alimentos durante e após as refeições? Mediante as respostas dos alunos, que pouco sabiam informar sobre o lixo gerado na escola, foi realizado um levantamento de seus conhecimentos prévios a respeito de alguns conceitos básicos envolvendo tal assunto, como os tipos de resíduos gerados na escola, e a destinação e tratamento adequados para esses resíduos, neste caso ao aterro sanitário ou a compostagem. Constatamos que apenas alguns alunos mencionaram conhecer os termos "aterro sanitário" e "compostagem", embora não sabiam explicá-los.

Como primeira atividade, realizamos uma visita à cozinha da escola, a fim de verificar previamente a quantidade de resíduos orgânicos gerados no preparo das refeições

servidas diariamente aos alunos da escola. Mediante depoimento das cozinheiras, foi possível constatar que era grande a quantidade gerada diariamente desses resíduos e que os mesmos eram acondicionados em recipientes fechados e depois recolhidos por um criador de porcos, duas vezes na semana. Ao retornarmos à sala de aula, retomamos a discussão e, propositalmente, fizemos o seguinte questionamento: O que podemos fazer para reaproveitar os resíduos orgânicos gerados na cozinha da merenda escolar? Uma aluna respondeu: *Por que não fazemos compostagem?* Mesmo assim, continuamos a perguntar: Mas como faremos? Qual método será mais eficiente? Como as dúvidas eram muitas, sugerimos que todos pesquisassem a respeito, para que pudessem contribuir na elaboração de um projeto reaproveitando os resíduos orgânicos gerados durante o preparo das refeições servidas a eles diariamente na escola. Ao promover tais discussões buscamos motivar os alunos a perceberem a realidade e a identificarem um problema passível de solução, adotando uma postura de mediação na construção do conhecimento e, através de uma experiência prática, promover a compreensão de conceitos, favorecendo as interações sociais em busca de novos saberes e a autonomia.

Na aula da semana seguinte os alunos apresentaram suas propostas para elaboração coletiva do projeto, cujo objetivo geral foi determinado em comum acordo: promover o reaproveitamento dos talos de verduras e das cascas dos legumes descartados durante o preparo das refeições servidas diariamente aos alunos da Escola de Tempo Integral, através do sistema de Compostagem Caseira por Minhocultura (vermicompostagem), na produção de composto orgânico sólido (húmus de minhoca) e líquido (chorume) livres de patogênicos, para emprego em jardins e hortas caseiras.

Estabelecemos as etapas do projeto e as respectivas atividades a serem realizadas: (1) quantificação diária dos resíduos gerados durante o preparo das refeições; (2) aquisição dos materiais necessários para montagem da composteira; (3) monitoramento da composteira; (4) visita técnica a uma horta orgânica no município; (5) divulgação do projeto aos alunos da escola e à comunidade. Para realizar as tarefas de quantificação diária dos resíduos e monitoramento da composteira, organizamos a turma em sete grupos de quatro alunos, no qual cada grupo seria responsável pela coleta de dados semanalmente, com registros em fichas de controles específicas, elaboradas coletivamente. Identificamos os materiais necessários para implantação da composteira: kit composteira contendo três caixas plásticas com tampa; kit jardinagem; termômetro profissional; prancheta; bacia plástica e balde plástico, ambos para quantificar os resíduos em litros, pois, para quantificar por peso precisaríamos de uma balança, equipamento indisponível na escola. Os recursos financeiros foram subsidiados pela venda de doces em uma barraca da festa junina realizada na escola no mês de junho de 2012.

Decidimos que a coleta de dados ocorreria diariamente logo após o almoço, de segunda a sexta-feira, das treze horas e trinta minutos até às quatorze horas. Esta etapa do projeto iniciou-se no dia dezoito de agosto e estendeu-se até o dia nove de novembro de 2012. Durante sete semanas orientamos e acompanhamos os grupos de alunos no primeiro dia de coleta de dados, sempre às segundas-feiras, cuja tarefa era a de quantificar em litros os resíduos gerados na cozinha escolar, o total de refeições preparadas e o cardápio diário, registrando os dados em Fichas de Controle. A princípio após a quantificação, os resíduos eram descartados totalmente, pois, naquele momento, não tínhamos a composteira para fazer a destinação e o tratamento dos mesmos.

As caixas plásticas utilizadas no sistema de compostagem foram doadas por uma empresa de ferramentaria da cidade e o termômetro foi emprestado do laboratório de

bioquímica de uma escola privada do bairro. Na primeira semana de setembro iniciamos a segunda etapa do projeto. As minhocas californianas (*Eisenia foetida),* ideais neste tipo de sistema, foram adquiridas de uma empresa especializada em vermicompostagem e a montagem da composteira ocorreu em sala de aula, sob os olhares curiosos dos alunos.

No dia três de setembro iniciamos o monitoramento da composteira, que se estendeu até o dia nove de novembro de 2012, sempre no mesmo horário pré-estabelecido. Os sete grupos se revezavam semanalmente e eram responsáveis tanto pela quantificação dos resíduos gerados na cozinha da merenda escolar e identificação dos pratos do cardápio das refeições, bem como pelo monitoramento da composteira. Após observações, os alunos registravam na ficha de controle o horário da coleta, a temperatura ambiente, a temperatura do composto orgânico (húmus de minhoca), a umidade, a quantidade de resíduos destinados na composteira, o cheiro se agradável ou desagradável e outras observações, se necessárias.

Toda segunda-feira orientávamos e acompanhávamos os grupos nas tarefas de coletas de dados, para que eles pudessem seguir sozinhos os dias subsequentes da semana, na qual eram responsáveis pelo controle e monitoramento da composteira, motivando-os na solução de problemas caso viessem a ocorrer, desenvolvendo assim, competências e habilidades para realizar a coleta de dados, favorecendo a autonomia.

A visita técnica a uma horta orgânica no município foi previamente programada. Ao chegarmos à propriedade rural fomos recepcionados pela empresária, que conversou com os alunos sobre as técnicas agrícolas e os benefícios desse tipo de produção e, posteriormente, observaram *in loco* como é o processo de cultivo das hortaliças e dos legumes no sistema orgânico. Os custos com o transporte para essa atividade pedagógica de campo foi financiado pelo programa PRODESC – Projetos Descentralizados da Secretaria da Educação de São Paulo.

A coleta e a sistematização dos dados são partes imprescindíveis em uma pesquisa, assim como em um projeto de pré-iniciação científica. Com o objetivo de valorizar o trabalho de coleta de dados durante a quantificação da geração de resíduos e do controle e monitoramento da composteira, os alunos foram orientados a realizarem a tabulação dos mesmos, que será importante fonte de dados para futuros projetos de Educação Ambiental na escola.

Durante o desenvolvimento do projeto os alunos envolvidos responderam dois questionários com questões estruturadas, cujas perguntas se repetiram em ambos, a fim de identificar os conhecimentos prévios e os conhecimentos compreendidos por eles durante o processo de ensino sobre o assunto em questão, e as respostas foram posteriormente analisadas sob o enfoque fenomenológico.

A divulgação do projeto ocorreu em duas situações: primeiro em espaço não formal, em dois eventos na cidade sobre meio ambiente e sustentabilidade: no Festival de Tecnologia e Inteligência Ecológica – FESTIECO, em junho de 2012 e na Festa da Ciência, em outubro de 2013. No espaço escolar a divulgação ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2012 e fevereiro e março de 2013, envolvendo alunos, professores, funcionários e a comunidade.

DISCUSSÃO

Por tratar-se de uma pesquisa em andamento, apresentaremos os resultados parciais referentes aos dados analisados até o presente momento.

O controle e monitoramento da composteira realizado semanalmente pelos grupos de alunos, sob a orientação da professora-pesquisadora e docente de Geografia, resultaram

na coleta de dados que subsidiaram a quantificação dos resíduos sólidos orgânicos gerados durante o preparo das refeições servidas aos alunos da Escola de Tempo Integral – ETI, assim como as observações diárias quanto a temperatura ambiente, a temperatura do composto orgânico, e o controle da destinação dos resíduos na composteira.

A opção por quantificar o volume dos resíduos gerados na cozinha da escola em litros ocorreu por dois motivos: pela inexistência de uma balança para pesagem dos resíduos e por considerar o volume da capacidade da composteira em litros. Assim, como consta no Quadro 1, a média do volume de resíduos gerados por dia foi de 11,4 litros, equivalente ao período de trinta e oito dias, ressaltando que a coleta foi realizada semanalmente, de segunda a sexta-feira, pois as atividades escolares são suspensas aos sábados e domingos. Em cinquenta e quatro dias de levantamento dos dados, constatou-se que foram preparadas e servidas aos alunos da ETI uma média diária de duzentas e oitenta e quatro refeições, gerando uma média de quatrocentos e trinta e três litros e setenta mililitros de resíduos sólidos orgânicos nesse período.

Quadro 1- Quantificação dos Resíduos Orgânicos Gerados na Cozinha da Escola de Tempo Integral (litros)

RESÍDUOS GERADOS NA PREPARAÇÃO DAS REFEIÇÕES SERVIDAS AOS ALUNOS DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL 2012 Período de 13/08/2012 a 09/11/2012				
GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS			REFEIÇÕES PREPARADAS	
Total de dias* (Coleta de dados)	Total (litros)	Média Diária (litros)	Total de dias (Coleta de dados)	Média Diária (Refeições/unidades)
38	433,70	11,41	54	284,25

* Os resíduos gerados durante quatorze dias, entre 31/08/2012 e 21/09/2012, não foram considerados, pois, grande parte dos mesmos foram dispostos na lixeira comum pelas cozinheiras, prejudicando a coleta de dados.

Fonte: FRANCELIN, Lismaria Polato (Org.), 2013.

Quadro 2- Monitoramento da Composteira Caseira por Minhocultura no período de setembro a novembro de 2012

MONITORAMENTO DIÁRIO DA COMPOSTEIRA DOMÉSTICA POR MINHOCULTURA Período de 03/09/2012 a 09/11/2012					
Temperatura Ambiente – TA* (Grau Celsius)		Temperatura do Composto Sólido (húmus) – TC** (TH) (Graus Celsius)		Disposição de Resíduos na Composteira (Litros)	
Total de dias (24/09/12 a 09/11/12)	Média diária de Temperatura (Grau Celsius)	Total de dias (01/10/12 a 09/11/12)	Média diária de Temperatura (Grau Celsius)	Total de dias (03/09/12 a 07/11/12)	Média diária de Resíduos (Litros)
24	29,16^{0}C	27	25,70^{0}C	29	2,05 litros

*TA – Temperatura Ambiente

**TC ou TH – Temperatura do Composto Sólido ou Temperatura do Húmus

Fonte: FRANCELIN, Lismaria Polato (Org.), 2013.

No Quadro 2 foram registrados os resultados referentes ao monitoramento da composteira doméstica instalada na ETI, realizado no período de setembro a novembro de 2012. Constatou-se que a média diária de temperatura ambiente e do composto sólido (húmus de minhoca) se

mantiveram próximas, pois, tratou-se de um período correspondente a estação da primavera com temperaturas elevadas durante o dia e um pouco mais amenas durante a noite, comuns nesse período do ano. Segundo Fiori (2004), as temperaturas ideais para as minhocas da espécie *Eisenia foetida* (Vermelha da Califórnia) devem variar entre 15 e 20º C, por serem originárias de região localizada em média latitude. Por causa dos dias muito quentes para a estação e associado ao excesso de umidade na composteira, ocorreram episódios de *stress* das minhocas, que subiram pelas paredes da caixa digestora tentando evadir o composto. Foi necessário adotar algumas medidas para solucionar o problema, entre eles, revolver periodicamente o composto e diminuir a destinação de cascas de pepinos na caixa digestora, por conter grande quantidade de água. Outro fator responsável pelo excesso de calor decorreu das instalações onde a composteira foi colocada, nas dependências do banheiro feminino da escola, ambiente este pouco ventilado. Para amenizar o problema foi necessário aumentar o número de furos na tampa e nas caixas digestoras. Após terem sido tomadas as medidas necessárias, a temperatura e a umidade foram amenizadas transcorrendo dentro da normalidade, garantindo a sobrevida das minhocas e a produção dos compostos sólido e líquido.

Após o término do projeto na ETI em 2013, a composteira doméstica está sendo monitorada pela professora-pesquisadora em sua residência, mantendo os mesmos procedimentos de monitoramento adotados em ensaio realizado enquanto a mesma esteve no ambiente escolar, destinando somente os resíduos orgânicos, como os talos de verduras e as cascas de legumes gerados por uma família de cinco pessoas.

Os resultados das análises químicas apontam para a presença de importantes micro e macronutrientes, além de informações sobre a relação carbono e nitrogênio e o potencial hidrogeniônico (pH), nos compostos sólido e líquido, como constam nos quadros abaixo:

Quadro 3- Composição química (macronutrientes) de uma amostra do Composto Orgânico Sólido gerado pelo processo de vermicompostagem caseira.

RESULTADOS DE ANÁLISES QUÍMICAS DE MATERIAL ORGÂNICO (Vermicomposto) (MAPA - SP - 61453-0)										
AMOSTRA(S)		N Nitrogênio	P_2O_5 Óxido de fósforo	K_2O Óxido de Potássio	Ca Cálcio	Mg Magnésio	S Enxofre	U-65ºC	MO Matéria Orgânica	C Carbono
Labor.	Amostra	---------- porcentagem ao natural ----------								
248	Composto Sólido	0,4	0,2	1,1	0,1	0,1	0,0	76,0	13,0	7,0

Fonte: Laboratório de Fertilizantes e Corretivos do Departamento de Solos e Recursos Ambientais – Faculdade de Ciências Agronômicas/UNESP - Botucatu.

Quadro 4- Composição química (micronutrientes) de uma amostra do Composto Orgânico Sólido gerado pelo processo de vermicompostagem caseira.

RESULTADOS DE ANÁLISES QUÍMICAS DE MATERIAL ORGÂNICO (Vermicomposto) (MAPA - SP - 61453-0)										
AMOSTRA(S)		Na Sódio	B Boro	Cu Cobre	Fe Ferro	Mn Manganês	Zn Zinco		C/N	pH
Labor.	Amostra	----------**mg./Kg ao natural ----------							ao natural	
248	Composto Sólido	151	ND	7	513	27	6		17/1	7,8

**Teores Totais
N/D Não determinado
OBS: Amostras coletadas pelo interessado e serão armazenadas por 30 dias.

Fonte: Laboratório de Fertilizantes e Corretivos do Departamento de Solos e Recursos Ambientais – Faculdade de Ciências Agronômicas/UNESP - Botucatu.

Quadro 5- Composição química (macronutrientes) de uma amostra do Composto Orgânico Líquido gerado pelo processo de vermicompostagem caseira.

RESULTADOS DE ANÁLISES QUÍMICAS DE MATERIAL ORGÂNICO (Vermicomposto) (MAPA - SP - 61453-0)										
AMOSTRA(S)		N Nitrogênio	P_2O_5 Óxido de fósforo	K_2O Óxido de Potássio	Ca Cálcio	Mg Magnésio	S Enxofre	U-65ºC	MO Matéria Orgânica	C Carbono
Labor.	Amostra	---------- *grama/Litro ao natural ----------								
249	Composto Líquido	0,4	0,8	9,8	0,2	0,1	0,2	---	12,0	7,0

Fonte: Laboratório de Fertilizantes e Corretivos do Departamento de Solos e Recursos Ambientais – Faculdade de Ciências Agronômicas/UNESP - Botucatu.

Quadro 6- Composição química (micronutrientes) de uma amostra do Composto Orgânico Líquido gerado pelo processo de vermicompostagem caseira.

RESULTADOS DE ANÁLISES QUÍMICAS DE MATERIAL ORGÂNICO (Vermicomposto) (MAPA - SP - 61453-0)										
AMOSTRA(S)		Na Sódio	B Boro	Cu Cobre	Fe Ferro	Mn Manganês	Zn Zinco		C/N	pH
Labor.	Amostra	----------**mg./L ao natural ----------							ao natural	
249	Composto Líquido	97	ND	1	41	2	0		17/1	9,1

**Teores Totais
N/D Não determinado
OBS: Amostras coletadas pelo interessado e serão armazenadas por 30 dias.

Fonte: Laboratório de Fertilizantes e Corretivos do Departamento de Solos e Recursos Ambientais – Faculdade de Ciências Agronômicas/UNESP - Botucatu.

Segundo orientações técnicas de Kiehl (1985), quando a relação carbono e nitrogênio (C/N) do composto orgânico atingirem os valores entre 17,0 e 20,0/1, indica que o tempo de maturação do composto encontra-se na fase ideal para ser introduzido ao solo ou aplicado em pulverização nas plantas. O potencial hidrogeniônico (pH) do solo é o indicador que define a acidez e/ou alcalinidade, podendo variar em uma escala de zero a 14,0. Quando apresentar valor igual a 7,0 indica neutralidade, abaixo do mesmo valor é considerado ácido, e alcalino (básico) quando estiver entre os valores 8,0 a 14,0. Assim, diante dos resultados das análises químicas realizadas, ambos os compostos orgânicos estão estabilizados e prontos para serem utilizados como adubo natural, pois apresentam relação C/N de 17/1 nas duas amostras e pH 7,8 para o composto sólido e 9,1 para o composto líquido, atingindo níveis satisfatórios de suas propriedades benéficas.

A fim de avaliar o grau de importância da pré-iniciação científica no processo de construção do conhecimento e na compreensão de conceitos através do ensino por projeto, selecionamos algumas perguntas e respostas dos sete grupos de alunos envolvidos, obtidas mediante a aplicação de dois questionários, que foram aplicados no início e no término das atividades, cujas perguntas se repetiram em ambos os momentos.

Notou-se nas respostas dadas pelos alunos dos Grupos 2 e 3 para a pergunta 'Como vocês avaliam o ensino e a aprendizagem quando esses ocorrem na forma de projetos?'. Foi quase unânime o consenso entre os alunos de que o ensino por projetos é um método atraente e motivador para a aprendizagem, assim como a percepção dos alunos do Grupo 6 para o ensino interdisciplinar, quando afirmam ser *"Ótima, pois aprendemos com esse projeto que (...) as matérias de ensino teórico (...) estão juntas nesse projeto"*. É possível identificar nas respostas dos alunos dos Grupos 6 e 7 dois aspectos relevantes sobre a abordagem de temas

tratados em dois diferentes tipos de aulas, as expositivas tradicionais e as aulas em espaços não escolares. O primeiro como aulas pouco atraentes, enquanto que o segundo desperta a motivação e o prazer em aprender, porém, este último é muito confundido pelos alunos como passeio e não como uma aula em espaço não escolar. Esta é uma questão que deve ser repensada pelos educadores quando propõem aulas em espaços não escolares, deixando claro para os alunos que os procedimentos de ensino podem ocorrer tanto em espaços de educação formais, como a escola, ou em espaços não escolares como em museus, centros de ciências ou até mesmo em ambientes rurais como a visita realizada na Horta Orgânica, sem perder o propósito pedagógico dessas atividades. Cabe ressaltar que as aulas expositivas são necessárias e não devem extinguir-se do contexto escolar, pois fundamentam e complementam outros procedimentos didáticos, até mesmo as aulas em espaços não escolares.

Ao solicitar que conceituassem resíduos sólidos orgânicos domiciliares, os alunos dos Grupos 2 e 6, apesar de responderam corretamente a pergunta no início do projeto, foram capazes de reformularem a resposta inicial, demonstrando maior apreensão desse conceito, confirmando a eficiência das atividades pedagógicas concretas com objetivo de promover uma aprendizagem significativa. Apenas os alunos do Grupo 5 demonstraram conhecer o conceito solicitado no primeiro momento quando responderam: "*Os resíduos sólidos orgânicos são os restos de alimentos, cascas e legumes, (...) que nós precisamos para a nossa composteira.*". Os alunos do Grupo 7 apesar de registrarem o desconhecimento ao referido conceito no primeiro questionário: *"Não sabemos"*, conseguiram, no segundo momento, responder corretamente: *"São restos de alimentos: cascas, verduras etc."*, embora apresentando pouca complexidade.

Ao ler as respostas do primeiro e do segundo questionários, cuja pergunta refere-se ao conceito de compostagem, podemos constatar que o vocabulário dos alunos foi enriquecido com termos técnicos, como degradação, resíduos orgânicos, húmus, biofertilizante, composto orgânico, compostagem, minhocultura, reutilização, até então incomuns ou desconhecidos por eles. Na resposta dos alunos do Grupo 5 quando empregam a palavra 'compor' no Questionário 1, demonstraram dúvida sobre o conceito decomposição orgânica, embora tenha sido substituída corretamente pelo termo decomposição no Questionário 2 para a mesma pergunta, supondo que tenham compreendido tal conceito. A breve análise dos dados confirmam a reelaboração de conceitos mais complexos, se comparadas as respostas sobre o conceito de compostagem dos Questionários 1 e 2, cujas percepções e reflexões promoveram mudanças dos saberes do senso comum em saberes escolares, fundamentados estes, nos saberes científicos.

Não é difícil constatar que o tema lixo é comum tanto nos espaços escolares e não escolares, como também na mídia, alertando inclusive para os impactos ambientais provocados pelo excesso de consumo e pela geração de resíduos. No entanto, ao tratar desse assunto em ambas as situações, percebemos certa superficialidade, em que os saberes científicos relacionados ao tema são muitas vezes incompreendidos, produzindo um efeito pouco significativo nas ações individuais e coletivas, a fim de mitigar os problemas ambientais provocados pela geração de resíduos. Por isso, ao tratar assuntos relacionados ao meio ambiente, principalmente nos espaços escolares e não escolares, é importante priorizar os saberes escolares aproximando-os dos saberes científicos, para que os conceitos relacionados aos temas ambientais sejam melhores compreendidos pelos alunos, a fim de promover a sensibilização frente aos problemas ambientais, cuja reação provoque mudanças de atitudes e ações conjuntas para solucioná-los ou, ao menos, amenizá-los.

Durante a elaboração e execução do projeto Compostagem Caseira por Minhocultura, enfrentamos várias dificuldades, felizmente, todas contornáveis. A primeira delas, no âmbito pedagógico, foi tentar conciliar o número de aulas da disciplina de Geografia, quatro por

semana, com as atividades do projeto, pois era necessário cumprir bimestralmente com os conteúdos curriculares programados para o ano/série, assim, não poderíamos utilizar todas as aulas de Geografia para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao projeto. O segundo, no âmbito profissional, pois foram muitas horas extras dedicadas em atividades pedagógicas não remuneradas, além da carga horária obrigatória de vinte e seis aulas semanais. As orientações aos grupos, a visita técnica a horta orgânica e a divulgação do projeto aconteceram no período inverso ao da carga horária de trabalho semanal da professora pesquisadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do ensaio experimental podemos concluir, até o presente momento, que o sistema de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos implantado na ETI no segundo semestre de 2012, demonstrou viabilidade e funcionalidade para o gerenciamento e tratamento desses resíduos sob o sistema de vermicompostagem caseira. Foram produzidos, aproximadamente, dezoito litros de composto orgânico sólido (húmus de minhoca), mediante os cinquenta e nove litros de resíduos orgânicos dispostos na composteira doméstica para tratamento, contribuindo para a destinação correta desses resíduos. O composto orgânico derivado desse sistema foi distribuído nos eventos de divulgação do projeto para ser utilizado como adubo orgânico em jardins e hortas caseiras.

A escolha por grupos de trabalhos proporcionou a interação e integração dos conhecimentos, pois sabemos que a aprendizagem ocorre em momentos diferentes para cada indivíduo e a socialização é fundamental no processo ensino e aprendizagem. A avaliação é constante nesse processo, não apenas para diagnosticar a aprendizagem dos alunos, mas, sobretudo, para promover a reflexão do próprio trabalho docente.

O método de ensino por projeto contribuiu para a construção de novos conceitos, bem como para a apreensão de conceitos ainda não compreendidos pelos alunos. Todavia, vale ressaltar que nem todos os grupos de alunos envolvidos no projeto apresentaram as mesmas habilidades e competências durante as atividades realizadas, demonstrando, assim, que nem todos se encontravam no mesmo nível cognitivo.

A autonomia esteve presente em todas as etapas do desenvolvimento das atividades, nas quais os grupos de alunos se depararam com situações-problema em que foram instigados a solucioná-los, sob a responsabilidade de garantir a continuidade dos trabalhos, cumprindo com o compromisso pela coletividade e por uma escola mais sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012**. Disponível em: <http://a3p.jbrj.gov.br/pdf/ABRELPE%20%20Panorama2012.pdf> Acesso em: 14 maio 2014.

BAURU. **Diagnóstico**: Plano Municipal de Saneamento Básico. Produto 2 - Variável de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos 2013/2014. Disponível em: <http://www.bauru.sp.gov.br/secretarias/sec_meioambiente/plano-residuos.aspx>. Acesso em: 12 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. Apresentação dos temas transversais e ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de gestão de resíduos sólidos**: manual de orientação. Brasília: MMA, 2012. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/182/_

arquivos/manual_de_residuos_solidos3003_182.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.
CETESB. **Utilização de minhocas na produção de composto orgânico**. São Paulo: CETESB, 1987.
FIORI, Antonieta Aparecida. Minhocultura. **Boletim Técnico**. Campinas: CECOR – SAA/CATI, n. 242, 2004.
IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**: manejo de resíduos sólidos: Tabela 90. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/tabelas_pdf/tab090.pdf>.
Acesso em: 10 maio 2014.
_____. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**: manejo de resíduos sólidos: Tabela 92. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/tabelas_pdf/tab092.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
_____. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**: manejo de resíduos sólidos: Tabela 93. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/tabelas_pdf/tab093.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados do Universo**: censo demográfico 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.
_____. **Dados População de Bauru**. Cidades@, 2013. Disponível em:<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=350600>. Acesso em: 13 maio de 2014.
IPEA. **Plano de resíduos sólidos**: diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores. Comunicados do IPEA, n. 145, 25 de abril de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120425_comunicadoipea0145.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.
MOREIRA, Daniel Augusto Moreira. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.
KHIEHL, Edmar José. **Fertilizantes orgânicos**. São Paulo: Agronômico Ceres, 1985.
LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
ONU. Organização das Nações Unidas. **Rio+20 O Futuro que Queremos**: fatos sobre as cidades/Junho de 2012. Disponível em: <www.onu.org.br/rio20/cidades.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.
PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PHILIPPI JR., Arlindo. Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental. In: _____. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 4-12.
PERRENOUD, Phillipe. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artimed, 1999.
SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Proposta curricular do Estado de São Paulo**: geografia (ensino fundamental e médio). Coord. Maria Inês Fini. São Paulo: SEE, 2008.
TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
UNFPA BRASIL. Fundação das Nações Unidas para População. **Relatório sobre a situação da população mundial 2011**. Disponível em: <http://www.un.cv/files/PT-SWOP11-WEB.pdf>. Acesso em: 12 maio 2014.

COMUNICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: O PAPEL DA SAA NA VIDA DO PRODUTOR RURAL

COMMUNICATION IN RURAL STATE OF SÃO PAULO: THE ROLE OF SAA IN THE LIFE OF FARMERS

Antonio Francisco Magnoni[1]
Rafaela Rosa de Melo[2]

RESUMO: Este artigo científico é baseado nos primeiros estudos realizados para compreender o sistema institucional de comunicação utilizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), as estratégias profissionais e os sistemas de difusão utilizados para produzir e divulgar informações instrutivas e notícias especializadas dirigidas aos grandes, médios e pequenos produtores agropecuários.

Palavras-chave: Extensionismo; comunicação rural; economia rural

ABSTRACT: This scientific paper is based on the first studies to understand the institutional system of communication used by the Department of Agriculture and State of São Paulo (SAA), the professional strategies and dissemination systems used to produce and disseminate instructional information and specialized news addressed to large, medium and small agricultural producers.

Key words: Extensionism; rural communication; rural economy

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária brasileira subiu 3,6% no primeiro trimestre de 2014. Entre 2001 e 2012, a agricultura cresceu em média 4% ao ano, enquanto a indústria e o setor de serviços cresceram menos, 2.7% e 3.6%, respectivamente. Este também foi um período em que a economia brasileira registrou seu melhor desempenho nos últimos trinta anos. Enquanto o Brasil cresceu na última década, em média, 3.5% ao ano; na década de 1990, a economia nacional expandiu em um ritmo menor (2.5% a.a.) e, nos anos 1980, de forma ainda mais fraca (1.6% a.a.).

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que 2014 é o ano da agricultura familiar. No Brasil, o setor engloba 4,3 milhões de unidades rurais produtivas (84% do total) e 14 milhões de pessoas trabalhando, o que representa em torno de 74% do total das ocupações laborais distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total nacional).

1 É jornalista, professor do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento e das disciplinas Jornalismo Radiofônico e Projetos Experimentais no Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC/UNESP de Bauru. É pós-doutor pela Universidad Nacional de Quilmes - Argentina, em Indústrias Culturais: análise do projeto Brasil-Argentina de implantação nipo-brasileira de TV Digital; doutor em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC-UNESP - Marília, SP) e membro do Conselho Consultivo do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). E-mail: afmagnoni@faac.unesp.br

É jornalista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em TV Digital Informação e Conhecimento - Linha de Pesquisa Educação Assistida, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: rafaelarosademelo@gmail.com

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014

A produção da agricultura e da pecuária familiar se destina basicamente ao abastecimento local das populações urbanas. Significa um reforço importante para a segurança alimentar e nutricional do país, além de contribuir para a conservação de hábitos e de espécies alimentares tradicionais, consumidas nas diversas regiões brasileiras. Instituições públicas como a Embrapa consideram a preservação e o desenvolvimento das abundantes atividades do setor rural familiar como um grande desafio nacional.

Técnicos e pesquisadores da Embrapa, das Universidades, das Secretarias Estaduais de Agricultura e Pecuária trabalham com metodologias que buscam compreender as necessidades específicas e colaborar com o aprimoramento do manejo produtivo, com a seleção, melhoramento genético e tecnológico das espécies alimentares produzidas, seja elas vegetais ou animais. O objetivo é assegurar o desenvolvimento produtivo e econômico dos grupos familiares, preservar a agricultura, pecuária familiar e o patrimônio cultural brasileiro. O Censo 2010 do IBGE registrou que mais de 29 milhões de pessoas vivem em área rural no Brasil, cerca de 15% da população nacional, enquanto as cidades somam mais de 160 milhões de habitantes (84,35%).

A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA NA ECONOMIA PAULISTA

No Estado de São Paulo, apenas 4,06% dos habitantes ainda vivem na zona rural. Em 2013, o setor agropecuário paulista admitiu 253.494 trabalhadores com carteira assinada. O cultivo de lavouras temporárias e permanentes respondeu por 57,4% deste total de contratações regulares. O modelo de produção agropecuária capitalista e com matriz agroexportadora globalizada, que atualmente é denominado de agronegócio, adquiriu formato definitivo durante o "milagre brasileiro". A ditadura militar, desde meados dos anos 1960, passou a considerar as atividades agropecuárias como estratégicas para o desenvolvimento econômico e contribuiu para a ocupação dos vazios demográficos em extensas regiões fronteiriças do centro-oeste e norte do país.

As grandes extensões agropecuárias passaram a adquirir abrangência nacional, agregar maior capacidade e qualidade produtiva, competitividade interna e externa, registrou ampla diversificação e crescimento constante do rol de atividades derivadas do setor rural. A produção derivada da terra ampliou em âmbitos regionais e nacional, a relevância social, econômica e política.

Gonçalves Neto (1997, p. 78), ressalta que na década de 1970 ocorreu uma profunda mudança de orientação do modelo de desenvolvimento agropecuário, que passou a ser induzido principalmente pela política de créditos facilitados para os proprietários rurais, seguindo a esteira do notável desenvolvimento urbano-industrial daquela época. A produção rural brasileira passou a responder por demandas gerais da macroeconomia, enquanto seus diversos sistemas produtivos foram largamente ampliados em todo o território nacional, todas as atividades do setor foram modernizadas e passaram por profundas alterações das técnicas e dos modos de trabalho e de produção.

A intensificação da ocupação agropecuária em áreas "virgens" do território brasileiro foi possível graças ao crescimento intensivo do uso da tecnologia mecânica, de adubos, defensivos químicos, do desenvolvimento científico de cultivos para solos com pouca fertilidade para aquelas espécies, ou até em áreas consideradas inadequadas para o plantio de diversos tipos de grãos.

O aumento da pesquisa e da assistência técnicas públicas foi decisivo para mudar as configurações do mapa agropecuário brasileiro. Desde o início da colonização

portuguesa, a população e as principais atividades produtivas haviam se concentrado ao longo das faixas litorâneas mais acessíveis. Primeiro em territórios da zona da mata nordestina, depois nas porções de Mata Atlântica do sudeste e sul, ou em algumas poucas áreas de transição para o cerrado, no interior de São Paulo e de Minas Gerais.

Os anos 1970 foram marcados pela intensificação conjugada de êxodo e de migração da população rural. A maior parte das famílias de sitiantes, de meeiros e arrendatários do interior paulista foi tangida pelas transformações bruscas do mundo roceiro que foi tentar a sorte nos polos industriais paulistas. A abertura das regiões de cerrado e da Amazônia atraiu famílias de todas as regiões de colonização antiga e fez brotar novos povoados e cidades em frentes de atividades madeireiras, agropecuárias e até mineradoras.

O regime militar investiu na modernização e intensificação da produção agropecuária no Brasil, com volumosos financiamentos para compra de equipamentos para cultivo extensivo, como tratores, arados, grades, semeadoras, colhedoras de grande desempenho, pulverizadores e insumos químicos para diversas finalidades. A expansão da economia rural também passou a ser continuamente alimentada pela intervenção estratégica dos primeiros centros públicos nacionais e estaduais de pesquisa e assistência agropecuária, pela intensificação da mecanização e o uso de novos insumos químicos, e pelas vitais ofertas de crédito rural subsidiado pelo Estado brasileiro.

Com o cultivo de novas espécies exóticas de pastagens, praticamente em todas as regiões brasileiras, houve acentuado aumento da pecuária de leite e de corte. A expansão "colonizadora" mais notável ocorreu nas áreas do cerrado do centro-oeste e em áreas de transição para a região Amazônica e para o Nordeste, como o Sul do Pará, Maranhão e Norte da Bahia. A criação de "programas nacionais de desenvolvimento" com subsídios oficiais beneficiaram certas regiões e algumas atividades agroindustriais específicas. Favoreceram a concentração da propriedade da terra e transformaram grande parte dos trabalhadores rurais em assalariados precários, conhecidos como "bóias frias", que ainda colhem as monoculturas da cana para açúcar e álcool, da laranja e dos cereais alimentícios na maior parte das lavouras brasileiras.

É herança dos "programas agropecuários e agroindustriais" dos militares: o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), o PRONAGEM (Programa Nacional de Armazenagem), o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste), o PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), o POLOAMAZÔNIA (Programa de Desenvolvimento da Amazônia), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados).

A nova política de desenvolvimento rural proporcionou um relativo apoio aos produtores concedendo-lhes crédito para melhorar a infraestrutura produtiva e criou órgãos de pesquisa e de assistência rural. Martine e Garcia (1987, p.22) explicam que a decisão dos militares, de investir em agronegócio viabilizou o novo modelo agrícola baseado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais, no aumento das exportações de produtos agrícolas. Desde a década de 1970, a oferta de crédito rural se transformou no principal fator de alimentação dos movimentos mudancistas nas populações rurais das diversas regiões brasileiras.

Tão importante quanto à oferta governamental de crédito abundante e subsidiado, foi à criação pelo governo federal, de estruturas públicas para o desenvolvimento de pesquisas especializadas voltadas para o amplo aprimoramento produtivo que atendesse uma grande variedade de atividades rurais. Os modelos de produção agropecuários brasileiros passaram a ser cada vez mais tecnificados, especializados e globalizados. A

"nova ordem rural" exigia intenso incremento das estratégias de capacitação tecnológica, profissional e estimulou a renovação cultural de uma extensa e diversificada cadeia produtiva, que passou a agregar cada vez mais atores sociais e a exigir complexidade estrutural, profissional econômica e técnico-científica.

Com a expansão nacional da economia agropecuária, despontou durante a ditadura militar, a necessidade de se criar novas estratégias, meios, normas de extensão e de comunicação rural para dialogar com a população rural e urbana abrangidas pela intensificação e diversificação do setor. O estado de São Paulo, devido a sua grande população distribuída em mais de 500 municípios, sempre procurou conjugar atividades agropecuárias altamente produtivas, com polos industriais concentrados em regiões metropolitanas. Exatamente, pela grande infraestrutura industrial presentes em diversas regiões paulistas, que foi possível desenvolver no estado, uma grande cadeia de processamento de produtos agropecuários, que fortaleceu ainda mais a economia agroindustrial e o agronegócio paulista.

Diante de um cenário propício para o desenvolvimento capitalista, o governo estadual criou a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), que passou a desenvolver por meio de suas "Casas da Agricultura", a assistência técnica, extensão, gestão rural, agroindustrial, a articular políticas, realizar fiscalização de defesa sanitária e ambiental prestados aos produtores agropecuários.

Os instrumentos extensionistas e de comunicação passaram a divulgar e a estabelecer a interlocução entre pesquisadores técnicos, administradores e economistas de instituições universitárias e de órgãos públicos estaduais e federais junto aos diversos segmentos como os produtores agropecuários. Os setores transformadores agroindustriais, estabelecimentos creditícios, de distribuição comercial interna, externa, e as diversas categorias de trabalhadores rurais passaram a sentir na vida cotidiana, as ações mudancistas promovidas por governos autoritários, mas que implementaram projetos desenvolvimentistas e modernizadores, em vários setores produtivos nacionais.

Essas mudanças demandaram meios eficazes de comunicação e de extensão, para alcançar transversalmente as populações urbanas distribuídas pela maioria dos municípios paulistas, que abrigam enormes contingentes sociais e que são extremamente dependentes da produtividade da economia rural de matéria-prima, ou das indústrias agroprocessadoras.

O investimento em recursos e em profissionais capacitados para realizar o planejamento e a difusão de novos conhecimentos e de práticas produtivas para induzir melhoramentos rurais, a partir da aplicação dos resultados derivados das pesquisas realizadas pelas equipes de especialistas e de técnicos financiados pelo Estado, foi fundamental para sustentar as atividades governamentais e também acadêmicas de extensão e de comunicação rural.

A preocupação imediata dos governos militares era assegurar o abastecimento de alimentos, para uma população que havia se urbanizado acentuadamente e registrava rápido crescimento demográfico. Por outro lado, era preciso sustentar a exportação agrícola e pecuária, uma produção estratégica de *commodities* para gerar divisas e equilibrar a balança comercial brasileira.

O PAPEL DA SAA NA COMUNICAÇÃO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Atualmente a SAA é protagonista em diversas áreas da produção de alimentos e de matérias-primas de origem animal e vegetal, também é estratégica na definição de políticas de abastecimento e de segurança alimentar. Atua também em prol da abertura de créditos agropecuários e na definição de políticas de geração de tecnologias e de projetos

de produção e difusão de informações dirigidas ao homem do campo. A Secretaria também atende os gestores dos parques agroindustriais e do agronegócio, que são hoje dois setores estratégicos para a composição anual dos índices positivos da economia paulista e brasileira.

Para que a conexão com os setores produtivos seja direta e bem-sucedida, a Secretaria possui além das Casas de Agricultura municipais, uma rede de 40 escritórios de desenvolvimento rural que trabalha em conjunto com 40 escritórios de defesa agropecuária, 6 institutos de pesquisas, 15 polos regionais de pesquisa e 12 centros avançados e especializados por cadeias produtivas. A finalidade dessa extensa estrutura de serviços de assistência técnica, fiscalização e pesquisa, é transferir conhecimento destinando informações especializadas, atualizadas, tanto para as cadeias produtivas agropecuárias urbanas e rurais quanto para a população que ainda vive no campo.

As equipes de profissionais da SAA têm responsabilidade crucial na execução de diversas formas de incremento produtivo e de regulação das inúmeras atividades que constituem a rica cadeia de valor da economia agropecuária paulista, em todas as etapas e épocas de produção, de distribuição, comercialização interna, externa, ou de processamento agroindustrial. Na extensa, complexa e valiosa engrenagem do agronegócio paulista, a Secretaria é uma das peças principais para compor a eficiência de todas as cadeias de produção derivadas da economia agropecuária. As ações de "assistência técnica" vão da semeadura à colheita, da embalagem aos *containers*.

OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apesar de uma longa história de êxitos, nos dias atuais a Secretaria está submetida aos árduos desafios trazidos pela competição dos conglomerados multinacionais de biotecnologia, pela mundialização econômica e informacional, que afeta continuamente todas as formas de trabalho e as tecnologias de produção e consumo alimentício, material e simbólico, além de alterar radicalmente os meios de comunicação e os modos e hábitos de difusão e fruição cultural no campo e nas cidades. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo sustenta políticas de pesquisa, planejamento e desenvolvimento das atividades agropecuárias, também tem investido em estratégias atualizadas de comunicação e de extensão rural.

Desde o desenvolvimento da internet comercial em meados dos anos 1990, tornou-se mais fácil e rápido produzir e distribuir informações por diversos meios, muitos com difusão e recepção multilaterais de mensagens e dotados de interatividade imediata. Surgiu um contexto interno e externo de tecnologias e possibilidades, que desafia as estratégias comunicativas e exige inovação constante das ações de difusão dos resultados de pesquisa e desenvolvimento obtidos por uma empresa pública.

O que era informado apenas pelos jornais, revistas, boletins, manuais e folhetos instrutivos ou programas especializados para veiculação em emissoras de rádio e televisão, hoje pode circular também em listas de correio eletrônico, sites, redes sociais, em canais audiovisuais como o YouTube, com conteúdos e linguagens multimidiáticas que circulam em diversas plataformas e dispositivos portáteis conectados ao ciberespaço.

Apesar dos meios utilizados e do trabalho que é realizado para expandir a comunicação agropecuária, as notícias correm o risco de não chegar aos diversos setores que estão envolvidos com a cadeia produtiva da economia rural e que dependem disso para sobreviver. Seja nos meios comerciais ou nos meios públicos, ainda persiste a

escassez de produção de conteúdo, tanto jornalístico quanto instrutivo, destinado aos vários setores da produção rural. Tal carência é agravada pelo fato de que muitas notícias são publicadas sem linguagem e formatos apropriados para ganhar a atenção e a confiança dessa população diferenciada, que possui conhecimentos, vivencias, rotinas de trabalho e hábitos culturais muito distintos daqueles adotados pela maioria da população urbana.

A Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo pode até ter toda uma estrutura elaborada, profissionais qualificados trabalhando no setor da comunicação, mas será que todo o conteúdo produzido realmente é relevante para o público vinculado ao universo rural, seja no aspecto vivencial ou produtivo? Em um contexto global de multiplicação constante de meios e de dispositivos digitais que divulgam conteúdos informativos com enorme variedade e elementos de entretenimento urbano e de estímulo ao consumo de bens industrializados, de que maneira as informações produzidas chegam aos grandes produtores, muitos deles urbanos e vinculados aos complexos agroindustriais e exportadores e também aos pequenos agricultores?

Se as atividades agropecuárias são a principal justificativa para a existência dos projetos desenvolvidos e realizados pela SAA, é necessário que exista uma atenção especial por parte do projeto comunicativo e dos profissionais que produzem informações, sejam jornalísticas ou extensionistas e com objetivos destinados aos diversos nichos da cadeia produtiva agropecuária, para que tais conteúdos consigam alcançar todas as atuais vertentes de suas atividades, sejam elas rurais ou urbanas.

É necessário que os conteúdos jornalísticos ou instrutivos que são produzidos pela Secretaria ou pelo Ministério da Agricultura, sejam capazes de despertar a atenção e de influenciar todas as camadas sociais e as diversas especialidades profissionais que participam da complexa cadeia produtiva rural, cujos resultados econômicos atualmente sustentam um grande número de populações interioranas, demonstrando que não é mais possível separar artificialmente o mundo do campo do mundo das cidades.

A IMPORTÂNCIA DE DEFINIR O PÚBLICO-ALVO DAS INFORMAÇÕES PRODUZIDAS PELA SAA

É por isso que o público "roceiro", cada vez mais, deixa de ser o "caipira" apartado da sociedade e das culturas urbanas cosmopolitas e reivindica informação de grande qualidade e precisão, com linguagem objetiva e com capacidade de transmitir os conhecimentos necessários para melhorar a produtividade e a vida de quem trabalha na árdua lida agropecuária do campo, ou daqueles que vivem nas cidades interioranas que dependem do bom desempenho da economia rural para que tenham êxito nas suas atividades urbanas.

No levantamento inicial realizado para a produção deste artigo não foram encontrados estudos recentes que trabalhem a mesma temática proposta. A comunicação rural no Brasil, e no Estado de São Paulo, precisa ser estudada com profundidade e de maneira sistemática e especializada. Os projetos, as ações de comunicação e de extensão rural não podem deixar de compreender o atual cenário interno do país e quais são as estratégias adotadas pelos governos federal e estadual e pelos setores privados, para assegurar a inserção comercial da produção agropecuária brasileira nos diversos mercados consolidados nas diversas regiões brasileiras e vencer os concorrentes internacionais. Só assim será possível encontrar as maneiras mais adequadas de informar o público que é responsável pelo equilíbrio da balança comercial, além de assegurar o abastecimento e a boa qualidade dos alimentos da mesa dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os jornalistas são profissionais preparados para pensar e desenvolver metodologias, organizar sistemas para informar utilizando diversas linguagens, suportes e veículos, para fornecer periodicamente, informações genéricas e especializadas para os diversos setores sociais. Para tanto, utilizam diversas ferramentas e recursos para a produção e difusão de conteúdos, para tentar atender as necessidades informativas de cada público. Um organismo do estado com profissionais capacitados, estrutura, tecnologias de última geração, tem a responsabilidade de conseguir dialogar simultaneamente com o público rural e com os setores urbanos dependentes da abundante e diversificada produção da terra. Portanto, sua equipe profissional não pode falhar na hora de produzir notícias ou qualquer outro tipo de informação especializada.

Este artigo deriva de uma pesquisa de mestrado para estudar os sistemas, a capacidade, a qualidade dos produtos comunicativos e a abrangência da comunicação rural desenvolvida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA). O objetivo é responder as seguintes questões: como as informações produzidas pela SAA abrangem e que efeitos ela tem no público rural e urbano, que vive da produção agropecuária, de forma direta e indireta. Como se dá a compreensão e a utilização dos conteúdos produzidos por jornalistas, para um público economicamente e culturalmente heterogêneo e ao mesmo tempo especializado? Os profissionais de comunicação estão preparados para atender as exigências do mercado de comunicação e de extensão rural? Como é o feedback entre quem produz e quem recebe as notícias sobre as atividades e a economia agropecuária? Consideramos que a comunicação é a base de todos os processos sociais e culturais, se ela for bem feita, conseguirá atingir seus objetivos e servirá como ferramenta essencial para agregar valores decisivos para os segmentos atendidos pela SAA.

Para termos um parâmetro abrangente e atualizado das ações de comunicação e divulgação da SAA, vamos categorizar a produção comunicativa especializada e de conteúdos destinados ao público agropecuário paulista, tanto dos aspectos produtivos e econômicos, quanto sociais e culturais. Vamos categorizar os produtos comunicativos jornalísticos, técnico e/ou extensionista, para compreendermos melhor como se define a comunicação rural dentro do nosso país, em especial, no Estado de São Paulo.

Nosso referencial parte da análise de publicações relacionadas à comunicação rural no Brasil, que foram divulgados a partir dos anos 1970. Serão analisadas diversas diretrizes técnicas e político-administrativas, para visualizar que instrumentos de comunicação e extensão são utilizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), para implementar suas metas e atender os diversos setores sociais que desenvolvem as atividades agropecuárias e agroindustriais paulistas. A pesquisa proposta é exploratória e utilizaremos pesquisas bibliográficas e documentais relacionadas ao tema escolhido para abranger os pontos referentes à comunicação jornalística especializada em extensão rural e em difusão de conteúdos editados em diversos gêneros, formatos e plataformas de comunicação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Após esta etapa exploratória documental e teórica, faremos um estudo de caso com o acompanhamento do trabalho de comunicação da SAA com a intenção de analisar a maneira como as notícias são produzidas, se existe preocupação com o padrão de linguagem, com a adequação do conteúdo informativo e quais são os meios mais utilizados e com melhor retorno.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Ruralidade e desenvolvimento territorial**. Gazeta Mercantil**. USP: PROCAM, 2001.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é comunicação rural.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRAGA, G. M.; KUNSCH, M. M. K. **Comunicação rural:** discurso e prática. Viçosa: Imprensa Universitária, 1993.

CALLOU, Angelo. B. Fernandes. **Extensão rural e desenvolvimento local:** significados contemporâneos. Pernambuco: UFRPE, 2005.

_____. Estratégias de comunicação em contextos populares: Implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org). **Assistência técnica e extensão rural:** construindo o conhecimento agroecológico**.** Manaus, AM: IDAM, 2006. 128 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

KUNSCH, M. M. K. Apresentação. In: BRAGA G. M.; KUNSCH, M. M. K. **Comunicação rural:** discurso e prática. Viçosa: Imprensa Universitária, 1993.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987.

MELO, J. M. O espaço da comunicação rural nas escolas de comunicação social. In: BRAGA, G.; MOREIRA, Roberto José. **Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural.** Rio de Janeiro: Redcapa: UFRRJ, 1996.

NEVES, J.L. **Pesquisa qualitativa:** características, usos e possibilidades. São Paulo: USP: FEA, 1996. v.1.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania, 3. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

QUEIROZ, A. C. F. A pesquisa em comunicação no Brasil: as contribuições da Intercom. In: SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO RURAL NA UFV, 1, 1988, Viçosa. **Anais...** Viçosa: 1988.

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SELLTIZ, Wristman Cook. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** 2.ed. São Paulo: E.P.U, 1987. v. 1/3

SDT/MDA. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável:** território do Sisal– Bahia. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2006.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** Belo Horizonte: Nova Economia, 1997.

TEIXEIRA, E. C. Comunicação e Política Agrícola. In: SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO RURAL NA UFV, 1, 1988, Viçosa. **Anais...** Viçosa, 1988.

TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil:** impactos econômicos, sociais e ambientais. Minas Gerais, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2.ed. Campinas,SP: Autores Associados, 2003.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos**.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

MEDIAÇÃO DO CAPA ENTRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

COVER OF MEDIATION BETWEEN COMMUNITIES QUILOMBOLAS

Tarcísio Vanderlinde[1]

RESUMO: O texto emerge de resultados da pesquisa sobre a inserção socioeconômica do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) em territórios de remanescentes de quilombos no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul. O Capa se caracteriza como uma entidade mediadora, que nasce de motivações eclesiais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) ao final dos anos de 1970. Seu objetivo é disseminar sistemas agroecológicos entre populações de pequenos agricultores a fim de criar possibilidades alternativas de sobrevivência sustentável no meio rural. A partir do núcleo estabelecido na cidade de Pelotas-RS, e com escritório de apoio no município de São Lourenço do Sul, o Capa passa a desenvolver atividades entre os grupos de remanescentes de quilombos neste início de século.

Palavras-chave: identidade; território; mediação; agroecologia

ABSTRACT: The text emerges from results of the research on the socioeconomic integration of the Support Center for Small Farmers (Capa) in the territories of quilombo remainders in the southernmost state of Rio Grande do Sul. The Capa is characterized as a mediating entity that has arisen from motivations of the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB) at the end of 1970. Its goal is to disseminate agroecosystems between populations of small farmers in order to create alternative opportunities for sustainable livelihoods in rural areas. Starting from the center established in the city of Pelotas, and the support office in São Lourenço do Sul, the Capa has started developing activities among groups of former quilombos at the beginning of this century.

Key words: identity; territory; mediation; agroecology

INTRODUÇÃO

O Capa enquanto entidade mediadora motivada por interesses eclesiais da IECLB se territorializa na Região Sul do Brasil, através de um território-rede com centros de coordenação e irradiação de atividades a partir de cinco núcleos, sendo dois no Estado do Paraná e três no Estado do Rio Grande do Sul. Neste início de século a entidade passa a desenvolver atividades mediadoras entre comunidades quilombolas circunscritas à região polarizada pelo município de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul. Entre outras conclusões, a pesquisa demonstrou que no encontro com os sujeitos da ação, emergem territorialidades específicas e constroem-se novas identidades.

1 Docente do Programa de Geografia da Unioeste câmpus de Marechal Cândido Rondon, PR. E-mail: tarcisiovanderlinde@gmail.com

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

Além de disseminar conhecimentos pautados na agroecologia emerge num contraponto da mediação, a força da fala nas comunidades assistidas. A oralidade constitui-se num instrumental estratégico utilizado pelo Capa a possibilitar o desenvolvimento de atividades agroecológicas. Contudo, contribui também para que os grupos assistidos adquiram uma maior visibilidade social. Na dialética decorrente da ação mediadora do Capa recuperam-se saberes autóctones e constroem-se novos saberes considerados essenciais para articular as comunidades diante dos desafios contemporâneos.

No recorte decorrente da pesquisa, a ênfase recai sobre a problematização da prática mediadora realizada pelo Capa entre as comunidades negras. Observou-se que a oralidade que surge dos grupos assistidos pela entidade, contribui para a eficiência das atividades desenvolvidas. Para além da agroecologia, o Capa se caracteriza como uma entidade que procura desenvolver uma mediação emancipatória entre grupos de agricultores aos quais assiste.

O CAPA NOS CAMINHOS DA MEDIAÇÃO

Em estudos anteriores já havíamos observado que a mediação desenvolvida por entidades como o Capa, pode não ter um caráter necessariamente pacífico: apenas uma transmissão de conhecimento. A mediação pode revelar um caráter contraditório e funciona num processo dialético em que mediados e mediadores se afetam reciprocamente. No caso do trabalho do Capa, o técnico mediador que vai "ensinar" uma técnica agroecológica pode acabar também sendo "ensinado", numa via de mão dupla a respeito de um outro saber. No processo de mediação, os mediadores podem ser surpreendidos com observações críticas que permitem uma avaliação do seu trabalho (VANDERLINDE, 2006b). Sobre o serviço do Capa na região do Quilombo Coxilha Negra, município de São Lourenço do Sul, o quilombola senhor José Oraci Santana assim se posiciona: "Eu acho até bom o serviço, mas, no fundo, que não termina, não chega ao fim, por exemplo: as hortas, as casas, ficou nisso ali, não vai para frente. Estamos muito só na conversa. Não sai do papel" (SANTANA, 2009).

De uma forma problematizadora e participante, a mediação institucional foi pesquisada pela socióloga Delma Pessanha Neves, que levanta aspectos metodológicos para o estudo do assunto. A autora chama atenção sobre a subjetividade que envolve os processos de mediação. As relações tensas inerentes ao exercício da mediação devem suas causas a vários fatores, específicos a cada situação concreta. O tipo de relação entre mediado e mediador é estruturalmente contraditório, num processo que deve ser constantemente gerido, uma vez que a situação não pode ser superada. Essa perspectiva permite a compreensão da subjetividade do processo e impõe ao pesquisador a busca de novas crenças e dos novos conteúdos que acompanham o silêncio dos mediados e dos meios como os mediadores lidam com os enigmas. A autora alerta que o pesquisador não pode se iludir com a verbalização das intencionalidades, devendo orientar a coleta de dados para os significados das tensões e das querelas, das acusações e das idealizações, o que elas dizem e para que fins são dramatizados como questões fundamentais à expressão das relações que se constroem. A autora ressalta que nem sempre as condições de realização da pesquisa acabam sendo as desejadas para o seu melhor desdobramento, levando o pesquisador, por motivos diversos, a adequar-se aos ritmos da dinâmica da relação que estuda. É por isso que importa a consciência desses constrangimentos e os efeitos em termos de compreensão alcançada. Da percepção, o pesquisador pode fazer aparecer dimensões importantes da relação ou modos singulares do exercício da dominação (NEVES, 1997, p. 335-337).

Uma das questões que a autora observou nas mediações em seus estudos entre assentados foi o significado dos silêncios e de supostos desentendimentos. É interessante observar que, nos processos de mediação, o silêncio pode falar. O suposto desentendimento dos mediados impõe aos mediadores atitudes e compreensões a partir da óptica derivada de sua posição. Se, aparentemente, os mediados teatralizam a aceitação, a concordância e o acatamento, fazendo crer a adesão, suas ações são orientadas por outros referenciais por vezes diametralmente opostos aos dos mediadores. O silêncio dos mediados também pode revelar sentimentos de inferioridade e de vergonha, como numa antecipação às discriminações de que possam ser vítimas. Pelos temores que envolvem a relação, o silêncio se torna instrumento de expressão de saber sobre os modos de gestão dos comportamentos sociais. Transforma-se em expressão da prudência que orienta as formas de sociabilidade e da integração social (NEVES, 1997, p. 340).

O exercício da mediação se estrutura em relações amistosas e hostis, em reciprocidades e em concorrências, em confianças e em desconfianças; pode igualmente ser referenciado em sonhos, projeções, decepções e efeitos perversos. Tanto o mediador como o mediado no processo, ambos obtêm existência social, não se equivalem ao reciprocamente desejado. Sendo que um e outro se constituem pela idealização e pelo abandono mútuos. Nesse sentido, os mediadores não atuam como elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza esse modo específico de interligação. Sendo assim, múltiplos significados vão-se ordenando para viabilizar a mediação. Na defesa dos interesses de suas instituições, mediadores podem desconhecer que uma prática política orientada por objetivos emancipatórios remonta a projetos de reordenação do mundo social construídos em outros contextos e mediante outros objetivos (NEVES, 1997, 230-231).

A mediação pode ser compreendida a partir do conjunto de ideias, de valores e de modos de comportamento transmitido como forma de incorporação de saberes que levam à construção de novas posições e identidades do ator social. No processo de mediação, é senso comum entre pesquisadores e técnicos, a aceitação da inadaptabilidade do comportamento cultural daqueles qualificados pela marginalidade, o que leva a crer que qualquer mudança de posição social só pode vir através de um trabalho educativo. A postura é reforçada pela crença, entre os mediadores, de se considerarem portadores de uma missão pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo de outrem. Ocorre, no entanto, que o processo de "mudanças" implica conflito de interesses, resistência e contradições entre mediadores e mediados. Como resultado de análises dos processos de mediação, conclui-se que os mediadores não atuam como elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios acabam constituindo as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza esse modo específico de interligação. Nesse caso, múltiplos e inesperados significados vão se ordenando para viabilizar a mediação (NEVES, 1997, p. 153-155).

No caso da atividade mediadora exercida pelo Capa, as contradições podem também se materializar para além da mediação entre as comunidades assistidas. A ação realizada pelo Capa pode encontrar inesperadas resistências no âmbito da própria Igreja da qual emerge. Essa resistência pode se apresentar em forma de apatia, de indiferença. O Relatório de Avaliação externa sobre as atividades do Capa entre os anos 2000-2005 apontou algumas motivações relacionadas a uma postura apática entre as comunidades luteranas a respeito da atividade mediadora do Capa. O relatório ressalta, contudo, que a apatia também não é só com relação ao trabalho do Capa, mas também com relação às

demais atividades eclesiais desenvolvidas pela Igreja. Uma das motivações mencionadas é que nem sempre as comunidades religiosas são formadas essencialmente de pequenos agricultores empobrecidos. Com alguma frequência é constatado, entre os fatores que motivam a apatia, o fator cultural e étnico. Constataram-se observações de que algumas comunidades eclesiais são mais fechadas, desconfiadas, conservadoras. O povo de origem alemã, que ainda é predominante na Igreja, teria mais dificuldades de se integrar no processo de ações coletivas e trabalhar juntos. Observaram-se, se bem que não de forma generalizada, situações de conflito entre lideranças comunitárias e as equipes do Capa deflagradas em decorrência das propostas inovadoras defendidas pela entidade, porém outros descompassos ainda foram observados. Parece que o fator "gueto" discutido internamente na Igreja nos anos de 1970 ainda se identifica no seio da Igreja Luterana. Aspectos de ordem teológica podem, contudo, estar entre os que mais pesam entre as comunidades luteranas, caracterizando-se em oposição às atividades desenvolvidas pelo Capa. Como se trata de uma mediação espiritualizada, a espiritualidade pode ser entendida de forma diferente. Não sem certa parcialidade por parte dos consultores e em defesa de uma concepção teológica mais progressista, o relato conclui:

> Fatores de ordem teológica, de uma visão de espiritualidade cristã e pertença á Igreja, também têm limitado a ação do Capa nas comunidades. Por demais se compreende a espiritualidade como algo individual e contemplativo e não da vida. A força da verdade luterana, da justificação por graça e fé tem acomodado, por vezes, os membros das comunidades, em vez de torná-los livres e comprometidos com o projeto de vida integral que anima a Igreja. A centralidade da 'Palavra', mensagem de Deus, tem escondido, muitas vezes, a dinâmica vital e contextual de transformação que a 'Palavra' gera. Constata-se ainda mais que um espírito de competição, de individualismo e de críticas tem tolhido a visão para as ricas possibilidades de projetos da Igreja, como o Capa. Não se tem, valorizado suficiente, estes projetos e propostas, bem como tem faltado o bom orgulho de pertença à Igreja (RELATÓRIO, 2006, p. 51-52).

A problematização em torno da mediação, seja *intra* ou *extra corpore*, é pertinente e, pela atualidade, está presente em muitos trabalhos. A formulação da exclusão de trabalhadores rurais, de sua não cidadania ou de uma cidadania de segunda classe, traz consigo a necessidade da categoria mediação. A concepção hoje ultrapassa barreiras epistemológicas. Regina Reyes Novais, contudo, alerta que é preciso atentar para o perigo de, ultrapassando a polissemia, chegar à banalização do uso da noção sem estabelecer um arcabouço teórico. O estudo dos assentamentos rurais, pela sua diversidade de atores e instituições sociais envolvidas, pode ser um lócus privilegiado para fazer avançar a reflexão envolvendo a categoria (NOVAES, 1994, p. 177-183).

Para além das questões internas da Igreja da qual emerge, o trabalho realizado pelo Capa a partir da oralidade entre as comunidades de remanescentes de quilombos fez aflorar, em momentos diversos, a relação dialética que se constrói entre mediadores e mediados. As concepções que perpassam a forma de trabalhar entre os quilombolas conhecidas como "serviço de negro" e o cuidado que se deve ter em observar o calendário lunar para diversos tipos de cultivos podem ser considerados exemplos dessa relação dialética entre mediador e mediado.

Na visão de Daniela Silveira Lessa, integrante da equipe do Capa, que atua a partir do escritório da entidade no município de São Lourenço do Sul, nesse processo

dialético "a gente pode quebrar a cara". A mediadora explica a mediação a partir de sua experiência no Capa em atuação específica voltada às comunidades quilombolas. No caso do trabalho mediador do Capa, os resultados da mediação ultrapassaram inclusive a relação dialética básica entre mediador e mediado. No projeto desenvolvido pelo Capa, a mediação previu a aproximação das próprias comunidades mediadas, o que resultou em novos desdobramentos e em "surpresas" do trabalho:

> A gente vai com uma ideia, lá dentro da comunidade, agora eu vou ensinar coisas. Normalmente se chega com a ideia de se levar o conhecimento. Enganam-se. Ledo engano. Está aí a educação popular, está aí Paulo Freire que diz que não é assim. Ao mesmo tempo você aprende e consegue devolver. Sabendo como é a realidade você tem condições de construir. Quando eu cheguei numa comunidade, não estava claro para mim a ideia da troca e da construção, dentro de um quilombo, dentro dessa realidade. O que se percebeu, que o patrimônio cultural deles, que é a identidade deles, que é a forma como eles processam as coisas da natureza, estava se perdendo, não tendo valor. Os mais antigos estavam morrendo e não estava se tendo este conhecimento. Tendo a visão das quatro comunidades mais antigas que era onde a gente trabalhava (Torrão, Monjolo, Cerro das Velhas e Maçambique)", – permitiu-se a socialização deste patrimônio ameaçado entre as próprias comunidades atendidas. A mediação cria um novo intercâmbio entre comunidades isoladas, inclusive relações de parentesco, artesanato, lendas. Levar uma comunidade inteira para conhecer outra comunidade fortalece a comunidade, se institui associações para reivindicar direitos, como foi o caso do "luz para todos" (política pública). O intercâmbio possibilita que as comunidades conheçam as políticas públicas de inclusão que elas antes não tinham conhecimento (LESSA, 2009).

Observe-se que, no processo dialético de mediação, o esclarecimento sobre o acesso a políticas públicas só vai se tornar mais claro a partir do momento em que as próprias comunidades-alvo do projeto são aproximadas fisicamente pela política do Capa. Para além dos aspectos contraditórios que envolvem os processos de mediação, pode-se concluir que a mediação preconizada pelo Capa segue uma motivação eclesiológica e, na ética aceita e preconizada pela IECLB, identifica-se como uma entidade que procura recuperar e disseminar saberes entre as comunidades de remanescentes de quilombos num ambiente de respeito e de solidariedade.

No diálogo com integrantes da equipe coordenadora do Capa foi possível perceber que, às vezes, pode não haver uma boa receptividade por parte de autoridades gestoras dos municípios onde atua a entidade. Isso se deve principalmente à orientação política divergente. Ocorre que o Capa estimula a participação coletiva, estimula novas lideranças, e isso pode não ser bem aceito em alguns segmentos da comunidade organizada. Com a emancipação desses grupos, eles mesmos passaram a "descobrir" a existência de políticas públicas que lhes pudessem beneficiar as comunidades. Para grupos que se beneficiam de controles políticos, para eles a mediação libertadora não é bem-vinda. Com as comunidades quilombolas, o Capa passa a exercitar uma mediação que aponta para a emancipação de pessoas, algo que inclusive transcende o objetivo inicial da entidade, que era o de promover prioritariamente a agroecologia.

ORALIDADE, RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E SUSTENTABILIDADE

A memória coletiva pode ser considerada um expediente essencial no processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos. Apesar dos aspectos subjetivos envolvidos no processo e possibilidades questionáveis que podem advir de "memórias construídas" ou "forjadas", é a oralidade que materializa a memória e dá consistência à identidade requerida. A oralidade pode ser considerada um procedimento metodológico legítimo quando se trata de descobrir e evidenciar situações na ausência de outras fontes.

No intuito de assegurar e consagrar o direito constitucional de posse da terra construiu-se, aos poucos, uma definição de remanescentes de quilombos que pudesse abarcar parte da diversidade de ocupação de comunidades pobres, onde os elementos unificadores seriam o autorreconhecimento e uma dada identidade étnica, cultural e territorial. Assim sendo, o termo foi sendo utilizado para designar as comunidades preferencialmente rurais cujos habitantes descendem diretamente de quilombolas, de grupos de escravos fugidos e mesmo de libertos e negros livres a eles articulados. Tal comunidade caracterizar-se-ia pela ancianidade da ocupação e manutenção da memória coletiva circunscrita no espaço que deu origem à história da comunidade; pela ritualização das práticas culturais permanentemente reelaboradas que lhes dão caráter identitário e pela ligação com a terra, utilizando-a na agricultura e na preservação do meio ambiente (EXALTAÇÃO; GOMES, 2005, p. 398-399).

Num ponto de vista antropológico, a condição de remanescente de quilombo pode ser definida de forma dilatada e enfatiza os elementos "identidade" e "território". O termo em questão pode ser entendido como a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e de pertencer a um lugar específico. Esse sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas em relação aos grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. A identidade de grupos rurais negros se constrói sempre numa correlação profunda com o seu território. Nesse sentido, a identidade quilombola é construída a partir da necessidade de lutar pela terra, o que vem acontecendo principalmente após a promulgação da Constituição de 1988. Um processo histórico de resistência, deflagrado no passado, é evocado para constituir resistência no tempo atual. A maior parte dos grupos que hoje reivindicam seu direito constitucional o faz como último recurso na longa batalha para se manterem em suas terras, as quais são alvo de interesse de membros da sociedade envolvente, em geral grandes proprietários e grileiros, cuja característica essencial é perceber a terra apenas como uma mercadoria (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Ainda de acordo com a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (2002), a identidade pode servir como base de resistência de grupos, sendo assim um conceito unificador de partes, contendo o particular do indivíduo como também as particularidades de sua cultura comunitária. As fontes orais podem contribuir para uma melhor elucidação dessas análises.

No diálogo com Alessandro Portelli, Rosimeire Aparecida de Almeida avalia que a reflexão acerca de investigação com fontes orais se faz importante pela relevância da discussão que se tem feito sobre seu uso nas ciências humanas. Soma-se a isso, de forma complexa, a falta de consenso sobre essa matéria entre teóricos da história oral, em grande parte devido ao fato de se estar acostumado a dar às fontes escritas o privilégio da explicação da sociedade, em vista do ranço positivista presente nas ciências humanas. Com isso acaba

havendo uma depreciação em relação à entrevista, ao atribuir-se a ela um distanciamento do fato acontecido e, portanto, uma dependência em relação à memória que é, como se sabe, fundamentalmente seletiva e subjetiva. Recorrer a fontes orais não deve, porém, ser encarado como obtenção objetiva da "verdade" do entrevistado, como se a memória fosse um depósito de acontecimentos, mas saber que o narrador tem papel ativo no processo de rememorização e, portanto, na criação de significados (ALMEIDA, 2006, p. 157).

Se considerarmos as comunidades remanescentes de quilombos no que tange à relevância dos testemunhos que são transmitidos oralmente de geração em geração, há que se concluir que fontes orais podem se constituir no caminho por excelência da história das classes oprimidas, logo que as entrevistas permitem às "pessoas comuns" contarem sobre seus fatos, que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante à história das classes não hegemônicas, verdadeiras áreas inexploradas. No caso dos pequenos agricultores das comunidades remanescentes de quilombos assistidas pelo Capa, a oralidade, como instrumental que permeia os processos de mediação, parece denunciar uma mudança paradigmática do modo de vida e revela especialmente o curso de uma nova construção identitária principalmente movidos pela opção agroecológica. Trabalhar com a força do significado da fala entre os pequenos agricultores das comunidades de remanescentes de quilombos assessorados pelo Capa é construir uma história que aponta para um projeto de (re)construção de vida.

Com a pesquisa empírica fundamentada em fontes orais pode-se constatar que a vida é lançada para dentro da história. As palavras coletadas, muitas vezes impregnadas de emoção e esperança, vêm carregadas com poder para construir novas estratégias de vida. A oralidade pode mostrar que Capa e os agricultores quilombolas no sul do Rio Grande do Sul constroem vida e cidadania e isso lhes permite o fortalecimento da confiança no futuro.

Um aspecto que pode ser considerado relevante no intuito de se construir uma mútua confiança entre o Capa e as comunidades quilombolas é a presença de afrodescendentes na equipe coordenadora da entidade. Antônio Leonel Rodrigues Soares, técnico em agropecuária, atua desde 2001 no Capa e tem suas atividades voltadas predominantemente para as comunidades negras. Na sua percepção com as comunidades quilombolas, o Capa passa a exercitar uma mediação que aponta para a emancipação de pessoas, algo que transcende o objetivo inicial da entidade, que era o de promover prioritariamente a agroecologia. Ele lembra que a sua presença no Capa revela às demais pessoas que se identificam com a sua etnia que a possibilidade de emancipação é real (SOARES, 2009).

Soares parece ter consciência de sua atividade enquanto técnico na equipe coordenadora do Capa-Pelotas. Seu trabalho, contudo, parece ir além da atividade profissional. Em sua visão, seu trabalho é uma missão de vida e foi o local em que pode reconstruir sua identidade:

> "Hoje eu entendo que tenho uma missão de vida, não estou aqui por acaso, tenho um compromisso com as pessoas e comigo mesmo. Conhecendo a história dos meus antepassados, eu pude cada vez mais me aprofundar nisso (no trabalho mediador), então eu vejo que tenho uma missão. Minha identidade está dentro dessa missão" (SOARES, 2009).

Por se tratar de um trabalho de mediação motivado por interesses eclesiais de uma Igreja, há sempre o interesse em saber o peso da religiosidade nas atividades desenvolvidas. A investigação e os estudos *in loco* revelaram que a religião afro já não ocupa um lugar de influência nas comunidades quilombolas. Isso parece resultar de um

imaginário, muitas vezes disseminado pela mídia, que externa depoimentos desfavoráveis às práticas religiosas de origem afro. Antônio observa que as práticas, contudo, existem de maneira muito discreta no seio das famílias e das comunidades. Ele mesmo, enquanto técnico do Capa, mas também representante de etnia, teria procurado chamar atenção para o "resgate" da religiosidade afro. No que tange ao aspecto identitário, observa que a religiosidade é um elemento importante na sua formulação (SOARES, 2009).

O depoimento da coordenadora da entidade parece convergir com a entrevista concedida por Antônio. Na sua visão, a crença afro teria sido muito abafada e não seria atribuição do Capa impor uma religiosidade. Há uma interferência de igrejas evangélicas que também é tolerada: "A gente está lá porque tem uma identidade. Isso é importante. E eles prezam este jeito de ser do Capa como ONG que é da Igreja que respeita eles. Que tem este jeito de ser igreja. A gente se expressa como uma entidade da Igreja". Na sua visão, a coordenadora explicita qual é a finalidade do Capa entre os quilombolas:

> É prestar um serviço para a sociedade e entendendo como ela é, respeitando a característica, o jeito. Mas além de respeitar, também construir esta questão da cidadania, o respeito à diferença, que tem a ver com a identidade luterana, que respeita a diversidade e a democracia. De um jeito todo de ser cristão na sociedade. Este jeito de trabalhar nos quilombos tem a ver com a identidade luterana. Não interferir, mas contribuir (SURITA, 2009).

Como agente de uma formulação identitária entre as comunidades quilombolas, o Capa, enquanto um serviço da IECLB, se caracteriza por transgredir algumas fronteiras. A transgressão de fronteiras é discutida pelo teólogo luterano Oneide Bobsin e é entendida não como um ato de violação, mas como um ato de construção. O teólogo observa "[...] que fronteiras rígidas ou a diluição total delas não fazem parte da mensagem de Jesus nos evangelhos. [...] Portanto, é preciso transgredir fronteiras para recriar novos espaços para a vida ameaçada, desde que culturas e economias permaneçam vinculadas a fim de impedir a desistorização daquelas" (BOBSIN, 2002, p. 34).

Nos territórios assistidos pelo Capa ocorrem trocas de valores materiais e espirituais. O encontro do Capa com os quilombolas cria novos universos materiais e simbólicos. A religiosidade pode, contudo, ser considerada um elemento importante no que se refere à manutenção ou à reconstrução da identidade. Considerando-se a circularidade e as novas fronteiras das religiosidades no tempo presente, seria plausível concordar que a perspectiva religiosa que embasa a atividade do Capa enquanto agente mobilizador de uma nova identidade, se identifica com o que alguns autores têm denominado como um "esmaecimento de fronteiras" (SCHIAVO, 2008). A transgressão de fronteiras pode se tornar uma prática mais corriqueira, prática em que as fronteiras esmaecem e em que há respeitabilidade aos pluralismos.

Outra discussão relacionada às trocas que ocorre no "campo religioso" vem da percepção de que o campo religioso brasileiro apresenta identidades religiosas que têm por característica a "porosidade de fronteiras" e composição de veio *bricoleuse*. A porosidade, porém, não exclui os conflitos. Mesmo assim, contudo, a identidade religiosa do brasileiro costuma ser plural, não unívoca. A própria multiplicidade de identidades católicas no interior do catolicismo brasileiro não é necessariamente compartimentalizada, mas cheia de cruzamentos, de trânsitos e de trocas, numa dinâmica de muitas composições. Isso leva a uma simultaneidade de identidades. No diálogo com Pierre Sanchis, Rodrigo Portella conclui que, na formulação da pluralidade religiosa brasileira, não houve simplesmente

justaposições ou supressões de diferenças, mas composições que deram novos rostos a todas as manifestações religiosas aqui chegadas ou autóctones. Num fenômeno que pode ser chamado de sociogênese, o Brasil foi e é marcado pela predisposição à porosidade e a cruzamentos em seus encontros culturais/religiosos. Nesse ambiente teriam sido envolvidos inclusive grupos religiosos de protestantes, que, historicamente, se definiam com uma proposta menos mística ou encantada. O que vigoraria com força constituinte de uma identidade religiosa mínima do povo brasileiro seria a ressemantização, a mistura, a bricolagem, a composição, as trocas, os amolduramentos e as novas construções (MAGALHÃES & PORTELLA, 2008, p. 132-141). É aceitável concluir que a relação não conflituosa entre a IECLB/Capa e as populações quilombolas sob o ponto de vista da religiosidade pode ser compreendida a partir dessa análise. Não seria fantasioso concluir que novas formulações identitárias poderão se formar a partir desses encontros.

Motivado religiosamente, o *modus operandi* do Capa ainda pode ser visto com reserva em muitas comunidade luteranas que têm conhecimento da existência da entidade. Com a atividade entre os quilombolas, o Capa parece transcender o exclusivismo enquanto entidade motivada religiosamente e passando a se envolver numa mediação social sem o objetivo prioritário de catequização: o objetivo seria que as pessoas assistidas pelo Capa possam ter uma vida mais digna respeitando sua religiosidade. Na visão de Islair Radke, que atua como enfermeira na equipe coordenadora do Capa, a religiosidade deveria ser respeitada e reafirma que o trabalho do Capa não é fazer proselitismo. Um aspecto da religiosidade ressaltado pela entrevistada, no que tange a práticas religiosas, é a presença de outras denominações evangélicas entre as comunidades, mais notadamente pentecostais e neopentecostais: "Os evangélicos já estavam lá quando o Capa chegou". O objetivo seria então desenvolver um trabalho em que as comunidades possam melhorar sua vida enquanto cidadãos (RADKE, 2009). A questão religiosa, enfim, não é colocada como uma atividade principal. Ela procura ser vista de forma separada, levando em conta a pluralidade religiosa das pessoas que são atendidas e atuam no próprio Capa (MEDEIROS, 2009). Na visão dos moradores da comunidade de remanescentes de quilombos do Cerro das Velhas, a religiosidade é vista como algo importante e que deve andar juntamente com o respeito à pluralidade religiosa: "Não chegamos a nenhum lugar importante sem a bênção de Deus. A religião dentro da comunidade não importa muito. O que importa é a união e o respeito entre todos" (REUNIÃO, 2009).

As comunidades quilombolas têm consciência da orientação religiosa que move o Capa. A motivação religiosa do Capa é vista, contudo, de forma positiva, o que pode ser constatado em depoimentos coletados junto às comunidades quilombolas de Maçambique e Torrão, as duas, respectivamente, nos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul. Para Maria Conceição Duarte da Rosa, da Comunidade Maçambique, "aquela pessoa que pensa nos princípios (religiosos), pensa muito em Deus, e quem tem Deus no coração não tem maldade com ninguém" (ROSA, 2010). Para Márcia de Quevedo Ferreira, da Comunidade Torrão, "a pessoa que é de Deus tenta ajudar o próximo" (FERREIRA, 2010).

No campo da relevância da oralidade como instrumental que proporciona visibilidade e caracteriza novas territorialidades no âmbito das comunidades de remanescentes de quilombos assistidas pelo Capa, buscou-se problematizar atividade levada a efeito pela entidade entre as referidas comunidades. O alvo daquele trabalho desenvolvido pelo Capa e que se denominou de "Projeto Pequenos Agricultores Quilombolas", foram as comunidades quilombolas Torrão, Monjolo, Maçambique e Armada, no interior dos municípios de Canguçu e de São Lourenço do Sul. A atividade provocou troca de saberes entre as próprias comunidades e possibilitou mútuas descobertas. Através das histórias,

das celebrações e das cantigas identificou-se uma esperança que sempre se renova num povo que luta e resiste. A "lenda do galo de ouro", resgatada durante a atividade, pode definir o significado da esperança que nunca abandonou as comunidades. A história foi relatada por Ireno Ribeiro, neto de dona Felicidade, que fugiu da Estância da Figueira, em Canguçu, e criou o núcleo que dá origem à comunidade quilombola Monjolo, na localidade de Canta Galo, no município de São Lourenço do Sul:

> Minha avó contava que lá naquele cerro havia quem visse um galo de ouro, cantando, nas primeiras horas da madrugada. Diziam que quem pegasse o galo ficaria dono de enorme tesouro, já que o galo cantava onde havia ouro enterrado. Um dia, uma comadre que morava aqui ouviu o galo cantar, e tão lindo era que ela pediu ao compadre que o pegasse para ela. E eles entraram então no mato, atrás do canto do galo. Mas o galo sempre parecia cantar no galho da próxima árvore... e quando se corria até lá, ele já havia escapado, e estava na árvore mais além. O compadre e a comadre não desistiram até o pegaram. Quando isto aconteceu, já era noite alta e eles estavam no meio do mato. E tão lindo era o galo, com as penas douradas, que a comadre, cansada, deitou no chão e, para que não fugisse, descansou a cabeça em cima do galo. Mas os dois dormiram e o galo fugiu. E quando os compadres acordaram, lá estava o galo a cantar na próxima árvore... (SURITA & BUCHWEITZ, 2007, p. 12-13).

A atividade realizada sob a coordenação do Capa entre as comunidades referidas considerou aspectos nas áreas de segurança alimentar e agroecologia; saúde comunitária e plantas medicinais; geração de renda; resgate histórico, cidadania, cultura e etnia. Ainda esteve atenta à participação e à representação social desse segmento com a finalidade de possibilitar visibilidade pública, para servir como base de reconhecimento e de acesso a políticas públicas. Contando com o apoio do governo federal, através do Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Capa avançou com o projeto de Fomento às Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à promoção do etnodesenvolvimento sustentável de sete comunidades quilombolas no território sul do Rio Grande do Sul (SURITA & BUCHWEITZ, 2007, p. 17). O emprego do conceito de etnossustentabilidade é entendido pelo Capa de que cada comunidade tem um perfil específico e deve ser valorizada como a principal protagonista na construção de desenvolvimentos alternativos. A diversidade – não apenas biológica, mas também cultural, étnica e religiosa – é decisiva para a manutenção da vida. Isso significa levar em conta a maneira pela qual as comunidades lidam com a realidade: sua língua, suas histórias, religiosidade, crenças, tecnologia, relações de poder, entre outros (CARTA, 2010).

Um exemplo de etnossustentabilidade presente nas comunidades quilombolas e que, surpreendentemente, adquire atualidade com a emergência da agroecologia, é o "serviço de negro". Antônio Leonel Rodrigues Soares esclarece a prática histórica entre as comunidades. Conhecido pejorativamente como "serviço de negro", a prática revela um saber ancestral que se identifica no tempo presente com os conhecimentos agroecológicos: a roça não precisa estar totalmente "limpa" de outras plantas não agricultáveis. A agroecologia ensina que a "limpeza total" pode comprometer a biodiversidade. Roças totalmente limpas, mais do que um "capricho" do agricultor, pode revelar uma prática inadequada de relacionamento com o meio ambiente. A conclusão então é que o "serviço de negro" foi historicamente uma prática agrícola sustentável. Soares chama atenção para a prática de "serviço de negro" na comunidade Torrão. Segundo ele, o trabalho já vinha

sendo executado antes da presença do Capa na região e, se tivesse sido feito de outra forma, talvez a área já estivesse bem degradada (SOARES, 2009).

Alguns objetivos direcionaram a ação do Capa entre as quatro comunidades escolhidas para as atividades: desenvolver, junto à comunidade de remanescentes dos quilombos do território do Rio Grande do Sul, um conjunto de ações com o objetivo de resgatar a autoestima, valorizar a cultura e etnia e proporcionar a busca de melhor qualidade de vida e o etnodesenvolvimento dessas população; propor espaços de organização das comunidades, dando condições de implementação de políticas públicas afirmativas; dar maior visibilidade à existência das comunidades quilombolas no território sul do Rio Grande do Sul (SURITA & BUCHWEITZ, 2007, p. 19).

O Projeto Pequenos Agricultores Quilombolas procurou estabelecer uma "fotografia" do modo de vida das comunidades. Procurou-se constituir a memória histórica a partir de entrevistas domiciliares com os membros mais idosos dos ramos familiares, o que permitiu aprofundar as histórias e os mitos da criação dessas comunidades, costumes e relações interpessoais. A narrativa dos anciãos está assentada em um caráter de respeito e de autoridade entre os membros da comunidade. Constatou-se que as novas gerações reconhecem, na palavra do "velho", sabedoria e poder que derivam dos ancestrais.

O projeto permitiu concluir que a dispersão de famílias não tem inviabilizado a mobilização das mesmas famílias em torno de uma proposta de trabalho que leva em consideração a especificidade étnica do grupo, buscando a melhoria da qualidade de vida através de intervenções que visem ao resgate e à valorização da memória e de aspectos culturais, a organização política e a sustentabilidade no âmbito produtivo. A plantação e a criação de animais para a subsistência se constitui no principal meio de vida e a tradição no exercício dessas atividades é considerado um elemento fundamental a ser potencializado na elaboração de projetos pelo Capa (SURITA & BUCHWEITZ, 2007, p. 37).

A adentrar com o projeto nas comunidades percebeu-se que muitos quilombolas dominavam a prática de uma agricultura tradicional, não utilizando venenos ou adubo químico, até pela falta de recursos financeiros para adquiri-los. Com relação às condições de uso do solo, viu-se que no município de São Lourenço do Sul muitos faziam um manejo adequado, com proteção de plantios em faixas, quebra-ventos, curvas de nível, a partir do conhecimento obtido dos antepassados ou através da observação dos fenômenos da natureza. Já em Canguçu, ali verificou-se a necessidade de realizar um curso de conservação do solo em razão de serem constatados usos inadequados do mesmo (SURITA & BUCHWEITZ, 2007, p. 69-70).

O intercâmbio entre os diversos fazeres e saberes de cada localidade quilombola pode ainda ser considerado um item importante que foi viabilizado pelo Capa e pode ser entendido como uma forma solidária de trabalho desenvolvida por aquela entidade. O diagnóstico feito pelo Capa acabou mostrando potencialidades, sem descuidar das referências culturais locais. Dessa forma, as atividades na área do artesanato enfatizaram necessidades, desejos, valores culturais e a etnicidade, valorizando os saberes tradicionais. O artesanato acabou promovendo visibilidade das comunidades em feiras locais, encontros e seminários regionais e estaduais (SURITA & BUCHWEITZ, 2007, p. 77).

Atuando em convergência e viabilizando o acesso às políticas públicas, o Capa avalia que a falta de visibilidade do trabalho e o descaso com a produção quilombola foi superada com a organização das comunidades e sua inserção em programas como Comercialização Solidária/Fome Zero e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), gerando aumento de renda nas comunidades, maior consciência de sua cidadania e aumento da autoestima (SURITA & BUCHWEITZ, 2007, p. 72).

Com a visibilidade e a inserção das comunidades em economias solidárias, verifica-se uma nova territorialidade das comunidades assistidas pelo Capa. É, no entanto, mais que isso, pois são "histórias caladas" que parecem ressignificar o seu tempo. No dizer de Enrique Leff, trata-se de falar da sobrevivência do passado no presente, da configuração de novas identidades e da construção de novas utopias que reorientam o mundo para alternativas futuras. As histórias caladas que pareciam ter perdido sua memória e suas tradições se ressignificam dentro de uma política do ser e do tempo. Com isso reconstroem eventos históricos passados através da atualização de significados antes oprimidos (LEFF, 2009, p. 343). A mediação do Capa entre comunidades quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul, parece convergir com o que discute Leff.

CONCLUSÃO

A pesquisa da qual este fragmento reflexivo foi retirado, conclui uma fase de estudos sobre a inserção social da IECLB que se operacionaliza pelo Capa entre grupos de sujeitos precarizados, tendo uma maior atenção aos pequenos agricultores que foram impactados principalmente com o advento da modernização agrícola. Não se podem esquecer, porém, outros grupos que, normalmente, não são considerados agricultores ou camponeses num sentido mais "clássico", mas que também recebem atenção da entidade: indígenas, pescadores artesanais e comunidades de remanescentes de quilombos.

A questão quilombola pode ser considerada uma "paisagem" sociopolítica complexa e que apresenta uma semântica variada e alguns equívocos interpretativos, sejam eles de natureza acadêmica, jurídica ou de grupos contrários às políticas de inserção na sociedade dos remanescentes do período da escravidão. Um dos principais problemas que se pode destacar, diante das expectativas criadas, é o de que as comunidades quilombolas se caracterizariam em "espaços congelados" do passado ou de que existiria a possibilidade de recuperar registros históricos do período escravocrata. Depois de mais de um século de "Lei Áurea", o quadro social representado pelas populações negras apresenta-se metamorfoseado e complexificado.

A Constituição Brasileira de 1988 assegurou e garantiu respeitabilidade às populações que formam os remanescentes de quilombos, porém só a partir da última década, e com as legislações infraconstitucionais, o assunto parece ter evoluído. Mesmo assim, contudo, o acesso a terra continua, em muitos casos, uma incógnita, e muitos grupos quilombolas têm evitado tocar no assunto no intuito de evitar conflitos. Discutir o acesso a terra é mais problemático do que discutir a etnia. Suspeita-se que o Estado possa não ter a força necessária para assegurar os direitos constitucionais aos quilombolas. Daí a importância dos movimentos sociais e das organizações no processo. O fato de muitas comunidades procurarem evitar conflitos revela o quanto a questão é complexa.

O diálogo com a equipe do Capa e com pessoas das comunidades quilombolas revelou que muitos preferem acesso a crédito subsidiado para reformar a casa ou comprar um "pedacinho" de terra do que se envolver num processo de demarcação ou titulação por considerar perigoso, desgastante e com final imprevisível. A problemática tem, contudo, o mérito de colocar em pauta um assunto que guarda conexões ancestrais com uma sociedade que, durante muito tempo, foi escravagista. É, enfim, um assunto polêmico e ainda não resolvido pela sociedade brasileira. À medida que as comunidades quilombolas passam a ter visibilidade perante a sociedade em geral, nessa medida começam também a se tornar mais visíveis os conflitos.

A pesquisa foi motivada pela inserção da IECLB entre as comunidades de remanescentes de quilombos na região polarizada pela cidade de Pelotas, RS. Essa

inserção é operacionalizada pelo Capa, que, na pesquisa, é entendido por uma organização, uma entidade do Terceiro Setor, e que realiza um trabalho técnico e social de mediação entre comunidades de pequenos agricultores com o intuito de implantar sistemas agroecológicos de cultivo. O trabalho entre os quilombolas faz parte do universo de ação entre as comunidades assistidas pelo Capa.

Enquanto entidade mediadora, o Capa atua em sinergia com as comunidades como um dos sujeitos das novas formulações identitárias. Uma das formas de construção identitária se revela pela via da percepção de um saber ancestral que num processo de ressignificação pode se transformar num novo saber ambiental. Estes saberes permitem que as comunidades se articulem e resistam a forças que buscam debilitá-las.

A pesquisa revelou que uma das formas utilizadas pelo Capa no processo de formulação identitária foi permitir que as pessoas das comunidades falassem, que elas se encontrassem e compartilhassem suas experiências de vida. A fala foi capaz de revelar forças escondidas e constituiu-se num elemento importante para a construção de territorialidades, de identidades e de novos saberes. A possibilidade de falarem, e não serem apenas "falados", permitiu que as comunidades deixassem de ter a sensação de morar "escondidinhas".

Para além dos ensinos da agroecologia, o Capa acaba atingindo um "inesperado" resultado, que foi o de possibilitar visibilidades a grupos que existiam, mas que eram praticamente ignorados diante de uma "outra sociedade". Para a "outra sociedade", esses grupos não passavam de uma "nuvem negra" – expressão preconceituosa e ofensiva – e sem grande importância. A "segunda abolição" mencionada por um periódico pelotense parece não ser apenas eufemismo, mas revela possibilidades reais de emancipação desses grupos. Na articulação dos diversos sujeitos, as histórias caladas, que pareciam ter perdido sua memória e suas tradições, se ressignificaram dentro de uma política do ser e do tempo.

Foto 1- "A fala revela forças escondidas" Comunidade Quilombola do Cerro das Velhas, Canguçu, RS.

Fonte: Acervo fotográfico do autor

NOTA:

[2]A pesquisa denominada "Luteranos em território quilombola", foi desenvolvida de 2010 a 2012, e contou com apoio institucional da Unioeste. Alguns fragmentos da pesquisa, com ênfases diferenciadas foram publicados anteriormente nas revistas Horizonte (2013), Estudos Teológicos (2013) e Ciência Geográfica (2011).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. A herança da terra no trabalho com fontes orais. In:_____. **Cultura, trabalho e memória:** faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

BOBSIN, Oneide. Tendências religiosas e transversalidade: hipóteses sobre a transgressão de fronteiras. In: _____. **Correntes religiosas e globalização**. São Leopoldo, RS: PPL, 2002.

CARTA de São Lourenço do Sul. Disponível em: <http://www.ieclb.org.br>. Acesso em: 6 out. 2010.

EXALTAÇÃO, Edimere; GOMES, Flávio. Remanescente de quilombo. In: MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Márcia de Quevedo. **Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde**. São Leopoldo, 17 de nov. 2010.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LESSA, Daniela Silveira. **Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.** São Lourenço do Sul, 14 jul. 2009.

MAGALHÃES, Antonio; PORTELLA, Rodrigo. **Expressões do sagrado:** reflexões sobre o fenômeno religioso. Aparecida do Norte, SP: Santuário, 2008.

MEDEIROS, Eduardo. **Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.** Pelotas, 13 de julho de 2009.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural:** reforma agrária em migalhas. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

RADKE, Islair. **Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.** Pelotas, 13 de julho de 2009.

RELATÓRIO de avaliação externa do capa: período 2000-2005. Porto Alegre, abr. 2006.

REUNIÃO do capa na comunidade de remanescente de quilombos do cerro das velhas. 5º Distrito de Ganguçu. 15 de julho de 2009.

ROSA, Maria Conceição Duarte da. **Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.** São Leopoldo, 17 de nov. 2010.

SANTANA, Oraci José. **Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.** São Lourenço do Sul, 14 de julho de 2009.

SCHIAVO, Luigi. Síntese e perspectivas. In: MOREIRA, Alberto da Silva; OLIVEIRA, Irene Dias. **O futuro da religião na sociedade global:** uma perspectiva multicultural. São Paulo: Paulinas, 2008.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições

teóricas. **Ambiente e Sociedade**, ano V, n. 10, 2002.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
SOARES, Antônio Leonel Rodrigues. **Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde**. Pelotas, 13 de julho de 2009.
SURITA, Rita. **Entrevista concedida a Tarcísio Vanderlinde.** Pelotas, 13 de julho de 2009.
SURITA, Rita; BUCHWEITZ, Susanne (Coord.). **Descobri que tem raça negra aqui.** Pelotas, RS: Seriarte, 2007.
VANDERLINDE, Tarcísio. Motivação eclesial luterana e inserção entre comunidades quilombolas: a força da oralidade. **Horizonte**: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião (Online), v. 11, p. 593-606, 2013.
VANDERLINDE, Tarcísio. O capa no universo das ONGs: novas territorialidades num campo de ações contraditórias. **Ciência Geográfica**, v. XV, p. 52-57, 2011.
VANDERLINDE, Tarcísio. O saber agroecológico motivado pela espiritualidade: luteranos em território quilombola. **Estudos Teológicos**, v. 53, p. 297-309, 2013.
VANDERLINDE, Tarcísio. **Entre dois reinos:** a inserção luterana entre os pequenos agricultores no Sul do Brasil. Cascavel, PR: Edunioeste, 2006b.

PROBLEMAS ESTRUTURAIS E AGENDA DE AÇÕES PARA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

STRUCTURAL PROBLEMS AND THE AGENDA OF ACTIONS TO THE OUTERMOST REGIONS

Paula Gabriele Sena dos Santos[1]
Gutemberg de Vilhena Silva[2]

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar a construção de uma agenda de ações estruturais para as Regiões Ultraperiféricas (RUP's). Conclui-se que as RUP's continuam vulneráveis, mas a estruturação de um *sistema de engenharia* favorável ao desenvolvimento regional está sendo viabilizada.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Dependência Estrutural; Regiões Ultraperiféricas

ABSTRACT: This work aims to analyze the construction of an agenda of structural actions for the Outermost Regions (OR's). It was concluded that the OR's still vulnerable, but the organization of a favorable engineering system to regional development is being structured.

Key words: International Relations; Structural Dependence; Outermost Regions

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as orientações de políticas públicas para as Regiões Ultraperiféricas (RUP's), enfatizando a construção de uma agenda de ações a partir de problemas estruturais analisados a seguir. Tomando por base metodológica análise bibliográfica, documental e estatística, o presente artigo é dividido em duas partes: primeiro são apresentadas características institucionais, a espacialidade e o perfil sócio-econômico das RUP's. Em seguida, avaliação é feita sobre a construção de um *Sistema de Engenharia* (SANTOS; SILVEIRA, 2001), tais como telecomunicações, transporte multimodal, melhoramento da matriz energética, etc.) com o intuito de favorecer o desenvolvimento regional.

As RUP's (Figura 1) correspondem a um conjunto de territórios pertencentes à União Europeia (UE), porém situadas fora do continente europeu e dotadas de problemas estruturais permanentes, consequência de especificidades naturais e socioeconômicas.

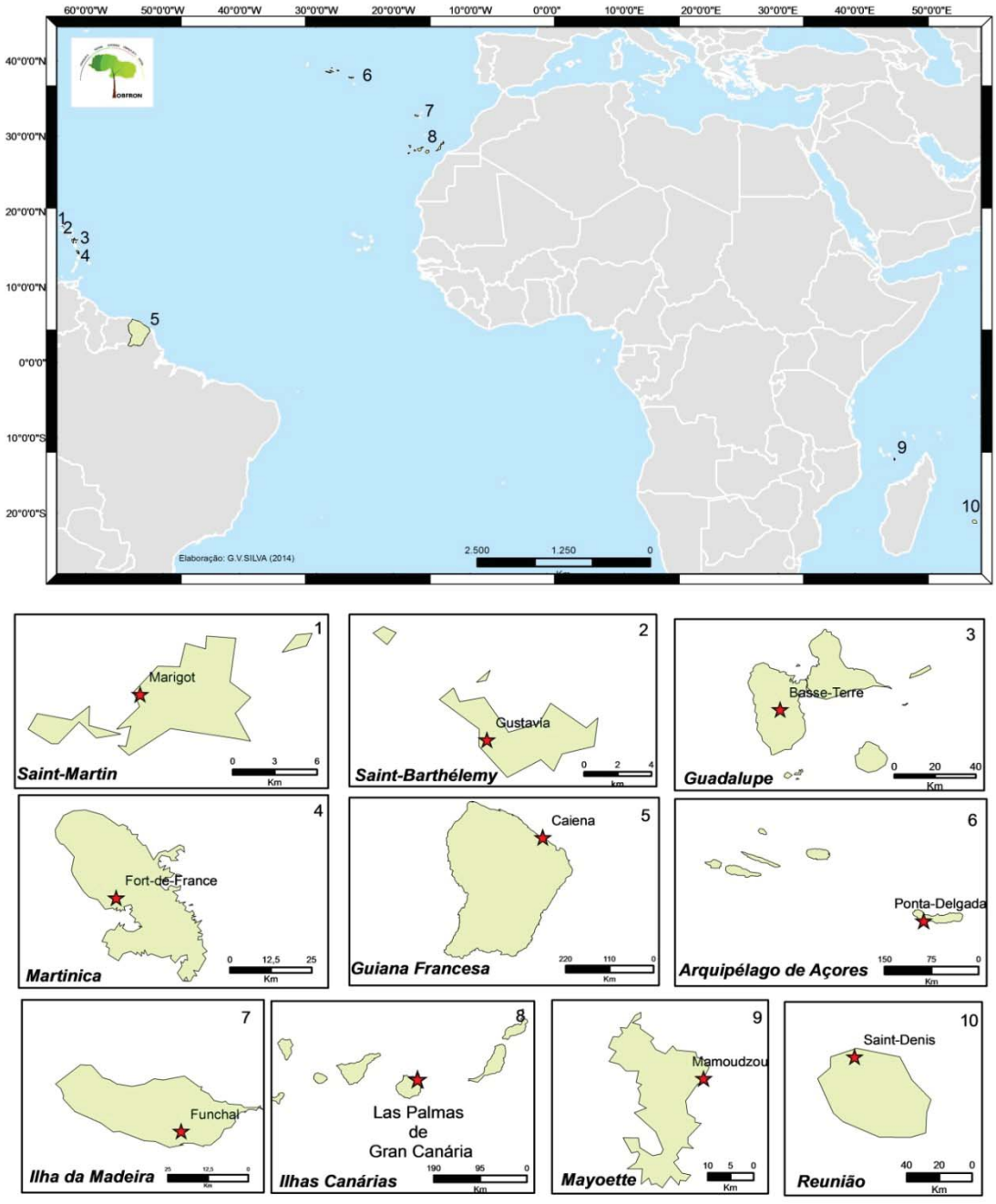
1 Geógrafa e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).
Email. paulagabriele.geo@gmail.com.

2 Geógrafo, com mestrado e doutorado na mesma área. É docente no curso de Relações Internacionais da UNIFAP. Coordenador do Observatório das Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDES). Email: bgeografo@gmail.com

Artigo recebido em outubro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014

A distância destas RUP's do centro administrativo de seus países (Portugal, Espanha e França) varia de 1.000 km (Ilha da Madeira, de Portugal) até 9.400 km (Ilha de Reunião, da França).

Figura 1- As regiões ultraperiféricas da União Europeia.



Portugal, Espanha e França são os únicos Estados nacionais que possuem RUP's no mundo. Atualmente, em conformidade com os art. 349 e art. 355 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) as RUP's são 10 no total: os quatro departamentos ultramarinos franceses Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica e Reunião) e três coletividades ultramarinas também francesas (Saint Martin, Saint Barthélemy e

Mayoette); as duas regiões autônomas portuguesas (Arquipélago de Açores e Madeira); e uma comunidade autônoma espanhola (Ilhas Canárias) (Figura 1).

O *STATUS QUO* DAS ULTRAPERIFERIAS: INSTITUCIONALIDADE, ESPACIALIDADE E PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

O termo *Ultraperiferia* foi pela primeira vez abordado no Conselho Europeu de Rodes, em 1988, por iniciativa das autoridades portuguesas. Somente em 1992, contudo, houve o reconhecimento no âmbito político-institucional do termo através dos art. 349 e art. 355 do TFUE. Neste caso, *ultraperiferia* foi usada para se referir a territórios europeus que sofrem de um atraso estrutural, agravado por diversos fenômenos que prejudicam gravemente o seu desenvolvimento econômico e social (FORTUNA, 2005; VALENTE, 2009).

Conforme CRG (2013), já ocorreram 19 reuniões entre os participantes das RUP's, no período 1995 e 2013, nas quais se discutiram assuntos variados face aos seus *condicionantes de ultraperifericidade* das RUP's. Esses condicionantes são: i) o grande afastamento do continente europeu, ii) insularidade e pequena superfície, iii) o relevo acidentado, e iv) a dependência econômica em relação a alguns produtos e formas de energia (MCRIT, 2005; CEM, 2005; FORTUNA, 2009; VALENTE, 2009; 2011).

Quadro 1 – Lógica administrativa e produção econômica das RUP's

	Lógica Administrativa	**Principais Atividades/produtos da Economia local**
Açores	Desde 1976 o Arquipélago dos Açores constituem uma região autônoma de Portugal, dotada de seu próprio governo e parlamento que dispõe de ampla competência política e legislativa	Laticínio, carne, pesca e turismo.
Ilhas Canárias	Parte do sistema espanhol de comunidades autônomas no seio de sua monarquia parlamentar. Possuem um governo independente e um parlamento próprio de 60 assentos e são divididas em duas províncias: Las Palmas de Gran Canária e Santa Cruz de Tenerife.	Agricultura (Banana, tomate, batata), pesca, cultivo de plantas e flores, vinicultura, indústria agroalimentar e turismo. Suas atividades de ponta são a pesquisa e o desenvolvimento em biomediciona, astronomia.
Madeira	Desde 1976, a ilha da Madeira, que é dividida em 11 comunas, constitui uma região autônoma da República de Portugal, com seu próprio Parlamento e Governo.	O turismo constitui a mais importante base da economia local. A zona franca de Madeira apresenta um papel importante na diversificação e modernização de sua economia. Além disso, a agricultura (bananas destinadas ao mercado local e nacional), flores, vinicultura, pesca artesanal, produção de bordados, tapeçaria e cestaria também fazem parte da produção econômica.
Guiana Francesa	Departamento Ultramarino Francês – (*Département d'outre-mer* - DOM) desde 19 de março de 1946.	As atividades econômicas da Guiana Francesa são desenvolvidas sobre sua faixa costeira ou nas cidades mais importantes (Caiena, Kourou, Saint-Laurent-du-Maroni, Remire-Montjoly e Matoury). Ela é estruturada em setores tradicionais da agricultura e pesca, mas possui uma importante base nas atividades do terciário. Desde os anos 1970, possui o Centre Espacial Guianes (Centre Spatial Guyanais – CSG) por onde é orquestrado o desenvolvimento de atividades de pesquisa e de desenvolvimento com tecnologia de ponta. O desenvolvimento econômico se articula hoje por meio da valorização da biodiversidade, bioenergia e o reforço do setor mineral (ouro e exploração de petróleo *off-shore*).

Guadalupe	Departamento Ultramarino Francês – (*Département d'outre-mer* - DOM) desde 19 de março de 1946.	O turismo e o setor de serviços são dois pilares econômicos. Além disso, agricultura (banana e melão principalmente) e produção de rum também são relevantes na economia. As energias renováveis e a pesquisa aplicada por meio do CIRAD*, INRA**, UAG***, etc., são reconhecidas como áreas promissoras.
Martinica	Departamento Ultramarino Francês – (*Département d'outre-mer* - DOM) desde 19 de março de 1946.	A produção de banana, mais importante produto agrícola de exportação da ilha, encontra-se em dificuldade no cenário internacional. A exportação de rum mantém-se no mercado franco-europeu. A indústria agroalimentar, o artesanato, a construção e os serviços são relevantes no PIB local também. Os setores de inovação nas áreas de biodiversidade, terciário superior e tecnologias da informação e comunicação oferecem oportunidades que melhoram a qualificação. O turismo, hotelaria e cruzeiros transatlânticos, após uma crise, modernizam-se para melhor captar os fluxos mundiais de turismo oriundos da UE e da América do Norte. Por hora, a estratégia econômica é pautada sobretudo na agronindustria a partir de novas infraestruturas (portos, aeroportos, etc.) e da pesquisa.
Reunião	Departamento Ultramarino Francês – (*Département d'outre-mer* - DOM) desde 19 de março de 1946.	Pauta-se na agricultura (cana-de-açucar, carne e leite essencialmente), pesca e o setor de construção civil. As atividades de vanguarda incluem o turismo, indústria agroalimentar, pesquisa biomédica, tecnologias relativas à cultura de microorganismos, bem como indústria de energia solar.
Saint-Martin	Divide-se entre a parte francesa, ao norte (Saint Martin) e a parte holandesa, ao Sul (Sint Maarten). Esta é uma coletividade ultramarina (Collectivité d'Outre-Mer - COM) desde julho de 2007.	Baseada no comércio e na construção civil de obras públicas. As atividades de vanguarda são turismo de luxo, sexual e gastronômico.
Saint-Barthélemy	Coletividade ultramarina (Collectivité d'Outre-Mer - COM) desde Fevereiro de 2007.	Turismo e Agricultura.
Mayoette	Coletividade ultramarina (Collectivité d'Outre-Mer - COM) desde Fevereiro de 2007	Turismo e Agricultura.

*Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour Le Développement; **Institut National de La Recherche Agronomique; ***Université Antilhes Guyane. Atualmente passou por um processo de divisão.

Fontes: http://www.saintbarth-tourisme.com/en; Freitas (2010); FORTUNA, 2009; VALENTE, 2009; 2011; CRG (2013); Eurostat (2014); Kołodziejski (2014)

Conforme apresentado no Quadro 1, a base da economia das RUP's é assentada basicamente no turismo, na agricultura e na pesca. É possível também constatar que muitas possuem tecnologias de ponta, com destaque para a Guiana Francesa que abriga uma base espacial da UE com lançamentos frenquentes (Foto 1) na cidade de Kourou.

Foto 1 – Núcleo de lançamento da Agência Espacial Europeia (ESA) em Kourou.

Fonte: Trabalho de Campo (2011). Foto: Acervo de Gutemberg Silva

Segundo a Comissão Europeia (CE, 2012b), apesar das desvantagens que as caracterizam, as RUP's possuem um grande potencial de crescimento que se baseia nas suas especificidades. Em termos marítimos, as RUP's representam mais de metade da zona econômica exclusiva (ZEE) da UE, com uma reserva potencial dos recursos marinhos de 15 milhões de km² aproximadamente. Tal potencial equivale a um laboratório marítimo de profundidade relevante para a UE, que pode ser explorado em domínios como a segurança alimentar, a luta contra as alterações climáticas, a energia e a biotecnologia.

A sua biodiversidade representa um potencial nas áreas da saúde, da biomedicina e da biofarmácia, dos cosméticos e muitos outros setores como o dos materiais de construção ecológicos e o da madeira. Existem condições em várias regiões para desenvolver fontes de energia renováveis, desde os bicombustíveis até energia eólica, solar, geotérmica ou fotovoltaica. Em termos de capital humano, as RUP's dispõem de uma mão-de-obra com níveis de educação e de qualificação mais elevados e de serviços públicos e de competências mais avançados do que os seus países vizinhos, dando-lhes a possibilidade de prestar serviços e conhecimentos especializados em setores de elevado valor acrescentado (CE, 2012b).

Tabela 1 – Estatísticas das Regiões Ultraperiféricas

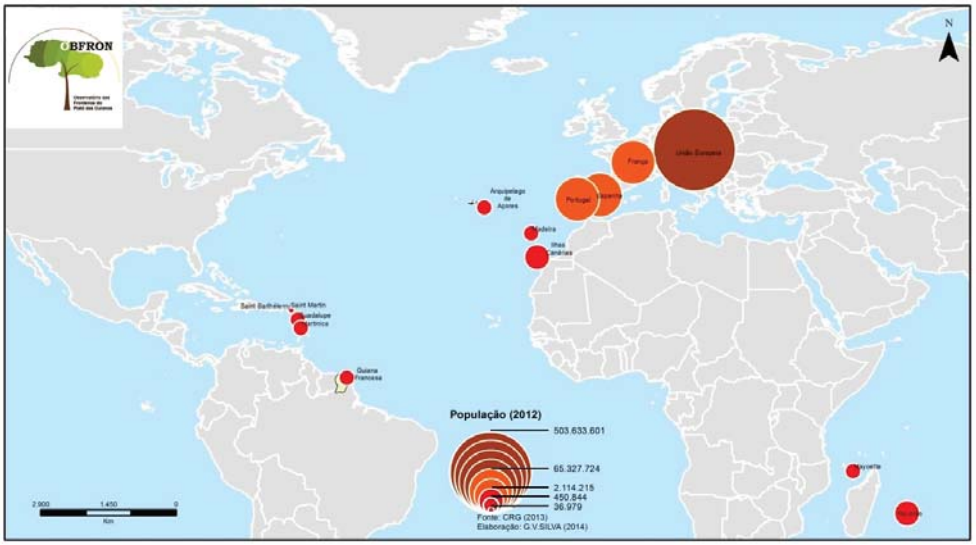
	Ilhas Canárias	Guiana Francesa	Guadalupe	Martinica	Reunião	Açores	Madeira	Saint-Martin	Saint-Barthélemy	Mayoette	União Europeia
Área total (em Km²)	7.447	84.000	1.710	1.080	2.510	2.333	795	53	25	376	4.303.401
População (2012).	2.114.215	239.450	450.844	390.371	827.868	247.066	266.540	36.979	8.000	212.600	503.633.601
Densidade populacional (por Km²/2012)	283,90	2,85	263,65	361,45	329,83	105,90	335,27	697,72	320,00	565,43	117,03
PIB (per capita/2009). União Europeia =100	87	53	66	72	67	75	105	61,9		26,4	100
Desemprego	29	21	24	21	29	7	7	-	-	-	-

Fonte: Freitas (2010); CRG (2013); Eurostat (2014); Kołodziejski (2014)

Conforme a Tabela 1, a maior dimensão territorial das RUP's é da Guiana Francesa, que responde por mais de 80% da superfície de todas em conjunto. As RUP's representam 2,3% da superfície terrestre da UE, e estão em posições geográficas privilegiadas em três oceanos e mares distintos (Caribe, Atlântico e Oceano Índico - Figura 1). Esse privilégio diz respeito principalmente à gestão internacional de oceanos e às relações de boa vizinhança com um número considerável de países, como Brasil, Índia e África do Sul (FREITAS, 2010; KOŁODZIEJSKI (2014).

A soma da população, em 2012, foi de 4.793.933, o que corresponde a aproximadamente 1% da UE. Destaque para as Ilhas Canárias que possui cerca de metade da população do conjunto e também para Saint Barthélemy pela última posição com apenas 8.000 pessoas no total. A Figura 2 apresenta a espacialidade da população das RUP's comparando-a com a de seus respectivos países e também com a da UE.

Figura 2 – População das Regiões Ultraperiféricas e seus países (2012)



De todas as RUP's a que possui a maior densidade populacional é Saint Barthélemy (697,72) que representa, em média, mais que o dobro de muitas outras RUP's. Os maiores PIB's/ per capita são da Ilha da Madeira e das Ilhas Canárias (Tabela 1). Os dados apresentados nesta tabela demonstram um comportamento variado entre as RUP's do ponto de vista estatístico que precisam ser avaliados em trabalhos específicos, não sendo este o objetivo do presente artigo.

As ultraperiferias europeias foram objeto de uma série de políticas públicas desde o *Ato Único Europeu* (VALENTE, 2009), assinado em 1986, visando diminuir suas dificuldades econômicas e sociais, bem como inseri-las no ambiente regional dos quais fazem parte, como é o caso da Guiana Francesa na América do Sul ou de Martinica e Guadalupe no Caribe.

Tabela 2 – Os programas de cooperação europeus implicados nas RUP's*

Programa	Tipo de cooperação	Financiamento FEDER (milhões de euros)	RUP's e países envolvidos
Amazônia	Transfronteiriça	12,8	República Cooperativista da Guiana, Brasil, Suriname e Guiana Francesa
Caribe	Transfronteiriça e transnacional	47,8	Martinica, Guiana Francesa, Guadalupe, países da África, Caribe e Pacífico designados pelas siglas - ACP.
Oceano Índico	Transfronteiriça e transnacional	35,4	Reunião e países do oceano Índico.
Açores/Canarias/Madeira	Transnacional	55,4	Açores, Canarias, Madeira, países da ACP
Cooperação transfronteiriça Atlântica	Transnacional	14,2	Canarias e Marrocos

* Não foram consideradas as Coletividades Francesas (Saint-Martin, Saint-Barthélemy e Mayoette).

Fontes: Bruxelas (2008); França (2011); Barnier (2011); Canária (2011) CE (2011; 2012a; 2012b); CRG (2013)

Como territórios distantes fisicamente do continente europeu, as RUP's são postos territoriais avançados da UE no mundo, desempenhando um papel geopolítico na proteção das rotas marítimas da Europa e na defesa de suas fronteiras externas. Além disso, as RUP's atuam também como parceiras estratégicas para a implementação de programas de cooperação em vários continentes (Tabela 2), cujo volume maior de investimentos é nas ultraperiferias portuguesas e espanholas.

RE-ESTRUTURAÇÃO DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS: ESTRATÉGICAS DE ACESSIBILIDADE, COMPETITIVIDADE E COESÃO.

A UE dispõe de um conjunto de políticas e instrumentos que, se aplicados de modo adaptado às realidades de cada RUP, podem ser utilizados para superar as dificuldades de acessibilidade de seus territórios. Essas políticas são em transporte, energia e telecomunicações, ou seja, na estruturação de um *Sistema de Engenharia*, tal como definem essas obras de infraestrutura Santos; Silveira (2001).

No que concerne ao *transporte* rodoviário para as RUP's situadas em arquipélagos, é necessário melhorias nas suas ligações internas e externas ao seu próprio território. A única região ultraperiférica continental, a Guiana Francesa, possui barreiras político-administrativas (enclave territorial) acerca das suas conexões rodoviárias com os países geograficamente próximos, Brasil e Suriname.

Em relação à melhoria das *ligações aéreas e marítimas* das RUP's, as orientações comunitárias europeias sobre o financiamento dos aeroportos e sobre os auxílios estatais às companhias aéreas que operam a partir de aeroportos regionais contêm, da mesma forma, disposições específicas para as RUP's, principalmente quando o assunto envolve a criação de novas linhas aéreas e marítimas com países vizinhos. No entanto, não existem acordos concluídos de liberalização do tráfego com tais países.

As RUP's apresentam uma posição desfavorável no contexto do planejamento das Redes Transeuropeias de Transportes (RTT's), que, conforme Canária (2009), são os seguintes: Elas estão excluídas

a) da rede rodoviária regional, com exceção das ligações com os portos e os aeroportos de Gran Canaria e Tenerife, nas Ilhas Canárias;

b) da rede das auto-estradas pelo mar, com exceção do Arquipélago de Açores, Canárias e da Madeira, no que concerne à extensão dos eixos principais das RTT's com os seus países vizinhos, mas com muitas dificuldades de aplicação;

c) dos projetos prioritários**,** mesmo tendo em conta que vários grandes projetos em infraestrutura foram ou estão em execução na escala local, para permitir quebrar o seu isolamento, como a construção de aeroportos por exemplo.

Para garantir uma redução do *déficit de acessibilidade*, levando-se em conta as especificidades de cada RUP, pretende-se investir no *setor energético*, a partir da valorização sustentável dos recursos naturais. Este setor das RUP's é caracterizado por um isolamento total dos sistemas – o que é agravado naqueles que são arquipélagos pela sua dimensão reduzida, em termos de abastecimento e pela forte dependência de uma única fonte de energia (CANÁRIA, 2009).

No que toca às *telecomunicações*, no memorando de 2008, fruto de reunião realizada em Bruxelas, a Comissão Europeia reafirmou que as RUP's possuem o poder de funcionarem como plataformas de disseminação tecnológica e verdadeiros portais científicos, no seu ambiente geográfico próximo. Todavia, a realidade mostra que nas RUP's existe uma defasagem em matéria de acessos à tecnologia com relação às médias europeias. Além disso, persiste o atraso na implantação das novas e mais modernas tecnologias de informação e comunicação (OLIVEIRA, 2011).

Além de romper com o isolamento, propõe-se também continuar com o modelo de desenvolvimento pautado na valorização do potencial endógeno das RUP's para a criação de um ambiente propício à sua competitividade. Sendo assim, o eixo-chave da competitividade está associado ao princípio da coerência das políticas europeias, pois essas atividades são essenciais ao equilíbrio econômico e social, e só trazem resultados satisfatórios com elaboração e implementação em sintonias.

Os setores produtivos de indústria e serviços são incluídos nas políticas comunitárias como potenciais de inovação a serem desenvolvidos e, por isso, necessitam de uma estratégia melhor pensada, levando em consideração que o setor produtivo é particularmente vulnerável a certos fenômenos, como a intensificação da relação entre mercados internacionais, a concorrência com produtos estrangeiros, ou ainda a forte dependência de energias fósseis e de matérias-primas provenientes do exterior. Isso torna as RUP's mercados residuais, conforme aponta Canária (2009).

Esse cenário é estimulado pela existência e acumulação de custos adicionais (pequena dimensão do mercado, afastamento e insularidade, falta de recursos produtivos – fontes de energia – e de matérias primas, por exemplo) que prejudicam um desenvolvimento equilibrado do setor industrial, por exemplo. Apesar de todas as dificuldades nas RUP's, Canária (2009) afirma que o setor produtivo de bens em tais

regiões assegura às suas respectivas economias emprego mais estável e qualificado, além de desenvolver o conhecimento no processo de investigação de produtos e manter uma estreita ligação com as universidades e os centros de conhecimento, ajudando assim a diminuir a dependência face ao exterior.

CONCLUSÃO

Mesmo com o conjunto de políticas europeias para as RUP's, estas continuam apresentando economias vulneráveis. Devido a incoerências entre o discurso europeu de desenvolvimento para as RUP's e a realidade precária de subdesenvolvimento dessas regiões, novas propostas europeias, mesmo que de forma embrionária, visam pensar, de forma integrada, as dificuldades e as potencialidades correspondente a cada RUP, porém o desenvolvimento dessas regiões é um processo complexo de mudanças e transformações tanto econômica, política, quanto humana e social.

Seus condicionantes de ultraperificidade limitam ainda mais os resultados das políticas macroeconômicas e setoriais, mas a estruturação de um sistema de engenharia pautado em estratégias de desenvolvimento regional atua no sentido de valorizar as potencialidades das regiões ultraperiféricas.

REFERÊNCIAS

BARNIER, M. **Europe's outermost regions and the single market:** the EU's influence in the world. Report to the Member of the European Commission, October 2011.

BRUXELAS. **Programa operacional Amazônia 2007-2013**: França: Guiana. MEMO/08/387, jun 2008.

CANARIA. **Memorando conjunto das regiões ultraperiféricas:** as RUP no horizonte de 2020. Lãs Palmas de Gran Canária, out 2009. Disponível em: <http://www.draece.gov-madeira.pt/PDF/rup/Memorando_RUP.pdf>. Acesso em: 17 abr 2011.

COMISSÃO EUROPÉIA-CE. **Primeiro fórum da ultraperiferiaeuropéia**. Bruxelas, maio, 2010. Disponível em: <http://www.ec.europa.eu/regional_policy/conferences/rup2010>. Acesso em: 9 jul 2011.

_____. **Les régions ultrapériphériques régions D'europe:** D'atouts et D'opportunité. Luxemburgo: Office des publications de l'Union européenne, 2012a.

_____. **As regiões ultraperiféricas da União Europeia**: parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Bruxelas, 2012b.

CONSELHO REGIONAL DE GUADALUPE-CRG. **Dossier de présentation des régions ultrapériphériques d'Europe**. Conseil régional de Guadeloupe, 2013.

CONSELHO EMPRESARIAL DA MADEIRA-CEM. **Estudo sobre PME, ultraperiferia e artigo 299º da Tratado da União Européia**. Relatório Final. Fund Europa, fev 2005. Disponível em: <*http://*www.aicopa.pt>. Acesso em: 17 abr. 2011.

EUROSTAT. **Dados estatísticos da União Europeia**. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>. Acesso em: 14 jun. 2014.

FRANÇA. **Coopération territoriale européenne 2007–2013**. Programme de coopération. transfrontalière. Amazonie. Programme opérationnel. Document de travail. Version 17 Août 2007. Disponível em : <http://www.cr-guyane.fr/ressources/File/e-services/POGuyane.pdf>. Acesso em : 17 abr. 2011.

FORTUNA, M. A problemática das regiões ultraperiféricas. In: COSTA, J. S.; NIKAMP, P. **Compêndio de Economia Regional**. Cascais: Principia, 2009. v. 1.

FREITAS, T. **Development of the EU's outermost regions.** Brienfing: Library of the European Parliament, 2010.
OLIVEIRA, R. O papel das ultraperiferias da União Européia. In: JORNADAS AUTÁRQUICAS DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS DA UNIÃO EUROPÉIA E CABO VERDE, 8., 2010, Ponta Delgada. **Anais...** Disponível em: <http://www.cmu-rup.eu>. Acesso em: 04 jul. 2011.
SANTOS, M. SILVEIRA, M.L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SERVIÇOS DE SAÚDE PRIVADA NA FRONTEIRA DE PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI)[1]

PRIVATE HEALTH SERVICES ON THE BORDER OF PONTA PORÃ (BRAZIL) AND PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAY)

Rosana Keiko Dokko [2]
Lisandra Pereira Lamoso [3]

RESUMO: As cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero estão separadas apenas por uma rua, caracterizada como "fronteira-seca", o que faculta maior integração entre moradores paraguaios e brasileiros. O objetivo do trabalho é verificar se os serviços de saúde privada são compartilhados pela população de ambas as cidades, se os custos em Pedro Juan Caballero atraem a população de Ponta Porã e vice-versa. Pesquisamos o que motiva a busca por serviços de saúde privado de ambas as cidades. Esta pesquisa foi dividida em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. O estudo demonstrou que os serviços de saúde privada são compartilhados pela população das duas cidades, principalmente os serviços de saúde privado de Pedro Juan Caballero, que atrai a população pontaporanense em função de custos, intermediação de planos de saúde binacionais e relações de confiança.

Palavras-chave: Fronteira; Cidades-Gêmeas; Serviços de Saúde; Planos de Saúde; Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

ABSTRACT: The twin cities of Ponta Porã and Pedro Juan Caballero are separated only by a street, characterized as "border-dry", which provides greater integration between Paraguayans and Brazilians residents. This study verifies whether private health services are shared by the population of both cities, and whether prices in Pedro Juan Caballero attract the population from Ponta Porã, or vice versa. We researched what motivates the search for private health services in both the cities. This research was divided into bibliographic research and fieldwork. . The study showed that private health services are shared by the population of the two cities, and that Pedro Juan Caballero's private health services attract the Ponta Porã population due to costs, binational health plans and relationships based on trusts.

Key words: Border; Twin Cities; Health Services; Health Plans; Ponta Porã and Pedro Juan Caballero

1 Este texto foi produzido com dados da pesquisa sobre saúde na fronteira, sistematizados na dissertação de mestrado defendida em abril de 2014 no PPGG da UFGD, acrescido de contribuições da banca de defesa e incrementado com aprofundamento da revisão bibliográfica. As autoras agradecem o apoio do CNPq e da Fundect.

2 Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: rosanadokko@hotmail.com

3 Doutora em Geografia Humana. Docente na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: lisandralamoso@ufgd.edu.br

Artigo recebido em setembro de 2014 e aceito para publicação em dezembro de 2014.

INTRODUÇÂO

Os municípios brasileiros localizados na faixa de fronteira tem sido objeto de diagnósticos e preocupações no campo da política pública no sentido de atentar para essa extensa porção do território nacional que está mais diretamente em contato com as manifestações dos países vizinhos, principalmente localidades que, ao se formarem germinadas, derivam interações socioespaciais.

Na dinâmica das interações, processos de competição e complementaridade estão presentes no cotidiano. Nessa interação, destacamos compreender uma possibilidade em específico, que foi definido pelos serviços de saúde privada oferecidos nas cidades de Pedro Juan Caballero (Departamento de Amambay - Paraguai) e Ponta Porã (Estado de Mato Grosso do Sul - Brasil). Este recorte foi motivado por duas questões: a primeira, por considerar que há uma lacuna no estudo dos serviços de saúde privada ainda por ser preenchida. A literatura já apresenta pesquisas sobre compartilhamento de serviços de saúde pública, com destaque para programas como SIS Fronteira e outros. Um segundo motivo é uma idéia recorrente expressada por moradores do lado brasileiro, de que seria vantajoso para os paraguaios utilizarem os serviços no Brasil, entre eles o de saúde. Isso nos levou a investigar se também há um movimento formado por brasileiros em direção ao Paraguai e em que medida isso ocorre.

O trabalho empírico que embasa essa discussão foi realizado entre novembro de 2013 e março de 2014, com aplicação de 56 questionários em usuários dos serviços de saúde que estavam à espera de serem atendidos em clínicas particulares dos dois municípios. Realizamos 4 entrevistas e reunimos informações de convênios que oferecem planos de saúde. É necessário registrar a dificuldade tanto com informações relativas aos planos de saúde quanto a dados sobre as clínicas e hospitais localizados em Pedro Juan Caballero. A seleção dos estabelecimentos se deu após visitas *in loco* que avaliaram a quantidade de pessoas que aguardavam atendimento e por terem sido as mencionadas por moradores escolhidos de forma aleatória, como "as mais conhecidas".

A estrutura desse texto inicia com uma breve discussão sobre a questão institucional do limite legal entre municípios de diferentes países; caracteriza ambos quanto aos aspectos históricos e econômicos, que ajudam a compreender relações de compartilhamento consolidadas; trás elementos sobre os serviços de saúde e termina por apresentar as características desse compartilhamento.

LIMITES E INTERAÇÕES

O limite entre as duas cidades é estabelecido por apenas uma rua, que separa legislações diferentes. O limite é utilizado para a delimitação do território interno, pois o "limite, por outro lado, é a marca divisória de dois sistemas políticos soberanos" (SILVA, 2014, p.5). Pelo fato de seu limite ser estabelecido por uma rua e não possuir uma barreira natural como um acidente geográfico ou uma barreira física, quem não conhece a cidade, não percebe, num primeiro momento, esse limite. Como relata Benitez,

> Innumeras veces oí de visitantes que no se hablan percatado de que lado del hito estaban; y que lês parecia tan sui gêneris, el hecho de que dos ciudades pertencientes cada uma a um país, pareciam uma sola. Percibiéndose las individualidades solamente al prestarse atención em lós carteles, idiomas, símbolos e infraestructura (BENÍTEZ, 2008, p.13).

A linha imaginária separa duas legislações diferentes que, por sua vez, regulam o acesso aos serviços de saúde. Há, por parte da legislação brasileira, programas que tentam integrar o acesso aos serviços de saúde, como o Programa Sistema Integrado de Saúde da Fronteira - SIS Fronteira.

A palavra "limite" tem origem latina e designa o fim de uma coesa unidade político-territorial, uma ligação interna, como expõe Machado:

> A palavra *limite*, de origem latina, foi criada para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna. Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito do Estado, onde a soberania corresponde a um processo absoluto de *territorialização*. O monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o *estado territorial*) (MACHADO, 1998, p.42-23).

Fronteira designava o que estava à frente, sendo que seu conceito não era político, como afirma Machado:

> A palavra fronteira implica historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente. A origem da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político ou intelectual. Nasceu como um fenômeno da vida social espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmeros tornaram-se *lugares de comunicação* e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política (MACHADO, 1998, p.41-42).

Ponta Porã e Pedro Juan Caballero limitam-se por uma rua de fácil acesso entre as duas cidades. Este limite é fixo, sendo a linha internacional que designa aos processos administrativos e jurídicos. Ponta Porã é considerada cidade-gêmea pela legislação brasileira. Para definir as cidades-gêmeas, usamos a Portaria n° 125, de 21 de março de 2014, na qual o Ministério da Integração Nacional estabelece o conceito de cidades-gêmeas nas linhas de fronteira nacionais, tendo em vista as crescentes demandas pelos municípios de políticas públicas específicas e para a integração sul-americana (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2014):

> Art. 1° Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

> Art. 2° Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentam, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes.
> Art. 3° A lista de cidades-gêmeas nacionais encontra-se no Anexo desta Portaria.
> Parágrafo único. Os municípios designados como localidades fronteiriças vinculadas em acordos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional, que não constam na lista de Anexo desta Portaria, serão equiparados às cidades-gêmeas.
> Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2014, p. 45).

As cidades-gêmeas são cidades que estão próximas ao limite internacional, as quais podem aparecem conurbadas, como é o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Possuem articulação terrestre, diversas culturas e alto grau de interação.

As interações espaciais ocorrem na saúde quando usuários de Ponta Porã vão a Pedro Juan Caballero para utilizar os serviços de saúde ou quando usuários de saúde de Pedro Juan Caballero buscam serviços de saúde de Ponta Porã.

OS MUNICÍPIOS DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

O Município de Ponta Porã está localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, no Brasil. Faz limite com o Município de Pedro Juan Caballero, que é capital do Distrito de Amambay, no Paraguai. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013), Ponta Porã possui uma população de 83.747 habitantes. Segundo dados do Atlas do censo de Amambay (2002), Pedro Juan Caballero possui 88.189 habitantes, um pouco mais de 170 mil habitantes.

Ponta Porã e Pedro Juan Caballero possuem sua base econômica na prestação de serviços. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o Município de Ponta Porã possui sua base econômica na prestação de serviços e, em segundo lugar, na agropecuária. Em Pedro Juan Caballero, de acordo com o Atlas Censal del Paraguay (2002), sua economia está baseada também no comércio e serviços, em seguida aparece a agropecuária.

Os dois Municípios (Ponta Porã e Pedro Juan Baballero) possuem a sua história na mesma base, visto que ambas pertenciam ao reino espanhol, portanto era do Paraguai antes da Guerra da Tríplice Aliança. Era chamada de Punta Porã que, segundo historiadores, significa "Punta Bonita", pois possuía uma visão muito bonita numa área localizada acima da cordilheira e composta por árvores de perobas, que forneciam boa sombra para o descanso. Aquele nome deu origem atualmente a Ponta Porã (Brasil) depois da Guerra da Tríplice Aliança, sendo refeita a demarcação dos limites. Assim, Punta Porã (antiga Pedro Juan Caballero) foi dividida em Pedro Juan Caballero (Paraguai) e Ponta Porã (Brasil) (BENÍTEZ, 2008).

O município de Ponta Porã teve várias formas administrativas, sendo subordinado a Nioaque e Bela Vista, mas só em 18 de julho de 1912 Ponta Porã se tornou um município autônomo. Em 1943, foi criado o Território Federal de Ponta Porã, com capital na cidade de Ponta Porã (a capital passou a ser Maracaju, mas em 1944 voltou a ser Ponta Porã). Mais seis municípios faziam parte contudo, em 1946, foi extinto o Território Federal de Ponta Porã e voltaram a fazer parte de Mato Grosso todos os Municípios que o compunham. Ao longo da história se desmembraram de Ponta Porã.

Após a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), o Mato Grosso estava enfraquecido economicamente, dependendo basicamente da atividade pecuária. Enquanto isso, Buenos Aires estava se fortalecendo e tornando-se um importante mercado

consumidor de erva-mate importante. O Porto de Concepción, no Paraguai, era utilizado para a exportação da erva-mate. Nessa conjuntura, houve a concessão de terras do sul do Mato Grosso para a exploração da erva-mate nativa, pela Companhia Matte Laranjeira. Naquela época, a base econômica estava na exploração da erva-mate, na pecuária e nas atividades comerciais (contrabandos transfronteiriços e os pontos de trocas dos povoados que surgiram na fronteira). A exploração da erva-mate tornou-se importante atividade econômica mas também, o arrendamento de terras dificultou o povoamento, que só teve estímulo a partir da não renovação do contrato pelo Governo de Vargas. A partir da década de 60, a atividade ervateira decaiu e a pecuária e a agricultura passaram a ser o centro das atividades econômicas de Mato Grosso. Em 1977, a Presidência de República separou o território, criando Mato Grosso do Sul.

Os núcleos urbanos se desenvolveram com origem comum e configuram-se em municípios com forte base na agropecuária de grãos, turismo de compras e serviços[1].

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE SAÚDE

Uma das mais relevantes diferenças entre os sistemas de saúde é universalidade oferecida no Brasil através do Sistema Único de Saúde. O sistema de saúde no Brasil é composto pelas esferas pública e privada. A esfera pública é representada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que abrange todos os serviços de saúde na esfera pública, como afirmam Carvalho e Félix (2013, p. 59):

> O Sistema Único de Saúde (SUS) abrange todas as ações e serviços na área de saúde pública, reunindo diversas atividades finalísticas da administração pública, tais como o serviço público em sentido restrito prestado diretamente ao usuário através da assistência à saúde (atendimento ambulatoriais e hospitalares), polícia administrativa (ações da vigilância), o fomento (programas de saúde), e a regulação (controle do fluxo de vagas do sistema).

O Sistema Único de Saúde é universal, pois prevê o acesso de todos os usuários com igualdade ao serviço. Além disso, compõe-se de integralidade, que designa a totalidade de assistência à saúde, e gratuidade, onde não se cobra taxa do usuário, pois tal serviço é financiado por recursos orçamentários de seguridade social político (CARVALHO & FÉLIX, 2013).

A esfera privada é dividida em dois subsetores, como afirma o Ministério da Saúde (2007) *apud* PIETROBON *et al.*, (2008, p.768):

> O subsistema privado é dividido em dois subsetores: o subsetor saúde suplementar e o subsetor liberal clássico. O liberal clássico é o composto por serviços particulares autônomos, caracterizados por clientela própria, captada por processos informais, em que os profissionais da saúde estabelecem diretamente as condições de tratamento e sua remuneração. A saúde suplementar é composta pelos serviços financiados pelos planos e seguros de saúde, sendo predominante neste subsistema. Este possui um financiamento privado, mas com subsídios públicos, gestão privada regulada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. Os prestadores de assistência são privados, credenciados pelos planos e seguros de saúde ou pelas cooperativas médicas,

> serviços próprios dos planos e seguros de saúde, serviços conveniados ou contratados pelo subsistema público, que são contratados pelas empresas de planos e seguros de saúde que fazem parte de sua rede credenciada.

O sistema de saúde no Brasil é misto, podendo ser público ou privado. Este trabalho tem como foco o sistema privado, composto pela saúde suplementar e pelo sistema liberal clássico. O subsetor de saúde suplementar em Ponta Porã é composto por convênios, como Unimed, Pax Primavera, Nipoasist, Cassems, entre outros.

Segundo os dados do IBGE (2014), a cidade de Ponta Porã, possui 13 estabelecimentos de saúde privados, 19 estabelecimentos de saúde públicos de esfera municipal, 1 estabelecimento de saúde público de esfera federal, mas nenhum estabelecimento de saúde de esfera estadual.

O sistema nacional de saúde no Paraguai tem como objetivo prestar serviço para toda a população de maneira equitativa, baseado no acesso integral à saúde, sendo dividido nos subsetores público, privado ou misto.

O subsetor público é formado por várias entidades, como

> Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (MSPyBS); Instituto de Previsión Social (IPS); Sanidad de las Fuerzas Armadas; Sanidad Policial; Universidad Nacional de Asunción; Municípos y Gobernaciones; y empresas estatales descentralizadas. (VALEMTIM & SILVA, 2006, p.299).

O Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social (MSPyBS) é composto pelo poder executivo que oferece serviços em 17 Departamentos e Assunção, inclusive no Departamento de Amambay, onde se encontra Pedro Juan Caballero. O MSPyBS atua na promoção da saúde, na prevenção de doenças e na reabilitação. O financiamento é realizado por diversos recursos, como os do tesouro público, os de pagamentos originados na Central Hidroelétrica de Itaipu, os recursos gerados por estabelecimentos de saúdo do Ministério, os recursos de crédito externo e os recursos especiais, entre outros.

Existe também o Instituto de Previsión Social é a oferta de serviços médicos e hospitalares de um sistema de seguro social contributivo para veteranos da Guerra do Chaco e seus familiares, além de professores, empregados, trabalhadores domésticos em Assunção e empregados de autarquias. As Forças Armadas possuem seus estabelecimentos de saúde, que oferecem o serviço a todos os militares ativos ou aposentados e seus respectivos familiares, presente inclusive em regiões nas quais não existem centros assistenciais públicos ou privados. A Universidade Nacional de Assunção presta serviços parcialmente gratuitos. O processo de descentralização do sistema de saúde presta serviços por meio de postos e centros de saúde. Já as empresas estatais prestam serviços de saúde e seguro médico adicional aos seus funcionários e familiares em instalações próprias (VALENTIM & SILVA, 2006, p.299).

As instituições mistas, como a Cruz Vermelha Paraguaia, são financiadas por uma fundação privada sem fins lucrativos e os salários dos funcionários são financiados pelo MSPyBS. Já o serviço subsetor privado é composto por instituições lucrativas e não lucrativas, sendo clínicas, hospitais, laboratórios, serviços de emergência etc. Estão incluídas empresas pré-pagas e seguradoras e pagamentos diretos do usuário (VALENTIM& SILVA, 2006, p.299).

O trabalho tem como foco o subsetor privado de Pedro Juan Caballero, no qual se encontram empresas seguradoras como COMED, Assismed, Medlife, Odontomédica, Migone, entre outros. Há também os estabelecimentos privados, que aceitam tanto convênios como pagamentos diretamente do usuário.

SISTEMA DE SAÚDE NA FRONTEIRA

Nas últimas décadas, tem-se percebido maior atenção à necessidade de compartilhamento dos serviços de saúde por populações que residem em municípios de fronteira.

Na literatura, Giovanella *et al.* (2007) discutiram a saúde nas fronteiras e outros temas correlatos como o acesso e as demandas de estrangeiros[5] e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), na perspectiva dos secretários municipais de saúde. O trabalho de Giovanella *et al.* (2007) tem como objetivo analisar as condições de acesso e as demandas por serviços de saúde em cidades fronteiriças do MERCOSUL. Para isso, foi realizado inquérito com secretários municipais de saúde de cidades brasileiras localizadas na linha de fronteira em 69 localidades, sendo estas nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de Mato Grosso do Sul. Pôde-se constatar que a busca pelo atendimento pela população de outros países é uma realidade nos municípios de fronteira. Isso indica que há campo para investigação também sobre a busca por serviços privados.

A dinâmica de territórios na zona de fronteira constitui realidades epidemiológicas e problemas de saúde compartilhados, requerendo, cada vez mais, ações conjuntas para se alcançar o controle e a garantia de acesso à saúde. O estudo de Giovanella *et al.* (2007) apresentou outra dificuldade, que é a interpretação do direito à garantia do sistema de saúde, devido à diversidade de concepções de "estrangeiro", considerado como brasileiros não residentes no Brasil, brasileiros com dupla nacionalidade, filhos de brasileiros nascidos em outro país, ou filhos de estrangeiros nascidos no Brasil (sem documentação brasileira, devido à falta de recursos econômicos) (GIOVANELLA *et al.,* 2007).

É necessário comentar a questão da binacionalidade, sobre as pessoas que possuem dupla nacionalidade em regiões de fronteira, como afirma Biolchi, 2006, p.46:

> A dupla nacionalidade é normal nas cidades fronteiriças, principalmente em fronteiras secas. Observa-se um comportamento diferente no departamento de Amambaí em relação às outras regiões de fronteira do país, em particular podemos citar a população de Cidade do Leste que tem nacionalidades bem definidas. Em Pedro Juan, a maioria da população nativa tem dupla nacionalidade, muito Paraguaios têm documento de identidade brasileira e vice-versa. A identificação como nacionais de um ou de outro país se dá, principalmente, áqueles que nasceram em outras cidades ou lugarejos de fronteira, razão esta que, provavelmente explica o alto índice de documentação das populações destas cidades. (BIOLCHI, 2006, P.46).

Em Pedro Juan Caballero há pessoas com dupla nacionalidade então é considerável a probabilidade das pessoas com dupla nacionalidade conseguirem a documentação necessária para fazer o cadastro do cartão SUS. Sendo assim, essas pessoas não são contabilizadas como paraguaias no Sistema Único de Saúde.

A maioria dos secretários municipais considerou que os paraguaios têm direito ao atendimento do SUS mas ainda são identificadas barreiras no atendimento dos serviços de saúde, ferindo a legislação nacional. Ainda que a legislação nacional não se refira especificamente ao acesso de estrangeiros ao SUS, depreende-se do texto legal que o direito universal à saúde transcende os cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, abrangendo a todos os seres humanos e que o acesso ao SUS deve ser permitido a todos, independente da nacionalidade (GIOVANELLA *et al.,* 2007).

Para estrangeiros residentes em cidades fronteiriças não há referência, no *Estatuto do Estrangeiro,* ao acesso e a atenção à saúde, ficando a responsabilidade da garantia dependente do poder discricionário da autoridade local. Existem ainda dificuldades burocráticas e financeiras para a regularização da situação de residência ou cidadania, o que gera um frequente número de pessoas sem a documentação necessária nas cidades de fronteira não podendo exigir seus direitos (GIOVANELLA *et al.,* 2007).

Ainda no estudo de Giovanella *et al.* (2007), os secretários de saúde dos municípios estudados indicam ser a fronteira o laboratório de dilemas para a integração. O resultado do estudo demonstra uma necessidade de legislação específica para esses municípios, como o acordo binacional Brasil-Uruguai, ou como o caso da União Europeia, que garante acesso transfronteiriço de serviço de saúde, assegurando aos cidadãos os mesmos direitos de tratamento.

Outro estudo importante é o de Cazola *et al.* (2011), sobre o atendimento a brasileiros residentes na fronteira Brasil-Paraguai pelo Sistema Único de Saúde. O estudo buscou identificar e analisar as características dos atendimentos do SUS a brasileiros residentes no exterior, nos municípios de fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai: Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos e Sete Quedas. Os resultados foram obtidos pelo trabalho demonstraram que a maior demanda de brasileiros não residentes no País foi nos serviços de atenção básica, sendo 11,9% nas unidades básicas de saúde da família de Coronel Sapucaia, 3,5% nos municípios de Paranhos e Ponta Porã, e 1,1% em Sete Quedas. As unidades básicas de saúde apresentaram 43,8% em Sete Quedas, 21,1% em Coronel Sapucaia, 14,7% em Paranhos e 2,3% em Ponta Porã. E as entrevistas confirmaram a percepção de que um número importante de brasileiros que moram no exterior recebe atenção pelo SUS nas cidades estudadas. Como esses usuários não estão no planejamento dos serviços de saúde prestado pelo SUS, isso pode causar impacto na qualidade da atenção prestada ou motivá-los a acessar serviços privados.

Ainda estudando a saúde na fronteira, Pereira (2013) fez uma análise do diagnóstico acerca do sistema integrado de saúde da fronteira em Mato Grosso do Sul, especificamente nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã. O Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS Fronteira é uma iniciativa do Ministério da Saúde, que visa a integrar ações e serviços de saúde nas regiões de fronteira. Tal projeto teve como objetivo elaborar diagnósticos locais de saúde e um plano para melhoria da saúde, com vistas a subsidiar a mobilidade política e legislativa através de acordos bilaterais ou multilaterais. De acordo com Pereira,

> analisando o Diagnóstico de Saúde detalhado, relativo ao município de Ponta Porã, verificou-se que, do total de cadastrados nos programas Estratégia Saúde da Família e PACS, 1,38% (530/38.471) são "estrangeiros sem documentação, pessoas que acabaram ficando residência no Brasil, mesmo com situação irregular, e que possuem na família, descendentes brasileiros". Nas Unidades Básicas, de 4.505 atendimentos no período de um mês, sete (0,15%) atendimentos foram a usuários estrangeiros. Nas Unidades da Estratégia Saúde da Família, durante o período de um mês, do total de 9.303 atendimentos, 27 (0,29%) foram a estrangeiros sem documento de identidade brasileira – sendo que dois efetuaram exame pré-natal, o que pode ser indicativo de futuros partos no Brasil. Já na Unidade da Estratégia Saúde da Família, durante o período de um mês, do total de 9.303 atendimentos, 27 (0,29%) foram a estrangeiros residentes ou não no Brasil, sem documento de identidade brasileira, que possivelmente só foram atendidos por apresentar alguma situação de urgência ou

> emergência. Nestes casos, geralmente é o município que arca com as despesas, não sendo ressarcido pelo SUS (PEREIRA, 2013, p.75).

O estudo de Pereira revelou ainda que a quantidade de atendimento ao estrangeiros está aquém do imaginado pelos informantes-chave – chegou-se a estimar que 40% do total de atendimentos seriam a estrangeiros. Outro dado que deve ser considerado é o de número de partos, que revela que 21,3% das parturientes são estrangeiras. Esses partos não são faturados porque o SUS não autoriza o pagamento para estrangeiros (só em situações de urgência e emergência a estrangeiros que o SUS paga), sendo o Município responsável pelo pagamento. Sendo que 20% dos atendimentos relacionados à obstetrícia em Ponta Porã são a estrangeiros e filhos de estrangeiros (PEREIRA, 2013).

Os repasses federais de orçamento para a saúde são realizados de acordo com a modalidade *per capita*, calculada segundo os dados do IBGE, e não incluem a população itinerante das cidades de fronteira. Dessa maneira, Ponta Porã recebe menos de R$ 100,00 *per capita* e um número significativo de estrangeiros nos atendimentos à saúde; porém não existe instrumento normativo para regulamentar os atendimentos e conferir segurança jurídica à prestação desses serviços (PEREIRA, 2013).

Embora na teoria não sejam levados em consideração os atendimentos a estrangeiros no sistema público de saúde, eles ocorrem na prática. Uma possível solução seria a edição de instrumentos normativos internacionais que possam instituir regras unificadas entre os sistemas dos municípios dos respectivos países. Portanto, os governos locais precisam trabalhar junto aos respectivos governos federais, demonstrando a parlamentares e governantes a real necessidade de regulamentar o atendimento a pessoas de outras nacionalidades (PEREIRA, 2013).

Augustini e Nogueira (2010) estudaram a descentralização da Política Nacional de Saúde, executada pelos sistemas municipais localizados na linha de fronteira com os demais países do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai). Tal estudo chegou a alguns resultados: quanto a regras, normas e pactos da Política Nacional de Saúde do SUS, afirma-se que a Política Nacional de Saúde e a adesão aos novos padrões das instituições de fronteira estão ocorrendo gradualmente, propiciando mudanças importantes com a descentralização, com destaque para a esfera municipal. A organização e as orientações do sistema, incluídas na Norma Operacional Básica (NOB), 1996, e na Norma Operacional Assistência à Saúde (NOAS) 2002, não vêm sendo seguidas, pois a maioria dos municípios informou dificuldades na articulação entre os níveis de hierarquização, que pode estar ligada à reduzida preocupação dos atores políticos construtores das novas regras com a situação dos Municípios das fronteiras brasileiras.

Atualmente, com os processos de integração regional, as áreas de fronteira dinâmicas favoreceram os fluxos populacionais em busca de melhor atendimento, visando qualidade e facilidade de acesso, além de gratuidade. Essa demanda foi reconhecida pelos programas SIS – Fronteiras e a inclusão do Pacto pela Saúde, que busca melhorar as informações entre os Países, para melhor controle das doenças e na atenção à saúde nos Municípios de fronteira. Cada município elabora individualmente as estratégias adequadas para a sua particularidade. Normalmente, o atendimento ou não ao estrangeiro acontece de acordo com a compreensão dos profissionais (enfermeiros, agentes de saúde, médicos ou auxiliares de enfermagem) acerca do direito à saúde no momento da procura, raramente incluindo nessa decisão inicial o setor administrativo (AUGUSTINI & NOGUEIRA, 2010).

A diversidade de entendimento e de encaminhamentos de estrangeiros pelos secretários de saúde pode ser explicada devido à inexistência de protocolos e orientações sobre o atendimento, ocasionando uma incorporação caso a caso e impossibilitando a criação de rotinas administrativas articuladas entre os países (AUGUSTINI & NOGUEIRA, 2010).

Como o sistema de saúde no Brasil não possui critérios efetivos para o atendimento aos fronteiriços, diversas interpretações são criadas sobre o direito ao acesso aos servidores de saúde, ofertado pelo SUS, situação na qual o mais preocupante é a atuação dos profissionais de saúde na seleção para atendimento aos fronteiriços. Outra questão a ser abordada nesse estudo é a de os gestores usarem a "troca de favores" e os "laços de fronteira", justificando o atendimento ao fronteiriço sem as documentações exigidas. Tal procedimento pode ser histórico ou o reconhecimento tácito do não limite territorial.

O estudo de Augustini e Nogueira (2010) mostrou que, mesmo com iniciativas de cooperação e integração, a área social não foi contemplada de forma efetiva na construção do Mercosul. Essa iniciativa, entretanto, já foi tomada, porém ainda não foi suficiente para dar conta de regiões tão particulares como a fronteira. Sendo assim, os direitos sociais e o direito à saúde na região de fronteira ainda estão nos planos discursivo e formal. Dessa forma, as leis, as normas, os acordos e os pactos que existem para a saúde ainda não constituem modelo prático para atender às demandas dessas regiões fronteiriças (AUGUSTINI & NOGUEIRA, 2010).

No trabalho de campo, de levantamento de informações que realizamos, a Coordenação da Atenção Básica de Saúde de Ponta Porã, nos foi relatado que, "o SIS fronteira não está funcionando em Ponta Porã, desde 2011".

Na entrevista[6], de acordo com a Albertini,

> Um novo projeto que está sendo feito na cidade de Ponta Porã é o da Planilha pertencente a Microrregião de Ponta Porã – Tabela de acompanhamento de atendimento às gestantes estrangeiras / fora da área nas Unidades Básicas de Saúde. Abrangendo os municípios de Aral Moreira, Sete Quedas, Coronel Sapucaia, Paranhos, Laguna Caarapã, e Ponta Porã. Visa tentar identificar a quantidade de gestantes estrangeiras atendidas na atenção básica. Para enviar o relatório para o Ministério da Saúde, onde visa divulgar e pedir recursos para estes casos específicos de fronteira. Futuramente vão estudar a implantação para identificar os estrangeiros em Geral.

Segundo Torrecilha (2013, p.170), o sistema de saúde pública de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero não é compartilhado, sem integração cotidiana. Como afirma a autora,

> Apesar de existir no Brasil o projeto SIS Fronteira do Ministério da Saúde com o objetivo de melhorar o serviço de saúde em regiões de fronteira, em Ponta Porã o recurso não é suficiente pelo fato de a cidade ser um polo regional de atendimento às localidades fronteiriças. Isso sobrecarrega os hospitais e postos de saúde do município nos atendimentos realizados. Dessa forma, o sistema público de saúde (SUS) não atende de forma contínua a população paraguaia que, muitas vezes, procura os serviços de saúde no lado brasileiro. Somente alguns casos emergenciais são realizados nos postos de saúde. Além disso, pela legislação brasileira, o SUS exige o CPF e o comprovante de residência dos usuários para a liberação da carteira de atendimento. Do lado de Pedro Juan Caballero, existe um sistema de saúde pública que ocasionalmente atende os brasileiros, mas faltam recursos para equipamentos e medicamentos. (TORRECILHA, 2013, p.170).

Torrecilha (2013) entrevistou o governador do Departamento de Amambay, Juan Ramires, sobre o atendimento médico; este relatou que poucos brasileiros procuram atendimento médico público:

> Normalmente as pessoas do Brasil não procuram atendimento médico no Paraguai porque a saúde no Brasil é melhor do que aqui. Mas aconteceu que nós tivemos um projeto de operação de cataratas gratuito e foi para 200 pessoas, financiado pelo governo paraguaio. Cinco brasileiros foram atendidos. Não teve problema. Em questão de vacinação nós estamos equiparados ao Brasil. Nós temos uma vacina de gripe (múltipla) que no Brasil não tem (RAMIRES, 2012 *apud* TORRECILHA, 2013, p.166).

Uma outra questão importante a ressaltar é sobre a procura de brasileiros por cursos de graduação em medicina, oferecidos por instituições privadas na cidade de Pedro Juan Caballero. Nesta cidade existem cinco instituições sendo elas: Universidad del Pacífico, Universidad del Norte, Universidad Politécnica y Artística del Paraguay, Universidad Internacional Tres Fronteras, Facultad de Medicina Sudamericana. O custo da mensalidade cobrada nas faculdades e/ou universidades que oferecem o curso de graduação em Medicina varia entre R$ 500,00 e R$ 1.100,00. Em março de 2014, o trabalho de campo constatou que o primeiro semestre do curso de Medicina da Universidad del Norte possuia cerca de 350 alunos, porém com o passar dos semestres pode variar na quantidade de alunos.

A política brasileira de melhoramento dos serviços de saúde tem resultado na possibilidade dos estudantes que realizam seus cursos no Paraguai, passarem pelo Revalida - exame que lhe permitirá, se aprovado, o exercício profissional da medicina em território brasileiro. Essa possibilidade, aliada ao custo das mensalidades e a forma de ingresso, tem aumentado a procura pela graduação em Medicina, principalmente nas cidades de fronteira.

Além da formação dos médicos, há a questão dos convênios. Em Ponta Porã, levantamos sete convênios, sendo três binacionais. Os convênios brasileiros pesquisados foram: UNIMED, CASSEMS, FUSEx, CASSI, Assefaz. Os binacionais foram: Pax Primavera e Nipoassist – com sede no Brasil - e COMED – com sede no Paraguai. Em Pedro Juan Caballero, encontramos cinco convênios, são eles: COMED, Assismed, Medilife, Odontomédica, e Migone.

Esses convênios são agentes importantes que fazem a mediação entre usuários e serviços de saúde. É através deles, mediados pelos valores cobrados, que os usuários tem pautado suas opções pelos serviços de saúde.

Os estabelecimentos de saúde na cidade de Ponta Porã estão listados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do DATASUS, a partir da visita à Secretaria de Saúde do Município, em que foi indicado o *site* para consulta.

As clínicas e os hospitais visitados na cidade de Ponta Porã foram: Centro Oftamológico de Ponta Porã, Clínica da Mulher, Gastrocentro, Clínica Meu Eu, Gineclínica. A Gineclínica não autorizou a aplicação do questionário da pesquisa de campo. Tentamos, por várias vezes, entrar em contato com o único hospital da cidade, a CASSEMS, mas a responsável não foi encontrada. A partir do cadastro do CNES, visitamos também o endereço do Hospital Samaritano, porém, chegando lá, fui informada que aquele espaço não era mais do hospital.

Já os estabelecimentos de saúde de Pedro Juan Caballero foram estudados de acordo com os dados da Vigilância Sanitária daquele Município. A Secretaria de Saúde do Distrito de Amambay, por exemplo, não possuía dados dos estabelecimentos de saúde, portanto, utilizamos os dados da Vigilância Sanitária de Pedro Juan Caballero, no qual constava apenas o cadastro dos estabelecimentos e das clínicas mais frequentadas. No entanto, sabemos que são muitas as clínicas de pequeno porte espalhadas pela cidade, mas sem cadastro em órgãos da Secretaria de Saúde ou mesmo na Vigilância Sanitária.

As clínicas e os hospitais visitados na cidade de Pedro Juan Caballero foram: Clínica Diaz de Vivar, Clínica San Antonio, Hospital Viva Vida, Hospital San Lucas, Hospital San Francisco. Apenas a Clínica Diaz de Vivar não autorizou a aplicação do questionário da pesquisa de campo. O trabalho de campo nas clínicas foi decisivo para o contato com os usuários.

OS USUÁRIOS NA FRONTEIRA

Os dados que seguem foram obtidos de uma amostra derivada dos 56 questionários aplicados aos usuários (sendo 7 questionários para cada estabelecimento), no momento em que os pacientes chegavam ou esperavam para serem atendidos nos estabelecimentos de saúde.

De acordo com a pesquisa realizada com o questionário, podemos identificar as seguintes características: Nos estabelecimentos de saúde privada de Pedro Juan Caballero, a nacionalidade dos pacientes foi de 64,28% de paraguaios e 35,71% de nacionalidade brasileira. A cidade de domicílio desses pacientes apresentaram os mesmos dados, sendo de 64,28% residem no Paraguai, e 35,71% no Brasil.

A maioria dos pacientes que responderam à pesquisa nos estabelecimentos de saúde de Pedro Juan Caballero não utilizou nenhum convênio médico. Foram 85,71%, contra 14,28% que possuíam convênio médico. Mesmo os convênios montando um plano de pagamento, há uma dificuldade de acesso aos mesmos que pode ser derivada do reduzido poder aquisitivo dos usuários.

Ainda em Pedro Juan Caballero, os motivos de escolha dos estabelecimentos de saúde dos hospitais e clínicas privadas foram os seguintes: 64,28% pela opção pelo médico, 28,57% pelo preço da consulta e 7,14% pela opção oferecida pelo convênio.

Nos estabelecimentos privados de saúde de Ponta Porã, a nacionalidade e a cidade de domicílio de domicilio dos pacientes foi 96,42% brasileira e apenas 3,57% paraguaia. Os pacientes que utilizam os estabelecimentos de saúde privado em Ponta Porã se dividem em 53,57% com convênios e 46,42% sem convênios.

Já os motivos de escolha do estabelecimento de saúde foram 75% pela opção do médico e 25% pela opção oferecida pelo convênio.

De acordo com a pesquisa, nos estabelecimentos privados de saúde de Pedro Juan Caballero, a maior parte dos pacientes que responderam ao questionário era de nacionalidade paraguaia, que residiam no Paraguai, porém foram encontrados brasileiros que residiam no Brasil, mas utilizam o serviço de Pedro Juan Caballero.

Nos estabelecimentos em Ponta Porã, foram encontradas uma quantidade muito baixa de pacientes de nacionalidade paraguaia que residiam no Paraguai. A maior parte tinha nacionalidade brasileira e morava no Brasil. Quase metade dos pacientes possuía convênios médicos, a outra parte pagava direto o valor integral do serviço. O motivo de escolha do estabelecimento, em sua maior parte, residia na opção do médico, sendo poucos os que responderam ser pela opção oferecida pelo convênio. Essas opções devem-se à rede de relações que a população das duas cidades já estabelece historicamente. São conhecidos, pessoas com grau de parentesco, indicações de amigos, que fazem com que haja essa integração em busca de um serviço de saúde além, principalmente, da questão do custo desse atendimento ser inferior na cidade paraguaia em comparação com a cidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto neste trabalho, as cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, possuem particularidades devido a sua localização. Legislações diferentes de vários níveis hierárquicos (Municipal, Estadual e Federal) são normativas que regem a produção do espaço.

Os municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero possuem sua base histórica marcada pela Guerra da Tríplice Aliança. A economia dos dois municípios teve a erva-mate como a principal atividade econômica, sendo área de produção e passagem da rota de comércio da erva exportada para Argentina. Aos poucos, as atividades comerciais foram se desenvolvendo para satisfazer essa população de passagem e consolidando o povoamento. Historiamente, há uma construção de compartilhamento, relações de parentesco, vizinhança e trocas de ambos os lados. Isso também se reflete nos serviços de saúde.

Mais recentemente, a atenção ao compartilhamento de serviços foi alvo de políticas públicas federais. No Brasil, foi criado, pelo Ministério de Saúde, o Sistema de Integração de Saúde (SIS) na fronteira, que enviava recursos de acordo com o número de habitantes dos municípios de fronteira, destinado a ajudar os municípios que atendem usuários do país vizinho. Atualmente (2014), o SIS fronteira não está mais enviando recursos para o Município de Ponta Porã, sendo o município o responsável por destinar verbas para o atendimento aos fronteiriços.

Para os brasileiros terem acesso aos serviços públicos de saúde oferecidos pelo Sistema Único de Saúde é preciso a apresentação do cartão SUS, que é feito com CPF, RG e comprovante de residência. Fronteiriços que possuem a documentação necessária (normalmente os que possuem dupla nacionalidade) são atendidos como se fossem brasileiros. Outros fronteiriços que não possuem recursos para retirar a documentação, não conseguem atendimento. Só recebem atendimento sem a documentação necessária, em procedimentos de urgência e emergência. Quanto aos serviços particulares, investigamos se havia alguma forma de complementaridade.

Constatamos que os serviços de saúde privada são compartilhados pela população de ambas as cidades, principalmente os serviços de saúde privado de Pedro Juan Caballero, que atraem a população pontaporanense, sendo cerca de 35, 71% do total da amostra pesquisada. Já o serviço de saúde privado de Ponta Porã não tem um número significativo de usuários Paraguaios, sendo apenas 3,57%. Por se tratar de 1/3 da amostra, significa que há margem de uma demanda brasileira até então não investigada pois os trabalhos pesquisados enfocaram a questão da saúde pública.

Na maioria dos estabelecimentos privados de Pedro Juan Caballero, a população não utilizava muito os convênios de saúde, apresentando 14,28% que utilizavam convênios médicos. Já no Município de Ponta Porã 53,57% utilizavam convênios médicos. Mesmo os convênios montando um plano de pagamento, há uma dificuldade de acesso aos mesmos que pode ser derivada do reduzido poder aquisitivo.

Ainda em Pedro Juan Caballero, o que motivou a escolha dos estabelecimentos de saúde dos hospitais e clínicas privados foram os seguintes: 64,28% pela opção pelo médico, 28,57% pelo preço da consulta e 7,14% pela opção oferecida pelo convênio. Há médicos brasileiros residentes em Pedro Juan mas também o indicativo de que existe uma relação de confiança no profissional do município fronteiriço. Isso nos leva a comentar que algumas resistências à vinda de fronteiriços pelo Programa Mais Médicos[7] merecem estudos locais e pode ser resultado de um esforço de propaganda corporativa, em defesa dos profissionais brasileiros.

Já os motivos de escolha do estabelecimento de saúde privada em Ponta Porã foram 75% pela opção do médico e 25% pela opção oferecida pelo convênio. Isso coloca o profissional de saúde como centro de referência para a elaboração de políticas públicas. Em ambas as cidades, o motivo de escolha predominante é a opção pelo médico, onde normalmente parentes, amigos, ou conhecidos indicam os médicos que já conhecem. A segunda opção é pelo preço da consulta em Pedro Juan Caballero. E em Ponta Porã a segunda opção é a opção oferecida pelo convênio.

Usuários que possuem um melhor poder aquisitivo procuram também a cidade de Dourados que possui um pólo de serviços médicos, além de irem para Campo Grande

ou metrópoles nacionais (dependendo do recurso e da gravidade do usuário). Assim como, em Pedro Juan Caballero, alguns usuários se deslocam para Assunção.

Em Pedro Juan Caballero, as consultas médicas estão em torno de 80,00 reais à 150,00 reais, dependendo da especialidade. Já em Ponta Porã, o preço de uma consulta varia entre 170,00 reais a 200,00 reais. Isto faz com que alguns brasileiros (normalmente que não possuem convênios médicos ou os que possuem convênios médicos binacionais) que residem em Ponta Porã, atravessem a linha de fronteira para utilizar serviços de saúde privado em Pedro Juan Caballero.

Na cidade de Ponta Porã existem vários profissionais, principalmente médicos que fazem sua graduação em Pedro Juan Caballero (ou Assunção) no Paraguai e conseguem revalidar o seu diploma e atuar no sistema público e/ou privado de Ponta Porã, isso embassa relações pessoais de conhecimento e podem interferir na opção da busca pelo serviço em outro país.

Uma possível solução seria construção de normas internacionais que possam instituir normas entre os sistemas Municipais de Ponta Porã e de Pedro Juan Caballero, os governos locais precisam trabalhar junto com os seus respectivos governos federais, apresentando a particularidade do município aos governantes e a importância de regulamentar o atendimento a fronteiriços.

Este trabalho deixa indicado que a face privada dos serviços também pode ser alvo de políticas de melhoria e que há uma complementaridade até então não estudada, de brasileiros se valendo dos serviços fronteiriços quando predomina a idéia de que apenas os paraguaios se beneficiam da condição de fronteiriço.

NOTAS

[4]Para maiores informações sobre as atividades comerciais e de serviços, consultar Lamberti (2006) e Siqueira (2013).
[5]A palavra estrangeiro é utilizado pelos seguintes autores: Giovanella *et. al.,* 2007; Cazola *et. al.,* 2011; Pereira, 2013; Augustini & Nogueira, 2010.
[6]Entrevista realizada dia 7 de abril de 2014.
[7]O "Programa Mais Médicos" é um Programa que aceita médicos intercambistas cooperados para levar para regiões onde há escassez de profissionais.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Josiane; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. A descentralização da política nacional de saúde nos sistemas municipais na linha da fronteira Mercosul. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: n. 102, p.222-243.

BENÍTEZ, Sacha Aníbal Cardona. **Ala sombra de los perobales**. Historia del poblado de Punta Porã Génesis de dos ciudades 1870 – 1902. Asuncion: Imprenta Salesiana, 2008. 500 p.

BIOLCHI, Marta Sulema Martins González. **Análise do abastecimento de hortifrutícolas em uma conurbação internacional.** Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006.

CARVALHO, Luciani Coimbra; FÉLIX, Ynesda Silva. O usuário do serviço público de assistência à saúde do Brasil: uma abordagem sobre o estrangeiro residente na fronteira de Mato Grosso do Sul. In: AMARAL, A. P. M.; CARVALHO, L. C. (orgs.). **Direito do estrangeiro ao sistema único de saúde:** um olhar para as fronteiras do MS**.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2013.

GIOVANELLA, Ligia; GUIMARÃES, Luisa; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; DAMACENA, Giseli Nogueira. Saúde nas

fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do MERCOSUL na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23, Sup 2: S251-S266, 2007

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500660#> Acessado em: 02 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500660&search=mato-grosso-do-sul|ponta-pora> Acessado em: 05 Jan. 2014.

LAMBERTI, Eliana. **Dinâmica comercial no território de fronteira:** reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**.** Aquidauana: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006.

MACHADO, Lia O. Limites, fronteira e redes. In: STROHAECKER, Tânia *et al*. (orgs). ***Fronteiras e espaço global.*** Porto Alegre: AGB. 1998. pp. 41-49.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Gabinete do Ministro. Portaria N° 125, de 21 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 24 de março de 2014, p. 45.

OLIVEIRA, Márcio Gimene. **A formação das cidades-gêmeas Ponta Porã-Pedro Juan Caballero**. II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder – I Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços. Foz do Iguaçu, 2011.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (coord.) **Perspectivas para o meio ambiente urbano:** GEO Ponta Porã**.** Mato Grosso do Sul, Campo Grande: [s.n.] 2010.

PARAGUAY. **Atlas Central.** Disponível em: <http://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/Atlas%20Censal%20del%20Paraguay/1%20Presentacion%20Atlas.pdf> Acesso em: 02 abr. 2012.

PEREIRA, Maria Augusta Capalbo. Uma análise do diagnóstico Sistema Integado de Saúde da Fronteira em Mato Grosso do Sul. In: AMARAL, A. P. M.; CARVALHO, L. C. (orgs.). **Direito do estrangeiro ao sistema único de saúde: um olhar para as fronteiras do MS.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2013, 168 p.

PIETROBON, Louise; PRADO, Martha Lenise do; CAETANO, João Carlos. Saúde suplementar no Brasil: o papel da Agência Nacional de Saúde Suplementar na regulação do setor. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 767-783, 2008.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). **Territórios sem limites:** estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p.9-15.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. Considerações sobre dilemas clássicos e contemporâneos das fronteiras e dos limites internacionais. **Revista Acta geográfica**. 2014, p 1-22.

SIQUEIRA, Gisele dos Santos. **A complementaridade comercial nas cidades gêmeas de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).** Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados. Monografia de bacharelado em Geografia, 2013. 80f.

TORRECILHA, Maria Lucia. **A gestão compartilhada como espaço de integração na fronteira: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia, 2013. 180f.

VALENTIM, Joice; SILVA, Hudson Pacífico da. Entre o público e o privado: a saúde no Paraguai. *In:*BISOTO Junior, Geraldo; SILVA, Pedro Luís de Barros; DAIN, Sulamis (orgs.) **Regulação do setor saúde nas Américas: as relações entre o público e o privado numa abordagem sistêmica.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2006.

Revista Ciência Geográfica

Ensino - Pesquisa - Método

Corpo de Pareceristas/Referees' Board

1- Fundamentos e Pesquisa em Geografia:
Prof. Dr. Armen Mamigonian (USP/São Paulo – SP)
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo – SP)
Profª Drª Nídia Nacib Pontuschka (USP/São Paulo – SP)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ)

2- Geografia Humana:
Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior (UNESP/Presidente Prudente - SP)
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon – PR)
Profª Drª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru - SP)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ)

3- Geografia Física:
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo – SP)
Profª Drª Nilza Aparecida Freres Stipp (UEL/Londrina – PR)

4- Ensino e Aprendizagem de Geografia:
Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Júnior (UNESP/Marília - SP)
Prof. Dr. José Misael Ferreira do Vale (UNESP/Bauru - SP)
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza - SP)
Profª Drª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru - SP)
Profª Drª Nídia Nacib Pontuschka (USP/São Paulo – SP)

Corpo de Consultores (ad hoc)

Prof. Dr. Aldo Paviani (Universidade de Brasília/Distrito Federal/Brasil)
Prof. Ms. Anibal Pagamunici (Faculdade Estadual de Paranavaí /Paraná/Brasil)
Profª. Drª Arlete Moysés Rodrigues (Universidade Estadual de Campinas/São Paulo/Brasil)
Profª. Drª Ana Clara Torres Ribeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro/Brasil)
Prof. Dr. Djalma Pacheco Carvalho (Universidade Estadual Paulista/São Paulo/Brasil)
Prof. Dr. Fadel David Antonio Filho (Universidade Estadual Paulista/São Paulo/Brasil)
Profª Drª Helena Copetti Callai (Universidade de Ijuí/Rio Grande do Sul/Brasil)
Profª. Drª Lana de Souza Cavalcanti (Universidade Federal de Goiás/Goiás/Brasil)
Profª Drª Lisandra Pereira Lamoso (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Mato Grosso do Sul/Brasil)
Profª. Ms. Lurdes Bertol Rocha (Universidade Estadual Santa Cruz/Bahia/Brasil)
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (Universidade Federal de Pernambuco/Pernambuco/Brasil)
Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (Universidade Estadual do Ceará/Ceará/Brasil)
Profª. Drª Márcia Siqueira de Carvalho (Universidade Estadual de Londrina/Paraná/Brasil)
Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina/Santa Catarina/Brasil)
Profª. Drª Maria José Martinelli S. Calixto (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Mato Grosso do Sul/Brasil)
Profª. Drª Sonia Maria Vanzella Castellar (Universidade de São Paulo/São Paulo/Brasil)
Prof. Dr. Ricardo Castillo (Universidade Estadual de Campinas/São Paulo/Brasil)
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Universidade Federal do Pará/Pará/Brasil)

COMO SE ASSOCIAR À AGB/BAURU OU ASSINAR A REVISTA "CIÊNCIA GEOGRÁFICA"

1- TAXA DE ASSOCIAÇÃO - AGB/BAURU - 2014

a) ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO:
Opção 1: Taxa de anuidade desvinculada da assinatura anual da revista Ciência Geográfica – R$ 25,00
Opção 2: Taxa de anuidade acompanhada da assinatura anual da revista Ciência Geográfica – R$ 40,00
(R$ 25,00 – anuidade + R$ 15,00 – assinatura anual revista).

b) PROFISSIONAL OU PROFESSOR GRADUADO
Opção 1: Taxa de anuidade desvinculada da assinatura anual da revista Ciência Geográfica – R$ 50,00
Opção 2: Taxa de anuidade acompanhada da assinatura anual da revista Ciência Geográfica – R$ 65,00
(R$ 50,00 – anuidade + R$ 15,00 – assinatura anual revista).

Você poderá enviar o valor de sua anuidade através das seguintes formas: via correio em cheque nominal à AGB/Bauru ou através de depósito em conta corrente: **Banco Santander – Agência 0505 – tipo 13 – Conta Corrente n.º 001142-6** (não esquecer de enviar via correio o comprovante de depósito para confirmarmos a sua associação à AGB/Bauru). Posteriormente, enviaremos via correio o seu recibo de associação.
OBS.: EM AMBAS AS OPÇÕES VOCÊ PODERÁ **PRÉ-DATAR O SEU CHEQUE PARA 60 DIAS** (contar 60 a partir do dia de realização da associação)

2- ASSINATURA ANUAL REVISTA "CIÊNCIA GEOGRÁFICA"
O valor para assinatura anual desvinculada da taxa de associação da AGB/Bauru é de:
- OPÇÃO I: 1 edição - R$ 15,00 (1 ano);
- OPÇÃO II: 2 edições - R$ 30,00 (2 anos).

OBS: Envie esta ficha pelo correio juntamente com um cheque nominal à AGB/Bauru ou deposite o valor referente a anuidade na conta bancária da AGB/Bauru: **Banco Santander - Agência 0505 - tipo 13 - Conta Corrente nº 001142-6** (não esquecer de enviar via correio o comprovante de depósito). Posteriormente, enviaremos o recibo que comprova a sua associação junto a nossa entidade.

Ficha de Associação AGB/Bauru — Assinatura revista Ciência Geográfica

Nome Completo:_____

Endereço:_____ Fone: ( ) _____-_____

Cidade: _____Estado:_____CEP:_____

E-mail:_____

( ) Estudante de Graduação ( ) Profissional Graduado ( ) Renovação Anuidade ( ) Novo Sócio ( ) Sócio Sistema CONFEA/CREA

( ) Renovação da Assinatura da revista "Ciência Geográfica" ( ) Novo Assinante da revista "Ciência Geográfica"

Data:_____ de_____de _____ _____
Assinatura

Apresentação dos originais para publicação

1. A **Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA** – Ensino, Pesquisa e Método recebe e publica artigos inéditos e resenhas elaboradas por profissionais e estudantes de Geografia e áreas afins.

2. Os artigos são publicados a partir de revisão realizada dentro das normas técnicas dos periódicos, podendo ter, no máximo, 15 páginas.

3. As opiniões expressadas pelos autores são de sua inteira responsabilidade.

4. Dado o caráter não lucrativo do periódico, os autores não são ressarcidos pela publicação dos artigos.

5. Não é permitida a reprodução total ou parcial das matérias, salvo com consentimentos dos autores e da Entidade gestora do periódico.

6. Originais, publicados ou não, não serão devolvidos.

7. A apresentação dos originais deve obedecer obrigatoriamente o que se especifica a seguir: *****

a) Editoração eletrônica, com apresentação em CD-Rom (ou via e-mail em arquivo anexado) e cópia, gravado em formato .DOC (não DOCX) em quaisquer destes aplicativos de edição de textos (Microsoft Word, OpenOffice, BrOffice, LibreOffice), página tamanho A4, fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinhas com espaçamento simples ;

b) Título em negrito. Subtítulo em fonte de corpo 10;

c) Identificação dos autores, abaixo do título e subtítulo;

d) Referência, sobre o(s) autor(es) após o texto integral;

e) Referência, se for o caso, ao evento em que o texto foi apresentado ou identificação da origem do trabalho, indicada no final, mediante a inserção de asterisco junto ao título;

f) Artigos contendo mapas, tabelas, gráficos ou figuras só serão aceitos com os mesmos devidamente escaneados na resolução de 300 dpi's para tamanho de área igual ou maior que 10x15 cm; caso sejam menores do que 10x15 cm, deverão ser escaneadas com resolução de 600 dpi's. Gravados com extensão JPG e entregues em CD-Rom. Originais deverão ser confeccionado em papel vegetal com traço à nanquim;

g) Fotos deverão ter a resolução mínima de 3MP (Megapíxel) para o formato original da câmera digital ou devidamente escaneados na resolução de 300 dpi's para tamanho de área igual ou maior que 10x15 cm; caso sejam menores do que 10x15 cm, deverão ser escaneadas com 600 dpi's, gravados com extensão JPG e entregues em CD-Rom.

h) Notas relativas ao texto identificadas numericamente e apresentadas obrigatoriamente ao final do texto;

i) Resumo na língua portuguesa e em língua estrangeira, preferencialmente inglês ou francês, assim como identificação de 5 palavras-chave em português e língua estrangeira. Os resumos deverão ser sucintos (máximo de 10 linhas) e, juntamente com as palavras-chave, incluídas após a indicação de título e autores, antes do início do texto do trabalho;

j) Indicação bibliográfica (se houver) após o texto, em ordem alfabética, obedecendo às normas da ABNT:

j.a) Livro: SOBRENOME, nomes. Título do livro, Local da Edição, Editora, ano da publicação. No caso de autoria coletiva, devem constar os nomes do(s) organizador(es);

j.b) Artigo: SOBRENOME, nomes (do(s) autor(es) do capítulo) – Título do artigo, nome da revista, volume (número), página inicial-página final, ano de publicação;

j.c) Capítulo de livro: SOBRENOME, nomes (do(s) autor(es) do capítulo) – Título do capítulo, In: SOBRENOME, nomes (do editor ou organizador do livro) – Título do Livro, Local de Edição, página inicial e final do capítulo, ano de publicação;

8. A ordem de publicação dos trabalhos é de competência exclusiva da coordenação da revista e do conselho editorial. A ordem de publicação levará em conta:

a) data da apresentação dos originais obedecidas as normas anteriores;

b) temática atual, envolvendo interesse científico, didático, de divulgação, extensão, afinidade com outros artigos e retomada de abordagens dos temas e situações afins;

c) disponibilidade de espaço em cada número do periódico;

d) artigos de sócios AGB/Bauru serão priorizados, após atendidas as normas anteriores;

9. Os artigos devem ser enviados para a Revista às expensas do autor para os endereços que se seguem:

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP
CNPJ 00.407.524/0001–00
Rua Bernardino de Campos, 14-67 – Vila Souto – Bauru – SP – CEP 17051-000
Fone: (14) 9711-1450
E-mails: agb@agbbauru.org.br
lourenco.junior@fatec.sp.gov.br
Site: http://www.agbbauru.org.br

10. Os trabalhos remetidos para publicação deverão conter ficha, em anexo, contendo: nome completo dos autores, instituição em que atuam, endereço para correspondência, telefone e e-mail para contato.

***** *Todos os arquivos podem ser entregues em uma única mídia (CD-Rom ou DVD-Rom) devidamente finalizada na sua gravação.*

Diretoria Executiva AGB/Bauru - Biênio 2012/2014

Diretor:
Elian Alabi Lucci
Vice-Diretor:
Lourenço Magnoni Júnior
Primeiro Secretário:
Wellington dos Santos Figueiredo
Segundo Secretário:
Evandro Antonio Cavarsan

Primeiro Tesoureiro:
Anézio Rodrigues
Segundo Tesoureiro:
Elvis Christian Madureira Ramos
Coordenação de Publicações e Marketing:
Antônio Francisco Magnoni
José Misael Ferreira do Vale
Lourenço Magnoni Júnior
José Mauro Palhares

Coordenação de Biblioteca:
Vanderlei Garcia Guerreiro
Comissão de Ensino:
José Misael Ferreira do Vale
Maria da Graça Mello Magnoni
Sebastião Clementino da Silva
Comissão de Urbana, Meio Ambiente e Agrária:
José Xaides de Sampaio Alves
José Aparecido dos Santos

CIÊNCIA Geográfica

ISSN 1413-7461

Editora Saraiva

associação dos geógrafos brasileiros
agb Seção Bauru